

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

IONE VIER DALINGHAUS

DA CORTESIA À DESCORTESIA: ANÁLISE LINGUÍSTICO-INTERACIONAL DE UM
DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO

São Paulo, SP
2016

IONE VIER DALINGHAUS

DA CORTESIA À DESCORTESIA: ANÁLISE LINGUÍSTICO-INTERACIONAL DE UM
DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, da Universidade Presbiteriana MACKENZIE,
como requisito parcial para a obtenção do título de doutora
em Letras – Área de Concentração – Letras/Linguística.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Gaston Hilgert

São Paulo, SP
2016

D143c Dalinghaus, Ione Vier.

Da cortesia à descortesia: análise linguístico-interacional de um debate político televisivo / Ione Vier Dalinghaus – São Paulo, 2016.

231 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

Orientador: Prof. Dr. José Gaston Hilgert

Referência bibliográfica: p. 202-210

1. Cortesia/Descortesia. 2. Debate político. 3. Análise linguístico-interacional. I. Título.

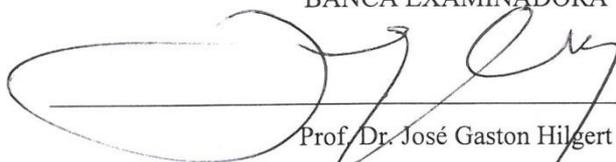
IONE VIER DALINGHAUS

DA CORTESIA À DESCORTESIA: ANÁLISE LINGUÍSTICO-INTERACIONAL DE
UM DEBATE POLÍTICO TELEVISIVO

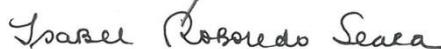
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial para a obtenção do título de
doutora em Letras.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Gaston Hilgert
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.ª Dr.ª Isabel Roboredo Seara
Universidade Aberta de Lisboa



Prof.ª Dr.ª Diana Luz Pessoa de Barros
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.ª Dr.ª Elisa Guimarães Pinto
Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido a realização deste grande sonho em minha vida; por ter me concedido saúde, sabedoria e persistência em vencer os desafios desta trajetória acadêmica, e por ter colocado em meu caminho pessoas muito especiais, sem as quais a caminhada seria muito mais árdua e, talvez, impossível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Gaston Hilgert, pela dedicação e aprendizado. Aos professores doutores, Diana Luz Pessoa de Barros e Luiz Antônio da Silva, um duplo agradecimento, por terem participado da banca de qualificação deste trabalho, contribuindo significativamente, e por terem aceitado o convite para a banca de defesa, juntamente com a Prof^a Dra. Isabel Roboredo Seara e Prof^a Dra. Elisa Guimarães Pinto. A todos, meu sincero reconhecimento e gratidão.

Aos meus queridos familiares, especialmente ao esposo Winfrid, pelo apoio incondicional; às filhas Josiane e Juliana e ao genro Paulo, pela paciência e palavras de ânimo; a minha mãe Lúcia, que apesar da pouca escolaridade, sempre foi minha fonte inspiradora e meu incentivo em todos os sentidos; ao meu neto Arthur, minha maior alegria e inspiração. Aos amigos que conheci durante o doutorado e àqueles que caminham ao meu lado há muitos anos, o meu carinho e gratidão. Agradecimentos especiais à Daniela Althoff Philippi e a seu pai, Sr. Aderbal João Philippi pelo carinho, disponibilidade e apoio durante o processo de escrita da tese. Este agradecimento é extensivo às amigas: Adélia, Ana Lúcia, Amaya, Fabiana, Facunda, Isabel, Janaína, Nara, Rosalina, Sandra, Maria de Fátima, Joana e Iromar M.V. Vieira (*in memoriam*).

Às coordenadoras do Programa de Pós Graduação (DINTER), Ana Lúcia Trevisan da (UPM) e Kelcilene Grácia Rodrigues (UFMS) e aos professores do Programa, especialmente à Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães, meu “anjo da guarda” durante todo o processo de doutoramento. Gratidão também ao colega, amigo e diretor da UFMS/Câmpus de Aquidauana, Auri Claudionei Frübel e aos meus alunos, pelo apoio nesse período de doutoramento. Às Instituições acadêmicas, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), pela oportunidade de ingressar no Doutorado Institucional (DINTER); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Enfim, gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização e conclusão deste estudo que significa uma grande vitória na minha vida.

“Conserva la calma en las discusiones, porque el apasionamiento puede convertir el error en falta, y la verdad en descortesía”

(Herbert Spencer)

RESUMO

Nesta tese, inserida no âmbito dos estudos linguísticos da cortesia e da descortesia nas interações humanas, investigam-se manifestações de cortesia e, sobretudo, de descortesia num debate político entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves a Presidente da República, às vésperas da eleição de 2014. Os estudos de atos corteses e descorteses visam decifrar como os interlocutores procedem para atingir os seus propósitos nas interações verbais. Também permitem compreender melhor a utilização das estratégias de valorização ou de desqualificação do outro e perceber os efeitos dessas na interação. Considerando a visível preocupação dos candidatos em construir e manter a autoimagem favorável diante dos eleitores ao participarem de debates políticos, buscou-se, neste estudo, analisar e interpretar as intervenções linguístico-discursivas dos debatedores por meio das quais eles se mostram corteses e, particularmente, não corteses e descorteses. Assim, analisaram-se as manifestações de cortesia positiva, cortesia negativa, cortesia aparente, não cortesia e de descortesia, além das formas de interpelação e tropos comunicativos identificados no *corpus*, para, ao final, configurar o *éthos* de cada candidato, emergente de suas manifestações neste debate. Para alcançar esses objetivos, fundamentou-se o trabalho nas bases teóricas clássicas da interação verbal (GOFFMAN, 1967); BROWN & LEVINSON, 1978; 1987), na teoria sobre o discurso político e a configuração do *éthos* discursivo (CHARAUDEAU, 2013), no estudo das estratégias linguísticas de cortesia (ALBELDA MARCO Y BRIZ, 2010; BRIZ, 2003; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; 2014) e, sobretudo, na teoria das estratégias de descortesia (BOLÍVAR, 2005; BLAS ARROYO, 2001; CULPEPER, 1996), dado o caráter confrontador da interação em análise. A pesquisa constatou a ausência de manifestações verdadeiramente corteses e a presença numerosa de atos *aparentemente* corteses, com objetivos evidentes de desvalorização do candidato adversário. A descortesia pautou-se, principalmente, na autovalorização em detrimento da imagem do outro. Ambos os candidatos buscaram destacadamente o *éthos* de credibilidade apresentando dados numéricos, taxas percentuais e outros argumentos, potencializando as críticas ao candidato adversário. O *éthos* de identidade, evidenciado especialmente em recursos de criação de efeitos de sentido de proximidade com o público telespectador, emergiu com menos destaque no desdobramento do debate.

Palavras-chave: Cortesia/descortesia. Debate político. Análise linguístico-interacional.

RESUMEN

En esta tesis, insertada en el ámbito de los estudios lingüísticos de la cortesía y de la descortesía en las interacciones humanas, se investigan manifestaciones de cortesía y, sobretodo, de descortesía en un debate político entre los candidatos Dilma Rousseff y Aécio Neves a Presidente de la República, a las vísperas de la elección de 2014. Los estudios de actos corteses y descorteses tienen por objeto descifrar como los interlocutores proceden para lograr sus propósitos en las interacciones verbales. Además, permiten comprender mejor la utilización de las estrategias de valoración o de descalificación del otro y percibir los efectos de esos recursos en la interacción. Considerando la notable preocupación de los candidatos en construir y mantener la autoimagen favorable ante los electores al participar de debates políticos, se buscó, en este estudio, analizar e interpretar las intervenciones lingüístico-discursivas en que los contendores se muestran corteses y, particularmente, no corteses y descorteses. Así, se analizaron manifestaciones de cortesía positiva, cortesía negativa, cortesía aparente, no cortesía y de descortesía, además de las formas de interpelación y de tropos comunicativos identificados en el *corpus*, para, al cabo, configurar el *éthos* de cada candidato, emergente de sus manifestaciones en el debate analizado. Para alcanzar esos objetivos, se ha fundamentado el trabajo en las bases teóricas clásicas de la interacción verbal (GOFFMAN, 1967); BROWN & LEVINSON, 1978; 1987), en la teoría sobre el discurso político y la configuración del *éthos* discursivo (CHARAUDEAU, 2013), en el estudio de las estrategias lingüísticas de la cortesía (ALBELDA MARCO Y BRIZ, 2010; BRIZ, 2003; KERBRAT-ORECCHIONI, 2006; 2014) y, sobretodo, en el estudio de las estrategias de descortesía (BOLÍVAR, 2005; BLAS ARROYO, 2001; CULPEPER, 1996), dado el carácter confrontador de la interacción en análisis. La investigación constató la ausencia de manifestaciones verdaderamente corteses y la presencia expresiva de actos *aparentemente* corteses, con objetivos evidentes de desvalorización del candidato adversario. La descortesía se basó, principalmente, en la autovaloración en detrimento de la imagen del otro. Ambos candidatos buscaron destacadamente el *éthos* de credibilidad presentando datos numéricos, tasas porcentuales y otros argumentos, potencializando las críticas en relación al candidato adversario. El *éthos* de identidad, evidenciado especialmente en recursos que crean efectos de sentido de cercanía con el público telespectador, emergió con menos relieve en el desdoblamiento del debate.

Palabras-clave: Cortesía/descortesía. Debate político. Análisis lingüístico-interaccional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 –	Atos ameaçadores de <i>faces</i>	79
Figura 2 –	Continnum de graus de comportamento nas interações verbais	90
Figura 3 –	Processo interativo – da cortesia à descortesia.....	94
Figura 4 –	Percurso progressivo da cortesia/descortesia.....	95

Fluxograma

Fluxograma 1–	Fluxograma alocação.....	35
---------------	--------------------------	----

Imagens

Imagem 1 –	Estrutura do debate A.....	99
Imagem 2 –	Estrutura do debate B	99

Quadros

Quadro 1 –	Quadro elocutivo.....	36
Quadro 2 –	Estratégias de cortesia negativa.....	80
Quadro 3 –	Estratégias de cortesia positiva.....	80
Quadro 4 –	Variáveis da cortesia.....	82
Quadro 5 –	Atos Ameaçadores das Faces	82
Quadro 6 –	<i>Continuum</i> do trabalho relacional (<i>relation work</i>) das manifestações verbais.....	88
Quadro 7 –	Categorias de análise utilizadas nesta tese.....	96
Quadro 8 –	Perguntas retóricas de Aécio Neves na construção de sua própria imagem e consequente desconstrução da imagem de Dilma Rousseff	174
Quadro 9 –	Perguntas retóricas na construção da imagem de Dilma Rousseff e da <i>desconstrução</i> da imagem de Aécio Neves.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1–	Formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma - B I	108
Tabela 2–	Formas de tratamento da candidata Dilma na interação com o candidato Aécio - B I	108
Tabela 3–	Formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma- B II	108
Tabela 4 –	Formas de tratamento da candidata Dilma para o candidato Aécio – B II	109
Tabela 5–	Formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma – B III e discurso final do candidato.....	109
Tabela 6–	Formas de tratamento da candidata Dilma na interação com o candidato Aécio – B III e discurso final da candidata	109
Tabela 7–	Formas de tratamento - total de ocorrências	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DISCURSO POLÍTICO: ESPECIFICIDADES DO DEBATE ELEITORAL E A CONFIGURAÇÃO DO ÉTHOS.....	21
1.1 O DISCURSO POLÍTICO	21
1.1.1 O discurso político: conceituação e reflexão.....	23
1.1.2 O debate político midiático: origem e definições.....	26
1.1.3 A caracterização do debate eleitoral	28
1.1.4 O quadro participativo do debate	30
1.1.5 O mediador	32
1.1.6 Os debatedores	33
1.1.7 Os enunciatários (ouvintes ou receptores).....	35
1.1.8 As regras gerais do debate eleitoral televisivo	38
1.2 O DEBATE POLÍTICO NA MÍDIA BRASILEIRA	40
1.2.1 A regulamentação dos debates políticos brasileiros	41
1.2.2 As mudanças nos debates políticos.....	43
1.3 CONCEITUAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DO ÉTHOS DISCURSIVO.....	45
1.3.1 Os tipos de <i>éthos</i> no discurso político.....	47
1.3.2 O <i>éthos</i> de credibilidade	49
1.3.3 O <i>éthos</i> de Identidade	51
1.3.4 A configuração do <i>éthos</i> dos participantes de um debate político.....	52
2 CORTESIA E DESCORTESIA.....	57
2.1 CORTESIA/DESCORTESIA OU POLIDEZ/IMPOLIDEZ: UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA.....	57
2.2 A CORTESIA.....	58
2.2.1 Origem e conceituação.....	59
2.2.2 Estratégias e procedimentos de intensificação e de atenuação	61
2.3 A DESCORTESIA.....	66
2.3.1 Conceituação e tipos de descortesia.....	66
2.3.2 Estratégias e procedimentos de descortesia.....	67
2.3.3 A descortesia nos debates políticos.....	69
2.3.4 A ironia.....	72
2.4 A TRAJETÓRIA DO ESTUDO DA CORTESIA/DESCORTESIA A PARTIR DA NOÇÃO DE FACE (GOFFMAN).....	73
2.4.1 A teoria da face (Goffman).....	74
2.4.2 A teoria da cortesia idealizada por Brown e Levinson (1978; 1987).....	78
2.4.3 As críticas ao modelo teórico de Brown e Levinson.....	83
2.5 AS PESQUISAS PÓS BROWN E LEVINSON.....	87
2.5.1 As contribuições de Locher e Watts e de Fuentes Rodríguez.....	88
2.5.2 As contribuições de Catherine Kerbrat-Orecchioni.....	90
2.5.3 Síntese das teorias abordadas.....	95
3 CAMINHOS PERCORRIDOS: DA ESCOLHA DO OBJETO À METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	97

3.1	ESCOLHA DO TEMA E DO OBJETO.....	97
3.2	DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO.....	98
3.3	OBJETIVOS.....	101
3.4	A SEQUÊNCIA DA ANÁLISE.....	102
3.5	O MODELO DE ANÁLISE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES.....	103
4	ANÁLISE DO CORPUS.....	106
4.1	DESCRIÇÃO DA ABERTURA DO DEBATE.....	106
4.2	FORMAS DE TRATAMENTO RECORRENTES NO DEBATE.....	107
4.3	ANÁLISE DAS FORMAS DE TRATAMENTO NA INTERLOCUÇÃO DOS CANDIDATOS.....	110
4.4	ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE CORTESIA.....	117
4.4.1	Cortesia positiva e cortesia positiva aparente no discurso do candidato Aécio Neves.....	118
4.4.2	Cortesia positiva e cortesia positiva aparente no discurso da candidata Dilma Rousseff.....	127
4.4.3	Manifestações de cortesia negativa e cortesia negativa aparente.....	132
4.4.4	Outras reflexões sobre as manifestações de cortesia e cortesia aparente.....	134
4.5	MANIFESTAÇÕES DE NÃO CORTESIA.....	136
4.5.1	Manifestações de não cortesia nos enunciados de Aécio Neves.....	136
4.5.2	Manifestações de não cortesia nos enunciados de Dilma Rousseff.....	143
4.6	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE DESCORTESIA (positiva, negativa e indireta).....	146
4.6.1	Manifestações de descortesia positiva de Aécio Neves.....	147
4.6.2	Manifestações de descortesia positiva de Dilma Rousseff.....	154
4.6.3	Manifestações de descortesia negativa de Aécio Neves.....	159
4.6.4	Manifestações de descortesia negativa de Dilma Rousseff.....	162
4.6.5	Manifestações de descortesia indireta de ambos os candidatos.....	165
4.7	ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DELOCUTIVAS.....	166
4.8	A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DOS <i>ETHÉ</i> DOS CANDIDATOS.....	167
4.8.1	Critérios de análise na construção dos <i>ethé</i> dos candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff.....	169
4.8.2	A construção do <i>éthos</i> de credibilidade do candidato Aécio Neves.....	170
4.8.3	A construção do <i>éthos</i> de identidade do candidato Aécio Neves.....	176
4.8.4	A construção do <i>éthos</i> de credibilidade da candidata Dilma Rousseff.....	178
4.8.5	A construção do <i>éthos</i> de identidade da candidata Dilma Rousseff.....	181
4.8.6	A construção e a desconstrução do <i>éthos</i> nos discursos finais dos candidatos.....	182
4.8.6.1	Discurso final do candidato Aécio Neves.....	182
4.8.6.2	Discurso final da candidata Dilma Rousseff.....	184
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
	REFERÊNCIAS.....	202
	ANEXOS.....	211

INTRODUÇÃO

No âmbito dos estudos linguísticos, esta tese volta-se ao estudo da interação linguística face a face, no qual se pretendem investigar manifestações de cortesia e descortesia entre interlocutores.

O tipo de interação que escolhemos para fazer este estudo é aquele por meio do qual se realiza a prática social dos debates políticos, em que candidatos a um determinado cargo eleitoral se confrontam, face a face, para a divulgação pública de suas propostas e ideias, visando ao apoio dos eleitores a seus projetos. Conforme consta no título, o debate escolhido para estudo nesta tese é o realizado entre os candidatos Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves Cunha, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Este foi o segundo dos três debates realizados pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), durante a campanha do segundo turno para as eleições presidenciais de 2014. São, portanto, as manifestações de cortesia e de descortesia entre os referidos interlocutores, no desdobramento do debate em questão, que constituem o objeto específico de nosso estudo.

Para a configuração precisa de nosso trabalho, focalizamos dois aspectos: a caracterização interacional do debate escolhido e o enfoque a ser dado às manifestações de cortesia e descortesia. No que respeita ao primeiro aspecto, o referido evento se realizou nos estúdios do SBT – Sistema Brasileiro de Televisão, organizado em parceria com a UOL – Universo *Online* e a Rádio Jovem Pan. O programa televisivo mediado pelo jornalista Carlos Nascimento ocorreu no dia 16 de outubro de 2014. Durante uma hora e vinte minutos, Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT e Aécio Neves, candidato do PSDB, debateram diferentes temas previamente sorteados pelos organizadores do debate.

Analisamos, portanto, uma interação face a face entre dois políticos que, às vésperas do segundo turno da eleição, discutem diferentes assuntos diante do público telespectador. Assim, constituem o *corpus* desta pesquisa os enunciados do referido debate, disponibilizados *online*¹. Quanto ao segundo aspecto, o enfoque privilegiado na análise das manifestações de cortesia e descortesia é o linguístico-discursivo, ou seja, damos relevância à realização linguístico-discursiva dessas manifestações, sem, no entanto, desprezar aspectos não

¹ Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/16/integra-do-debate-uolsbtjovem-pan-com-os-candidatos-a-presidencia.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

linguísticos (gestuais, mímicos ou até proxêmicos) que pudessem concorrer para melhor elucidação das questões de ordem propriamente linguística.

Quanto ao uso dos termos *polidez/impolidez* e *cortesia/descortesia*, damos preferência aos últimos, embora apareçam, em algumas citações, os termos *polidez/impolidez*. Nota-se forte tendência anglo-saxônica ao uso do termo *polidez*, enquanto, no Brasil, em que os estudos sobre cortesia se iniciaram mais recentemente, há uma tendência ao uso do termo *cortesia* e, conseqüentemente, de *descortesia* em lugar de *impolidez*. Uma distinção mais clara sobre o posicionamento dos autores em relação a essa questão terminológica ocorre no capítulo II deste trabalho.

Mas, o que é ser cortês ou polido e o que isso significa nas trocas verbais? Em sentido amplo, a noção de cortesia recobre “todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.77). Dessa forma, para ser considerado cortês, o indivíduo deve comportar-se adequadamente em relação ao interlocutor, respeitando o *contrato comunicativo* nas inter-relações pessoais, uma espécie de acordo prévio estabelecido entre os interlocutores. Para Charaudeau (2006, p.68) “[...] toda troca linguageira se realiza num quadro de co-intencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação”.

Ora, se a cortesia é um fenômeno voltado à harmonia na conversa, mostrar-se descortês cria o risco do desacordo, do desequilíbrio na interação. “A descortesia é o resultado de um “incidente” que danifica a face do interlocutor e a própria face” (MURO, 2010, p. 11, tradução nossa).² Essa definição de descortesia coincide com as concepções de Culpeper, Bousfeld, Wichmann (2003) e Haverkate (1994). No entanto, é importante lembrar que há alguns gêneros discursivos, dentre os quais se encontra o debate político, em que as manifestações efetivamente corteses são raras. Muitas vezes, a cortesia manifesta é apenas aparente, sendo o enunciado, em seu conteúdo, evidentemente descortês. Um exemplo disso é o estudo em que se analisa o discurso parlamentar português (MARQUES, 2008). Afirma a linguista que esse tipo de discurso se caracteriza pela agressividade, contudo, os atos agressivos são limitados, haja vista que os debatedores estão sujeitos aos códigos de conduta do parlamento. Situações semelhantes podem ser observadas no debate político em campanhas eleitorais, uma vez que os candidatos precisam respeitar as normas estabelecidas pelos organizadores do programa televisivo. Além disso, há uma visível preocupação dos debatedores em construir e manter uma autoimagem favorável diante dos eleitores. Trata-se,

² Citação original: “La descortesía es el resultado de un “incidente” que daña la cara del interlocutor y la propia”.

portanto, de um conflito ritualizado, em que os candidatos têm liberdade de ação, mas, ao mesmo tempo, estão vinculados a um contrato comunicativo.

É importante destacar ainda, que uma formulação não é cortês ou descortês por si só. Essa qualificação é sempre uma determinação da situação e do contexto em que a formulação ocorre. Em outras palavras, a cortesia e a descortesia dos enunciados são determinadas pelo contrato comunicacional que configura e sustenta a interação entre os interlocutores. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2014, p.51), será julgado cortês todo enunciado “apropriado” e descortês todo enunciado “inapropriado”. Assim, torna-se impossível perceber o caráter cortês ou descortês dos enunciados fora de seu contexto de uso.

A cortesia e a descortesia são fatos de discurso e não de mera formulação linguística. Cabe lembrar que os estudos nesse âmbito são relativamente recentes. Foi a partir da década da publicação da *teoria da face* de Goffman³, que a cortesia passou a ser o foco das pesquisas pragmáticas e sociolinguísticas. Em linhas gerais, o sociólogo traça o estabelecimento das relações sociais como principal objetivo da comunicação humana. Com a *teoria da face*, passa-se a valorizar todo o tipo de cenário e os detalhes que envolvem as interações humanas, por meio de ‘atividades de imagem’ (*face work*) para reparar os atos ameaçadores ou compensar a agressividade. A face, a que se refere Goffman, é, em síntese, a representação que cada ser humano faz de si mesmo, a partir das determinações sociais que o configuram, ou seja, a imagem pela qual gostaria de ser reconhecido pelo outro. Dependendo das estratégias utilizadas numa interação, essa imagem pode ser valorizada, mantida ou desconstruída. Essa face “tem caráter público e interpessoal e nela confluem o autorrespeito e a consideração para manter tanto a imagem própria como a dos outros”⁴ (FUENTES RODRÍGUEZ, 2010b, p. 855, tradução nossa).

A proposta relativa à preservação da face instigou outros pesquisadores, dentre os quais Leech (1983), que destacou a cortesia como reguladora do equilíbrio e da distância social entre os indivíduos em interação. Após pesquisas no México, no Sul da Índia e em comunidades inglesas, Brown e Levinson (1987) apresentam um modelo teórico para as análises no âmbito da cortesia e na defesa da universalidade da imagem. Apesar das numerosas críticas tecidas ao modelo apresentado, o modelo de análise continua sendo referência para a quase totalidade dos estudos sobre cortesia.

³ GOFFMAN, Ervin. *Interaction ritual*. Nueva York: Pantheon Books, 1967.

⁴ Citação original: “Tiene un carácter público e interpersonal. En ella confluyen el autorrespeto y la consideración para mantener tanto la imagen propia como la de los otros”.

Mais recentemente, tomaram evidência também as propostas sobre o tema apresentadas por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1990; 1993; 2006). Apesar de não concordar totalmente com o modelo teórico de Brown e Levinson, a autora reconhece a relevância do citado modelo e sugere sua ampliação teórica no sentido de contemplar aspectos não abordados.

Autores contemporâneos como Briz (2003; 2007; 2013; 2014); Albelda Marco e Briz (2010); Cordisco (2005); Marques (2014) e vários outros, contribuíram substancialmente nesta pesquisa. Citamos também, as teorias de Bolívar (2005) e Charaudeau (2013) que, mesmo não apresentando novos modelos teóricos, nos instigaram a importantes pontos de reflexão, no presente estudo.

Notamos, pela breve trajetória relatada, que os estudos discursivos no âmbito das interações verbais sobre cortesia têm tido avanços bastante significativos nas últimas décadas. No que se refere à descortesia, destacam-se as pesquisas em que se analisam debates políticos entre candidatos a eleições presidenciais na França (KERBRAT-ORECCHIONI, 2013a; 2013b; 2013c; 2014). As ideias e métodos de análise da referida autora contribuíram substancialmente com o presente estudo, principalmente pela semelhança na caracterização dos objetos analisados. Outros estudos relevantes no âmbito da descortesia são os de Culpeper (1996; 2011), Blas Arroyo (2001; 2010), Fuentes Rodríguez (2010a, 2010b) e Bolívar (2005).

Estas e outras obras demonstram o reconhecimento da relevância linguística da temática em questão, a descortesia, especialmente porque no Brasil, os estudos nesse âmbito ainda são escassos.

Mas, quais seriam as razões de termos escolhido o debate político como objeto da nossa tese? A maior delas decorre de certas peculiaridades que esse tipo de interação apresenta, o que o torna particularmente fértil para uma análise do ponto de vista interacional e especificamente do ponto de vista dos procedimentos de cortesia/descortesia. É justamente nessa perspectiva que o *debate político* nos chamou a atenção. Como há muito tempo desenvolvemos o interesse por estudar as formas cortesias e descortesias nas interações em diferentes situações e contextos, vimos nos debates políticos, realizados durante a campanha presidencial de 2014, particularmente os apresentados no segundo turno, um campo bastante profícuo para esse estudo, especialmente por seu caráter marcadamente (para não dizer caricaturalmente) confrontador, quiçá, bélico. É dessa forma que se definem os debates políticos midiáticos, como guerras metafóricas ou “interações de caráter ‘confrontador’, espécies de guerras verbais [...]” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 47). A linguista afirma que, nessas “guerras”, a cortesia não tem espaço, pois os debatedores, para vencer a

batalha, *atacam* seus adversários. Ora, qualquer pessoa que tenha assistido aos debates dos candidatos finalistas do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2014, certamente concorda com a mencionada autora francesa. Diante desse emaranhado conflituoso que envolve o nosso objeto de pesquisa, são estas as principais perguntas que nos moveram a realizar o presente estudo: 1) quais são as estratégias de cortesia e, particularmente, de descortesia usadas pelos candidatos? 2) de que forma e por que razões os candidatos ameaçam as faces um do outro? 3) quanto à descortesia, em que circunstâncias do debate ela se torna mais evidente? 4) quanto à cortesia, qual é a sua função nas poucas vezes em que ocorre? 5) do ponto de vista das intervenções cortesias e descortesias, qual é o *éthos* de cada candidato que emerge do debate?

Corroborando o pensamento de Kerbrat-Orecchioni em relação à especificidade descortês do debate político, Silva (2013) comenta que a tendência dos enunciadores nesse tipo de interação verbal é utilizar-se de estratégias de autovalorização em detrimento da qualificação do candidato oponente. O autor explica que “no debate eleitoral, é comum que haja, não a preservação da própria imagem, mas a autopromoção” (SILVA, 2013, p.105). Quando isso acontece, explicita o linguista, “é natural que se pense que a valorização da própria imagem ocorra em detrimento da imagem do adversário”. Formulam-se, assim, contrastes desvantajosos em relação ao adversário, na intenção de persuadir os eleitores. As denúncias, mesmo sem provas consistentes, também fazem parte do grupo de estratégias para “denegrir a imagem do oponente”. Elas se tornam ainda mais ameaçadoras quando o locutor atribui a outrem a responsabilidade, isentando-se do que foi dito sobre adversário político.

No entanto, a descortesia nos debates midiáticos também tem limites, uma vez que eventos dessa natureza “estão sujeitos a regras bem precisas que é conveniente respeitar, especialmente porque se passa sob o olhar de milhões de telespectadores que são tanto testemunhas quanto juízes da ‘regularidade’ das trocas” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p.47). Assim, ao desrespeitar as normas vigentes do programa, os debatedores arriscam a própria face, pois o público, principal alvo do debate, pode não aprovar tais atitudes desrespeitosas e, conseqüentemente, não retribuir com o voto.

Diante de toda essa complexidade que envolve o objeto que nos propusemos a analisar, não se espera dos contendores de um debate político manifestações de cortesia, mas, para que estes protejam a sua própria imagem, Kerbrat-Orecchioni (2014, p.49) recomenda que “as arestas afiadas demais” sejam polidas, isto é, que os candidatos controlem os seus atos e saibam utilizar-se dos recursos atenuadores, para não serem julgados demasiadamente

descorteses. A linguista lembra ainda que, nesse tipo de contexto, a reação do enunciatário pode auxiliar no discernimento das fronteiras entre os ataques considerados lícitos ou ilícitos.

Kerbrat-Orecchioni (2014) estabelece uma distinção entre não cortesia e descortesia no debate político. A primeira é a descortesia lícita nesse tipo de contrato comunicacional, isto é, aquela que é permitida dentro do contexto interacional, por conter marcas atenuadoras; a segunda é a descortesia ilícita, marcada pela ofensa ou pelo insulto.

Como vimos, ser descortês ou não cortês é recurso recorrente dos interlocutores para alcançarem seus objetivos num debate político. Deve-se, então, admitir que a descortesia é um objeto relevante de investigação na performance linguístico-discursiva dos debatedores. Isso decorre tanto do ponto de vista da descrição sintático-lexical das formulações descorteses, quanto do ponto de vista de suas determinações interativo-argumentativas. Mas, talvez, o que mais evidencia a importância de um estudo da cortesia/descortesia é a razão das escolhas de enunciados descorteses nesse contexto. A nosso ver, sejam quais forem os motivos pessoais de cada candidato para ser descortês com o seu interlocutor, todos eles convergem para um só: a necessidade de, por força de seus argumentos, conquistar o voto do público eleitor.

Embora afirmemos que nos interessa, no estudo do debate político em questão, a cortesia e a descortesia nas manifestações dos contendores, a nossa atenção se voltou predominantemente às manifestações de *não cortesia* e de *descortesia linguística*, uma vez que são estas as que predominam no desdobramento do debate.

Diante do exposto, o objetivo geral desta tese é: *analisar e interpretar as intervenções linguístico-discursivas dos debatedores por meio das quais eles se mostram corteses e, particularmente, não corteses e descorteses.*

Na perspectiva desse grande objetivo, os objetivos específicos⁵ da tese são:

a) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de **cortesia positiva**.* Entendemos por cortesia positiva, numa interação face a face, as manifestações em que o falante se dirige de forma explicitamente valorizadora ao interlocutor, incentivando-o, tecendo-lhe elogios e qualificações em geral.

b) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de **cortesia aparente**.* Ser aparentemente cortês significa utilizar-se de formulações corteses, com o propósito, no entanto, de atacar ou pôr em risco a face do adversário. Em outras palavras, pratica-se a cortesia na forma, porém, no conteúdo, esses procedimentos se transformam em verdadeiros “ataques” ofensivos, quando não insultos caracterizadores de descortesia. Kerbrat-Orecchioni

⁵ Apresentamos a seguir os objetivos específicos, acompanhados de uma breve antecipação explicativa de cada um.

(2014) denomina esse tipo de estratégia como “polirruidez”, lembrando que esta consiste no uso de marcadores excessivamente corteses (hipercorteses) em relação às normas que regulamentam o contexto comunicacional no momento da interação. Esse tipo de atitude gera ironia e humor, com dois objetivos: atacar o adversário, expondo-o ao ridículo e, assim, promover um espetáculo midiático no intuito de conquistar o apoio da audiência.

c) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de **cortesia negativa**.*

Esse tipo de manifestação tem sido o objeto de estudo mais recorrente das pesquisas sobre cortesia. A cortesia negativa consiste em minimizar ameaças à face do enunciatário, utilizando-se para isso estratégias de *atenuação* como o pedido de desculpas e outros procedimentos que possam mitigar os danos na interação face a face.

d) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de **não cortesia**.*

Entendemos por *não corteses* as manifestações que são ameaçadoras da face do outro, mas lícitas no contrato comunicacional em vigor nesta interação. São os atos que soam descorteses, porém, como não atingem diretamente a integridade física ou moral do candidato oponente, ficam no âmbito da não cortesia. Em outras palavras, não são descorteses, mas também, não são percebidos como corteses. Incluímos nesta categoria, a maioria dos “ataques” ao partido político que cada candidato representa no debate.

e) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de **descortesia**.* No presente debate, são consideradas descorteses as manifestações ilícitas para este tipo de contrato comunicacional. Explicitando melhor, são descorteses, em termos gerais, aquelas manifestações da ordem do insulto, da ofensa, e todas as demais que ultrapassam as fronteiras do permitido numa interação entre candidatos que se expõem para granjearem a confiança dos eleitores.

f) *Descrever especialmente em sua forma, mas também em suas funções:*

- *Os modos de interpelação dos interlocutores.* Estes podem variar durante o debate, dependendo do efeito de aproximação ou de distanciamento que um candidato pretende produzir em relação ao outro. Assim, são usados apelativos como “senhor(a)”, “senhor(a) candidato(a)”, “candidato (a)”, “você”, “nós inclusivo”, além de outros.
- *A delocução ou “tropo comunicacional”* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), cujas motivações ou efeitos de descortesia são variáveis no debate político. A delocução ocorre quando um dos candidatos se dirige (aparentemente) ao mediador ou público, mas na verdade está provocando o seu adversário.

g) *Identificar interrupções da fala de um debatedor por seu interlocutor* e explicitar os efeitos desse procedimento.

h) Feita essa análise, o nosso último objetivo específico consiste em configurar o *éthos*⁶ *cortês/descortês* dos debatedores que emerge nos limites do debate em questão.

Quanto a este último objetivo, cabe esclarecer que é impossível construir ou configurar o *éthos* de cada candidato a partir de um único debate, isto é, sem considerar a totalidade discursiva. Nesse sentido, Discini (2015) argumenta que o *éthos* equivale ao estilo e que a “imagem de um enunciador é depreendida da descrição feita de mecanismos de construção do sentido dos textos constituintes de uma totalidade [...]” (DISCINI, 2015, p.127). Portanto, entende-se que é na totalidade discursiva que se analisa o ator da enunciação. É o que ocorre nas análises de obras literárias. Se apenas uma das obras de uma coleção do mesmo autor for analisada, identificam-se apenas traços do narrador dessa obra, pois o *éthos* de enunciador somente poderá ser configurado no estudo do conjunto. Assim, nesta tese, queremos definir o *éthos* dos debatedores enquanto “narradores” do debate em pauta e não enquanto atores da enunciação em manifestações discursivas dessa ordem em geral.

Para alcançarmos os objetivos relacionados acima, apresentamos, a seguir, uma síntese dos procedimentos metodológicos utilizados. De posse do material de análise (vídeos e transcrições das manifestações verbais) do debate político já anteriormente identificado, partimos, num primeiro momento, para a familiarização com ele, visando a um reconhecimento preliminar das manifestações de cortesia/descortesia, tendo sempre em mente os objetivos já mencionados. Nessa primeira aproximação também conferimos a fidelidade da transcrição das falas registradas nos vídeos. Numa segunda etapa, fizemos o levantamento das ocorrências que, segundo nossos objetivos, seriam objetos de posterior análise. A bem da verdade, no próprio levantamento a análise já se fez presente, ainda que não de forma detalhada e acabada. Por fim, a última parte do trabalho consistiu na descrição específica e na interpretação discursivo-linguística das variadas manifestações, conforme a sequência proposta nos objetivos.

Como se pode observar, em nenhum dos objetivos falamos em analisar *as manifestações*, mas sim, *manifestações*. Com isso, queremos dizer que não nos propusemos a analisar todos os casos ocorrentes, mesmo porque alguns se repetem à exaustão. Analisar

⁶ Entendemos por *éthos* “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU & MANGUENEAU, 2004, p. 220).

todos é evidentemente desnecessário, porque repetitivo. O nosso interesse era fazer uma análise substancialmente representativa, que contribuísse efetivamente para responder aos questionamentos da pesquisa e à configuração do *éthos* dos debatedores.

Quanto à fundamentação teórica, dois princípios teóricos orientaram o nosso estudo: a) os fundamentos do discurso político, mais especificamente, do debate político eleitoral e do *éthos* do discurso; b) os fundamentos da *cortesia/descortesia*, contemplando-se também, alguns conceitos relevantes dos estudos da enunciação, por entendermos que toda e qualquer manifestação linguística na realização das práticas sociais dos indivíduos realiza-se nesse âmbito. Cabe informar que, no intuito de facilitar a leitura e a compreensão, as citações em língua estrangeira foram todas traduzidas ao português no próprio texto, constando as originais em notas de rodapé.

Diante do exposto até aqui, apresentamos a estrutura dos capítulos de nossa tese: no primeiro, elucidamos a natureza e as características linguístico-discursivas de nosso objeto de estudo que é o debate político. Esse capítulo traz importantes informações para entender a estrutura de um debate político televisivo, haja vista a tripla interação que acontece nesse tipo específico de evento comunicativo, a saber: além do jornalista mediador e dos debatedores, há um terceiro sujeito a ser considerado nessa interação, o público telespectador. Na perspectiva desse capítulo, os fundamentos teóricos apresentados por Kerbrat-Orecchioni (1993; 2006; 2014) e Braga (2006) nos levaram a melhor compreender o ‘quadro participativo’ e o funcionamento de um debate político. As bases teóricas de Charaudeau (2013) foram determinantes para entender as particularidades do discurso político e para a configuração do *éthos* dos debatedores.

No segundo capítulo, como um componente da ação enunciativa, detalhamos as noções específicas que orientam os estudos da *cortesia* e da *descortesia*. Trata-se, sem dúvida, do capítulo teórico mais importante desta tese, já que nele especificamos os conceitos que nos levaram a definir as categorias de análise necessárias para concretizar os objetivos específicos do estudo. Esse capítulo, redigido à luz dos estudos mais destacados sobre cortesia e descortesia, inicia-se com algumas teorias clássicas interacionais (GOFFMAN, 1967; BROWN E LEVINSON, 1987; LEECH, 1983) e evidencia, na sequência, autores contemporâneos, com destaque para Kerbrat-Orecchioni (2014); Albelda Marco e Briz (2010); Bolívar (2005); Briz (2003; 2013); Blas Arroyo (2001; 2011), Culpeper (1996; 2011).

No terceiro capítulo, detalhamos os procedimentos metodológicos, desde a escolha do objeto até a análise do *corpus*. Faz-se a contextualização do objeto de pesquisa, indispensável

para estabelecer os contornos da análise e da interpretação do corpus e para demarcar os limites de generalização das conclusões.

Dedicamos o quarto e último capítulo especificamente à análise e interpretação dos dados, de acordo com o estabelecido em nossos objetivos. Procuramos evidenciar que saber usar as estratégias de cortesia e de descortesia adequadas ao contrato interativo em questão (como enunciador) e saber interpretá-las nessa sintonia (como enunciatário e coenunciador), significa saber usar de forma competente a linguagem, o que, na maioria das vezes, resulta no êxito da interação.

Por fim, no âmbito das considerações finais, apresentamos uma retomada dos pontos de análise, apresentando as respostas às perguntas feitas inicialmente, e respondendo aos objetivos propostos. A reflexão realizada nessa última etapa do trabalho nos despertou ainda mais o interesse em continuar investigando cortesia e de descortesia nas interações humanas em geral e nas interações de ordem política em debates eleitorais em particular. Também permitiu que mudássemos o nosso ponto de vista em relação ao estabelecimento de fronteiras entre os diferentes atos de cortesia e de descortesia.

Que a leitura desta tese abra novas perspectivas para outros pesquisadores que se interessam por decifrar o que realmente acontece nas interações humanas, especialmente, em ambientes de conflito.

1 DISCURSO POLÍTICO: ESPECIFICIDADES DO DEBATE ELEITORAL E A CONFIGURAÇÃO DO *ÉTHOS*

“A linguagem política dissimula para fazer as mentiras soarem verdadeiras e para dar aparência consistente ao puro vento.”

(George Orwell)

Nesta primeira seção do trabalho, discutiremos o discurso *político*, suas origens e características, bem como as suas diferentes instâncias. Definiremos também o debate político midiático, sua estrutura, as funções de seus participantes, assim como as regras que normatizam esse tipo de evento. Discutiremos ainda, os avanços observados nas regras e na apresentação dos debates político-televisivos desde seu surgimento até a contemporaneidade. Por fim, dedicaremos um espaço à discussão sobre a configuração do *éthos* político, por considerarmos a relevância desse assunto para a análise do *corpus*.

1.1 O DISCURSO POLÍTICO

Antes de apresentar propriamente a noção de discurso político, cabe apresentar o significado dos termos *política*, *sujeito político* e *campo político*.

Segundo a etimologia da palavra, o termo *politiká* se origina do grego, *pólis*, cujo significado é bastante abrangente: “forma de organização social” ou “aquilo que é público”. A política está, em geral, relacionada com aquilo que diz respeito ao espaço público. O termo se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*⁷. Com a emergência da *pólis*, cidades-estado na Grécia Antiga, a sociedade passou a ser organizada por meio de uma Constituição que assegura o direito à liberdade (ARENDDT, 1998).

Pertencer à *pólis*, então, significava ser livre, direito assegurado também às mulheres, aos escravos e aos imigrantes, excluídos até então. Nessa trajetória da instituição da sociedade grega, surge a noção de sujeito político, que só se constitui dentro de uma situação da qual possa ser agente. Assim, o sujeito que antes era visto apenas como um indivíduo, sem direito a agir politicamente na sociedade, passa a ser instaurado na e pela situação.

⁷ Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=6486>. Acesso em 16 de maio/2016.

Ser um sujeito político significa, pois, poder interferir livremente na história, por meio de ações políticas, participando de forma direta ou indireta nas decisões que envolvem os membros da sociedade como um todo. Essas ações às quais nos referimos são atividades lúdicas, reflexivas e deliberativas, que autorizam a elaboração e a execução de projetos coletivos e, ao mesmo tempo, permitem a autonomia do sujeito como ser social. Dessa forma, o *sujeito político* é, antes de tudo, um cidadão com direitos e deveres e, nesse sentido, está subordinado a regras estabelecidas pela sociedade que, se transgredidas, levam o sujeito à repreensão.

Por último, definiremos, a partir de Pierre Bourdieu (2011), o que vem a ser o *campo político*. A palavra *campo* é empregada pelo autor como um “microcosmo social”, um espaço de lutas com vistas a transformar as relações de forças no interior do “macrocosmo social”. O sociólogo faz uma analogia entre o campo político e o campo religioso, ambos considerados como microcosmos sociais, com leis próprias. Explica que, nesses espaços, os comportamentos das pessoas são determinados a partir da posição que ocupam na estrutura da relação de forças. O campo político é definido como um lugar de socialização do comportamento político⁸ com forte tendência de oposição a certa política espontânea. O campo político é descrito também como um “jogo” em que se disputa “a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social”. Jogo esse em que “a opinião muda sob influência das mídias, as mídias sob a influência da política e da opinião” e o político “sob influência das mídias de opinião” (CHARAUDEAU, 2013, p. 25). Entendemos, pois, por campo político, um espaço que permite a construção do jogo político, assim como permite comparar a realidade construída com outras realidades, das quais, a mais próxima é, de acordo com o próprio Bourdieu (2011), o campo religioso.

Considerando a complexidade da estruturação do campo político, distinguem-se três lugares de fabricação dele, a saber: “um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação”. Por “lugar”, entenda-se o espaço constitutivo do campo político ocupado por diferentes instâncias mobilizadoras da ação política. A cada um dos lugares referidos por Charaudeau, corresponde uma dessas instâncias: o lugar da governança é ocupado pela *instância política* e sua instância adversária; o lugar de opinião pertence à *instância cidadã*, e o lugar da mediação diz respeito à *instância midiática* (CHARAUDEAU, 2013). Em outras

⁸ Watts (1989, p.135) define o termo *comportamento político* como algo “socioculturalmente determinado” e que tem por objetivo “estabelecer e/ou manter num estado de equilíbrio as relações pessoais entre os indivíduos de um grupo social”. Assim, o comportamento marcado/não político, é interpretado como um desvio negativo na interação. Já o comportamento não marcado e, portanto, político é o que se considera “politicamente correto”.

palavras, temos os governantes e seus adversários no espaço da governança, onde os que estão no poder e querem manter-se nele tentam persuadir o povo (a instância cidadã), ao mesmo tempo em que os opositores políticos (a instância adversária) investem para tomar o espaço dos que estão na governança.

A *instância cidadã* é definida, pois, como um lugar em que a opinião é construída fora do governo. Nesse espaço, “os atores” buscam informar-se, tirar suas dúvidas, para capacitarem-se a julgar as propostas que lhes são feitas pelos políticos e, dessa forma, terão mais tranquilidade para criticar ou eleger seus governantes. Integram a instância cidadã os sindicatos, corporações, grupos étnicos, coordenações, situações de protesto e outras organizações mais ou menos institucionais. Essa instância é, portanto, heterogênea e está subdividida em “sociedade civil e sociedade cidadã”. A primeira concerne à vida pública ou privada, defendendo seus direitos, individualmente ou em grupos, enquanto a segunda é construída pela junção de cidadãos conscientes de seu papel político na sociedade e distingue-se da sociedade civil pelo fato de compor-se de “indivíduos de direitos e não de pessoas físicas concretas” (CHARAUDEAU, 2013, p. 60).

Finalmente, nosso foco passa a ser a instância *mediática*, que é, dentre as três instâncias citadas, a que mais nos interessa no presente estudo, embora ela passe a existir em função da primeira e da segunda instâncias. Igualmente fora da governança, os indivíduos da terceira instância têm, como principal propósito, unir as instâncias política e cidadã. São esses indivíduos que se utilizam dos meios da mídia, fazendo com que a informação atravesse o espaço de maneira multidirecional. Por sua vez, a instância mediática tenta capturar o que está oculto nas declarações dos políticos, denuncia, interpela e acusa os poderes públicos, pois é “na ação social do sujeito político que se projeta sua legitimidade (...), resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 63-64). Assim, quem garante esse direito aos governantes é a instância cidadã.

1.1.1 O discurso político: conceituação e reflexão

Na sequência, e mais detalhadamente, voltamos nossa atenção à noção de discurso político, até porque, sendo o debate eleitoral o objeto escolhido para esta pesquisa, é do discurso político que, em última instância, temos que tratar.

Tão antigo quanto a fundação da sociedade humana, o discurso político é, em sentido mais amplo, o espaço discursivo do cidadão, em que esse, por meio da força persuasiva da

linguagem, defende suas ideias e seus projetos, contesta e critica posicionamentos alheios e, sobretudo, tenta fazer valer os seus direitos, a sua “verdade”. É, portanto, um texto de caráter persuasivo-argumentativo com as funções de persuadir, refutar, estabelecer relações entre fatos e hipóteses, mas, principalmente, uma tentativa constante de constituir sentidos em meio a um cenário de disputas pelo poder.

Quando Charaudeau afirma que “o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras”, ele explica que “essa máscara não é necessariamente o que esconde a realidade”. Transformada em signo de dissimulação e até mesmo de fraude nas representações do mundo ocidental, a máscara é também “símbolo da identificação, a ponto de nela se confundirem o ser e o parecer, a pessoa e a personagem, tal como no teatro grego. Não há mais oposição entre o verdadeiro e o falso, o autêntico e o artifício, o vivido e o representado” (CHARAUDEAU, 2013, p.3).

Por isso, o discurso político deve ser visto e interpretado sempre com senso crítico, pois *o parecer*, certas vezes, transcende *o ser*, criando-se uma espécie de ilusão. Nesse tipo de discurso, é preciso redobrar a atenção para compreender o que é dito (o explícito) e o que fica nas entrelinhas. É importante sublinhar que existe, no discurso político atual, uma forte tendência ao uso da palavra para desqualificar os adversários políticos em benefício próprio ou do partido eleitoral que se representa. Dessa forma, a imagem do orador se constitui de acordo com o que ele diz, de como o diz e de sua *performance* durante o seu discurso.

Entendemos o discurso político também como ato de comunicação resultante da mescla sutil entre “a palavra que deve fundar a política e a que deveria gerir a política” (CHARAUDEAU, 2013, p. 40-45). Assim, esse tipo de discurso é proferido em comícios, debates, reuniões, programas políticos eleitorais e outros ambientes discursivos em que se almejam poder e legitimidade. É por meio do discurso político que os candidatos se fazem conhecer, apresentam as suas propostas de governo, expõem suas qualidades, suas características positivas e tentam, por meio de diferentes argumentos e estratégias, convencer os eleitores a neles confiarem o seu voto. Se, como acabamos de afirmar, o discurso político tem a pretensão de convencer o eleitor, devemos admitir também que a televisão, principal meio de comunicação utilizado para a transmissão dos discursos políticos, desempenha importante papel na sociedade, devido à sua grande participação na formação da opinião pública, transformando-se num poderoso instrumento ideológico. Ela pode interferir positiva ou negativamente na vida do cidadão, dependendo de como são veiculadas as informações divulgadas. Por essa razão, ao divulgar as notícias políticas ou organizar programas políticos,

como os debates, por exemplo, é essencial que haja o máximo de imparcialidade por parte dos profissionais que atuam nesses programas.

Cabe informar que o discurso político “[...] trabalha com os parâmetros da parcialidade: é um discurso válido para um tempo determinado, um espaço preciso. Por isso, é localizado no tempo e no espaço” (FIORIN, 2013, p. 24). Assim, esse tipo de discurso tem as categorias básicas da enunciação, e seus enunciadores precisam adequar-se a cada contexto. Embora seja um discurso que “se pretende verdadeiro”, sua verdade não é universal. Fiorin entende o discurso político como “um discurso da ordem do saber, uma vez que o político que se dirige ao eleitorado se apresenta como um conhecedor dos problemas da unidade político-administrativa que pretende dirigir e da maneira de resolvê-los” (Idem), lembrando que o objetivo final é o “bem do povo”.

Sabemos que a discussão em torno do poder e da legitimidade não é recente, pois iniciou com Platão, passou por Weber e outros autores clássicos. Mais recentemente, quem vem se destacando nos estudos voltados ao discurso político é Patrick Charaudeau. Explica o autor que, na política, há sempre uma relação de poder entre um sujeito dominador e um sujeito dominado. É dessa maneira, por meio de relações sociais, que se constrói o vínculo social entre os indivíduos. “A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um ‘poder de fazer – isto é, de decisão e de ação – e ‘um poder de fazer pensar’, isto é, de manipulação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 56). Nessa complexidade das relações de força, entram a linguagem, as ações e as instâncias políticas, já discutidas anteriormente. A ação política não acontece sem a linguagem porque é o discurso que lhe garante o sentido que, por sua vez, não existe sem o discurso. É o que Charaudeau denomina *princípio da alteridade* que, juntamente com os princípios da *influência* e da *regulação*, instituíram o ato da linguagem pelo qual um ser humano age sobre o outro. Para completar o enfoque comunicacional, o sujeito se utiliza da sanção, que pode resultar num castigo ou numa gratificação, dependendo da ação desenvolvida.

As definições e declarações acima evidenciam que, tanto Fiorin (2013) quanto Charaudeau (2013), entendem o discurso político na perspectiva do poder, do sujeito que busca manipular o outro para, dessa maneira, conseguir o reconhecimento por parte da sociedade, especialmente do eleitor. Concordamos com os autores citados, na medida em que entendemos o discurso político como o resultado de uma atividade discursiva, em busca do poder, de um ideal político e da construção da opinião pública. No discurso político, em que se inclui o debate político eleitoral, constata-se o inverso do que ocorre nas demais interações humanas, em que, na maioria das vezes, há o desejo de entendimento. Assim, nesse tipo de

discurso, “o ataque pessoal é preferível ao argumento”, buscando-se, muitas vezes, “o desacordo, a crítica, o ataque pessoal, enfim, a descortesia” (SILVA, 2013, p. 104).

Feitas as considerações gerais sobre *política, sujeito político, campo político e discurso político*, trataremos do debate político midiático, nosso objeto de estudo.

1.1.2 O debate político midiático: origem e definições

O termo *debate* deriva do verbo debater – discutir ou disputar algo – e remete à discussão e à controvérsia. É considerado um ato de comunicação, de caráter argumentativo, em que se discutem um ou mais temas que interessem à sociedade. Esses temas são geralmente de caráter polêmico. Assim, quanto mais consistentes os argumentos e quanto mais polêmicos os temas debatidos, mais rico e interessante se torna o evento, podendo gerar competição entre os debatedores e empolgação ou revolta por parte do público que a ele assiste.

A origem dos teledebates políticos costuma ser atribuída ao processo de evolução e consolidação da democracia e aos avanços tecnológicos, mas reconhece-se neles, acima de tudo, um instrumento de conquista do voto. Diversos fatores contribuíram para que a mídia desempenhasse importante papel no processo de personalização das eleições presidenciais. Dentre esses fatores, mencionamos as transformações históricas da televisão, a modernização do meio, a partir da década de 1960, o desenvolvimento da programação, a queda no preço dos aparelhos e a mudança da composição social da audiência. No entanto, ainda não há comprovações científicas que atestem os efeitos de interferência das mídias sobre a opinião pública (CHARAUDEAU, 2013). O que se constata entre os analistas são opiniões fragmentadas e divergentes.

Nas pesquisas relacionadas ao debate político *mediático*, destacam-se também Kerbrat-Orecchioni (1990; 2014); Vion (2000), Doury (1995), Ilie (2001), Charaudeau & Ghiglione (1997), além de outros. Os debates políticos midiáticos são frequentemente percebidos como “guerras metafóricas” ou “interações de caráter confrontador, espécies de guerras verbais [...] onde se trata, antes de tudo de atacar o adversário [...]” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 47). Em outras palavras, esse tipo de debate se caracteriza especialmente pela ausência da cortesia ou pela própria descortesia, considerando-se os constantes ataques à face do candidato oponente. O uso de metáforas, além de enriquecer o discurso, é principalmente uma estratégia de manipulação.

Os debates políticos são considerados “torneios oratórios” ou “espetáculos retóricos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 282-283), pelo fato de neles se confrontarem opiniões públicas quase sempre divergentes. O autor considera a mídia como “uma máquina de captar o público” e vê os jornalistas como “máquinas de informar”. O analista não se refere apenas à televisão, mas a todo tipo de instância midiática, em que se encontram também os demais meios de comunicação. Lembra que essas empresas, assim como as demais, dependem de recursos financeiros, enfrentam concorrência comercial e, por isso, precisam seduzir o público, fazendo encenações.

A noção de debate político-eleitoral como um evento em que predomina a agressão entre os participantes (KERBRAT-ORECCHINI, 2014; CHARAUDEAU, 2013; SILVA, 2013) se justifica porque, nesse tipo de interação, é comum haver uma disputa muito grande entre os debatedores, em que cada qual quer que a sua opinião prevaleça. No tipo de confronto em que está em jogo a imagem dos participantes, os candidatos se preocupam em otimizar sua imagem, ameaçando, assim, a imagem do seu oponente.

O debate político é definido, ainda, como:

[...] um tipo de texto/discurso argumentativo por excelência, visto que, ao estruturar-se em torno de dois ou mais eixos em conflito, desenvolve linhas argumentativas divergentes, que constroem contra-discursos com o objetivo de vencer/convencer os ‘adversários’ discursivos (BRAGA, 2006, p.42).

Esse tipo de interação verbal consiste, portanto, na troca de ideias, mas com o objetivo vencer, convencendo. Para o êxito dessa interação verbal e para que possa haver argumentação, é necessário que haja, pelo menos, dois participantes, duas posições antagônicas. Braga reforça que a televisão e os *sites* da Internet são, na contemporaneidade, os meios de comunicação mais habituais de organização e transmissão dos debates, especialmente os eleitorais.

Assim, definições de Kerbrat-Orecchioni, Charaudeau, Silva e Braga convergem quanto à situação de conflito entre os debatedores, isto é, quanto ao caráter confrontador que caracteriza esse tipo de evento discursivo. A principal razão desses ataques entre os adversários políticos é, certamente, a disputa pelo voto de cada um dos eleitores.

A partir das diferentes definições sobre o debate político e, a partir delas e de outras literaturas não referenciadas neste estudo, entendemos que o *debate político televisivo* consiste em um evento comunicativo, de caráter argumentativo e político, organizado e regido por normas pré-estabelecidas, tendo como alvo o eleitor. Dessa forma, o tipo de evento em

pauta permite a participação de dois ou mais debatedores que, por meio de diferentes estratégias verbais, não verbais e/ou paraverbais⁹, defendem o seu ponto de vista, no intuito de convencer o público eleitor a votar em sua proposta de governo e, dessa maneira, derrotar o(s) seu(s) adversário(s). Trata-se, portanto, de uma discussão de caráter polêmico, na qual são apresentadas e defendidas as opiniões de cada candidato sobre temas que interessam, direta ou indiretamente aos telespectadores.

1.1.3 A caracterização do debate eleitoral

A comunicação humana, no debate político, é representada como um teatro, em que o êxito depende do bom desempenho dos atores (políticos, mediadores, público presente). O discurso, muitas vezes improvisado, no debate, adquire, dessa forma, mais uma característica do espetáculo teatral. Nesse sentido, segue uma síntese dos aspectos que podem caracterizar o debate político-eleitoral midiático:

- a existência de um quadro ‘participativo’ triangular, de que fazem parte pelo menos dois participantes, um moderador e um público;
- o papel fundamental do moderador para a regulação e estruturação do debate e das intervenções dos participantes;
- os papéis equilibrados, simétricos, equifuncionais dos participantes no debate;
- a importância do público em função do qual os participantes constroem a sua argumentação com vistas à persuasão (isotopicamente com vistas à vitória);
- o caráter pré-fixado e formal a que obedece o debate, em que estão à partida decididos o tema e a duração do debate, a ordem das intervenções, o número de participantes;
- o forte componente argumentativo, que funciona como arma verbal;
- a sua natureza dialógica, que assegura a sua especialização como um tipo de interação verbal. (BRAGA, 2006, p. 35, texto adaptado)

Quando os participantes entram em cena, geralmente tentam disfarçar a tensão e a ansiedade que neles se manifestam. Representam, da melhor forma possível, o papel que lhes foi concedido. Assim, as comparações do debate político com o teatro se justificam, pois, para conquistar a plateia, os atores (candidatos) utilizam os mais diversos recursos, sempre levando em conta os enunciatórios que, no contexto do debate político, certamente não são homogêneos. Esse fato torna ainda mais desafiante o papel do debatedor que, além de agradar os seus partidários, precisa agradar e convencer os demais telespectadores, para que acreditem no seu plano de governo, nas suas promessas de campanha e o escolham como chefe da nação

⁹ Entre os procedimentos *paraverbais* estão as entonações, as pausas, a intensidade articulatória, a elocução, além das particularidades da pronúncia que acompanham as unidades linguísticas e são transmitidas pelo canal auditivo (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

pelos próximos quatro anos. Para tanto, toma certos cuidados, desde a forma de se vestir, de utilizar os turnos que lhe são concedidos, de interpelar o debatedor oponente – seja pelo olhar, pelos gestos, pelo tom da voz – e, especialmente, pela maneira de se dirigir aos alocutários indiretos, os eleitores que aguardam ansiosos para tomar uma decisão¹⁰.

Nesse tipo de discurso, a verdade nem sempre prevalece, e uma prática frequente que observamos nos candidatos é a tentativa de construir a sua imagem sobre a desconstrução da face dos seus oponentes. Não raras vezes, utilizam dados estatísticos para mostrar que estão corretos e que o outro candidato é quem está faltando com a verdade, porém, nem sempre esses dados são verídicos. Estão interessados mesmo, com esses dados, num efeito de verdade. O próprio ambiente em que acontece o debate com fins eleitorais nos remete a um palco, espaço em que os artistas se apresentam. Se o “espetáculo” agrada e corresponder às expectativas dos espectadores, eles retribuem com o voto, o que corresponde aos aplausos no teatro.

Os debates televisivos são comparados também com os eventos desportivos:

Assim como os eventos desportivos, os debates televisivos – principalmente aqueles que envolvem candidatos à presidência, por sua importância e capacidade de mobilização mediática – podem ser considerados combates regulamentados, precedidos de longas deliberações a respeito das “regras do jogo”. Sua periodicidade é fixa, e sua credibilidade assenta-se no fato de que se consideram iguais as chances de vitória dos oponentes. Ao final do encontro, a pergunta a ser respondida é sempre: “quem ganhou o debate?”, e o juiz do confronto é a audiência, que exerce também o papel de torcida (LEITE, 2003, p.02-03).

Consideramos pertinente a comparação do debate político presidencial com a lógica competitiva dos Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo. A decisão sobre o vitorioso cabe, no entanto, ao telespectador respaldado ou influenciado pela mídia, enquanto que, na competição desportiva, é o próprio atleta ou o time que ele representa que precisa garantir a vitória. Neste caso, o público (a torcida) apenas assiste e torce para que ela aconteça. Não é raro ouvir dos eleitores, em época de campanhas eleitorais, declarações de preferência por um ou por outro candidato, a partir de opiniões pessoais formadas ao assistirem a algum debate televisionado. Embora não seja uma disputa esportiva, frequentemente ouvem-se comentários, como, por exemplo: “quem foi o vencedor?” ou “quem foi melhor?”.

¹⁰ Confira, no capítulo II, as diferentes estratégias de persuasão que se utilizam nas interações verbais, especialmente no debate político.

Tradicionalmente, os debates políticos televisivos são realizados em estúdios divididos em duas partes: a cena ou palco, e a plateia. Em relação à composição do painel, este “deve dar a imagem de um equilíbrio democrático” (BOURDIEU, 1997, p.32), especialmente quando se trata de um debate político com a representação das principais facções ideológicas. O autor argumenta que um ambiente equilibrado poderia transmitir à opinião pública uma imagem de “isenção política”.

Ressaltamos que o local é geralmente o estúdio da emissora, mas pode variar de acordo com cada situação, assim como podem variar também as características dos debates políticos. Nos programas de primeiro turno, o número de debatedores é sempre maior e, em termos gerais, os de segundo turno costumam ser mais polêmicos, pois o contexto situacional tende a ser mais tenso. Parte dessa tensão certamente se deve ao fato de os debatedores estarem ainda mais próximos do cargo público almejado, uma vez que o número de adversários é menor. Além disso, há outros dois pontos a serem considerados no que tange ao grau tensional dos debates de segundo turno: o risco de mudança de opinião de eleitores em relação a uma decisão já tomada no primeiro turno e os eleitores indecisos, o que aumenta ainda mais a responsabilidade dos debatedores nessa segunda etapa do pleito eleitoral.

1.1.4 O quadro participativo do debate

Neste item, discutiremos o denominado “quadro participativo”, os papéis interlocutivos, os diferentes tipos de receptores e o “tropa comunicacional” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) num debate eleitoral televisivo.

O termo *quadro participativo* vem de Goffman (1981), tendo sido traduzido por Kerbrat-Orecchioni (1990) para designar o número de participantes e o seu estatuto interlocutivo. Doury (1995) resumiu o referido *quadro participativo* em quatro “entidades”, ou seja, em no mínimo dois participantes ou debatedores, num moderador e no público. Em outras palavras, estabelece-se uma interação entre o mediador e cada um dos debatedores, entre esses e o público e entre os debatedores entre si. Essa interação verbal entre três ou mais locutores denomina-se *trílogue, triálogo, ou ainda, conversação triádica* (FÁVERO & AQUINO, 2002).

Para não gerar situações de conflito na interação, cada participante da conversa precisa estar atento ao que é dito, respeitar a vez do outro, não transgredir os turnos e procurar não interferir de forma inconveniente. Quanto mais formal o contexto situacional, mais cuidado deveriam ter os interactantes. Por exemplo, um encontro de amigos é geralmente descontraído

e as interrupções de turno são vistas com mais naturalidade, pois se trata de uma interação informal. Ainda assim, quando um dos interlocutores se apropria dos turnos alheios, extrapolando o tempo que lhe é concedido e centralizando a conversa, tal comportamento egocêntrico pode ser mal interpretado, uma vez que o falante invade o espaço dos demais, não permitindo a eles a mesma intensidade de participação no grupo.

Em situações formais, as exigências das regras nas trocas comunicativas são bem maiores e, em certos eventos, o desrespeito a essas regras pode colocar em risco a reputação dos infratores. Aquele que transgride as normas de um debate, por exemplo, é considerado descortês e corre o risco de ser penalizado pelos eleitores no pleito eleitoral. No próximo capítulo esse assunto voltará a ser discutido, com mais detalhes.

Como sabemos, o equilíbrio de um debate político televisivo é controlado pelos organizadores, de maneira que, quando um dos participantes extrapola seu tempo, pode ser repreendido pelo mediador para garantir a ordem do evento. Em estudo realizado a partir de um debate televisivo com políticos às vésperas das eleições municipais do ano 2000, e a partir de conversas espontâneas com três interactantes, Fávero e Aquino (2002) tentaram mostrar de que maneira se constituem os trílogos, como interagem os participantes e como evolui o quadro participativo. No referido estudo, o quadro participativo apresenta características bastante semelhantes ao do evento discursivo que nos propusemos a analisar nesta tese. Por essa razão, consideramos relevante expor aqui uma síntese apresentada pelas pesquisadoras, evidenciando, com bastante clareza, a evolução do quadro participativo no debate político analisado:

[...] há uma formação triádica quando se toma para análise o conjunto de elementos sob o prisma do jogo de interesses: o mediador (que representa a emissora, interessado na audiência e no esclarecimento do público); os políticos (que precisam garantir o eleitorado para conseguirem a vitória nas urnas); o público (telespectador que precisa decidir/confirmar que quem votar); esse conjunto evolui para um duplo esquema triangular: o que se desenrola num estúdio entre debatedores e mediador e o que põe em cena dois debatedores diante de um público (telespectador); há formações triádicas regulares, assim por nós denominada em razão de se repetirem durante o desenvolvimento do debate: político + público vs. adversário, político 2 + público vs. adversário, observando-se a fórmula ‘dois contra um’. Os papéis não oscilam, ainda que uma parte do público, no início do debate, estivesse apoiando um político e se transferisse para apoiar o outro no final do mesmo debate; o público, ainda que não esteja presente no contexto situacional e seja tomado como destinatário indireto, é na verdade um destinatário direto, por ser a própria razão da ocorrência do debate (FÁVERO & AQUINO, 2002, p. 175).

Entende-se, pois, que a tripla interação face a face consiste na troca comunicativa entre mais de dois interlocutores; contudo, no presente estudo, a tríade se amplia, pois além da interação entre os dois debatedores, Dilma Rousseff e Aécio Neves, estes interagem com o mediador Carlos Nascimento e com o público. Há ainda a troca comunicativa entre o mediador, o público convidado e os telespectadores. Sublinha-se que, estando ou não presente no estúdio, o público é o principal destinatário ou enunciatário do programa. Se houvesse convidados com direito à participação ativa – como ocorreu no último debate do segundo turno das eleições presidenciais de 2014, em que os eleitores indecisos presentes fizeram perguntas de acordo com as regras do programa –, o quadro comunicativo não sofreria alterações.

1.1.5 O mediador

Também denominado “animador” ou “árbitro do combate”, esse profissional geralmente formado em Jornalismo, é escolhido e devidamente autorizado pela emissora que representa. A ideia do moderador como porta-voz do público silencioso partiu do sociólogo francês Pierre Bourdieu e tem papel fundamental no quadro participativo.

Embora não integre os objetivos desta tese analisar o discurso do moderador, seguem algumas informações consideradas importantes para o entendimento da estrutura de um debate. Ele representa a figura do animador, é responsável pela organização do tempo dos turnos de fala e pelas perguntas lançadas aos participantes, dando-lhes direito às respostas, de acordo com a sequência previamente determinada, podendo interromper os candidatos quando esgotado o tempo de cada turno. Há, porém, outras funções acumuladas pelo moderador/mediador:

- a condução e o bom desenrolar do tema do debate;
- a referência às regras de emissão do programa;
- a alternância de vez e gestão dos tempos concedidos aos participantes;
- a concessão ou retirada da palavra;
- a suavização dos ânimos sempre que estes se alterem;
- o ajuste entre os conhecimentos dos participantes e os do público, no sentido de tornar acessível o conteúdo do debate ao maior número de telespectadores;
- a defesa dos interesses informativos do público não presente.

(DOURY, 1995, p.231, texto adaptado)

Assim como Charaudeau (2013) e outros autores já citados, Doury também considera dominante o papel do moderador, haja vista as suas responsabilidades como porta-voz do público, especialmente quando faz os ajustes das falas para que os telespectadores tenham melhor compreensão delas. Nos debates centrados em temas políticos, é compreensível que a participação do mediador seja menor, não por ser considerado menos importante, mas por uma questão de respeito às regras do programa. Ao contrário do que se possa imaginar, a autonomia do moderador é limitada: “[...] mesmo que não seja este o seu desejo, o animador é prisioneiro de seu papel, que está mais a serviço do espetáculo que de uma democracia de opiniões”¹¹ (CHARAUDEAU, 2003, p. 290). Com tais palavras, o autor dá a entender que o mediador não tem autonomia, suas ações são controladas, pois segue regras pré-estabelecidas pela emissora. Diante disso, fica preso ao seu papel de ator no espetáculo, representando a instância midiática, na medida em que concentra o poder de selecionar os convidados e conduzir o debate.

Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 84) considera o moderador como o melhor ator do debate político. No entanto, a importância do papel do mediador depende muito do tipo de debate, das regras pré-estabelecidas. Vale lembrar que antes de ser um jornalista, o mediador é um cidadão como qualquer outro, portanto, está assumindo um papel, representando. Como qualquer cidadão comum, tem também as suas ideologias e opiniões, as quais não podem ser manifestadas durante o programa. Ao contrário, muitas vezes, quando os temas selecionados pela emissora não o agradam, precisa desempenhar muito bem o seu papel como ator para não prejudicar o “espetáculo”. Espera-se desse profissional o máximo de neutralidade ou imparcialidade. Porém, conforme pudemos constatar em debates já realizados, nem sempre esse ator consegue manter-se totalmente neutro.

1.1.6 Os debatedores

Para participar de um debate político-eleitoral, os candidatos precisam ser convidados pela esfera midiática que o organiza. Ao aceitarem o convite da emissora, assumem também o compromisso de respeitar as regras pré-estabelecidas e contribuir para que os objetivos do programa sejam alcançados. Braga entende que, “ao tomar a palavra, cada participante institui-se como locutor, convocando vozes ou enunciadores que usa estrategicamente para a

¹¹ Citação original: [...] aun cuando no lo desee, el animador es prisionero de un rol que está más a servicio del espectáculo que de una democracia de opiniones”.

construção do seu *éthos* ou imagem pessoal” (BRAGA, 2006, p. 39)¹². Ao mesmo tempo em que o candidato constrói seu quadro de locução, institui o seu alocutário. Com o propósito de construir uma imagem positiva diante dos eleitores, os debatedores buscam estratégias específicas, as quais são rigorosamente selecionadas pela equipe que os apoia. Dessa maneira, grande parte do tempo da campanha política fica reservada para essa finalidade, haja vista que a vitória depende, em grande parte, do desempenho do candidato nos programas políticos, especialmente nos debates.

Assim como os demais participantes do programa, os debatedores também devem respeitar as regras do “jogo”, das quais falaremos mais adiante. Interromper os turnos de fala, por exemplo, é considerado um ato descortês, pois tal atitude implica em tirar do interlocutor um direito pré-adquirido. Entende-se que, no papel de candidatos, os debatedores deveriam aproveitar o tempo que lhes é concedido para expor seu plano de governo e priorizar assuntos relevantes que realmente interessam ao eleitor. É óbvio que os temas são previamente selecionados e, posteriormente, sorteados de acordo com a regulamentação do programa, contudo, dentro desses temas, o candidato poderia explorar os tópicos que aumentem a sua credibilidade.

É por isso que existe todo um preparo por parte dos participantes. Antes de o programa ser levado ao ar, os candidatos costumam reunir a sua equipe de campanha, discutir temas que possivelmente possam ser sorteados e, acima de tudo, buscar argumentos convincentes. De acordo com Fávero e Aquino (2002, p. 172), “assim é que simulam o debate, selecionam estratégias, discutem com a assessoria do partido maneiras de se comportar durante a apresentação”. O público eleitor facilmente percebe quando um dos participantes está despreparado para o evento, o que, certamente, reflete de forma negativa na hora da decisão do voto. No entanto, é difícil prever o que acontece em uma atividade interacional, principalmente quando se trata de um debate político-eleitoral. Por isso, por mais preparados que estejam os debatedores, às vezes, necessitam improvisar.

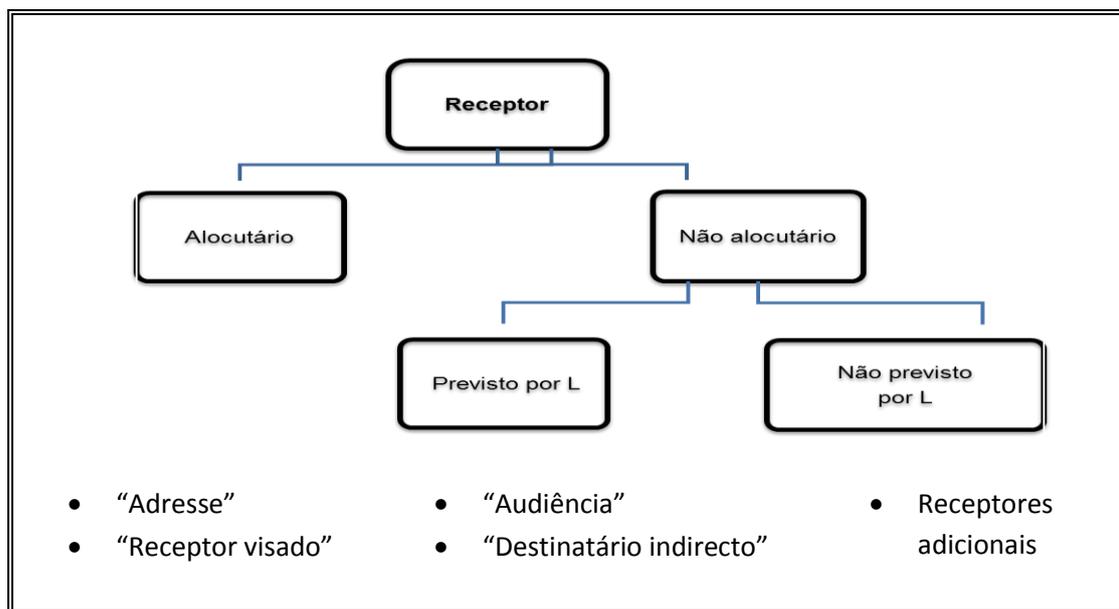
Pela discussão que acabamos de fazer, percebemos que participar de um debate político-eleitoral não é tarefa fácil, sobretudo se o candidato está em início da carreira política, sem muita experiência com a mídia. Nota-se também que, quanto menor a diferença de votos registrada nas pesquisas de intenção de voto, maior a tensão entre os candidatos e maior a responsabilidade no debate.

¹² A autora utiliza os termos *construção* e *desconstrução* da imagem ou do *éthos*, utilizados também também na tese de Serralvo (2011) em que a autora analisa estratégias argumentativas utilizadas pelos presidentiáveis, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alkmin Filho, na campanha de 2006. Esses termos são recorrentes em nosso estudo, especialmente na análise dos enunciados.

1.1.7 Os enunciatários (ouvintes ou receptores)

No intuito de mostrar como ocorre a interação nos debates com fins eleitorais, Erving Goffman (1981) elaborou uma proposta, a qual foi retomada por Kerbrat-Orecchioni. O Fluxograma 1, a seguir, ilustra o estatuto participativo dos receptores na interação verbal, também denominados *enunciatários*.

Fluxograma 1 – Fluxograma alocação



Fonte: Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 32)

No debate político-televisivo, os enunciatários são considerados os destinatários reais ou nominais e podem ser classificados em alocutário e não alocutário (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). A autora distingue o conjunto de receptores (ouvintes), a partir de Goffmann (1967), como participantes ‘reconhecidos’ e ‘simples espectadores’. Os primeiros “fazem oficialmente parte do grupo conversacional, assim como atestado pelo ‘arranjo físico’ desse grupo e pelo comportamento não verbal de seus membros (distância na qual se posicionam, orientação do corpo e dos olhares)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p. 90). Os demais (simples espectadores), como consta em outra obra da mesma autora (Idem, 2006, p. 28), “são somente as testemunhas de uma troca, da qual estão, em princípio, excluídos”. Nessa categoria, incluem-se receptores que Goffmann denominou ‘ocasionais’ – cuja presença é do conhecimento do enunciador –, e os ‘espíões’ ou intrusos que, ao contrário, se aproveitam do evento sem terem sido convidados.

A primeira categoria, ou seja, a dos receptores reconhecidos ou destinatários é considerada a mais importante na interação. Eles podem ser: destinatários diretos ou destinatários indiretos. Doury (1995) identificou três tipos de destinatários (alocutários): o debatedor adversário, haja vista que a esse é dado o mesmo direito à palavra e é a ele que se dirige de forma direta; o moderador ou animador, estabelecido no mesmo plano que o público presente no local do evento, e o conjunto de telespectadores. É importante dizer que a autora coloca o público presente no mesmo patamar dos eleitores que assistem ao programa em casa ou em qualquer outro espaço, ao mesmo tempo em que os considera verdadeiros destinatários da argumentação (DOURY, 1995, p. 229).

Assim, estabelece-se, no debate televisivo, uma rede de destinatários hierarquicamente organizada, conforme se apresenta no quadro 1:

$L1 > L2$	($L3$: destinatário indireto)
$L1 > L3$	($L2$: destinatário indireto)
$L1 > L2 + L3$	(destinatário coletivo, direto ou indireto)

Quadro 1 – Quadro elocutivo

Fonte: Fávero e Aquino (2002, p.162, com adaptações)

No trílogo do quadro 1, temos as diferentes possibilidades de interação. Fica evidente que o locutor ou enunciatário pode ser também o destinatário direto ou alocutário, ou ainda, destinatário indireto/não alocutário. Para identificar os destinatários diretos nas conversações, é necessário que os analistas atentem ao discurso do falante, ao uso dos pronomes de tratamento, aos olhares, aos gestos e a outras marcas extralinguísticas.

Quanto aos não alocutários, há certa hierarquia, constituindo-se eles em um destinatário indireto, isto é, o público presente no espaço físico do debate e os telespectadores que participam por telefone ou pela Internet. Braga (2006) explica que o não alocutário pode ser previsto ou não previsto pelo locutor: no primeiro caso, constitui-se um destinatário indireto que, na maioria das vezes, está “presente fisicamente na situação comunicativa do debate televisivo, podendo, inclusive, ter possibilidade de resposta” (BRAGA, 2006, p. 42). A autora se refere a debates em que possam ocorrer participações do público presente ou dos telespectadores sob a forma de chamada telefônica para o programa. Explicita a pesquisadora que, no interior do quadro participativo do debate televisivo, esse tipo de receptor é identificado com a audiência presente e com os telespectadores que acompanham o programa

em casa (na medida em que ambos os tipos de público são previstos pelos locutores). Quanto aos não alocutários – que não estão previstos pelo locutor – eles constituem, segundo Braga, “receptores adicionais [...] que interceptam uma mensagem do locutor que não lhes é destinada” (BRAGA, 2006).

Os referidos receptores adicionais, assim denominados por participarem indiretamente do evento sem serem convidados, são também comentados por Kerbrat-Orecchioni (1990), que os considera como “intrusos indiscretos” ou “espiões ilegais”, como por exemplo, “o analista do discurso ou um telespectador estrangeiro”. Esses “intrusos indiscretos” geralmente se beneficiam do evento para fins de estudos e pesquisas ou outras finalidades.

Percebe-se, pelo exposto, o quanto é complexo definir quem são os alocutários e os não alocutários de um debate político, pois, “[...] ainda que os elementos linguísticos sejam indicativos de que o destinatário é o adversário político, este o é só aparentemente, pois, na realidade, o verdadeiro destinatário é o público” (FÁVERO E AQUINO, 2002, p. 163).

Trata-se, assim, de um jogo, uma constante manipulação. Sobre isso, Barros (2013, p. 75) explica que, nessas situações, há um jogo interacional de posições e atribuições de poder entre enunciador e enunciatário. É esse tipo de atitude que gera o que Kerbrat-Orecchioni (1990; 2006) denomina “tropo comunicacional”. A linguista explica que, às vezes, se cria um artifício ou um “estratagema enunciativo”, por meio do qual, o alocutário, diretamente convocado, acaba sendo um destinatário indireto ou “secundário”. Por isso, a segunda pessoa do discurso costuma ser a mais utilizada pelos debatedores ao dirigirem-se aos destinatários. Isso acontece tanto no cotidiano quanto no teatro e em interações não ficcionais.

Marques (2003) denomina o público desses eventos discursivos como “entidade coletiva”, mas “funcionalmente heterogênea”. Explicita o autor que o primeiro termo se refere ao “povo”, que representa a opinião pública em geral, enquanto o uso do segundo termo se justifica na medida em que as sequências argumentativas são proferidas pelos locutores, dirigindo-se a diferentes destinatários. Em consonância com os autores já mencionados, Braga (2006, p.16) afirma:

O público, apesar de se ver reduzido à condição de espectador, representa, assim, o destinatário último e principal, exigindo pela parte dos “débateurs” uma especulação a respeito da sua configuração em termos de estatuto socio-econômico, pressupostos ideológicos, experiências adquiridas e partilhadas e referências culturais. Trata-se, por isso, de uma coordenada fundamental a ter em conta pelos participantes no debate condicionando as suas estratégias de argumentação e a construção do seu *éthos*.

Em síntese, temos, no debate político, o público como alocutário indireto, quando o discurso do debatedor é dirigido ao seu adversário político, mas que passa a ser alocutário

direto pelo fato de ser em função dele todo o preparo dos debatedores. Visto dessa forma, “[...] o tropo é utilizado pelas personagens que se falam entre si; [...] mas o é, de maneira mais constante, num nível bastante distinto de comunicação, o da relação personagem/público” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.31).

É importante salientar também que os cidadãos que assistem ao programa em casa, ou em qualquer outro espaço fora do estúdio da emissora televisiva, conseguem perceber, no discurso de cada candidato, suas tentativas de aproximação. Essa percepção só se torna possível pelas estratégias verbais e não verbais postas em prática pelos debatedores. Convém lembrar que quanto maior a relação socioafetiva entre enunciador e enunciatário (locutor e interlocutor), maior o grau de aproximação.

É, portanto, o telespectador que dá audiência ao canal de TV que promove o debate, e é esse mesmo público (eleitor) que dá o voto aos candidatos. Estes se utilizam de estratégias das mais diversas, buscam os argumentos mais convincentes, no intuito de chegar ao poder ou a manter-se nele (no caso dos candidatos à reeleição). Assim, modificam seu discurso na medida em que percebem que o adversário está sendo favorecido e tentam, sempre que possível, manipular o público eleitor, para convencê-lo e conquistá-lo. Essa é a essência do debate, constituindo-se em uma espécie de “máquina do espetáculo” (CHARAUDEAU, 2013).

Entende-se, pois, que, além de desempenhar um importante papel na história e na sociedade, o debate político apresenta uma constituição específica, que o identifica e o diferencia da entrevista, mas, sobretudo, permite aos candidatos apresentarem seus propósitos nos cargos que almejam, ao mesmo tempo em que oferece aos eleitores a oportunidade de conhecê-los melhor.

Versaremos, a seguir, questões normativas quanto ao debate político. Primeiramente serão discutidas as regras gerais do debate televisivo em geral, para posteriormente apresentar e discutir a regulamentação específica dos debates políticos no Brasil.

1.1.8 As regras gerais do debate eleitoral televisivo

Assim como existem regras nas demais interações verbais, também são elas que determinam o agir dos participantes nos debates políticos. As ações dos participantes, inclusive do mediador, são, portanto, pré-determinadas e controladas, visando-se ao bom êxito do programa. Respeitar as regras do debate político é, talvez, para os debatedores, um dos quesitos mais importantes no sentido de conquistar os eleitores, pois, como lembra Kerbrat-

Orecchioni, “nem todos os golpes são permitidos”, uma vez que os debates “estão sujeitos a regras bem precisas que é conveniente respeitar, especialmente porque se passa sob o olhar de milhões de telespectadores que são tanto testemunhas quanto juizes da ‘regularidade’ das trocas” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 47, grifo original).

As linhas mestras não diferem muito de um debate ao outro, seguindo-se geralmente o esquema proposto: uma declaração de abertura em que o mediador faz as apresentações dos participantes e explicita as regras do evento. No início de cada bloco, faz-se um sorteio para determinar quem fará as perguntas, cabendo ao sorteado escolher quem dará a resposta (no caso de participarem mais de dois debatedores). Esse procedimento costuma ocorrer em regime de revezamento.

Dependendo do debate, o número de perguntas que cada debatedor pode responder é limitado. Limita-se também o tempo para cada resposta, inclusive o da réplica e da tréplica, quando houver necessidade de refutar ou contestar a argumentação. Pode haver, ainda, a participação direta do público convidado, como jornalistas e populares, mas esses somente fazem perguntas se houver acordo entre os partidos políticos e quando devidamente autorizados. Isso aconteceu no último debate do segundo turno entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. Pode ser concedido ainda direito de resposta ao candidato que sofrer ofensa de natureza moral ou ideológica.

Em alguns dos debates entre candidatos a presidente, governador ou prefeito, utiliza-se um cronômetro à vista do telespectador, portando um medidor de tempo de cada pergunta, resposta, réplica, tréplica ou direito de resposta. Esse cronômetro substitui o sinal sonoro que foi motivo de polêmica na época nos debates presidenciais de 1989.

O mediador é, portanto, “o mestre do jogo, o detentor das regras gerais que regem os debates televisivos” (DOURY, 1995, p. 246). Assim como cumpre regras, ele precisa estabelecer e deixar bem claras as regras do programa; gerir os turnos de fala, respeitando o tempo do debate; esclarecer possíveis dúvidas e manter a polêmica em níveis aceitáveis. Quanto à participação dos convidados para os debates políticos televisivos, os candidatos podem ou não aceitar o convite, pois não há nenhuma obrigatoriedade em relação a sua participação. Afirma Leite (2003, p.07) que “participar ou não de um debate é, ainda hoje, uma questão que atormenta os candidatos, especialmente aqueles que são, no momento, líderes nas sondagens de intenção de voto”.

Diante disso, concordamos com Braga quando afirma que o debate televisivo e, em particular, a sua versão ao vivo,

[...] coloca os participantes numa situação de grande tensão, obrigando-os a gerir um conjunto de questões diferentes, como a capacidade de improviso e rapidez na resposta, a capacidade de tomada e manutenção da vez, a gestão temporal da sua vez e o controle da imagem que passam de si próprios, refletida pela subjetividade do seu discurso (BRAGA, 2004, p. 42).

Não há dúvida, portanto, que ao participar de um debate ao vivo os candidatos estão sempre sujeitos a alguma imprevisibilidade que pode resultar num aumento tensional em torno do acontecimento. É o que Landowski (2014, p. 16) denomina *regime do acidente*, isto é, o caráter imprevisível a que está sujeito o falante. E cabe dizer que, quanto mais imprevistos na interação, maior a tendência à tensão.

Os teledebates políticos podem ocorrer de forma pacífica ou, ao contrário, de forma conflituosa, dependendo do contexto situacional e do equilíbrio dos debatedores, cabendo ao mediador parte da responsabilidade nesse sentido. Esse “jogo de poderes e de pressões” resulta num movimento argumentativo mais elaborado, e ao mesmo tempo mais exigente, obrigando os participantes a servir-se de estratégias de persuasão mais eficazes (BRAGA, 2004, p. 42).

Percebe-se que as instâncias política, cidadã e midiática se entrelaçam, dependem umas das outras, ao mesmo tempo em que possuem características diferentes. O nosso foco se volta, agora, para o debate político constituído no espaço da instância midiática brasileira.

1.2 O DEBATE POLÍTICO NA MÍDIA BRASILEIRA

Inserido na esfera do discurso da mídia, o debate político-eleitoral está entre as interações verbais que mais dados (verbais e não verbais) oferece ao pesquisador. Braga entende que:

A natureza do discurso político conduz muitas vezes à polémica, devido aos naturais dissensos entre ideologias partidárias. O caráter polêmico desse discurso identifica-se quando o discurso político surge associado ao debate, cuja natureza implica desde logo confronto de opiniões antagônicas (BRAGA, 2006, p.51).

Os debates políticos à Presidência da República, no Brasil, transmitidos inicialmente por canais de rádio e televisão e, mais recentemente, também por algumas redes sociais, acontecem de quatro em quatro anos, logo após a indicação dos candidatos que representarão os diferentes partidos políticos nas eleições. Os temas discutidos nesses eventos discursivos são previamente preparados pelos organizadores e sorteados de acordo com as regras também

pré-estabelecidas, com perguntas, respostas, réplicas, tréplicas e direitos de resposta. Há ainda debates em que são permitidos temas livres, sendo esse o caso do enunciado que analisamos.

Pelo fato de ser televisivo, “o debate possui uma modalidade mais competitiva, principalmente se estiver ligado à esfera política tradicional, pois cria um espaço de poder entre os participantes da interação, na disputa pela defesa de seus pontos de vista” (FARNEDA, 2007, p. 66). A autora observa que, quando o debate tem o objetivo de resolver problemas da comunidade, amplia os conhecimentos dos telespectadores. Portanto, qualquer que seja o assunto do debate, ele pode contribuir para a formação da opinião pública, desde que sejam respeitadas as regras do contrato comunicativo. É dessa regulamentação, restrita ao território brasileiro, que trataremos na sequência.

1.2.1 A regulamentação dos debates políticos brasileiros

Ao organizarem os debates eleitorais, os canais de comunicação estão sujeitos a uma série de regras, estabelecidas pela Legislação Eleitoral Brasileira. Para as eleições presidenciais de 2014, o Portal Eleitoral Brasil atualizou as informações:

Estes eventos deverão ser comunicados previamente à Justiça Eleitoral para que ela possa fazer o acompanhamento. Terão direito a decidir quanto às regras para realização dos debates, os candidatos filiados a partido político com representação na Câmara dos Deputados e que tenha requerido o registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral. A forma de realização dos debates será considerada válida se obtiver a concordância de ao menos 2/3 dos candidatos da majoritária e 2/3 dos partidos ou coligação, no caso de debate da chapa proporcional¹³.

Em 2015, aprovaram-se algumas mudanças em relação às eleições de 2014. O projeto de Lei 5.735 de 2013, que institui a chamada "minirreforma eleitoral", passou pelo Congresso Nacional e, posteriormente, foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff¹⁴. Por meio dessa “Minirreforma eleitoral”, regulamentaram-se, dentre outras, as seguintes mudanças: o tempo de campanha eleitoral, antes de 90 dias, fica reduzido para apenas 45 dias; os gastos nas campanhas, tanto para Presidente como para governadores e prefeitos, foi limitado a “70% do valor declarado pelo candidato que mais gastou no pleito anterior, se tiver havido só um turno,

¹³ Disponível em: <<http://www.eleitoralbrasil.com.br/index.php/txt/ler/6>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

¹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/veja-principais-novidades-nas-regras-eleitorais-para-2016.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

e até 50% do gasto da eleição anterior se tiver havido dois turnos” (ELEIÇÕES, 2010). O período de propaganda eleitoral, no rádio e na TV, também diminuiu de 45 para 35 dias e a participação de debate eleitoral na TV agora se limita aos candidatos que tiverem mais de nove representantes na câmara. Nas redes sociais, a campanha estará liberada, proibindo-se, entretanto, a contratação direta ou indireta de pessoas para publicar mensagens ofensivas contra adversários.

Os debates políticos na televisão brasileira existem desde a década de 1980, com o intuito de auxiliar os eleitores na escolha dos candidatos para representá-los em cargos públicos, regulamentados, inicialmente, pelo artigo 5º do parágrafo 10 da Lei nº 7332, de 1º de julho de 1985. A citada lei, sancionada pelo então Presidente da República, José Sarney, estabelecia normas para a realização de eleições em 1985, dispunha sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto, além de outras providências. Assim, ficou estabelecida a permissão da transmissão dos debates, com uma ressalva: “§ 5º - Poderão ser transmitidos por emissoras de rádio e televisão, debates entre candidatos, desde que resguardada a participação de todos os partidos ou coligações que concorram ao pleito”.¹⁵

A partir da divulgação dessa lei, aumentou vertiginosamente o número de partidos políticos no Brasil. Nas eleições municipais de 1988, a disputa pelo poder envolveu 34 partidos e a lei permitia que todos os candidatos participassem dos debates eleitorais. Porém, reconhecendo a dificuldade para reunir os 34 partidos num único debate, criou-se uma nova regra, permitindo que os debates fossem realizados em blocos. Nesses mesmos moldes, deveriam ser realizados os debates em 1989, quando ocorreu o primeiro pleito direto para a presidência da República depois da ditadura.

No entanto, diante da inviabilidade em realizar o programa com os 22 candidatos que disputavam o cargo de Presidente, a ABERT – Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão, em nome de seus associados, impetrou mandado de segurança no Tribunal Superior Eleitoral, que decidiu que o debate poderia acontecer mesmo sem a presença de todos os candidatos. A Lei 9504 assegurava, em seu artigo 46, “a participação de todos os candidatos com representação na Câmara”.

Contudo, nos pleitos de 1998 e 2000, em função do número excessivo de candidatos, tentaram-se alguns acordos entre as emissoras de rádio, de televisão e os candidatos com seus

¹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.

partidos políticos para estabelecer regras de participação que tomassem por base a preferência do eleitor.

Para garantir a legitimidade dos acordos firmados, eles eram encaminhados à Justiça Eleitoral, com vistas à homologação. Consideravam-se ilegais os acordos que não apresentassem a aceitação unânime dos partidos com representação. As desavenças entre candidatos, seus partidos e as emissoras organizadoras dos debates continuaram até a criação da Lei 12.034/09, de 2009, que permitiu a realização dos debates “segundo regras estabelecidas em acordo celebrado entre o partido e a pessoa jurídica interessada em sua realização”. Atualmente, os programas são previamente agendados pelas emissoras televisivas, com ampla divulgação e, na maior parte das vezes, acontecem ao vivo. Portanto,

[...] a democracia brasileira muito caminhou nestes quase 30 anos que separam as primeiras eleições livres dos dias de hoje. A Reforma Eleitoral de 2009, ao atribuir à maioria dos candidatos com direito a participar do debate o poder de decidir sobre suas regras, é mais um passo que, embora tímido, ao menos impedirá que situações esdrúxulas como as ocorridas em pleitos passados, em que debates não puderam ser realizados porque um candidato a ele se opôs, tornem a se repetir (MULLER, s/d)¹⁶

1. 2.2 As mudanças ocorridas em relação aos debates políticos

Os avanços da tecnologia e da democracia têm favorecido a realização de debates mais autênticos, pois, em épocas mais remotas, tudo era mais complexo. Não havia o direito à livre expressão e as teorias sobre estratégias discursivas, argumentação e outras que dão suporte aos oradores, eram menos desenvolvidas e, portanto, mais escassas. Percebeu-se, nos debates eleitorais transmitidos nas últimas décadas, um maior preparo por parte dos debatedores, que, além de informar-se sobre as pesquisas de votos e outros acontecimentos relativos às eleições, têm demonstrado conhecimento das estratégias discursivas, o que lhes proporciona uma melhor argumentação. Lopes entende que

é no universo da argumentação da opinião comum que são travados os debates que alteram ou poderiam alterar as histórias dos povos. As batalhas pelo convencimento ganham e perdem eleições, fazem vencer ou fracassar revoluções e estilos artísticos, mantêm ou transformam comportamentos de base sociomoral. [...] A luta pela democracia, com base em uma real justiça

¹⁶ Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/eje/gecoi_arquivos/arq_050860.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2015.

social, implica postular espaços de discussão no seio deste espaço das mídias (LOPES, 2006)¹⁷.

Apesar do significativo avanço das tecnologias, parece que o cenário dos debates presidenciais televisionados não mudou muito desde que começou esse tipo de evento. Percebem-se, sim, algumas mudanças, como, por exemplo, o papel do mediador, que já foi mais intenso em outras épocas, o que não diminui a sua importância, pois, mesmo limitando-se às tarefas já mencionadas, ele tem a grande responsabilidade de manter a ordem e controlar o tempo do programa.

As mudanças em relação ao painel variam de acordo com a própria emissora, tomando-se o cuidado para que os candidatos fiquem em uma posição confortável e bem visíveis ao público. Se, antes, os debatedores ficavam em lugar fixo, atualmente já se permite que eles circulem no estúdio, a exemplo que vimos em alguns dos debates presidenciais em 2014. Essa mobilidade dos candidatos torna o ambiente mais interacional e, aparentemente, mais tranquilo.

Por causa dessas e de outras mudanças registradas, o debate político é considerado uma “manifestação político-mediática contemporânea” (LEITE, 2003, p.15). A autora considera que os debates políticos televisionados “estão à mercê das mutações por que passam tanto a política como a mídia.” Lembra que outras alterações observadas nesses eventos colocam em risco justamente o que os organizadores mais almejam, a audiência:

A preocupação dos candidatos e assessoria em diminuir o risco que correm, e a tentativa da televisão de criar um roteiro com pouco espaço para improvisação, acabam por “engessar” os teledebates. Desinteresse e baixos níveis de audiência passam a ser, portanto, o maior risco” (LEITE, 2003, p.15).

No entanto, percebeu-se no último pleito eleitoral à presidência da República brasileira, em 2014, especialmente no segundo turno, uma audiência bastante satisfatória. Acredita-se que o fato possa estar relacionado ao tom polêmico do discurso registrado já no primeiro debate. Por outro lado, o próprio contexto situacional do período eleitoral faz com que os eleitores, especialmente aqueles mais informados em relação aos acontecimentos políticos e sociais, sintam-se motivados a assistir aos programas. Assim, adquirem mais

¹⁷ Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero32/opiniaio.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

argumentos para discutir os fatos políticos com seus companheiros de partido e defender os seus candidatos com adversários partidários.

Ainda que não possam pronunciar-se durante o debate, os telespectadores e o público presente no estúdio costumam fazer julgamentos a partir do desempenho dos debatedores. Daí a importância de saber argumentar, utilizar-se de estratégias adequadas, demonstrar segurança em seu discurso e, por meio de suas atitudes, tentar causar boa impressão. Além disso, é importante que os políticos acompanhem as críticas relacionadas aos debates anteriores e, a partir dessas, tentem adequar os procedimentos em seus discursos.

Dessa forma, a vitória ou a derrota de cada debatedor depende, em grande parte, do bom ou do mau desempenho de cada candidato durante programa televisivo. Quem souber utilizar as estratégias adequadas ou oportunas, certamente terá êxito, contudo, quem não souber fazê-lo no sentido de causar boa impressão, permitirá que o público faça dele uma imagem negativa e, conseqüentemente, poderá fracassar nas eleições.

Cabe salientar ainda, que nem sempre os políticos se utilizam da mídia de forma coletiva. Não raramente, presenciamos a interrupção das redes nacionais de televisão para que seja transmitido o discurso individual de alguma autoridade. Por exemplo, o Presidente da República pode solicitar um espaço nas emissoras de rádio ou de televisão para conclamar os cidadãos a participarem de alguma campanha, seja em prol da saúde, ou, como aconteceu recentemente no Brasil, uma campanha para reduzir os gastos de energia. Além disso, há também os discursos dos programas de propaganda eleitoral gratuita, cuja transmissão é obrigatória para todas as emissoras de rádio e televisão brasileiras. Porém, é no debate eleitoral que o gênero discurso político “[...] se abre ao discurso polêmico, por natureza dialógico e agônico” (BRAGA, 2004, p. 08-09). Seja por meio do debate ou de qualquer outro programa político exibido na mídia, há sempre uma razão que está acima de todas as demais: a audiência. É em função do público telespectador que as emissoras de rádio e de televisão se empenham e é esse mesmo público que faz a diferença nas eleições, dependendo das imagens que se constroem a partir do desempenho dos candidatos. Essas imagens correspondem ao *éthos* e considerando que um dos nossos objetivos neste estudo é configurar o *éthos* de cada candidato no debate político em análise, é desse item que trataremos a seguir.

1.3. CONCEITUAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DO *ÉTHOS* DISCURSIVO

A arte de persuadir iniciou-se com Aristóteles (1979) que se propôs a diagnosticar situações de discurso para adequar os seus atos discursivos ao seu objetivo maior, o de

convencer os interlocutores. Para a construção da imagem do orador, o filósofo estabeleceu três provas, classificando-as em independentes e dependentes. Aquelas não dependem do orador e estão relacionadas a testemunhas e confissões; já as provas dependentes se subdividem em três, a saber: 1) *éthos* – o caráter do orador; 2) *pathos* – as paixões despertadas no ouvinte; 3) *logos* – o próprio discurso. No presente trabalho, nos interessa particularmente o *éthos*, a prova considerada pelo filósofo grego como a mais relevante, por definir o caráter do orador.

Foi, portanto, Aristóteles o primeiro a trazer a noção de *éthos*, embora não tenha utilizado explicitamente o referido termo. Este apareceu bem mais tarde, na teoria polifônica da Enunciação, a partir de Oswald Ducrot (1984, p. 201), para quem “o *ethos* está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”. Contudo, o pesquisador não desenvolveu uma reflexão exaustiva. Atribui-se a Dominique Maingueneau (2005, p.31) a elaboração da noção de *éthos* como construção de uma imagem de si no discurso:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra; não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso. E não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório; é, portanto, sujeito da enunciação.

Assevera Maingueneau (1995) que, na construção da imagem, o que é dito e a maneira de dizê-lo são igualmente importantes e indissociáveis. A noção de *éthos* desse autor pode ser compreendida sob três aspectos, a saber:

i) entendimento do conceito como uma noção discursiva, que se constrói através do discurso; ii) entendimento do conceito como processo fundamentalmente interativo de influências mútuas entre orador/locutor e auditório/destinatários; iii) entendimento de que se trata de uma noção sociodiscursiva, um comportamento social que só faz sentido em uma situação de comunicação precisa, situada em uma conjuntura sócio-histórica. (PASSETTI; MARECO; ARCINE, 2013, p. 128-129).

Assim, o *éthos* não se configura de forma isolada, mas a partir de uma série de fatores que podem ser apreendidos por meio do discurso do orador: os traços do seu caráter, a impressão passada aos interlocutores, a situação sócio histórica em que ocorre o discurso, além de outros. O *éthos* está, portanto, ligado à própria enunciação, ou seja, é a imagem de si que o orador cria por meio da sua forma de expressão, da sua competência linguística, do seu

estilo e também de suas crenças implícitas. Para convencer o outro, não é necessário que o enunciador diga a verdade, mas ele precisa provar com categoria e qualidade aquilo que diz. O *éthos* é definido também como “[...] a imagem que o locutor constrói de si mesmo no discurso e que se reflecte nos meios de expressão da subjectividade da linguagem e da modalidade” (BRAGA, 2004, p. 31-32). Essa citação corrobora o que já foi dito acima, isto é, que o *éthos* do enunciador emerge do próprio contexto discursivo e, principalmente do modo de dizer o que é dito.

Assim, asseveramos que apesar de empenhar-se na busca de um determinado *éthos*, o enunciador depende do enunciatário, que no seu papel de coenunciador, faz a sua avaliação de acordo com os diferentes fatores já mencionados. Se não houver pelo menos um enunciador e um enunciatário, em um determinado espaço e tempo, não há como configurar o *éthos* discursivo. Nesse sentido, a citação abaixo confirma que o *éthos* se constitui a partir da enunciação, da interação, do contexto situacional e, de forma particular, a partir da interpretação do enunciatário.

Isso significa que a imagem

desenha-se na mente do auditório, muitas vezes inconscientemente, por força da maneira como é interpretado o discurso e analisada a postura do orador. Desse fato decorre a conveniência da sintonização entre o orador e o auditório – o orador empenhado em transmitir uma imagem positiva, digna de confiança, de apreço. (GUIMARÃES) [Internet]¹⁸.

Diante dos conceitos apresentados, entendemos o *éthos* como a imagem do orador que emerge de sua atuação no discurso, como resultado de um conjunto de procedimentos e fatores que envolvem a interação. O tipo de *éthos* gerado nem sempre corresponde ao tipo almejado pelo enunciador. Esse é o próximo item a ser tratado neste estudo.

1.3.1 Os tipos de *éthos* no discurso político

Para essa discussão em torno da configuração dos *éthé* políticos, tomamos como referência a Charaudeau (2013). Do ponto de vista desse autor, o processo de construção das opiniões é bastante complexo e, por isso, recomenda que os políticos busquem um denominador comum ao grupo enunciatário, a fim de tornarem-se mais acessíveis e mais próximos aos interlocutores.

¹⁸ Disponível em: <dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_18.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

Ao proferir um discurso político, o sujeito constrói para si, por meio de estratégias cuidadosamente selecionadas, uma figura daquele que enuncia. Essa imagem construída pelo orador pode gerar, ao olhar do outro, uma identidade psicológica e social. Essa identidade Charaudeau denomina *éthos*, que corresponde à fusão dessa dupla identidade, ou seja, aquela que o enunciador tenta construir e mostrar, e aquela que o enunciatário lhe atribui. Assim, “identidades discursiva e social fusionam-se no *éthos*.” Para o autor, a partir das figuras identitárias do discurso político, os *ethé* podem ser classificados em dois tipos: os *ethé* de credibilidade – ligados à razão e que são constituídos pelo *éthos* de ‘sério’, *éthos* de ‘virtude’ e *éthos* de ‘competência’ –, e os *ethé* de identidade, ligados ao afeto e que surgem a partir do *éthos* da ‘potência’, do ‘caráter’, da ‘inteligência’, de ‘humanidade’, de ‘chefe’, e de ‘solidariedade’ (CHARAUDEAU, 2013, p.113-166).

Em Brown e Levinson (1987, p. 248), encontramos o “*éthos* igualitário” ou “*éthos* global”, emergente das manifestações culturais dos povos, levando-se em conta que estes estão sujeitos às normas de interação próprias, de acordo com a sua cultura. Configuram-se diferentes tipos de *éthos* a partir de comportamentos e hábitos diferenciados. Assim, frequentemente se ouve dizer que “os alemães são sistemáticos”, ou, quando se trata da pontualidade na Inglaterra, já é conhecida a expressão “horário britânico”. Esses são estereótipos construídos a partir do comportamento da maioria dos alemães e britânicos. Talvez os próprios alemães não se considerem sistemáticos ou os ingleses extremamente pontuais, mas é dessa maneira que são vistos por brasileiros.

Ressaltamos, portanto, a importância do papel dos estereótipos – modelos pré-construídos que imprimem à figura do orador um pré-conhecimento –, o que “permite ao ouvinte o traçado de uma impressão antecipada do *éthos* a ser manifestado na atividade oratória” (GUIMARÃES, 2011, p. 193). A autora argumenta que “independentemente das inferências que possam ser fruto do discurso, [...] há possibilidade de representações prévias do *ethos* do enunciador, construídas pelo auditório”. A linguista refere-se a um “esquema coletivo cristalizado” em que são forjadas imagens pré-concebidas “que condicionam a postura do ouvinte em relação a possíveis efeitos do discurso” (Idem). É o que Maigneueau (2008) denomina *éthos pré-discursivo*, que juntamente com o *éthos discursivo (mostrado)* e *éthos (dito)*, resulta no *éthos* do orador. Entendemos por *éthos pré-discursivo* a imagem antecipada que o enunciatário constrói em relação ao orador a partir de conhecimentos prévios sobre ele. Assim, ao ser anunciada a participação de um candidato bastante conhecido num programa político televisivo, o público telespectador já tem uma impressão antecipada desse político, antes mesmo dele pronunciar-se.

Apresentaremos, a seguir, uma síntese dos principais *ethé* mencionados por Charaudeau (2013).

1.3.2 O *éthos* de credibilidade

A credibilidade do cidadão que almeja um cargo político é fundamental, por isso, é necessário que essa imagem seja construída e de fato corresponda à expectativa dos eleitores. O *éthos* da credibilidade está pautado em três condições, a saber: a seriedade, o autocontrole diante das críticas e da vida privada e a virtude, que corresponde aos atos reveladores da honestidade pessoal e da competência.

Para construir a imagem de candidato competente, são necessários, pelo menos, dois quesitos: habilidade e conhecimento. Acrescentaríamos, ainda, a escolha adequada das estratégias linguísticas e discursivas em suas manifestações verbais. O candidato deve ter “conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 125). É necessário, portanto, que os políticos demonstrem conhecer as engrenagens da vida política e, assim, convençam os eleitores de que sabem agir de maneira eficaz, de acordo com cada situação. O autor justifica que é por essa imagem conjunta do percurso de um político que pode ser julgado o seu grau de competência.

Por isso, as promessas feitas em campanhas políticas – se não forem proferidas com segurança – podem colocar em risco a imagem do candidato, que passa a ser considerado mentiroso, oportunista e incapaz de honrar o que promete. O não cumprimento da promessa é um fator crucial para a destruição da imagem. A construção do *éthos* se dá, então, não somente a partir do que é dito, mas de como é dito e de como o enunciário interpreta as atitudes do candidato. Essa imagem, portanto, não é previsível no domínio político e nem pode ser garantida pelo enunciador. É muito provável, por exemplo, que dois candidatos se utilizem de uma mesma estratégia discursiva e não atinjam os mesmos resultados quanto à configuração dos *ethé*. Há vários fatores que podem influenciar para que ocorra essa divergência, desde o tipo de público, o local e as circunstâncias em que ocorre o evento discursivo.

No decorrer da construção do *éthos* do sujeito político, ocorre um diálogo entre a instância cidadã e a instância política, pois, assim como o candidato tenta convencer os

eleitores a confiar em suas propostas de governo, eles esperam que, de fato, haja melhorias e avanços.

O *éthos* da credibilidade resulta da construção de uma identidade discursiva que leve o enunciário a acreditar no discurso do candidato, isto é, aceitá-lo como digno de crédito. Para ser aceito dessa forma pela instância cidadã, o enunciador precisa passar uma imagem de homem sério, virtuoso e competente. Charaudeau menciona, ainda, as condições de competência: condição de sinceridade (quando se constata que aquilo que o político diz corresponde sempre aos seus pensamentos); condição de performance (o sujeito precisa mostrar como pretende cumprir o que promete); e a condição de eficácia (quando se comprova que suas ações tiveram efeitos positivos).

Portanto, “[...] a credibilidade repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2013, p. 119). Se essas condições acima não forem preenchidas, o sujeito político passa a ser desacreditado, pois demonstra incapacidade no cumprimento de suas promessas. Ao demonstrar-se sério, virtuoso e competente, o político tenta construir o *éthos* da credibilidade. Essas características podem ser demonstradas por meio de vários comportamentos, desde a postura corporal, a expressão facial, a capacidade de autocontrole perante as críticas, até por comportamentos na vida particular do orador. Uma suspeita de infidelidade conjugal ou maus tratos a algum familiar, por exemplo, já seriam suficientes para desconstruir o *éthos* de credibilidade desse sujeito político. Portanto, o discurso precisa ser coerente, bem construído, em tom de voz firme e com o léxico adequado ao público, a fim de que esse se identifique com o orador, compreenda as propostas e o julgue capaz de colocá-las em prática.

Além do que já expusemos, há ainda outro risco a ser evitado no que tange ao *éthos* de credibilidade. Charaudeau (2013) alerta para o excesso de seriedade, pois esse pode ser interpretado de forma negativa, como sujeito antipático, por exemplo. É necessário que o candidato mantenha-se no meio termo, nem excessivamente austero e nem simpático em demasia. Manter-se conectado com o público e prestar atenção às suas reações pode ser uma alternativa acertada para dosar esse tipo de comportamento.

No entanto, sabemos que, no debate político televisivo, os eleitores (telespectadores) não podem ser vistos pelo candidato, o que impossibilita perceber a reação desses. Diante de toda essa complexidade, o ideal seria que os candidatos apresentassem projetos realizáveis que se ajustem às necessidades do contexto. É recomendável também evitar as utopias e demonstrar seriedade nas propostas, tentando sempre aproximá-las dos eleitores.

1.3.3 O *éthos* de Identidade

Nesta tipologia, também comentada por Charaudeau (2013, p.137-166), o cidadão se identifica com o discurso do político por meio de um processo irracional, o que torna delicada a tarefa de descrever e classificar as diferentes imagens que possam caracterizar o *éthos* de identidade. É necessário estar atento a uma mescla de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, todos pautados por meio de imaginários que conferem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser.

O principal objetivo é a identidade com o maior número possível de eleitores. Por isso, os políticos geralmente empregam valores opostos para estabelecer sua imagem, haja vista que os cidadãos são e agem de modos distintos. Ao mesmo tempo em que aparentam ser tradicionais, querem aparentar modernidade; mostram-se sinceros, mas são igualmente sagazes, poderosos e modestos.

Assim, os sujeitos políticos tentam construir duas imagens, no intuito de refletir os traços que os definem e os humanizam: as imagens de pessoa pública e de cidadão que tem uma família e ocupa vários papéis na sociedade. Dessa maneira, estabelecem-se as subcategorias referentes aos *ethé* de identidade já citadas acima: o *éthos* de ‘potente’; de ‘caráter’; de ‘inteligência’; de ‘humanidade’; de ‘chefe’ e o *éthos* de ‘solidário’. Esse mesmo imaginário de força constrói também o *éthos* de caráter, mas Charaudeau alerta para o risco de confundi-lo com o anterior. A força a que nos referimos aqui não é a do corpo, da voz, mas da força espiritual, de um sujeito que não fica calado diante das calúnias e difamações.

Esse *éthos* parece surgir por meio da provocação, de atitudes polêmicas, enfim, de comportamentos que mostrem o desejo de provocar o adversário, exigir dele uma reação, mas sempre de forma sutil para não causar efeitos contrários nos eleitores. Por isso, é necessário atentar também para o fator limite.

Os candidatos políticos têm também a possibilidade de recorrer à estratégia da advertência para demonstrar que possuem caráter. Trata-se de uma modalidade enunciativa que consiste em anunciar previamente “[...] qual é a posição do sujeito, qual será o seu limite [...] e, eventualmente, quais são as consequências negativas para o sujeito advertido” (CHARAUDEAU, 2008, p. 142). Essa estratégia é também arriscada, especialmente se for revestida de ameaça.

1. 3. 4 A configuração do *éthos* dos participantes de um debate político

Há, no discurso político, forte tendência à incitação de opinião, isto é, à persuasão. Percebe-se que mais importante que estabelecer uma verdade racional é tentar identificar o que os eleitores esperam do candidato e procurar adequar-se às opiniões da maioria. Ao decidir o seu voto, os eleitores não levam em conta somente o que é dito ou mostrado de forma explícita pelos candidatos, mas também, o que não é dito, no entanto, pode ser abstraído do discurso pela maneira como se expressa o debatedor.

Maingueneau (1995, p.138) explicita que o *éthos* está “vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real” (apreendido), independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, sujeito da enunciação”. Entende-se, pois, que para preservar a sua imagem positiva, o político deveria ficar atento às três qualidades propostas por Aristóteles, a saber: a prudência, a virtude e a benevolência. A primeira é constituída pela capacidade de deliberar os meios necessários para atingir um fim, sempre de forma a contribuir para o bem comum. Quanto à segunda, Aristóteles distingue duas formas: a virtude natural ou inata, e a virtude propriamente dita, adquirida por mérito, através do comportamento esperado pelo outro. A terceira, a benevolência, depende da expressão adequada do tema tratado, do *éthos* do orador e do auditório.

No discurso político, mais importante do que dizer a verdade, é causar boa impressão, convencer o auditório de que está dizendo a verdade e, dessa maneira, conquistar a confiança e a simpatia dos eleitores. Falar de suas qualidades como a honestidade, experiência ou dinamismo, ou ainda, como político que conhece as necessidades de seu povo ou nação, não dá ao candidato nenhuma garantia de imagem positiva, especialmente quando este é conhecido pelas suas más qualidades. É necessário dar bons exemplos, portar-se adequadamente e ter argumentos bastante sólidos para convencer os eleitores. Além disso, o êxito da interação verbal resulta da escolha acertada entre diferentes possibilidades linguísticas e estilísticas.

Segundo Charaudeau (2008, p. 86), “quer queiramos ou não, calculemos ou neguemos, a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos [...]”. Assim, todo ato de linguagem constrói uma imagem de si, podendo essa imagem ser positiva ou negativa.

É, portanto, a partir de estratégias argumentativas, emocionais e sensoriais que os enunciadores buscam a autoimagem positiva diante da sociedade, seja em uma simples conversa ou em algum evento público mais elaborado. Mas, não basta conhecer as estratégias

linguísticas e não linguísticas, é preciso saber usá-las adequadamente, para não colocar em risco a credibilidade com o eleitor. A escolha de tais procedimentos é fundamental para que os propósitos do enunciador sejam atingidos.

Para garantir um *éthos* favorável durante um debate político, o enunciador deveria apelar pela cortesia positiva, respeitando ao máximo as regras do programa e seu adversário político. Mostrar-se simpático e educado não garante o voto do eleitor, é preciso provar competência, segurança e apresentar um programa de governo adequado às necessidades do povo e às possibilidades financeiras do país. Nesse processo de configuração do *éthos*, os eleitores/telespectadores são fundamentais. Por isso, utilizar-se de uma linguagem acessível a eles favorece o candidato. É claro que para compreender criticamente os enunciados, os interlocutores precisam conhecer as estratégias utilizadas e reconhecê-las nas entrelinhas do discurso. Entretanto, observamos que nem sempre os eleitores que assistem aos debates têm as condições necessárias para avaliar os recursos de persuasão utilizados pelos candidatos. Assim, o sorriso pode ser interpretado como uma manifestação de cortesia ou de tranquilidade dos candidatos, quando não raras vezes, esse é mais um recurso de descortesia utilizado para provocar o candidato adversário.

Percebe-se, então, que o *éthos* discursivo “se elabora por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008, p.16). O próprio autor reconhece que ainda são bastante confusas as fronteiras entre o *éthos mostrado* e o *éthos dito*. Esclarecendo a diferença entre esses dois termos, a psicolinguista Priscila Peixinho Fiorindo sustenta que o *éthos dito* se constrói por meio das referências diretas do enunciador, enquanto o *éthos mostrado* está no domínio do implícito, em que a imagem é construída por meio das pistas que o enunciador oferece ao coenunciador (FIORINDO, 2012). Apesar de não haver fronteiras precisas entre o explícito e implícito, constata-se uma relação mútua entre os dois tipos de *éthos*, o *dito* e o *mostrado*.

Além disso, há outro ponto que cabe ser mencionado. Referimo-nos ao gênero dos candidatos. Quando o sujeito político é do sexo masculino, a força física, a virilidade sexual, as proezas físicas pessoais manifestadas em eventos políticos podem contribuir para o *éthos* de potência. Mostrar-se ativo e elevar o tom de voz ao dirigir-se aos adversários, cometer insultos, ameaças ou intimidações também são estratégias para a construção desse tipo de *éthos*, pois, dessa forma, o sujeito político é visto, não apenas como “[...] um homem de palavras, mas também de ação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 139).

Diante disso, a questão do gênero dos candidatos precisa ser considerada nas análises de interações verbais em que há disputas de sexos opostos. No contexto político, poderíamos citar inúmeros estudos, tanto nacionais como internacionais, referentes à discriminação da mulher que aspira a cargos públicos, o que comprova que existe, de fato, um olhar depreciativo em relação ao sexo feminino, quando se trata de cargos públicos. Faremos referência a apenas um dos artigos que trata dessa questão: *Cortesía y/o descortesía en la prensa hispana: la imagen de las políticas en los medios de comunicación*, produzido por Ester Forgas Berdet. A autora analisa manchetes e notícias envolvendo mulheres que concorreram a cargos presidenciais e enfatiza que as críticas e perseguições ao sexo feminino não se limitam aos jornalistas, mas aos próprios companheiros políticos “[...] e não são somente jornalistas, mas também os colegas que se apegaram à diferença” (BERDET, 2010, p. 357, tradução nossa)¹⁹.

O “ataque” às faces das presidenciáveis é realizado tanto em função do papel tradicional da mulher, como de suas aparências físicas, podendo ocorrer, inclusive, quando a candidata não apresenta características consideradas essenciais para o sexo feminino. No referido artigo, Berdet cita como alvo de críticas nesse sentido, o nome de Hillary Clynton.

No caso da candidata Dilma, essas atitudes machistas interferem negativamente, pois, como mulher, ela é vista como mandona, autoritária, uma Presidente que toma decisões próprias. Tudo isso porque, tradicionalmente, não se permite na nossa sociedade – embora já se percebam alguns avanços nesse sentido –, que a mulher tenha esse tipo de atitude, que dê ordens aos homens (como já ocorreu com Dilma Rousseff em relação ao Presidente do Banco Central), ou que tente igualar-se social e profissionalmente aos indivíduos do sexo masculino.

Por causa dessas questões, um mesmo elemento pode construir um *éthos* diferente para outro candidato. Talvez, a candidata Dilma tenha considerado esse diferencial ao escolher as estratégias de seu discurso, no sentido de não parecer autoritária e mandona, mas, ao contrário, buscar uma imagem de mulher educada, decidida e competente. E é, certamente, por essa questão, homem *versus* mulher, que ao utilizar o termo *leviana* em outro debate, Aécio Neves tenha sido duramente criticado. Mesmo que não tenha havido a intenção de ofender a candidata, como ele mesmo afirma, o termo se tornou mais “pesado” e ofensivo pelas circunstâncias do debate, pela reação do PT, partido que representa e, principalmente, por históricos anteriores de discriminação da mulher em campanhas políticas.

¹⁹ Citação original: “[...] y no son solamente periodistas, sino también los colegas los que se han aferrado a la diferencia”.

Há de se observar, no entanto, que ao mesmo tempo em que são ameaçadas ou discriminadas pela condição de mulheres que aspiram a cargos públicos, as candidatas costumam tirar proveito da situação para conquistar os votos das mulheres. Podemos evidenciar tal atitude no primeiro discurso de Dilma Rousseff, após eleita Presidente da República, em 2010²⁰:

[...] é uma demonstração do avanço democrático do nosso país, porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. (ELEIÇÕES 2010)

Está explícito, no pronunciamento de Dilma Rousseff, que a igualdade de condição entre homens e mulheres é condição para que haja democracia. Quando a candidata diz que assume o compromisso de lutar pela democracia, inferimos que ela, na condição de candidata à presidência, em 2010, sentia-se discriminada.

As atitudes discriminatórias têm a ver com o que Maingueneau (1995) conceitua como *antiéthos* ou “antiespelho”, o que representa o oposto do *éthos* e é compreendido como constitutivo desse discurso. Em um debate político, geralmente o *antiéthos* é voltado ao adversário, porém, há situações em que ocorre o inverso²¹, pois, ao tentar desqualificar o seu oponente, o candidato pode, de forma involuntária, provocar efeito contrário em seus coenunciadores, os eleitores. Assim, o *éthos* funciona como um suporte de identidade, viabilizando os valores comuns almejados. Imaginamos o *éthos* como um espelho no qual se refletem os desejos de enunciadores e enunciatários.

Com os avanços da mídia televisiva no campo político, já não são somente o conteúdo abordado e o discurso em si que interessam, mas também, a aparência e o desempenho comunicativo do candidato. Cientes disso, os políticos passam a preocupar-se mais com a própria imagem física perante os telespectadores/eleitores. A aparência física, aliada ao comportamento e ao discurso do candidato, pode, portanto, influenciar significativamente nos resultados da campanha eleitoral.

Quando a imagem almejada pelos candidatos não se concretiza ou é contrariada, pode-se atribuir o fato à ineficiência do (*face work*). Os candidatos costumam esforçar-se,

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 10 set. 2015.

²¹ Este é o caso de um estudo de dissertação de Mestrado de Arcine (2012) em que a autora analisou o discurso político eleitoral de José Serra (PSDB), no HGPE/TV da eleição presidencial de 2010.

constantemente, no sentido de conseguir a coerência da própria imagem, já que a interação, por si só, representa o rompimento do equilíbrio. Uma das estratégias utilizadas pelos debatedores é o cuidado para não ameaçar o outro de forma direta, pois a resposta, certamente, será ameaçadora à própria imagem.

É comum ouvir candidatos prometendo campanhas tranquilas, sem agressões, sem conflitos. Mas, assim que começam os debates midiáticos, este propósito já deixa de existir, pois é natural que, em disputas pelo poder, prevaleça o conflito interacional. Percebe-se nos debates que, ao aparecer a primeira ameaça à face, há uma forte tendência a uma sequência de outras manifestações ameaçadoras.

Diante do exposto neste capítulo, percebe-se o quão complexo é, para os candidatos, alcançar seus objetivos em um debate político. Não basta ser um bom orador, é preciso saber usar adequadamente os recursos linguísticos, não linguísticos e paralinguísticos. Além disso, precisa ter carisma e demonstrar ser melhor que o candidato concorrente. Quanto mais eficiente o discurso, maiores as possibilidades de se construir um *éthos* favorável. Por isso, o discurso precisa adequar-se ao interesse do interlocutor, utilizando-se argumentos apropriados e convincentes. Se o orador quiser construir uma imagem de si no domínio público, deve projetar o seu discurso ao público, tentar identificar-se com ele, provar que será capaz de fazer o que lhe promete.

No capítulo seguinte, abordaremos as teorias relacionadas à cortesia/descortesia, com ênfase às estratégias linguístico-discursivas utilizadas tanto para promover o equilíbrio quanto para provocar o desequilíbrio nas interações verbais.

2. CORTESIA E DESCORTESIA

“*Cortesia é prudência; descortesia é, pois, ignorância*”²².

(*Schopenhauer*)

Por sua natureza comunicativa, o ser humano está em constante interação com os outros. Nessa convivência, há regras sociais e linguísticas que servem para estabelecer uma relação harmoniosa entre os interlocutores. Do ponto de vista da interação verbal os falantes nela envolvidos se encontram numa posição vulnerável, podendo ser interrompidos, julgados e ignorados, ou sofrer outros tipos de objeções. Para evitar constrangimentos e aborrecimentos nas inter-relações comunicativas, é necessário que a fala seja monitorada e que fiquemos atentos às reações dos interlocutores. É dessa forma que os falantes costumam lograr êxito no processo de interação.

Cabe lembrar que “o equilíbrio de uma interação pode depender da maneira como os participantes reagem diante dos conflitos que brotam durante a conversação” (SILVA, 2008, p.158). Assim, ao mesmo tempo em que os interlocutores se esforçam para construir sua autoimagem positiva, temem os riscos de ameaças ou ‘ataques’ a sua própria face. Nesse constante jogo de interesses, intrínseco às interações humanas, a negociação pelo equilíbrio da conversa e pelo alcance dos propósitos de cada enunciador é constante, podendo ocorrer, muitas vezes, de forma intuitiva.

Consideramos fundamental o presente capítulo porque nele serão discutidos os fundamentos teóricos de cortesia e descortesia – fenômenos linguísticos que centralizam este estudo e que darão sustentação à análise do *corpus* escolhido.

2.1. CORTESIA/DESCORTESIA OU POLIDEZ/IMPOLIDEZ – UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA

Embora tenhamos feito menção à questão da nomenclatura desses termos na Introdução do trabalho, julgamos pertinente esclarecê-los um pouco mais, para, assim, justificar a adoção terminológica no decorrer do texto.

No início dos estudos das relações face a face, com vistas à análise de manifestações corteses e descorteses – estas menos exploradas que aquelas –, os termos mais utilizados eram

²² Citação original: “*Cortesía es prudencia; descortesía es, pues, necesidad*”.

polidez/impolidez. Recentemente notou-se tanto em obras publicadas no Brasil quanto no exterior, especialmente em países europeus, certa preferência pelo uso dos termos *cortesia/descortesia*. No entanto, Kerbrat-Orecchioni, autora conceituada no assunto, ainda prefere os termos *polidez/impolidez* e justifica o seu uso a partir do significado do verbo polir: "arredondar os ângulos e polir as engrenagens da máquina conversacional, a fim de preservar seus usuários de graves lesões" (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 101).

Há, entretanto, autores que não fazem distinção entre os dois termos em questão. Trask (2004) é um deles. O autor entende a polidez como expressão linguística da cortesia e da posição social. Para Villaça e Bentes (2008, p. 29), a polidez "está mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem a interação pela linguagem em dada cultura, em dada sociedade". As autoras entendem que, tanto a cortesia quanto a polidez estão relacionadas ao conjunto de representações de "bom comportamento" entre os atores sociais.

Considerando as citações acima e outras literaturas consultadas, parece-nos que o uso de um ou de outro termo é uma questão de preferência dos pesquisadores. No entanto, Charaudeau (2012, p. 16) apresenta uma importante distinção no uso dos termos em discussão, pois na língua francesa, *politesse* e *courtoisie* não se referem aos mesmos comportamentos. O primeiro termo designa o uso convencionalmente regulado, manifesto por fórmulas codificadas como, por exemplo, um cumprimento ou uma gentileza. O autor explicita que esses são comportamentos verbais socialmente codificados, considerados formais e que, portanto, não dependem da vontade do sujeito. Já o segundo termo, *courtoisie*, poderia ser caracterizado como "elegancia en el trato", ou seja, corresponde mais precisamente à maneira de ser do sujeito e a forma de comportar-se (de forma elegante e delicada). Em outras palavras, a polidez na França é algo que integra as normas sociais, enquanto a cortesia é culturalmente construída. Depende, pois, da escolha de estratégias por parte do falante e equivale ao que, em território espanhol, se denomina *cortesia estratégica* (BRIZ, 2008). A nosso ver, o termo cortesia assim como consentido por Charaudeau, melhor identifica os fenômenos objetos de nossa investigação nesta tese. Por essa razão, optamos pelos termos *cortesia/descortesia*, utilizando *polidez/impolidez* somente em citações.

2.2 A CORTESIA

Neste tópico discutiremos a origem e definição do termo *cortesia*, as estratégias de atenuação e intensificação e a relação entre cortesia e atenuação.

2.2.1 Origem e conceituação

O vocábulo *cortesia* originou-se do francês antigo *curteisie* (século XII) e significa “arte de viver” e “elegância moral”. Numa época em que atitudes cortesias eram mais valorizadas do que na contemporaneidade – na Europa da Idade Média, por exemplo –, tal valorização resultou até em livros que continham os comportamentos esperados da pequena nobreza. Uma das obras mais conhecidas e influentes denomina-se *Il cortegiano*, publicada originalmente em 1528 e traduzida, posteriormente, para outros idiomas, inclusive para o português, *O Cortesão* (1997). Costuma-se entender a cortesia – no senso comum –, como “boas maneiras, polidez, urbanidade, civilidade, afabilidade, equivalente a ter ou demonstrar boas maneiras e consideração por outras pessoas” (BRANDÃO E SATHLER, 2014, p. 285). A partir do século XX, atribuiu-se ao termo *cortesia* uma disposição interior, uma cortesia refinada que, segundo Charaudeau (2012), indica a sociabilidade. Ser cortês é, portanto, em termos gerais, comportar-se adequadamente, valorizando e respeitando o interlocutor de acordo com as exigências da sociedade. Entendemos por comportamento adequado no contexto sociocomunicativo o respeito às normas vigentes em cada contexto, isto é, que se cumpra o acordo do contrato conversacional (FRASER e NOLEN, 1981).

Desde a época do filósofo grego Aristóteles, até os dias atuais, muitas mudanças socioculturais aconteceram. No entanto, as regras da boa conduta e do bom comportamento continuam vigorando. Enfatiza Kerbrat-Orecchioni (2014) que a cortesia é condição da sobrevivência das sociedades, merecendo, por isso, ser investigada como um objeto inteiramente à parte.

É do senso comum a noção de que descortesia é o antônimo da cortesia. No entanto, com base nos teóricos consultados, parece-nos que os dois termos não devem ser tomados como antônimos. A descortesia é vista também como “efeito”, isto é, como um procedimento emergente na interação sem que os interlocutores necessariamente tenham o propósito de serem descorteses (CORDISCO, 2005, p. 326). O autor tenta mostrar que tais efeitos de descortesia são decorrentes de ações que não correspondem às expectativas esperadas pelo interlocutor. Pela concepção de Cordisco, entendemos que, mesmo na ausência da intenção de ser descortês, o enunciador pode ser percebido como tal, por não corresponder a expectativas do enunciatário em determinado contexto interacional. Já a cortesia, também denominada gentileza, é dirigida ao interlocutor de forma intencional ou proposital.

As definições encontradas para o termo *cortesia* são inúmeras e bastante semelhantes. Apresentaremos apenas algumas dessas definições para eleger o conceito que se aplica a este

estudo. Fávero (2014, p. 365) define a *cortesía* como “um conjunto de normas sociais que cada comunidade estabelece para regular o comportamento adequado de seus membros, ajustando atitudes às normas”. A autora alerta para o fato de que a *cortesía* tem sido tratada sob múltiplas perspectivas, desde a tradicional, como fenômeno cognitivo na teoria de Escandell Vidal (2003), de custo-benefício nos estudos de Leech (1983) ou de preservação da face defendida inicialmente por Goffman (1967) e ampliada por autores como Brown e Levinson (1987) e Kerbrat-Orecchioni (2006).

Em Brown e Levinson (1987), a *cortesía* linguística é conceituada como um conjunto de estratégias verbais de proteção e de valorização das imagens do outro, que regula a relação interpessoal. A *cortesía* é entendida também como “uma atividade comunicativa, cuja finalidade específica é ficar em harmonia com o outro e responder a normas e códigos sociais que se supõem serem de conhecimento dos falantes”²³ (BRAVO, 2005, p. 33-34, tradução nossa). Por sua vez, Kerbrat-Orecchioni (2006, p.77) entende a *cortesía* em sentido mais amplo, recobrando “todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal”.

Trata-se, portanto, de um conjunto de estratégias utilizadas pelos interlocutores para valorizar o outro e manter a autoimagem positiva, utilizando-se de diferentes procedimentos linguísticos e não linguísticos.

Levando em conta os diferentes gêneros textuais e enfatizando o mundo virtual que centraliza grande parte das interações humanas nos tempos modernos, Seara (2014, p.11) reelabora o conceito de *cortesía*, definindo-a como:

[...] um princípio que rege a dinâmica interacional e que contribui para o equilíbrio social, está manifestamente presente, sob as formas real, virtual e disfarçada, com esferas que vão do discurso político ao pedagógico, desde a mais remota Antiguidade à ciberlinguagem que hoje domina o nosso cotidiano.

A citação acima corrobora a amplitude do termo *cortesía* já defendida por Kerbrat-Orecchioni (2006). São as noções de *cortesía* da autora francesa e de Seara (2014) que adotamos nesta tese, por entendermos também a *cortesía* em sentido mais amplo, isto é, como um fenômeno de ordem social e interacional, existente desde que a sociedade sentiu a necessidade de se organizar e de estabelecer regras para o seu funcionamento. Assim, defendemos a *cortesía* como um fenômeno de ordem pragmática, resultante da cooperação

²³ Citação original: “una actividad comunicativa cuya finalidad propia es quedar bien con el otro y que responde a normas y a códigos sociales que se suponen en conocimiento de los hablantes”.

entre interactantes em que cada um dá a sua contribuição para o bom equilíbrio do relacionamento social. Essa cooperação se concretiza por meio de comportamentos ou manifestações verbais e não verbais dos falantes envolvidos no processo interativo.

Para demonstrarem-se corteses, os interlocutores lançam mão de estratégias e procedimentos que valorizam ou que preservam a face do outro. O acordo entre os interlocutores pode ser intensificado por diferentes formas, dentre as quais se situam os marcadores linguísticos de afirmação ou de negação como (sim, pois, certamente que sim, etc.) e marcadores extralinguísticos como a entoação, os gestos, o olhar e outros. É sobre recursos dessa natureza que trataremos na subseção seguinte.

2.2.2 Estratégias e procedimentos de intensificação e de atenuação

Nas interações em geral, os procedimentos considerados corteses são utilizados para evitar possíveis ameaças ou reparar atos que porventura possam ter agredido (verbal ou não verbalmente), o interlocutor. É o que Goffman denominou *face-work* (trabalho da face), uma atividade que consiste em '*polir*' ou tornar menos ofensivos os *Face Threatening Acts - FTAs* (Atos de ameaça às faces) realizados durante as trocas verbais. As pesquisas em cortesia têm seu interesse focado, sobretudo, em três pontos: nos mecanismos ou estruturas linguísticas utilizadas para comunicar o significado mitigado; nos efeitos causados na interação e nos interlocutores, associados com línguas que mitigam e, por último, nas circunstâncias sob as quais a língua que mitiga é comum (GONZÁLEZ SALINAS, 2014, p.334).

De acordo com Carreira,

[...] globalmente os processos de intensificação visam a valorização da zona do alocutário (por ex. o elogio, os cumprimentos e saudações, o acordo) e os processos de atenuação – que se revelam particularmente complexos – visam a zona do locutor (ex. a oferta) e a zona do alocutário, no caso da restrição à liberdade ou à imagem positiva (ex. a injunção, desacordo) (CARREIRA, 2014, p.39).

Em Briz (2003; 2014), a atenuação é conceituada como uma categoria pragmática que consiste em mitigar a força elocutória dos atos de fala e, frequentemente, regular as relações interpessoais e sociais. O autor apresenta uma proposta teórico-metodológica tendo em vista as análises empíricas qualitativas e quantitativas da atenuação, nas quais tenta corrigir algumas deficiências já apontadas e auxiliar os analistas no trabalho investigativo. O linguista lembra que, como categoria pragmática, a atenuação é também contextual. Assim, a

atenuação está relacionada a diversos elementos do processo comunicativo, como a mensagem, o falante, o ouvinte, ou ainda, a relação entre os dois últimos (BRIZ, 2003).

Na mesma linha de pensamento (FRASER, 1990) define a atenuação como a modificação de um ato de fala para reduzir certos efeitos negativos que o ato comunicativo possa causar ao ouvinte. O autor considera que quem se utiliza de estratégias de mitigação não poderia ser considerado descortês e por isso entende o ato mitigado como uma forma de cortesia. Briz (2012) argumenta que uma maior ou menor presença de atenuantes não implica diminuir ou aumentar o grau de cortesia/descortesia. Para ele, o que realmente serve de parâmetro ao avaliar os atos verbais é a situação de comunicação, ou seja, é preciso levar em conta a finalidade da atividade linguística:

A efetividade e a eficácia do discurso, o léxico da comunicação dependem de uma atividade linguística para conseguir a referida aproximação, seja apenas social (*alguém se aproxima ao outro com uma finalidade essencialmente cortês*) ou socialmente estratégico (*alguém se aproxima ao outro cortesmente como estratégia com uma finalidade diferente de ser cortês*)²⁴ (BRIZ, 2012, p. 33, tradução nossa e grifos do autor).

O autor tem se destacado nos estudos da atenuação como estratégia linguística nas interações humanas e explica que o uso de atenuadores é sempre um fato pragmático e linguístico, uma estratégia linguística que vai “más allá”, isto é, que ultrapassa a atividade cortês. Esclarece que esse tipo de estratégia está sempre relacionado com a eficácia e com a atividade argumentativa, mas nem sempre com a cortesia. Assevera que um falante pode atenuar a sua fala sem ser necessariamente cortês (BRIZ, 2014, p. 36).

Albelda Marco (2003) sintoniza com Briz (2010) e demais linguistas que entendem a atenuação como uma categoria pragmática, cuja função consiste em mitigar a força elocutória dos atos de fala utilizados para conseguir atingir as metas e regular a relação interpessoal e social entre os participantes da enunciação. Reforçam em Albelda Marco e Briz (2010, p. 238), que os termos *cortesia* e *atenuação* apresentam vários pontos de intersecção, contudo, atuam em âmbitos diferentes. A cortesia é um fenômeno ou um fato social, enquanto que a atenuação é um fato linguístico que suaviza mensagens, repara ou esconde a verdadeira intenção do falante.

Em Briz (2014), percebemos uma crítica ao mau uso dos termos atenuação e *cortesia*:

²⁴ Citação original: “La efectividad y la eficacia del discurso, el léxico de la comunicación dependen de una actividad lingüística para lograr dicho acercamiento, ya sea solo social (*uno se acerca al otro con un fin esencialmente cortês*) o socialmente estratégico (*uno se acerca al otro cortesmente como estrategia para lograr un fin distinto de ser cortês*)”.

“[...] um discurso não atenuado ou nada atenuado não pode, só por isso, ser considerado menos cortês ou, inclusive, descortês. Esta única explicação de atenuação por cortesia, assim como a correlação entre +/- cortesia e +/- atenuação são dois equívocos comuns que vêm se repetindo em alguns estudos sobre cortesia verbal”²⁵ (BRIZ, 2014, p.86, tradução nossa).

Fica evidente, nessas palavras, a preocupação do linguista com a falta de pesquisas nos diferentes usos de atenuadores em gêneros formais e coloquiais e em estudos contrastivos – intra e interlinguísticos – que poderiam esclarecer melhor os reflexos de uso de tais procedimentos e evitar o que ele considera como um “déficit crucial”, a ineficiência de critérios utilizados para identificar quando há, de fato, atenuação, ou, se as expressões utilizadas pelos falantes em determinado contexto são ou não são atenuantes.

A partir de estudos voltados a esse foco, Albelda Marco e Briz (Idem) apresentam uma classificação dos procedimentos de atenuação linguística, que segue de forma resumida, traduzida ao português e com alguns exemplos:

- 1) **indeterminação da quantidade ou qualidade do dito:** esta estratégia é composta pelos diminutivos/minimizadores (um pouco, somente, etc.); por aproximadores (mais ou menos, cerca de, aproximadamente, etc.); por difusores significativos (algo, algo assim, etc.) ou por eufemismos (“você faltou com a verdade” em lugar de “você mentiu”, etc.);
- 2) **expressões de dúvida ou incerteza:** para isto costumam-se utilizar certas estruturas verbais ou adverbiais como: parece, é possível, imagino, talvez, não tenho certeza, além de outros;
- 3) **desfocalização de elementos da enunciação** (ocultação do sujeito falante no enunciado): esta estratégia é colocada em prática por meio da impessoalização do sujeito (alguém, presume-se); pelo uso do pronome nós inclusivo (a gente, você – no sentido geral) e através de estruturas lexicalizadas (segundo dizem, pelo que ouvi falar, ao que parece, supostamente, etc.);
- 4) **expressões de restrição na opinião ou pedido:** restringido à própria opinião do sujeito (a meu modo de ver, na minha opinião, etc.; a um determinado

²⁵ Citação original: [...] un discurso no atenuado o nada atenuado no puede considerarse solo por ello menos cortés o, incluso, descortés. Esta explicación única de la atenuación por cortésia, así como la correlación entre +/- cortésia y +/- atenuación son dos de los errores que vienen arrastrándose en algunos estudios sobre cortésia verbal”.

espaço/âmbito (até agora, em princípio, pelo menos até agora, etc.); e em locuções adverbiais condicionais ou temporais (se eu não me engano, e você não se importa, se você achar melhor, etc.);

- 5) **justificação ou explicação:** por meio de desculpas por seu próprio comportamento ou pelo que disse ou utilizando justificativas como: é que, porque, acontece que, etc.;
- 6) **correção ou reformulação para restaurar a ordem ou para minimizar um dano:** neste caso o procedimento é realizado pelo uso de marcadores discursivos (bem, pois, ou seja, quer dizer, etc.) ou por meio de risos e pedidos de desculpas;
- 7) **concessão:** as ações concessivas permitem contrariar os desacordos ou discrepâncias. Utilizam-se diferentes estruturas sintáticas em que inicialmente se estabelece a concessão e, em seguida, o desacordo: sim, mas..., concordo, porém....etc.;
- 8) **implicação do interlocutor no enunciado do falante:** esta estratégia consiste em compartilhar a responsabilidade do que foi dito ou proposto pelo interlocutor. O falante envolve o ouvinte por meio de expressões como: é mesmo? verdade? sério? O que você acha? etc. Pode-se optar também por deixar o enunciado incompleto, de forma que o próprio interlocutor a finalize;
- 9) **formulação indireta de pedidos:** o falante não faz a solicitação direta, mas dá ao interlocutor as pistas para que este deduza o que pretende. Procedimentos desta natureza ocorrem com o uso de verbos no condicional: você poderia... será que você conseguiria ajudar-me? Eu gostaria que o senhor explicasse (ALBELDA MARCO E BRIZ, 2010, p. 246-247, tradução e adaptação nossas).

Assim como ocorre com a atenuação, os procedimentos de intensificação podem ser empregados de maneira implícita ou explícita, por manifestações linguísticas ou não linguísticas. Ao utilizar-se de intensificadores, os enunciadores ressaltam suas próprias qualidades, em detrimento das qualidades do enunciatário. Nos debates políticos televisivos, os candidatos preferem recorrer a este tipo de estratégia (aparentemente menos ofensiva) do que atacar explicitamente a face negativa do adversário. Tudo indica que tal comportamento se deve à existência das regras que regulamentam as interações verbais. Por exemplo, transgredir a regra da modéstia (LEECH, 1983) pode representar um risco à imagem do candidato/enunciador, pois os telespectadores podem percebê-lo como descortês, uma vez que

entre os candidatos e os enunciatários que assistem ao programa, o contrato interacional é diferente do estabelecido entre os debatedores.

Considerando os possíveis efeitos dos atos atenuadores e intensificadores e, dadas as características do tipo de objeto em análise neste estudo – o debate político, em que dificilmente um candidato tenta agradar o outro –, pode parecer desnecessário ou contraditório discorrer sobre tais procedimentos. Porém, tanto as estratégias de atenuação, quanto as de intensificação, funcionam também como procedimentos de provocação, dependendo, é claro, dos objetivos do enunciador. É por meio de manifestações dessa natureza que a cortesia aparece, muitas vezes, de forma dissimulada (falsa cortesia ou cortesia aparente), podendo gerar efeitos de descortesia. Consideramos, portanto, necessários os esclarecimentos a serem feitos na sequência, pois o nosso *corpus* de análise contém atos aparentemente corteses, nos quais os enunciadores empregam estratégias de atenuação e de intensificação para provocar o adversário, gerando o conflito na interação. O uso exacerbado de atenuadores também pode gerar ameaças à face do interlocutor. Um alerta nesse sentido, é feito por Kerbrat-Orecchioni (2014) argumentando que atos exagerados de cortesia (*hiper*)cortesia podem resultar em efeitos contrários na interação, representando uma ameaça ao enunciador. Em consonância com o pensamento da linguista, manifesta-se Briz: “um excesso de atenuação [...] pode causar, inclusive, o efeito contrário daquilo que se pretende conseguir” (BRIZ, 2012, p. 33, tradução nossa e grifos do autor)²⁶.

Assim, o falante pode utilizar-se de recursos atenuadores e intensificadores com diferentes propósitos: para intensificar a cortesia, ou, ao contrário, para intensificar a descortesia (quando a estratégia atenuadora vem acompanhada de ironia). As sobreposições de voz costumam ser raras nos debates políticos, haja vista o cumprimento das regras pré-estabelecidas (o contrato comunicativo). Quando acontecem, na maioria das vezes é por discordância da fala do adversário ou para corrigi-lo, tentando mostrar superioridade e, dessa maneira, intensificar a imagem negativa do outro. No entanto, com esse tipo de atitude, o enunciador coloca em risco a própria imagem, uma vez que, transgredindo as regras do programa, pode ser criticado e julgado pelos eleitores.

Diante do exposto sobre o uso dos atenuadores e intensificadores nas interações verbais, cabe-nos, como pesquisadores da cortesia/descortesia, atentar para os “desvios” ou “falsas cortesias”, também denominadas *cortesia aparente*, pois é por meio de provocações implícitas que ocorre grande parte das ameaças às faces. Nem sempre a atenuação está

²⁶ Citação original: “[...] puede causar, incluso, el efecto contrario que se desea lograr”.

entrelaçada com a cortesia, pois se trata de um mecanismo linguístico utilizado, não raras vezes, com outras finalidades. Evidenciam-se, portanto, dois tipos de atenuação: a que, de fato, mitiga a ameaça, valorizando ou protegendo a face do outro, e a que provoca o interlocutor – uma vez que intensifica a ameaça –, para em contrapartida, valorizar a própria imagem. É este último tipo que predomina no debate político. Ao utilizar os recursos atenuadores, o candidato tenta construir uma imagem positiva para si mesmo e uma imagem negativa para o seu adversário.

2.3 A DESCORTESIA

A nossa discussão se volta agora para a categoria de análise que mais nos interessa neste estudo: a descortesia. Sabemos que a percepção dos atos discursivos muda de acordo com os diferentes contextos em que são manifestados. Por essa razão é preciso estar atento ao que é, de fato, a descortesia e o que é percebido como descortês num debate político.

2.3.1 Conceituação e tipos de descortesia

Apresentamos apenas duas definições que nos parecem mais adequadas ao termo *descortesia*: Lakoff (1989) a define como qualquer ato que implique um confronto intencional e negativo. Para Brown y Levinson (1987, p. 62) a descortesia é a não satisfação dos desejos de imagem provocados pelos enfrentamentos ou “rupturas sociais”, ou seja, atos que colocam em risco o equilíbrio da interação. Assim, se o uso de elementos atenuadores representa para Brown e Levinson um ponto favorável ao equilíbrio da interação verbal, entendemos que a ausência desses atos reparadores é vista por eles como um fator que pode gerar descortesia.

Embora reconheçamos a dificuldade em definir o termo *descortesia*, podemos entendê-lo como um fenômeno linguístico e ao mesmo tempo sociocultural, por não se limitar às ações concretas dos interlocutores, mas por incluir uma série de outros fatores envolvidos na interação que podem desviar os propósitos de quem fala e a percepção dos que participam do evento comunicativo. Portanto, consideramos descorteses, neste trabalho, os atos discursivos que apresentam características e marcas de descortesia percebidas pelo destinatário como graves ofensas, isto é, que transgridem os limites do evento interativo em vigor, afetando a integridade moral do interlocutor/destinatário.

Assim como a cortesia, a descortesia também é classificada em diferentes tipos, de acordo com o contrato comunicativo da interação. Bernal (2007) considera três *tipos de*

descortesia: 1) a descortesia normativa; 2) a descortesia produzida por ameaças não atenuadas, nem reparadas e 3) a descortesia pelo não cumprimento das normas de cortesia. A primeira se refere a manifestações descorteses previstas no contrato comunicativo de interações conflituosas e, ao contrário dos efeitos normalmente provocados por atos descorteses, esse tipo de descortesia pode produzir efeitos positivos à solução do conflito. Incluem-se como descortesia normativa, a crítica, a ofensa e outras ameaças que não afetem a integridade moral do alocutário. Resumindo, esse tipo de descortesia cumpre com as expectativas de situações em que prevalecem os atos ameaçadores, incluindo-se nesse grupo o debate político.

O segundo tipo de descortesia mencionado por Bernal (2007) caracteriza-se por atos ofensivos (sem marcas reparadoras) dirigidos ao outro, seja de forma individual ou ao grupo que representa esse interlocutor, ou ainda, a sua imagem em relação à sociedade (familiares, amigos, etc.).

E, por último, apresentamos as manifestações de descortesia que compõem o terceiro tipo mencionado pela autora: *a descortesia pelo não cumprimento das normas de cortesia*. Nesse terceiro e último tipo mencionado por Bernal, se encontram aqueles atos enunciativos que rompem expectativas do ritual de cortesia em encontros com amigos, familiares. Deixar de cumprimentar o interlocutor é um ato que se enquadra perfeitamente nesse terceiro tipo de descortesia.

Observamos que, na classificação proposta pela autora, as manifestações do objeto em análise nesta tese correspondem à descortesia *normativa*, com raras exceções. Por mais que a descortesia seja a forma *não marcada*, isto é, considerada lícita no referido tipo de discurso, deixar de cumprimentar o enunciatário direto é visto de forma negativa e, portanto, coloca em risco a imagem do enunciatário. É por essa razão que dificilmente encontraremos comportamentos desse tipo em debates políticos.

Diante dos conceitos discutidos até aqui, não há dúvida de que existe uma forte relação entre os termos *cortesia* e *descortesia*. Porém, entendemo-los como fenômenos independentes a serem analisados de acordo com a sua natureza particular, e não como antônimos. Consideramos pertinente o posicionamento de Culpeper, Blas Arroyo e Kerbrat-Orecchioni, quando apontam para a necessidade de pesquisas autônomas para a descortesia.

2.3.2 Estratégias e procedimentos de descortesia

Da mesma forma que existem estratégias e procedimentos que primam pelo equilíbrio da interação, há outros que podem provocar efeito contrário. Mas há de se observar que nem sempre a descortesia é proposital, pois, como já evidenciamos, a percepção do ato cortês ou descortês depende muito de fatores culturais, do contexto em que é praticado e da própria reação do interlocutor.

As estratégias de descortesia a serem consideradas na análise do nosso *corpus* surgiram das pesquisas de Culpeper (1996) ao retomar a teoria de Brown e Levinson (1987) no intuito de complementar o modelo teórico proposto pelos autores:

(1) descortesia direta: o FTA é realizado “de maneira mais direta, clara, inequívoca possível” (Brown e Levinson, 1987).

(2) descortesia positiva: o uso de estratégias destinadas a ameaçar a face positiva do interlocutor.

(3) descortesia negativa: o uso de estratégias destinadas a ameaçar a face negativa do interlocutor.

(4) descortesia indireta: o FTA é realizado de maneira indireta, dissimulada, de forma que o enunciador não se comprometa;

(5) ausência de cortesia (*withhold politeness*): caracteriza-se pela falta de cortesia em situação em que se espera um ato cortês.

(CULPEPER, 1996, p. 356 - Tradução e adaptação nossas)

As cinco estratégias propostas têm o intuito de provocar efeitos opostos aos da cortesia, resultando no desequilíbrio social. Dessa maneira, produz-se um clima socioemocional negativo na interação. Em publicação posterior, Culpeper; Bousfield; Wichmann (2003) apresentam uma noção de descortesia limitada às manifestações descorteses mais agressivas, ou seja, os insultos e acusações que comprometem a idoneidade moral do enunciatário. Assim, todas as demais manifestações que não têm “intencionalidade maliciosa” passam a ser avaliadas como descortesia dissimulada, equivalendo ao que Bernal (2007) denomina *cortesia normativa*. Essa abordagem teórica pode auxiliar na diferenciação entre os atos que, de fato, são considerados descorteses em determinados contextos e aqueles que apresentam características próprias da descortesia.

No modelo de descortesia sugerido por Culpeper (1996) percebemos que os atos descorteses não se situam, necessariamente, ao nível intencional dos interlocutores, mas se deslocam a características contextuais e à descrição dos fatores que repercutem nesse contexto. É importante salientar que as estratégias do modelo de análise em pauta têm sido adotadas, frequentemente, como base teórica em análises sobre a descortesia. Silva (2013, p. 105) se utilizou delas para analisar um debate político realizado durante a campanha ao governo de São Paulo, em 1998, apresentando categorias que podem ser assim resumidas:

“desqualificação do outro”; “dizer que o outro mente”; “dizer que o outro é corrupto”; “dizer que o outro é incompetente”; “dizer que o outro não tem caráter” e “dizer que o outro é contraditório”. Garante Silva que “tais estratégias têm por objetivo a desconstrução da imagem do candidato adversário, com a nítida busca de vantagens pessoais em termos de conquista de votos dos possíveis eleitores”. Assim, o que realmente interessa não é o interlocutor, mas a avaliação e a reação da audiência, pois esta é que terá o grande poder de decisão, o voto.

Blas Arroyo (2001) retoma as estratégias propostas por Culpeper e explicita-as, preferindo denominá-las como subestratégias. O autor entende que a *descortesia direta* se associa ao interlocutor com intenções e propósitos negativos: acusá-lo de fracasso ou incompetência, ocultar intenções perversas, possuir pouca credibilidade e esquivar-se da responsabilidade. A *descortesia positiva* implica acusar o interlocutor de mentiroso, muitas vezes intensificando a acusação com expressões como “mentes e sabes que mentes”. Já na *descortesia negativa*, usada para ridicularizar o interlocutor, o enunciador utiliza-se de expressões depreciativas como, por exemplo, “Eu nunca imaginava que você seria capaz de tal proeza”.

Na quarta subestratégia – a *descortesia dissimulada* –, o enunciador formula contrastes desvantajosos entre ele e seu enunciatário direto, autoavaliando-se positivamente por ações realizadas ou por qualidades pessoais. Isso acontece frequentemente com candidatos a cargos políticos que disputam a reeleição ou que já ocuparam algum cargo público antes. Enquadram-se nessa subestratégia também a desqualificação do partido e de pessoas próximas ao candidato oposto. Na quinta e última estratégia de descortesia apresentada por Culpeper – a *ausência de cortesia* – o interlocutor é acusado de contrariar o seu adversário (BLAS ARROYO, 2001, p.19-25, com adaptações).

Evidenciamos, com a explicitação de Blas Arroyo, que a descortesia pode ser classificada em diferentes estágios ou graus, assim como ocorre com a cortesia. Veremos, na subseção seguinte, como os políticos se apropriam desses recursos nos debates eleitorais.

2.3.3 A descortesia nos debates políticos

Observa-se que nos debates políticos, os candidatos tentam apresentar-se da melhor forma e com argumentos convincentes, lançando mão naturalmente dos recursos da descortesia “permitida” e da cortesia, mas predominantemente no nível da aparência. É notório que os debatedores selecionam cuidadosamente as estratégias de interação, sempre no

intuito de impressionar seus eleitores e convencê-los de suas propostas. Nesse jogo vale tanto a verdade quanto a mentira. Esta, sabemos, é recorrente nos debates, mas sempre apresentada com a roupagem da verdade.

Quando o candidato se revela muito agressivo, ou seja, quando faz ameaças diretas ao adversário sem utilizar-se de recursos atenuadores, acaba perdendo a credibilidade dos eleitores. Por essa razão, a maioria dos políticos dá preferência ao uso da cortesia de forma dissimulada (cortesia aparente). Assim, as ameaças mais agressivas nem sempre aparecem nas falas por meio de marcadores linguísticos, podendo ser identificadas em manifestações não linguísticas. Um exemplo desse tipo de ocorrência é um não cumprimento entre os candidatos na abertura do debate, isto é, a simples ausência de uma ação esperada segundo o *contrato conversacional*²⁷. Explicitando melhor, cidadãos corteses costumam cumprimentar-se, especialmente numa situação face a face diante do público, diferentemente do que acontece em encontros entre desconhecidos. Por isso, ao deixar de cumprimentar seu interlocutor (o codebatedor), o candidato se revela evidentemente descortês, pois lhe causa constrangimento. Essa ameaça é percebida tanto pelo candidato concorrente quanto pelo público eleitor, que observa as atitudes dos debatedores e costuma julgá-los pelo seu comportamento. Essa percepção se reverte em ameaça à face do próprio enunciador.

A descortesia desempenha um papel político autônomo, uma vez que, por intermédio dela, constroem-se realidades que afetam a vida das pessoas, que, por imposição do outro, obrigam-se a mudar certos comportamentos. Após analisar a descortesia em confronto político da Venezuela, Bolívar sugere que seja atribuída uma atenção peculiar ao macro diálogo político, por entender que os significados sociais e políticos deste tipo de contexto são negociados no plano da interação macrosocial, ou seja, são grupos diferentes que interagem entre si, resultando em imposições de mudanças de comportamento “com fins eminentemente políticos” (BOLÍVAR, 2005, p. 280). A tensão que se costuma perceber durante o período que antecede as eleições tende a diminuir ou, até a desaparecer depois de terminado o pleito eleitoral. Isso indica que, de fato, os atos descorteses praticados pelos candidatos entre si se justificam pela disputa, e não por questões pessoais.

²⁷ O contrato conversacional é constituído por dois tipos de termos: aqueles que são impostos socialmente e os que são definidos segundo as especificidades da situação, sendo que esses devem ser renegociados a cada interação. Fraser e Nolen (1981) defendem que, numa conversação, os indivíduos participantes estão cientes de certas obrigações e direitos que determinarão como devem proceder no decorrer da interação. Estabelece-se, portanto, um contrato de obrigações e direitos, tendo como base o tipo de relação social que se constitui entre os interactantes.

Os atos descorteses estão carregados de valores ideológicos. Considerando-se esse fato, toda a descortesia em interações discursivas deveria ser analisada levando-se em conta as ações políticas dos enunciadores (BOLÍVAR, 2005). A autora parte do pressuposto de que a análise das manifestações descorteses de eventos políticos deveria ser feita a partir de três perspectivas: histórica, cognitiva e interacional. Histórica “[...] porque os significados se interpretam no tempo e intertextualmente”; cognitiva, “porque nos deparamos com diferentes representações do mundo” e “interacional, porque os significados se constroem na interação social e, crítica, porque o analista toma um posicionamento” (BOLÍVAR, 2005, p. 280, tradução nossa)²⁸.

Coincidimos com a autora em todos os aspectos mencionados, por duas razões: porque entendemos que é na prática social que a linguagem adquire sentido e porque consideramos absolutamente necessário um olhar crítico e interdisciplinar na análise de eventos discursivos, especialmente quando o analista trata de interações que tendem ao conflito.

Kaul de Marlangeon (2012) discorda de autores que estudam a descortesia do ponto de vista da cortesia sem levar em conta os diferentes fatores já mencionados neste trabalho, que poderiam mudar a interpretação e a produção do sentido. Sugere a linguista que, para não comprometer a eficiência da análise, esta deveria partir do comportamento do falante, verificando-se a apropriação do enunciado ao efetuar a manifestação verbal. É nesse sentido que a autora cita onze possibilidades ou motivações para a ocorrência da descortesia: 1) expressar-se por meio de linguagem imprópria ou indecorosa; 2) ofender o interlocutor de forma involuntária; 3) não corresponder (involuntariamente) à cortesia esperada pelo ouvinte; 4) prescindir das normas de cortesia; 5) empregar linguagem ofensiva a si próprio, com segundas intenções; 6) exagerar nos procedimentos de cortesia com intenção irônica; 7) não usar (propositalmente) de procedimentos corteses em situações em que estes são esperados pelo interlocutor; 8) ofender voluntariamente o interlocutor no intuito de denegrir a imagem deste; 9) ofender voluntariamente o interlocutor para construir a autoimagem; 10) interpretar o interlocutor como um ataque intencional a sua imagem; 11) manter absoluto silêncio em resposta ao enunciado do interlocutor (KAUL MARLAGEON, 2012, p. 90, texto adaptado e tradução nossa).

²⁸ Citação original: “[...] porque los significados se interpretan en el tiempo e intertextualmente; cognitiva, porque nos enfrentamos a diferentes representaciones del mundo; [...] porque los significados se construyen en la interacción social, y crítica, porque el analista se posiciona”.

Mostrando tais comportamentos como possíveis geradores da descortesia, a linguista evidencia que a análise de procedimentos descorteses deve ser efetuada num *continuum* de cortesia/descortesia, não bastando observar, simplesmente, a ausência de cortesia ou tomá-la como um antônimo de descortesia. A autora reconhece, no entanto, a estreita relação dos dois fenômenos em sua natureza pragmática.

2.3.4 A ironia

De caráter ambíguo, a ironia é uma das estratégias mais utilizadas em debates políticos e em outros contextos conflituosos. Ela pode provocar diferentes efeitos na interação discursiva: efeitos de mitigação, mas principalmente, efeitos de provocação. Utilizando-se de recursos atenuantes, os interlocutores se revelam corteses, mas essa descortesia é desfeita pela ironia. Tal comportamento denomina-se *tropo ilocutório* (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), pois ocorre pela inversão dos valores semânticos e pragmáticos. O termo *tropo ilocutório* é uma retomada do termo *tropo de oposição* (PERRIN, 1996), em que o autor se refere à relação de antonímia estabelecida entre o sentido literal e o sentido derivado com o uso de estratégias irônicas.

No contexto do debate político-eleitoral, as manifestações irônicas funcionam essencialmente como atos ameaçadores, isto é, com o objetivo de provocar o adversário, resultando, muitas vezes, no seu desequilíbrio emocional. Trata-se de uma estratégia argumentativa polivalente, pois “otimiza a crítica enquanto suaviza a sua agressividade, pelo menos aparentemente, constituindo uma ameaça menos descortês. Por outro lado, podemos percebê-lo como duplamente descortês [...]” (PEREIRA BRAZ, 2014, p. 186).

Transitando entre a realidade e a aparência, a ironia é entendida por Maingueneau (2002) como uma “subversão” da enunciação. Há, portanto, uma dissociação entre o nível do enunciado e o nível da enunciação, isto é, entre o que é dito e o sentido adquirido no contexto em que ocorre o discurso. Assim, “a ironia decorre de um não dito que se oculta no que é dito no enunciado e, para que este sentido venha à tona e se concretize como significação, o enunciatário depende da perspicácia do enunciatário” (SERRALVO, 2011, p. 61).

A pergunta retórica no debate político é também considerada um recurso irônico, pois o enunciatário, na verdade, já conhece a resposta, mas pergunta para provocar o seu enunciatário no intuito de comprometer a sua imagem positiva. Caso o adversário não consiga agradar o auditório com sua resposta, seu *éthos* de credibilidade cai, enquanto aumenta o *éthos* de credibilidade e competência do enunciatário. É impossível interrogar o outro e não

implicar, ao mesmo tempo, que este responda (DUCROT, 1984). A vantagem em utilizar-se da referida estratégia está no fato de preservar a própria face, pois, ao perguntar, o enunciador não afirma, mas faz com que o outro se exponha. Considerando-se pois, que ameaçar a face do candidato oponente faz parte do contrato interacional do debate político, a pergunta retórica revela-se um recurso bastante profícuo nesse tipo de interação.

A descortesia (manifestada pela ironia) se dá, portanto, pela dissimulação, uma vez que o enunciado irônico aparenta tratar-se de um FFA - *Face Flattering Acts*²⁹, no entanto, representa uma ameaça com duplo efeito corrosivo ao seu alvo, provocando o adversário, instigando-o a protestar, a responder perguntas e a defender-se das acusações implícitas. Entendemos, pois, que apesar de não marcado linguisticamente e permitido pelo contrato comunicativo do debate político, o enunciado irônico é percebido como um enunciado marcado pelo distanciamento e permite ao enunciador desconstruir a imagem positiva do outro, e, conseqüentemente, enaltecer a autoimagem.

Visto por esse prisma, o efeito corrosivo provocado por atos irônicos num debate político afeta ambos os interlocutores, podendo estender-se, inclusive, às entidades coletivas que estes representam (partido político ou governo). Ao lançar a crítica ao outro, de forma indireta, isto é, por meio da ironia, o enunciador evita o confronto, pois este seria percebido como um ato explicitamente descortês, dadas as regras que regulamentam o programa.

Na seção seguinte, em que trataremos dos principais avanços nas pesquisas no âmbito da cortesia/descortesia, será aprofundada a discussão sobre as estratégias corteses e descorteses.

2.4 A TRAJETÓRIA DO ESTUDO DA CORTESIA/DESCORTESIA A PARTIR DA NOÇÃO DE FACE (GOFFMAN)

Por muito tempo o fenômeno da cortesia não despertou o interesse dos estudiosos. As primeiras publicações datam da década de 1950, quando surge, na Sociologia, uma corrente denominada *microsociologia*, cujo foco se volta aos acontecimentos cotidianos (SILVA, 2013, p. 94-95). Mas, é a partir da publicação da *teoria da face* (GOFFMAN, 1967) que a cortesia passa a ocupar o centro das pesquisas pragmáticas e sociolinguísticas nos Estados Unidos.

²⁹ Termo criado por Kerbrat-Orecchioni (2006) para realçar o lado positivo dos atos que valorizam a face do interlocutor. Adiante esclareceremos melhor o termo.

O modelo de estudo proposto por Goffman instiga outros estudiosos, entre os quais Leech (1983) e Lakoff (1989). Contudo, a teoria que mais impulsiona as pesquisas nessa área surge com Brown e Levinson (1987), que, apesar das numerosas críticas recebidas – assunto que retomaremos ainda nesta seção –, continua sendo a referência mais utilizada para os estudos no âmbito da cortesia nas interações humanas.

As pesquisas mais recentes voltam-se também para a *descortesia*, fenômeno não contemplado no modelo de Brown e Levinson. “Após décadas de atenção em massa voltada à cortesia verbal, nos últimos anos parece ter despertado definitivamente o interesse pelo polo oposto das relações interpessoais”³⁰ (BLAS ARROYO, 2010, p.184, tradução nossa). A afirmação do autor se sustenta em publicações centradas no fenômeno da descortesia (LOCHER, 2005; BOUSFIELD, 2008; BOUSFIELD & LOCHER, 2008). O crescente número de dissertações e teses publicadas recentemente sobre descortesia corrobora a afirmação de Blas Arroyo.

Após essas breves considerações quanto ao surgimento dos estudos da cortesia verbal, apresentaremos alguns aspectos das teorias clássicas de Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987) e as contribuições de outros linguistas no aprimoramento da teoria da cortesia/descortesia.

2. 4.1 A teoria da *face* (Goffman)

Ervin Goffman, sociólogo e um dos principais adeptos dos estudos interacionais, traça como objetivo principal da comunicação humana o estabelecimento das relações sociais. Até por volta de 1970, tinha-se como destaque nessas inter-relações a simples troca de informações. O conteúdo era considerado menos relevante que o simples ato de interagir. Mas, para Goffman, isso não basta, pois nas relações interacionais existem aspectos extralinguísticos como a posição corporal, as vestimentas, o tom de voz, os gestos, os olhares, as palavras utilizadas, dentre outros aspectos que podem representar importantes dados sociolinguísticos para uma análise do discurso e para outros estudos. Começa-se, assim, a valorizar todo o tipo de cenário, bem como os detalhes que permeiam as interações humanas. A vida social passa a ser comparada a uma cena teatral em que os atores (seres humanos)

³⁰Citação original: “Tras décadas de atención masiva hacia la cortesía verbal, en los últimos años parece haberse despertado definitivamente el interés por el polo opuesto de las relaciones interpersonales”.

representam e interpretam diferentes papéis, o tempo todo, de acordo com as exigências do cotidiano e do ambiente em que vivem.

De acordo com Goffman, os rituais de interação presentes nas culturas em geral não permitem desvios significativos por parte dos interlocutores, sujeitos do discurso. Em qualquer contexto cultural, existe certo controle das condutas a serem observadas. Diante disso, o autor recomenda que sejam seguidas duas atitudes fundamentais que se autorrelacionam estreitamente com o tratamento de cortesia: o autorrespeito e a consideração em relação ao próximo, que implicam proteger ou valorizar a face do interlocutor. Foi assim que surgiu a teoria da face que até hoje funciona como ponto de referência nos estudos das interações verbais, em que ocorrem a cortesia e a descortesia. Goffman define *face* (imagem) como:

[...] um valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A [face] é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados [...] (GOFFMAN, 2012, p. 13).

A noção de *face* apresentada por Goffman equivale à *imagem* e contempla as dimensões do individual e do social. É, portanto, a imagem pública do indivíduo, o valor social positivo que o (EU), como indivíduo relacionado com os demais indivíduos da sociedade, deseja para si. Goffman explicita o conceito: “a face não é o que realmente somos, mas sim a representação que criamos de nós mesmos e que pretendemos mostrar aos demais” (GOFFMAN, 1970, p.17). Nos estudos da conversação, esse comportamento humano em prol da construção da própria imagem corresponde à atuação do “ego” frente ao “alter”.

A *face* a que se refere Goffman, pode ser protegida, mantida, ameaçada ou perdida. Considerando tais possibilidades, o autor criou uma *linha* de procedimentos a serem seguidos, no intuito de prevenir a quebra do equilíbrio nas interações verbais. É por meio da *linha* de ação ou de conduta (um conjunto de atos verbais e não verbais) que o indivíduo segue, que se configura a sua imagem. Em outras palavras, é de um conjunto de atos verbais e não verbais praticados durante a interação que resulta a imagem do enunciador.

A noção de *imagem social*, descrita por Goffman (1967) como “psicosociológica”, é apontada como relevante para uma teoria da cortesia, haja vista a conexão entre os conceitos de identidade pessoal e social, isto é, o *self* organizado em torno de um conceito de si mesmo, porém, sempre em relação ao *alter* e aos diferentes papéis que os indivíduos (em que o *eu* está incluído) assumem na sociedade (BRAVO, 2003).

Ciente das constantes ameaças à *face*, o sociólogo criou os procedimentos de *facework* (trabalho da face). Com o uso de tais estratégias, o falante evita o confronto com o outro e conseqüentemente preserva o seu *território*³¹. Simplificando: o equilíbrio nas interações se dá pelo respeito ao território do outro. Assim, entendemos o *facework* como uma atividade de orientação defensiva e simultaneamente como orientação protetora. O indivíduo se esforça para manter a coerência com a imagem que o outro faz dele, tentando neutralizar os incidentes e protegendo, dessa forma, a própria face. Entendam-se, por incidentes, os fatos ameaçadores para a autoimagem e para a imagem do outro. Nesse sentido, Brown e Levinson entendem que o simples contato com o interlocutor implica ameaças. Porém, preferimos corroborar o ponto de vista de Kerbrat-Orecchioni (2006). A autora discorda dessa concepção pessimista por entender que existe também o lado positivo nas interações e que, portanto, nem sempre os indivíduos se sentem mutuamente ameaçados nas interações verbais.

Sobre a tendência à reciprocidade em relação às ameaças à face, é preciso admitir que este é um fato quase inevitável, pois o indivíduo que se sente ameaçado ou provocado, raramente deixa de defender-se, respondendo com outra ameaça. O próprio silêncio do interlocutor (diante de uma resposta esperada pelo outro) pode ser interpretado como uma reação negativa, ou seja, uma ameaça à face do locutor.

De acordo com Goffman (1967), existem três tipos de ameaças: a) a involuntária e não intencional; b) a ameaça resultante de malícia, rancor ou de vingança; c) a ameaça provocada por ofensas acidentais. Tais ameaças podem ser evitadas ou corrigidas por meio de alguns procedimentos. Evitar contatos considerados de risco em que se incluem as interações verbais em debates políticos ao vivo está entre esses procedimentos. Outras atitudes bastante comuns nas inter-relações humanas são os pedidos de desculpas e demais estratégias corretivas de *atenuação* utilizadas para reverter possíveis danos causados à *face* do interlocutor. Contudo, quando as ameaças acontecem de forma voluntária, manifestações mais comuns em interações conflituosas, o confronto entre os interlocutores é quase inevitável. É nessas situações que se confirma a invasão da privacidade do interlocutor, resultando na perda de sua reputação, o que equivale ao termo *perder a face* (*to lose face*).

Goffman criou também a expressão *save the face* (*salvar a face*) que remete à preservação das aparências ou à salvação da honra. No decorrer da análise, veremos diferentes possibilidades utilizadas pelos candidatos no intuito de construir a autoimagem positiva,

³¹ Entende-se por *território* o espaço delimitado a cada interlocutor, seja espaço físico, corporal, temporal ou mental. O território inclui, portanto, corpo, rosto, moradia, amigos, familiares, namorado (a), objetos pessoais e, principalmente, informações privadas, decisões, opiniões e preferências.

fazendo uso implícito e/ou explícito de estratégias de atenuação e de procedimentos próprios da descortesia.

Confirma-se, pela teoria de Goffman, que o indivíduo é percebido como cortês ou descortês a partir do seu comportamento em relação ao outro nas interações verbais. É também, por meio de suas atitudes em relação ao outro que se constrói o *éthos* do enunciador, assunto já referido no capítulo anterior. Exemplificando: quando um político diz que é competente, honesto e que sempre soube respeitar os eleitores, cumprindo suas promessas eleitorais, é esta a *face* que ele apresenta, tentando construir a sua imagem positiva. Isso não significa, porém, que a imagem mostrada coincida com a imagem emergente de sua atuação discursiva. Fatos como o exemplificado não acontecem somente nas campanhas eleitorais, mas em outros contextos interacionais face a face.

Pode ocorrer também a formulação de uma imagem prévia negativa do falante. Isso acontece quando o locutor já se manifestou de forma descortês anteriormente, ou quando o interlocutor já conhece certas atitudes do locutor, recriminadas no passado.

Goffman (1967) preconiza duas atitudes fundamentais nos rituais de interação: o autorrespeito e a consideração ao próximo. A primeira sugere evitar o confronto, a fim de preservar a própria *face*; a segunda implica preservar a face do interlocutor, isto é, delimitar o próprio *território* sem, no entanto, invadir o *território* do outro. É dessa maneira que as pessoas demonstram cortesia, sem fórmulas prontas, mas adaptando-se ao contexto interativo e interagindo de acordo com as regras do contrato comunicativo estabelecido para cada situação enunciativa.

Outro conceito relevante proposto pelo sociólogo para o entendimento do complexo mundo interativo é o de *distância social*, composta por duas dimensões: o grau de conhecimento prévio entre os interlocutores e a posição deles na escala social (eixos da familiaridade e da hierarquia). Por grau de conhecimento prévio entenda-se a afinidade entre os interlocutores, tanto em relação à linguagem quanto ao conteúdo e outros fatores envolvidos nas interações face a face. Consideramos ser este um item de grande influência para uma interação equilibrada, uma vez que, quanto mais conhecemos o nosso interlocutor, suas características físicas e psicológicas, menores serão os riscos de invadir o seu território. Mas isso não garante a ausência de ameaças das faces entre interlocutores que tenham uma relação mais íntima ou amigável, pois tudo depende da situação conversacional e de outros fatores que impliquem no relacionamento de ambos. Pela segunda dimensão, a da *distância social*, apreendemos que o comportamento humano pode variar de acordo com o papel social

do interlocutor, considerando-se que entra em jogo o “poder”, pelo qual se estabelece a hierarquia social.

A discussão dos conceitos de Goffman nos proporcionou um melhor entendimento das metáforas que o autor utiliza para explicar o comportamento humano em situações do cotidiano. De acordo com os diferentes papéis e contextos, os atores mudam o espetáculo, criando, recriando e provocando reações nos demais coatores, no intuito de construir sua autoimagem. Simultaneamente defendem-se das ameaças que poderiam fazê-los *perder a face*, o que levaria ao comprometimento da imagem desejada.

Tomando como referência a teoria goffmaniana, outros pesquisadores têm explorado as interações *face a face* em diferentes contextos e perspectivas, a partir da década de setenta, quando se intensificaram as pesquisas voltadas à Pragmática. Em 1975, o filósofo Paul Grice estabelecia o princípio regulador da interação discursiva, um conjunto de regras, mais conhecidas como *máximas conversacionais*. Por meio delas o autor tentava explicar que, numa interação linguística, deve haver pertinência e adequação, ou seja, as regras que regulamentam as conversações em diferentes contextos de interação devem ser respeitadas. Em decorrência do princípio regulador intensificaram-se as pesquisas no campo da Pragmática. Os autores Lakoff (1989) e Leech (1983) ampliaram a teoria de Grice (1975), mas consideramos que, no presente estudo, a discussão dessas teorias não é pertinente.

Prosseguiremos, embora de forma resumida, com o modelo teórico para o estudo da cortesia proposto por Brown e Levinson (1987). Os pesquisadores se destacam por defender a possibilidade de explicar, a partir da análise de formas linguísticas, como se comportam e como reagem os indivíduos nas relações sociais.

2.4.2 A teoria da cortesia idealizada por Brown e Levinson (1978; 1987)

O primeiro estudo de Brown e Levinson (1978) sobre cortesia e interação verbal, originalmente publicado sob o título *Universals in Language Usage, Politeness Phenomenon*, propõe princípios universais de cortesia, baseados empiricamente na análise de dados coletados em espaços culturais com línguas diferentes: o *tzeltal*, no México; o tâmil, no Sul da Índia; e o inglês, em comunidades norte-americanas.

Um dos objetivos dos autores ao propor um modelo teórico para os estudos da cortesia era contribuir para uma perspectiva interlinguística e intercultural que permitisse melhorar a compreensão das diferenças sociais e culturais manifestadas nas interações *face a face*. Brown e Levinson inspiraram-se principalmente na teoria de Goffman (1967) comentada no tópico

anterior. Ao rebatizaram os termos *face e território* os autores apresentam os termos *face positiva e face negativa* por perceberem, nas interações verbais, uma constante preocupação com o outro (o interlocutor). O estudo de Brown e Levinson (1987) revela que, quando duas pessoas estão conversando, há sempre quatro faces em jogo, a saber: as faces (positiva e negativa) do falante e as faces (positiva e negativa) do ouvinte. Em vista disso, os autores destacam a importância de cooperar para o equilíbrio da interação. Assim, para Brown e Levinson, todo ato de enunciação pode constituir ameaças para uma ou mais faces. Por isso, os interlocutores negociam constantemente o acordo, por meio de estratégias que valorizam a face do outro. A figura 1 ilustra as diferentes formas de se fazer uma ameaça.

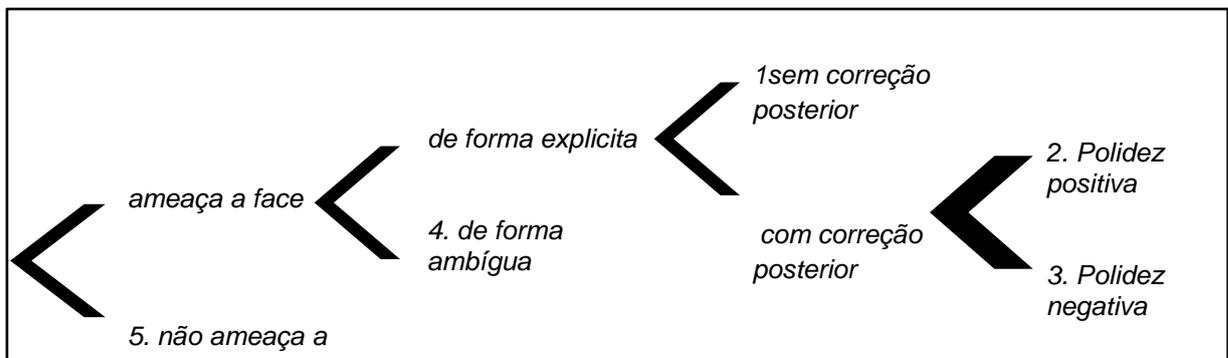


Figura 1 – Atos ameaçadores de faces

Fonte: (BROWN & LEVINSON, 1996, p. 69, com adaptações)

No esquema apresentado aparecem as diferentes opções do locutor em relação ao seu interlocutor. Ele pode optar por fazer a ameaça ou por deixar de fazê-la. A ameaça pode ocorrer de forma explícita ou de forma implícita (ambígua), com possibilidade de correção posterior, quando houver intenção de amenizar a ameaça. A cortesia resulta do uso de estratégias atenuadoras e, dependendo das estratégias usadas, ela pode ser positiva ou negativa. Esta última consiste em pedidos de desculpas e outros procedimentos que reparem a ameaça, enquanto a cortesia positiva é decorrente do uso de estratégias valorizadoras da face do interlocutor. Entendemos que na escala das ameaças à face nas interações em geral, o dano é maior quando ameaçamos a face negativa do outro, pois isso consiste em invadir o seu território. Explicitando melhor, as “rupturas” na interação ocorrem geralmente em consequência às agressões físicas e morais. Assim, dizer que o outro é mentiroso ou corrupto, mesmo num debate político, é considerado descortês.

Nos quadros 2 e 3 apresentados na sequência, Brown e Levinson sintetizam as diferentes maneiras de revelar-se cortês :

Faça o FTA	Diretamente	Seja direto		seja direto	01. seja convencionalmente indireto	
	Diretamente com reparação	Não presuma/ Admita	Faça a mínima pressuposição dos desejos do ouvinte			02. perguntas, anguladores (hedges)
		Não coaja o ouvinte	Dê opções ao ouvinte para não fazer o ato.	Seja indireto		01. seja convencionalmente indireto
				Não explicite que o ouvinte é capaz de fazer alguma coisa		02 perguntas, anguladores (hedges)
				Mostre ao ouvinte que não é adequado que ele faça algo		03. seja pessimista
		Minimize a ameaça	Deixe clara a distância social (D), o poder relativo (F) e o grau de imposição (G)			04. minimize a imposição
						05. mostre respeito
		Comunique que os seus desejos não vão de encontro aos do ouvinte	Dissocie falante e ouvinte da mesma atividade	06. Peça desculpas		
						07. impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você” 08. declare o FTA como uma regra geral 09. nominalize
	Repare outros desejos do ouvinte, derivados da face negativa				05. Mostre respeito 10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.	

Quadro 2 – Estratégias de cortesia negativa

Fonte: (BROWN E LEVINSON, 1987)

ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ POSITIVA				
Faça um FTA* diretamente com reparação	Reivindique coisas em comum	Diga coisas que enobrecem o ouvinte. Chame atenção para coisas que são admiráveis no outro.		01. perceba o outro. Mostre-se interessado nas coisas, necessidades etc. do outro.
				02. exagere (interesse, aprovação, simpatia pelo outro)
				03. intensifique o interesse para o outro
		Reivindique pertencimento ao mesmo grupo do ouvinte		04. use marcas de identidade do grupo
		Reivindique coisas em comum entre o falante e o ouvinte (pontos de vista, opiniões, empatia, atitudes, conhecimentos) simule que vocês pensam da mesma maneira.		05. procure acordo 06. evite desacordo
				07. pressuponha/busque/explicite/ deixe claro/declare pontos em comum 08. faça piadas e brincadeiras
	Inclua o ouvinte na atividade: falante e ouvinte estão em cooperação	Pressuponha os desejos do ouvinte		09. explicite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do ouvinte
		Busque reflexividade (falante e ouvinte querem a mesma coisa)		10. ofereça, prometa 11. seja otimista 12. inclua o ouvinte na atividade 13. dê ou peça razões.
		Busque reciprocidade		14. Simule ou explicite reciprocidade
	Preencha/atenda os desejos do ouvinte			15. dê presente (presentes, simpatia, compreensão, entendimento, cooperação)

Quadro 3 – Estratégias de cortesia positiva

Fonte: (BROWN E LEVINSON, 1987)

Identificam-se nos quadros 2 e 3 diferentes possibilidades de efetivar atos corteses. No quadro 2, as ações sugeridas são todas direcionadas a evitar situações de constrangimento ao outro, isto é, de não invadir o território do interlocutor e, dessa forma, promover uma relação de equilíbrio na interação.

No quadro 3, com o mesmo objetivo de lograr a harmonia na conversa, os autores sugerem atitudes enaltecidas da *face positiva*, que correspondem ao narcisismo e a um conjunto de imagens valorizantes que os interlocutores constroem de si e que tentam impor na interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.78).

Os atos ameaçadores à face podem ocorrer, portanto, de diversas maneiras: de forma direta (com ação reparadora); b) com cortesia positiva; c) com cortesia negativa; d) de forma indireta (implícita) ou, e) deixar de fazer as ameaças. Essa teoria de Brown e Levinson, retomada por Culpeper (1996), será discutida adiante, quando tratarmos das estratégias de descortesia.

Na tentativa de resolver o impasse das ameaças, conciliando o desejo mútuo de preservação das faces, os *Face Threatening Acts* (FTA) - foram classificados por *Brown e Levinson* em quatro categorias: (a) atos ameaçadores da face positiva do emissor; (b) atos ameaçadores da face negativa do emissor; (c) atos ameaçadores da face positiva do destinatário; e (d) atos ameaçadores da face negativa do destinatário.

É importante lembrar que os FTAs podem ocorrer tanto por atos verbais como por atos não verbais. No primeiro caso (de natureza verbal) temos as perguntas “indiscretas”, os atos “diretivos” como a ordem, a interpelação, a proibição ou o conselho; já no segundo caso (de natureza não verbal), citamos os contatos corporais inadequados, as agressões visuais, sonoras, olfativas e a infiltração por invasão nas “reservas” do outro.

Para agir adequadamente a cada situação de interação e poder calcular o grau de risco na prática de seus atos, os interlocutores precisam conhecer as estratégias que podem ser utilizadas.

Foi justamente para melhor compreender o processo de interação que Brown e Levinson avaliaram a ocorrência de três variáveis coexistentes na teoria da cortesia: (i) a distância social (D); (ii) o poder relativo (P) existente entre os interlocutores e (iii) o grau de imposição (G).

Conforme o quadro 4 apresentado na sequência, cada uma dessas letras representa uma variável a ser observada.

VARIÁVEIS DA CORTESIA	D > indica a distância social entre o falante e o destinatário.
	P > representa o poder que o destinatário exerce sobre o interlocutor.
	G > corresponde ao grau de imposição originado da hierarquia cultural e situacionalmente determinada de cada interlocutor.

Quadro 4 – Variáveis da cortesia

Fonte: (BROWN & LEVINSON, 1996)

Avalia-se, portanto, o grau da ameaça do ato de fala de acordo com a distância social (D) entre o falante/enunciador e o ouvinte/enunciatário, bem como pela hierarquia, ou seja, pelo grau de poder (P) que há entre eles e pelo grau de imposição (G) que interfere na necessidade de aprovação de cada indivíduo envolvido na interação. Nessa constante necessidade de preservar as faces nas interações verbais, a cortesia transforma-se numa verdadeira arte, a de saber negociar com o interlocutor. Uma das possibilidades de preservar o equilíbrio da interação é, segundo os autores, fazer o FTA, porém, de forma indireta, violando as máximas de Grice (1975). Existem, segundo os pesquisadores, diferentes formas de dirigir-se ao interlocutor sem parecer descortês.

Para demonstrar como isso acontece, Brown e Levinson elaboraram o quadro 5 que contém quinze recomendações:

Faça o FTA, mas seja Indireto	Dê pistas: Implicaturas Conversacionais a partir das Máximas de Grice.	Viole a Máxima de Relevância	01. dê pistas (o motivo ou as condições para fazer algo)
			02. dê chaves de associação
			03. pressuponha
		Viole a Máxima de Quantidade	04. diminua a importância (<i>understate</i>)
			05. exagere/aumente a importância (<i>overstate</i>)
			06. use tautologias
		Viole a Máxima da Qualidade	07. use contradições
			08. seja irônico
			09. use metáforas
	Seja vago ou ambíguo	Viole a Máxima do Modo	10. faça perguntas retóricas
			11. seja ambíguo
			12. seja vago
			13. hipergeneralize
			14. desloque o ouvinte
			15. Seja incompleto, use elipse

Quadro 5 – Atos Ameaçadores das Faces

Fonte: (BROWN E LEVINSON, 1987)

O quadro 5 dá ao falante as pistas para evitar o confronto direto com o interlocutor. Assim, o pedido pode vir acompanhado de ironia, pressuposições, contradições, metáforas e outras estratégias que permitam uma aparente cortesia.

Os estudos de Brown e Levinson foram inovadores e continuam contribuindo significativamente nas pesquisas focalizadas na cortesia. No entanto, o modelo apresentado foi alvo também de severas críticas, das quais trataremos na sequência. Com as críticas, surgiram outros modelos teóricos para analisar atos corteses e descorteses, inclusive aqueles atos que se situam na trajetória entre a cortesia e a descortesia.

2.4.3 As críticas ao modelo teórico de Brown e Levinson

Desde a sua publicação em 1978, a obra *Politeness: some universals in language use*, de Brown e Levinson, teve uma repercussão bastante positiva, porém, as críticas ao modelo proposto não tardaram a aparecer. Apesar disso, esse modelo continua sendo a principal referência para os estudos da cortesia até a atualidade, pois constitui uma das primeiras tentativas de elaborar uma teoria da cortesia linguística reguladora das relações sociais.

Os aspectos de imagem social - *negativa* e *positiva* - foram rebatizados por outros autores, mas Bravo assevera (2003, p.106) que os novos conceitos precisam melhorar, isto é, ser melhor definidos, haja vista que, na sua maioria, a atenção se foca em um conteúdo que parece ser mais pertinente que outro. A autora avalia a teoria de Brown e Levinson como uma das teorias mais completas e conhecidas no âmbito dos estudos da cortesia, mas reconhece que “sua utilização, encaminhada à descrição da cortesia em línguas não anglo-saxônicas, não esteve sempre livre de problemas”³² (BRAVO, 2003, p. 98, tradução nossa).

Notamos que Bravo considera etnocêntrica a teoria dos referidos autores, por entender que esta se foca na cultura individualista anglo-saxônica. Por isso, prefere adotar como categorias vazias (que deveriam ser preenchidas para cada comunidade de fala) os termos *imagen de autonomía* e *imagen de afiliación*, em que a primeira contempla os *conhecimentos* relacionados com a maneira pela qual uma pessoa deseja ver-se e ser percebida pelos demais, como um indivíduo com traços próprios (dentro do grupo), e a segunda engloba os *comportamentos* que revelem como uma pessoa deseja ver-se e ser vista pelos demais, em relação às características que a identificam (com o grupo).

Oliveira Andrade afirma que as novas categorias de imagem

³² Citação original: “[...] su utilización, encaminada a describir la cortesía en lenguas no anglófonas, no ha estado siempre libre de problemas”.

estão fundamentadas no conceito de imagem e definem a posição dos indivíduos na sociedade perante suas necessidades humanas e a relação entre o *ego* e o *alter*, que constituem o conceito de imagem. Enquanto na autonomia o indivíduo percebe a si mesmo e é percebido pelos demais como diferente do grupo, isto é, alguém que tem um perfil próprio, na afiliação ele se vê e é visto como parte do grupo, revelando os desejos que tem de ser reconhecido com traços que o definem como integrante do grupo (OLIVEIRA ANDRADE, 2014, p. 389).

A contribuição da nova “roupagem” atribuída aos termos *cortesía positiva* e *cortesía negativa* esclarece um pouco mais a diferença entre os dois aspectos (negativo e positivo) e, assim, oferece possibilidades de análise em contextos diferentes. Bravo (2003) enfatiza que, em suas pesquisas, encontra dificuldades de análise no *corpus* em espanhol, dado o caráter universal das categorias do modelo que não coincide com os resultados dos trabalhos empíricos em questão. Blas Arroyo (2010) reforça a queixa de Bravo, asseverando que a distinção estabelecida entre os polos positivo e negativo da imagem e as estratégias correspondentes têm resultado num problema de análise, dificultando a distinção entre as cortesias positiva e negativa.

Além das críticas discutidas acima, Bravo discorda de Brown e Levinson (1987) em mais dois pontos: a visão pessimista e a suposta existência de um desejo geral dos interlocutores pela aprovação de sua face positiva. Explicitando melhor, a autora não concorda que, nas interações verbais, os interlocutores se sintam constantemente ameaçados em relação à autoimagem e que, de forma geral, estejam preocupados com a avaliação dos demais. As críticas se fundamentam, sobretudo, em resultados obtidos durante dois estudos realizados em espaços socioculturais distintos: o primeiro, desenvolvido em um contexto de negócios, na Espanha (BRAVO, 1996), e o segundo, focado no comportamento social de acadêmicos argentinos (BRAVO, 2002). A autora garante que não constatou, em nenhuma de suas pesquisas, qualquer preocupação ou desejo em preservar o “território” (imagem ou face negativa). Entende a linguista que “A confiança interpessoal não requer que se compartilhem os desejos do interlocutor, nem que se aprovelem suas características pessoais, mas que o aceite tal qual é, ainda que seja criticado explicitamente, ou seja, criticado pelo seu pensamento (também explicitamente)”³³ (BRAVO, 2003, p. 98-99, tradução nossa e parênteses do autor). Em outras palavras, o importante não é ser aprovado pelo interlocutor, mas poder confiar no

³³ Citação original: “[...] la confianza interpersonal no requiere que se compartan los deseos del interlocutor, ni que se aprueben sus características de personalidad sino que lo acepte tal cual es aunque se lo critique ‘abiertamente’ o se disienta con lo que piensa (también abiertamente)”.

que ele diz, mesmo que seja por meio de uma crítica explícita. O excesso de pessimismo é constatado também por Kerbrat-Orecchioni como principal falha do modelo:

Uma concepção excessivamente pessimista, e até mesmo ‘parnoide’, da interação – representando os indivíduos em sociedade como seres vivos sob a ameaça permanente de FTAs de todo gênero, e passando seu tempo a montar guarda em torno de seu território e de sua face (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.81).

A autora assevera que, no modelo teórico de Brown e Levinson, é incontestável o exagero na redução da cortesia à sua forma negativa, esquecendo-se dos atos valorizantes da face, como elogios ou agradecimentos. Kerbrat-Orecchioni avalia o modelo como produtivo, bem estruturado e com muitas potencialidades, mas sugere um aperfeiçoamento, do qual trataremos na seção seguinte.

Sobre a cortesia como fenômeno universal defendida por Brown e Levinson (1987), constatamos divergências entre os autores. A discussão dos estudiosos gira em torno das variações socioculturais de uma sociedade para outra e das conseqüentes mudanças de interpretação que tais variações podem gerar. Os comportamentos e atitudes dos falantes nas interações verbais podem variar, inclusive dentro de uma mesma sociedade, de acordo com algumas variantes como sexo, idade, origem geográfica ou social, bem como do contexto em que ocorre a interação. Kerbrat-Orecchioni (2006) se posiciona da seguinte forma: por um lado, defende a universalidade da cortesia por entender que em todas as sociedades existem comportamentos que possibilitam a manutenção da harmonia entre os falantes. Por outro lado, admite que a cortesia deixe de ser universal nas suas formas e nas condições de aplicação, pela variação da cultura de um grupo a outro. Posicionamento idêntico encontramos em um dos trabalhos de Marcotulio e Souza³⁴, em que se sugere uma reflexão sistemática sobre as variações culturais que afetam as normas comunicativas. Os autores afirmam que, ao mesmo tempo em que a cortesia se apresenta como um fenômeno universal – pois em todas as sociedades humanas se presenciam comportamentos de manutenção de um mínimo de harmonia entre os interactantes –, apresenta-se também como um fenômeno não universal, se observadas as variações socioculturais a que estão sujeitas as interações humanas.

Um exemplo dado por Haverkate (1994, p.11-12) ilustra, de forma bastante didática, como o contexto pode implicar na questão da universalidade da cortesia. O autor explica que em Tamul, no Sul da Índia, considera-se como ato descortês perguntar a uma pessoa para

³⁴ Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/07.htm>>. Acesso em: 07 de mar. 2015.

onde ela vai. Se esse questionamento fosse feito no Brasil, certamente não seria percebido como ameaça ao interlocutor, a não ser em casos muito particulares em que tal informação poderia comprometê-lo.

Os japoneses também interpretam a cortesia verbal de forma diferenciada dos povos ocidentais, pois para eles, tal fenômeno não se manifesta tanto “por meio de um conjunto de normas flexíveis, adaptáveis à situação comunicativa concreta, como através de um sistema de regras determinadas pela hierarquia social, que se aplicam mais ou menos automaticamente” (HAVERKATE, 1994, p.13, tradução nossa).³⁵

O conceito universal de cortesia nos modelos seminais é também rejeitado por Watts (1989) por entender que a sociointeração é determinada por convenções culturais situadas. Corroborando a crítica do autor, Bolívar (2005, p. 273) aponta outro fator de interferência nas variações sobre o que é considerado cortês ou descortês: o tipo de evento em que ocorrem as interações. Sugere ainda a incorporação da análise crítica do discurso como alternativa de novas possibilidades de reflexão.

Contrapondo-se aos demais posicionamentos apresentados, Seara (2014, p.12) entende que a cortesia “é universal, quaisquer que sejam as suas diferentes manifestações”. Posicionamento semelhante é manifestado por Albelda Marco e Briz (2010) que admitem a cortesia como fenômeno universal, no entanto alertam para as diferenças de acordo com cada cultura. Justificam os autores que “o sentimento de ameaça à imagem é percebido de maneira diferente por um argentino, um chileno, um mexicano ou um espanhol”. Os linguistas apostam também na influência de outros fatores, dentre os quais apontam a idade do indivíduo. Por fim, asseguram que a expressão formal de uso da atenuação e da cortesia difere “de acordo com a variedade geográfica do espanhol”³⁶ (ALBELDA MARCO e BRIZ, 2010, p. 248, tradução nossa).

Percebe-se, portanto, que a maioria dos autores citados diverge de Brown e Levinson no quesito *universalidade da cortesia*, pelas variações socioculturais entre os grupos. Tudo indica que faltam estudos neste âmbito, pois as reflexões que focalizam as interferências do

³⁵ Citação original: “[...] tanto a través de un conjunto de normas flexibles, adaptables a la situación comunicativa concreta, como a través de un sistema de reglas determinadas por la jerarquía social, que se aplican más o menos automáticamente”.

³⁶ Citação original (na íntegra): “La cortesía es una actividad universal, pero en cada cultura se refleja de distinta manera. [...] El sentimiento de amenaza a la imagen se percibe de diferente modo por un argentino, un chileno, un mexicano o un español. Además, en esta percepción, también influyen otros tipos de rasgos, como, por ejemplo, entre otros, la edad. Asimismo, la expresión formal y la frecuencia de uso de la atenuación y de la cortesía difieren según la variedad geográfica del español”.

contexto sociocultural nas práticas avaliativas de cortesia e descortesia parecem ser ainda insuficientes.

Uma crítica diferenciada das relatadas acima é a de Culpeper (1996), que se volta para o estudo da descortesia, fenômeno não contemplado no modelo em pauta. No intuito de suprir a falha apontada, o autor retoma a teoria apresentada e propõe cinco estratégias que discutiremos adiante, ao tratarmos das estratégias de descortesia.

Tomando como parâmetro as críticas apresentadas, torna-se possível afirmar que elas se fundamentam principalmente no caráter etnocentrista cultural do modelo teórico, no pessimismo dos autores (foco nas ameaças à face negativa), e na centralização do estudo da cortesia, sem maior preocupação em estudar as manifestações de descortesia. Outros autores poderiam ser mencionados aqui, mas limitamo-nos a discutir apenas as críticas que mais repercutiram. Ao avaliar os diferentes pontos de vista apresentados nesta subseção, corroboramos os autores que rejeitam o conceito universal de cortesia por entendermos que não há como ignorar as diferenças culturais quando se trata de interações verbais.

Não resta dúvida de que a sigla FTA criada por Brown e Levinson integra praticamente todos os trabalhos de pesquisa em cortesia e descortesia, demonstrando que existe unanimidade entre os pesquisadores sobre a importância do estudo relacionado às interações verbais face a face, sobretudo no que se refere à cortesia entre os interlocutores. Fraser (1990) avalia o modelo em discussão, como o mais completo e o mais claramente articulado.

2.5 AS PESQUISAS PÓS BROWN E LEVINSON

No tópico anterior foram apontadas falhas no modelo teórico da cortesia, de Brown e Levinson (1978), que, apesar disso, até hoje norteia boa parte das pesquisas neste âmbito. Na tentativa de contornar esses problemas e aperfeiçoar o sistema, outros pesquisadores da cortesia/descortesia propuseram ampliações ao modelo original, tornando-o mais completo e adequado às análises em diferentes contextos de interação.

Nesse sentido, apresentamos no tópico seguinte, as contribuições mais relevantes.

2.5.1 As contribuições de Locher e Watts e de Fuentes Rodríguez

Por entender que as manifestações verbais são avaliadas pela conduta social, não bastando as categorias que compõem o modelo de Brown e Levinson (1978), Locher e Watts (2005) inserem graus intermediários entre a cortesia e a descortesia. Ampliam também a noção goffmaniana de *trabalho da face*, estendendo o conceito aos relacionamentos interpessoais e englobando a totalidade dos comportamentos sociais nos seus diferentes níveis de cortesia e de descortesia. Assim, as manifestações discursivas passam a ser categorizadas como marcadas, de forma positiva ou negativa, observando-se as normas de conduta social, a partir do que é considerado *politicamente correto*³⁷.

<i>negativamente marcada</i>	<i>não marcada</i>	<i>positivamente marcada</i>	<i>Negativamente Marcada</i>
<i>descortês</i>	<i>não cortês</i>	<i>Cortês</i>	<i>Hipercortês</i>
<i>não político/ inapropriado</i>	<i>político/apropriado</i>	<i>político/apropriado</i>	<i>não político/ inapropriado</i>

Quadro 6 – Continuum do trabalho relacional (*relation work*) das manifestações verbais

Fonte: (LOCHER & WATTS, 2005, p. 12)³⁸

Ao elaborar o gráfico, os autores tomam como referência o conceito do *politicamente correto* e não o conceito de *imagem* (Goffman). A cortesia, tomada como ponto de partida no modelo de Brown e Levinson, ocupa, no quadro de Locher e Watts, apenas uma das partes do processo relacional, não se configurando como elemento central. Além disso, não se estabelecem, no modelo em pauta, limites precisos para os atos interacionais. Estes são negociados a cada interação, observando-se o que é permitido e apropriado e o que não é

³⁷ O termo *politicamente correto* “constitui a manifestação de uma ideologia imposta pela sociedade”. Ainda que não transcenda ao comportamento dos interlocutores, a imagem resultante dessa imposição é “fictícia y positiva” e “se impõe no discurso midiático e político” [...] numa clara demonstração de hipocrisia” (FUENTES RODRÍGUEZ, 2010b, p. 854).

³⁸ Esquema original:

RELATIONAL WORK

----→				
negatively unmarked	unmarked		positively marked	negatively marked
----→				
Impolite	non-polite		polite	over-polite
----→				
Non-politic/inappropriate	politic/appropriate	politic/appropriate	non-politic/inappropriate	

permitido e, portanto, é inapropriado no contexto em que acontece a interação. Os critérios neste modelo de avaliação são as expectativas dos interlocutores, acompanhadas de suas crenças e ideologias.

O trabalho relacional compreende o *continuum* do comportamento verbal nas interações, no intuito de classificar as manifestações corteses e descorteses como *marcadas/não marcadas*, *políticas/não políticas* e *apropriadas/não apropriadas*. Nesta perspectiva, os atos positivamente marcados são políticos e apropriados, enquanto os negativamente marcados são não políticos e, portanto, inapropriados para o contexto em vigor.

Na concepção de Locher e Watts, a conduta cortês corresponde sempre ao que é apropriado e politicamente correto; o que é apropriado pode ser cortês, mesmo na ausência de marcas de cortesia; os atos descorteses nem sempre têm o propósito de ofender, podendo simplesmente expressar sentimentos de aflição, raiva, ou ainda, alguma reclamação; por sua vez, os atos hipercorteses (que expressam a falsa cortesia) são lançados também como não políticos e inapropriados, por estarem em desacordo com o conceito de *politicamente correto* nas interações verbais, na concepção desses autores.

Nas interações em geral, costumam prevalecer os comportamentos *não marcados*, denominados *políticos*, que zelam pelo equilíbrio da interação. Talvez, por essa razão, Brown e Levinson utilizaram como ponto de referência em seu modelo de análise, a cortesia.

Discordando de Brown e Levinson (1978) e corroborando Locher e Watts (2005), Fuentes Rodríguez argumenta que a cortesia não é a base para o acordo, pois “não há conduta para ser cortês ou descortês” (FUENTES RODRÍGUEZ, 2010b, p.7). Ela entende que para julgar os comportamentos como socialmente apropriados ou não apropriados é necessária uma avaliação que se aplique à conduta social. Apesar de concordar com Locher e Watts no que se refere ao uso do termo *cortesia*, Fuentes Rodríguez critica o modelo por não conter uma categoria que contemple os atos que são adequados à conduta social, mas *não são corteses e nem descorteses*. Apontando tal deficiência, a autora julga inadequado o modelo em questão para analisar ações politicamente corretas.

Pela razão mencionada, Fuentes Rodríguez (2010b) reelabora o modelo de Locher e Watts (2005) acrescentando uma coluna intermediária que une os termos *não cortês\não descortês*, categoria destinada aos atos não marcados e apropriados na concepção da autora, como pode ser observado na figura 2:

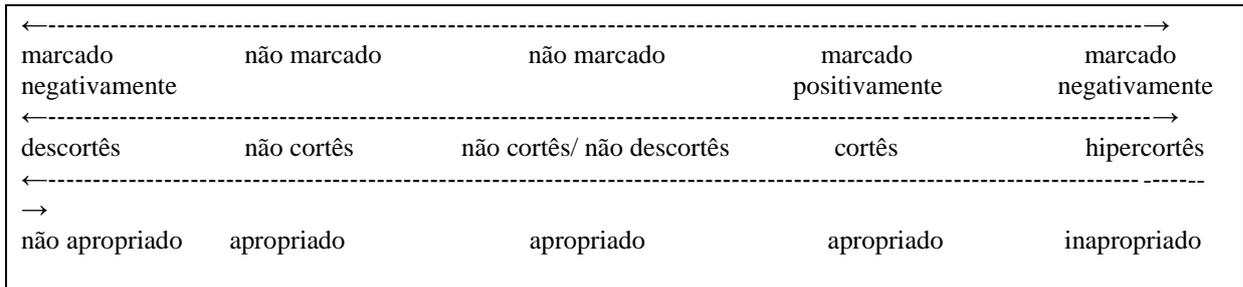


Figura 2 – Continuum de graus de comportamento nas interações verbais

Fonte: Fuentes Rodríguez (2010b, p. 861)³⁹

Outra diferença entre os dois modelos é que, neste último, não são utilizados os termos *político* e *não político*, restringindo-se o gráfico aos termos *apropriado* e *não apropriado*. Pode-se observar também que cada linha que compõe o gráfico tem sua própria dinâmica e critérios próprios de funcionamento. De acordo com a autora, no modelo de avaliação apresentado, a imagem afetada é a social, que impõe o sistema de valores e permite a interação (FUENTES RODRÍGUEZ, 2010b, p.9). No esquema em discussão, os procedimentos são divididos respectivamente em cinco categorias: *descortês*, *não cortês*, *não cortês/não descortês*, *cortês* e *hipercortês*. Consideramos positiva a inclusão da nova categoria (*não cortês/não descortês*) por entendermos que esta possibilita avaliar os procedimentos discursivos neutros que costumam prevalecer no cotidiano das interações verbais. Conforme evidenciamos, tal inovação supre uma das falhas constatadas nos modelos de análise propostos por Brown e Levinson (1978) e posteriormente, por Locher e Watts (2005).

2.5.2 As contribuições de Catherine Kerbrat-Orecchioni

A linguista tem se destacado nos estudos de cortesia/descortesia principalmente por sugerir a introdução de novas perspectivas de análise. Não satisfeita com alguns aspectos do modelo proposto por Brown e Levinson (1987) já explicitados anteriormente, Kerbrat-Orecchioni (2006) cria um termo suplementar, para que seja realçado o lado positivo em oposição ao negativo dos atos de ameaça à face (FTAs). O termo proposto é *Face Flattering Acts* (FFAs), em português, *atos de valorização da face*, denominados também de ‘antiFTAs’. Com a inclusão do novo termo, a autora tenta esclarecer as noções de *polidez positiva* e de

³⁹ Optamos por não traduzir o esquema elaborado por Fuentes Rodríguez (2010b, p. 861) por se tratar de um vocabulário de fácil entendimento aos falantes do português.

polidez negativa, confusas no modelo de Brown e Levinson (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 82).

A autora admite a existência de ameaças à face negativa, mas não concorda que elas ocorram o tempo todo. Argumenta que, nas interações face a face, os interlocutores negociam o equilíbrio da conversa, valorizando mutuamente as faces. Com tais atitudes, o falante pode ser beneficiado, sobretudo em eventos discursivos que envolvam interlocutores indiretos.

Há, segundo a autora, riscos à face negativa do enunciador quando este promete algo – pois existe sempre a possibilidade de não ser cumprida a promessa –, e quando aceita favores, faz agradecimentos, etc. Já o ouvinte/enunciatário pode ter a sua face ameaçada por agressões físicas, morais, ou ainda, por atos (do interlocutor) que interfiram no seu narcisismo, isto é, que reprovem suas atitudes, que o critiquem, que o insultem ou que ameacem contrariar, obstruir ou limitar a imagem que esse indivíduo tenta construir perante a sociedade.

Retomando Brown e Levinson (1987), Kerbrat-Orecchioni exemplifica os atos ameaçadores às faces positiva e negativa:

- a) **Atos que ameaçam a face negativa do enunciador/emissor:** o caso da oferta ou da promessa, pelas quais se propõe ou se compromete a efetuar um ato suscetível de lesar seu próprio território num futuro próximo ou distante.
- b) **Atos que ameaçam a face positiva do enunciador/emissor:** confissões, desculpas, autocríticas e outros comportamentos “autodegradantes”.
- c) **Atos que ameaçam a face negativa do enunciatário/receptor (de natureza não verbal):** contatos corporais inadequados, agressões visuais, sonoras ou olfativas, infiltração por invasão nas “reservas” do outro; de natureza verbal (perguntas “indiscretas”; atos “diretivos”, como a ordem, a interpelação, a proibição ou conselho).
- d) **Atos que ameaçam a face positiva do enunciatário/receptor:** são todos aqueles que colocam em risco o narcisismo do outro, como a crítica, a refutação, a reprovação, o insulto e a injúria, a chacota e o sarcasmo. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.79, texto adaptado).

No intuito de auxiliar os analistas na tarefa de elucidar os diferentes estágios da cortesia/descortesia, a autora elaborou um sistema de classificação, aqui reproduzido com os termos originais (*polidez* e seus derivados), porém de forma resumida e com exemplos próprios:

- a) A “polidez” não deve exceder as normas admitidas na situação considerada, para evitar o que a autora denomina “hiperpolidez”. A linguista alerta para o risco desse tipo de enunciado passar da “hiperpolidez” para a categoria de “impolidez”.
- b) A “não polidez” consiste na ausência de qualquer marcador de cortesia acompanhando um FTA;
- c) A “impolidez” ocorre quando a manifestação é desprovida de algum marcador cortês (esperado para determinada situação) e quando apresenta um marcador de “impolidez”.
- d) “Polirruidez” é a combinação de “polidez” e “impolidez” de acordo com as diversas modalidades. O termo *polirruidez* é mais recente e surgiu pela necessidade de uma nomenclatura para poder descrever os comportamentos impolidos nas análises (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 52-54, texto adaptado).

Para explicitar as categorias acima, criamos alguns exemplos de acordo com cada situação, tomando como referência as recomendações de Locher e Watts (2005) no que se refere à adequação dos enunciados aos diferentes contextos de interação. Lembramos que, quando o enunciado está condizente ou ‘apropriado’ às normas de determinado contexto, o enunciado é considerado cortês e político. Em contrapartida, é descortês o enunciado inadequado ou ‘inapropriado’ para determinado contexto. Ao retomar o termo *contrato conversacional*, Kerbrat-Orechioni (2006) alerta para a impossibilidade de classificar enunciados corteses ou descorteses fora do contexto situacional. Em outras palavras, não se avaliam enunciados isolados ou fora de contexto, sobretudo sem considerar os fatores socioculturais que interferem nas interações.

Observando tais recomendações, a situação A (polidez) pode ser assim exemplificada: uma senhora vai a uma loja de roupas e faz seu pedido à atendente. “Senhorita, eu gostaria que você me mostrasse os vestidos estampados” (exemplo 1). O enunciado pode ser classificado como cortês, pelo uso do verbo no futuro do pretérito do indicativo. Ao mesmo tempo, é ‘político’ por estar adequado ao contexto, embora fosse socialmente aceitável também, no ambiente comercial, um pedido feito de forma direta como, por exemplo, “mostre-me os vestidos estampados, por favor” (com um marcador cortês).

Ponderamos, no entanto, que o enunciado citado no (exemplo 1) se tornaria *hipercortês* ou ‘hiperpolido’ se houvesse marcadores em excesso como em: “Por favor, senhorita, você poderia ter a amabilidade de mostrar-me os vestidos estampados?” Neste

enunciado aparecem várias marcas de cortesia, tornando-o inapropriado por extrapolar o grau de cortesia previsto no contrato comunicacional desse tipo de interação. Tais marcas poderiam levar a atendente a interpretar o pedido como um ato irônico, pois no papel social que desempenha, não é comum nem esperado esse tipo de interpelação. A *hipercortesia* consiste, portanto, em formulações exageradamente corteses se observadas as práticas socialmente abonadas, podendo facilmente ser percebido como descortês.

Para transformar o exemplo acima em não cortês (situação B), basta retirar os marcadores de cortesia: “Mostre-me os vestidos estampados.” Apesar da ausência de marcas de cortesia, o enunciado não seria considerado descortês, pois está apropriado ao contexto, sendo considerado político. Trata-se de um enunciado que permanece no âmbito da “legalidade”, isto é, dentro dos limites do “contrato comunicativo” da interação em questão.

Retomando o enunciado citado, este seria descortês, no mesmo contexto, se fosse dirigido à atendente da maneira seguinte: “Eu quero que você me mostre imediatamente os vestidos estampados”. Tal ato diretivo não se justifica no contexto comercial, mesmo se houvesse, entre a atendente e a cliente, acentuada diferença socioeconômica. No exemplo utilizado, a descortesia aparece explícita no uso enfático da primeira pessoa “eu”, no emprego do advérbio “imediatamente” e na própria construção do texto que soa como uma imposição (ato diretivo). A função social da atendente é fundamental na avaliação. Na função que exerce não merece receber insultos e/ou ordens diretas de uma cliente, seja qual for sua caracterização social.

No mesmo contexto, exemplificamos a impolidez/descortesia (situação C): “Você já deveria ter me atendido logo que cheguei, não tenho tempo a perder”. Devemos admitir que essa é uma maneira grosseira de dirigir-se a uma pessoa que cumpre a função social para a qual se propôs.

Na ‘polirruidez’ (situação D), também denominada *rudeza polida*, enquadram-se os enunciados com aparência de FFA, ou seja, atos que se caracterizam pela cortesia positiva, mas que, na prática, são ameaçadores à imagem do interlocutor. Em outras palavras, têm-se um ato grosseiro revestido de aparente polidez (rudeza polida). Exemplifiquemos: “Moça, você é tão boazinha, mas qualquer outra atendente dessa loja me atenderia melhor que você”. Além de utilizar o diminutivo para desqualificar a atendente (boazinha), a cliente ainda a compara com as demais colegas, colocando-a no último lugar da escala.

Em (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014), a autora explora outro sistema de análise, proposto por autores já mencionados anteriormente (FRASER E NOLEN, 1981; NOLEN, 1990). Admitindo que um mesmo enunciado possa ser cortês ou descortês, passou-se a

considerar as expectativas normativas dos participantes, de acordo com o *conversational contrat* (contrato conversacional) estabelecido entre os interlocutores. Nessa perspectiva são avaliados como corteses os enunciados “apropriados”, e como descorteses, os enunciados “inapropriados” na perspectiva do referido contrato.

Tomando como parâmetro a noção acima, Kerbrat-Orecchioni cria categorias próprias que contemplem atos enunciativos em ambientes conflituosos. Mesmo admitindo a raridade de atos corteses em contextos de disputa, a autora não exclui de seu esquema de análise a cortesia, por entender que os recursos corteses são usados não somente para valorizar ou manter a face do outro (cortesia positiva) ou para minimizar ameaças à face do enunciatário (cortesia negativa), mas, sobretudo para provocar efeitos contrários que desvalorizam o outro e enaltecem a própria imagem. Consciente desse fato, a linguista introduz a *cortesia aparente* para analisar os atos da falsa cortesia, cujos procedimentos podem enganar os interlocutores indiretos e resultar em “ataques” ofensivos aos interlocutores diretos. Nos debates políticos, tal tipo de procedimento é bastante comum. Os debatedores usam marcadores corteses revestidos de ironia para provocar o candidato adversário. Na concepção de Kerbrat-Orecchioni (2014), as manifestações de *cortesia aparente* são praticadas por meio de estratégias de “polirruidez” ou “hipercortesia” – que consistem no uso excessivo de marcadores corteses –, gerando efeitos irônicos. Com atitudes desta natureza, os candidatos tentam atacar o adversário sem, no entanto, serem avaliados negativamente pela plateia.

Outra categoria que integra o modelo de análise em pauta é a *não cortesia*, na qual a autora contabiliza os atos em que aparece o FTA acompanhado de marcadores corteses, no intuito de desfazer ou amenizar o ato descortês. A linguista considera *descorteses* somente as manifestações ilícitas, ou seja, aquelas manifestações incompatíveis com o contrato comunicacional (os insultos, as agressões físicas e as agressões morais que ataquem a face negativa do interlocutor). Inclui neste âmbito também a *hipercortesia* ou *polirruidez*, atos que apresentam cortesia exacerbada, tornando o enunciado irônico e descortês.

A figura 3 apresenta, de acordo com o nosso entendimento, o percurso das três categorias de análise contempladas na proposta de Kerbrat-Orecchioni – a cortesia, a não cortesia e a descortesia:



Figura 3: Processo interativo – da cortesia à descortesia

Fonte: a própria autora

De acordo com esse *continuum*, Kerbrat-Orecchioni parte da *cortesia*, estabelece o meio termo (a *não cortesia*) e finaliza com a *descortesia*, na qual insere a *hipercortesia* e a *polirrudeza*. É na proposta desta autora que ancoramos parte da análise do *corpus* da nossa pesquisa, tomando como modelo um trabalho em que ela analisa manifestações de cortesia/descortesia de um *corpus* coletado em seis debates político-eleitorais entre presidenciáveis franceses, no período de 1974 a 2012 (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014). No entanto, sentimos falta de categorizações específicas para a análise da descortesia.

2.5.3 Síntese das teorias abordadas

Até aqui, discutimos aspectos terminológicos, conceitos, estratégias e a trajetória nos estudos da cortesia/descortesia, contemplando os principais modelos de análise no âmbito dessas pesquisas. Tudo isso é necessário para a análise do nosso objeto de estudo. Se, por um lado os aportes teóricos apresentados evidenciam avanços nas pesquisas em torno da cortesia/descortesia, por outro lado revelam controvérsias quanto à universalidade da cortesia e em relação às categorias de análise. O primeiro modelo publicado (BROWN E LEVINSON, 1978) apresenta problemas, mas continua servindo de inspiração para novos estudos e como modelo teórico mais utilizado nos estudos da cortesia/descortesia. Resumindo as teorias discutidas anteriormente e considerando a inserção de novos estágios ou graus de comportamento nos esquemas de análise apresentados, elaboramos o *continuum* apresentado na figura 4:

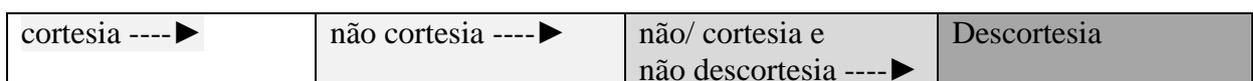


Figura 4: Percurso progressivo da cortesia/descortesia

Fonte: a própria autora

Esse *continuum* que contempla as categorias sugeridas pelos pesquisadores pode ser comparado com o processo de contaminação da água, em que a *cortesia* é representada pela água mais límpida, transparente, tornando-se mais turva na medida em que dá lugar às categorias menos corteses. Assim, temos respectivamente, a *não cortesia* (LOCHER E WATTS, 2005; KERBRAT-ORECCHIONI, 2014); a *não/ cortesia e não descortesia* (FUENTES RODRÍGUEZ, 2010b) e finalmente, a *descortesia*, categoria representada pela água completamente turva. Entendemos que o percurso pode ocorrer também de forma inversa.

Por entendermos que nenhum dos modelos apresentados seria efetivamente adequado para a análise do *corpus* desta pesquisa, elaboramos o nosso próprio modelo de análise, à luz dos teóricos discutidos nesta seção. O quadro 7 contempla as diferentes categorias sugeridas por Kerbrat-Orecchioni (2014), Locher e Watts (2005); Fraser e Nolen (1981) e Culpeper (1996).

cortesia	cortesia aparente	não cortesia	Descortesia (hipercortesia)
<ul style="list-style-type: none"> • positivamente marcada • negativamente marcada • marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • positivamente marcada • negativamente marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • não marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • positiva • negativa • indireta
apropriado/ político	apropriado/ político	apropriado/ político	inapropriado/não político

Quadro 7 – Categorias de análise utilizadas nesta tese

Fonte: a própria autora, com base em Kerbrat-Orecchioni (2014), Locher e Watts (2005); Fraser e Nolen (1981) e Culpeper (1996)

Esse quadro que norteou a interpretação e análise das manifestações linguísticas de cortesia e descortesia deste estudo, será explicitado no próximo capítulo em que detalharemos, passo a passo, os procedimentos adotados na pesquisa e contextualizaremos o objeto de estudo, explicitando todas as categorias de análise.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS: DA ESCOLHA DO OBJETO À METODOLOGIA DE ANÁLISE

"Para investigar la verdad es preciso dudar, en cuanto sea posible, de todas las cosas."

(René Descartes)

Uma pesquisa implica um longo caminho a ser percorrido. Tudo começa com a escolha do objeto e a seleção dos procedimentos, ou seja, escolher, dentre inúmeras possibilidades, as que sejam apropriadas aos propósitos do pesquisador. Entra nessa seleção, também, a escolha dos fundamentos teóricos pertinentes para o estudo proposto. Desse conjunto de decisões depende, em grande parte, o êxito da pesquisa.

3.1 ESCOLHA DO TEMA E DO OBJETO

A seleção do tema e do objeto deste estudo decorreu, particularmente, do nosso interesse por estudar as formas corteses e descorteses nas interações em diferentes situações e contextos. Nas primeiras leituras relacionadas a interações verbais e, especialmente, ao tema cortesia/descortesia, já percebemos que ainda são raras, principalmente no Brasil, as pesquisas que focalizem esse assunto, sobretudo *a não cortesia e a descortesia*, cujos fenômenos linguísticos destacamos nesta tese. Tal constatação instigou-nos a buscar um objeto propício a um estudo que pudesse contribuir significativamente para os avanços nesse campo de conhecimentos, o das interações face a face.

Ao assistirmos aos debates da campanha política presidencial de 2014, já no primeiro turno, percebemos o caráter confrontador que rapidamente se instalou entre os candidatos debatedores. As ameaças às faces dos participantes ficaram ainda mais evidentes no segundo turno disputado por Dilma Rousseff e Aécio Neves. Terminada a campanha e, após assistirmos a todos os debates, optamos por aquele que consideramos ter sido talvez o mais agressivo dos quatro debates realizados no segundo turno.

O fato de encontrarmos, disponíveis *online*, os vídeos dos três blocos e as transcrições das interações orais correspondentes a estes, pesou decisivamente para iniciarmos o nosso estudo. Usar vídeos e transcrições de dados verbais já existentes, “reduz o tempo necessário para a coleta e aumenta o tempo disponível para a análise dos dados” (LANKSHEAR & KNOBEL, 2008, p.185). Os autores avaliam essa abordagem particularmente adequada, pela

economia de tempo. No entanto, mesmo considerando a Internet uma fonte crescente de transcrições, os estudiosos alertam para um ponto a ser observado pelos pesquisadores: a coerência dos materiais virtuais. Foi com essa preocupação que fizemos uma observação preliminar ao *corpus*, com vistas ao reconhecimento geral das manifestações que pretendíamos analisar e buscando possíveis incoerências entre os vídeos e as transcrições. Novas leituras e observações foram necessárias para que percebêssemos algumas discrepâncias entre o material verbal visual e o material transcrito.

3.2 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

Como já anunciado anteriormente, o debate eleitoral que nos propusemos a analisar é o segundo dos quatro debates realizados no segundo turno. Promovido e organizado pelo SBT – Sistema Brasileiro de Televisão em parceria com a UOL – Universo Online e a Rádio Jovem Pan, o referido evento realizou-se no dia 16 de outubro de 2015. Nesse programa, Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT e Aécio Neves, senador mineiro e candidato do PSDB, tecnicamente empatados segundo as pesquisas de intenção de voto, debateram amplamente diferentes temas, com vistas às eleições do dia 26 de outubro. Conduzido pelo jornalista e mediador, Carlos Nascimento, o programa foi disponibilizado também pelo site da UOL⁴⁰, permitindo-se a participação dos internautas na página do SBT. O debate teve a duração de 01h20min, dividido em três blocos, com quatro rodadas de perguntas, réplicas e trélicas.

Portanto, o *corpus* da nossa pesquisa se constitui dos vídeos dos três blocos do referido debate, bem como, da transcrição completa da enunciação (em anexo). Quanto ao quadro comunicativo do evento discursivo em estudo, este já foi explicitado no capítulo I, contudo, destacamos aqui a característica da tripla interação no objeto analisado. Frisamos que essa tripla interação pode ser entendida como uma troca comunicativa entre mais de dois interlocutores, constituindo-se, neste estudo, a partir da interação entre os dois debatedores; entre estes e o mediador; entre este e o público telespectador e entre os debatedores e o público, sendo este último considerado o alvo principal, tanto dos candidatos, quanto dos organizadores do programa. Constatam-se, portanto, neste evento comunicativo, seis interações verbais. O debate é, pois, um confronto de opiniões de carácter organizado, que ocorre em um ambiente específico e se diferencia de outras interações verbais, dado ao quadro

⁴⁰ Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/16/integra-do-debate-uolsbtjovem-pan-com-os-candidatos-a-presidencia.htm>>. Acesso em 25 de abr./2015.

comunicativo pré-estabelecido, com coordenadas pré-determinadas, conforme já descrevemos no primeiro capítulo deste trabalho.

Em relação ao cenário do debate, isto é, o local e a posição dos participantes no espaço em que atuam, tem-se a seguinte estrutura projetada no vídeo: o painel centralizado no estúdio, o mediador Carlos Nascimento de frente para o público telespectador e ao centro do painel. Nas duas laterais do painel, os debatedores: a candidata Dilma Rousseff à esquerda, e o candidato Aécio Neves à direita do mediador. O pequeno público presente no estúdio é composto por jornalistas e outros convidados que acompanham o debate, sem participação ativa.

Como é possível conferir nas imagens que seguem, os candidatos estão posicionados um frente ao outro e em diagonal com o mediador.

Imagem 1- estrutura do debate A



Imagem 2 – estrutura do debate B



Fonte:

<https://www.google.com/search?hl=ptBR&site=imghp&tbm=isch&source=hp&biw=1280&bih=643&q=debate+sbt+dilma+e+aecio&oq=debate+SBT+D&gs_l=img.1.1.0i30l2j0i8i30l6.3245.14825.0.18061.12.12.0.0.0.0.305.1746.2-4j2.6.0....0...1ac.1.64.img..6.6.1746.Yk35hOaCFAM>. Acesso em mar. 2014.

As imagens evidenciam a descrição acima, mas há detalhes que não são revelados nem pelas transcrições dos atos enunciados, nem pelas imagens. Nesse sentido, os vídeos são esclarecedores, permitindo tais observações. Um fato percebido no referido material é que tanto o mediador quanto os debatedores permanecem sentados durante o programa, com as mãos sobre o painel, gesticulando frequentemente durante as suas falas. Em algumas ocasiões, a ironia não aparece linguisticamente, mas pode ser percebida no vídeo, especialmente pelas expressões faciais.

Quanto aos turnos do debate, estes foram distribuídos da seguinte forma: inicialmente Carlos Nascimento faz a abertura do evento, saudando os candidatos participantes e o público telespectador e, apresentando, em seguida, as regras pré-estabelecidas pelo programa. De

acordo com essas regras, os debatedores fizeram perguntas entre si sobre temas livres, sendo que cada candidato teve um minuto para a pergunta, dois minutos para a resposta, um minuto para a réplica e um minuto para a tréplica.

Os debates políticos transmitidos pelos canais televisivos brasileiros em outubro de 2014, em primeiro e segundo turnos, foram marcados por constantes agressões verbais, caracterizando-se, conforme já dito na introdução deste trabalho, como interações marcadas pela não cortesia e pela descortesia. Desde os primeiros eventos da campanha eleitoral, com a participação dos sete candidatos homologados⁴¹, o clima era de visível tensão. Esta se intensificava à medida que se aproximava a data da votação do primeiro turno – 05 de outubro de 2014 –, o que resultou em agressões verbais entre internautas nas redes sociais e gerou muitas críticas na imprensa em geral. Como resultados do primeiro turno, obtiveram-se os seguintes percentuais de votos:

A candidata Dilma Vana Rousseff, do PT, foi a mais votada, totalizando 41,9% do total de votos. Aécio Neves, candidato do PSDB, aparece em segundo lugar, com 33,55 %, seguido de Marina Silva (PSB) com 21,32%; Luciana Genro (PSOL) com 1,55%; Pastor Everaldo (PSC) 0,75%; Eduardo Jorge (PV) 0,61% e, por fim, Levy Fidelix (PRTB) com 0,43% dos votos apurados. Pelas cifras relatadas, fica evidente a vantagem expressiva dos presidentiáveis Dilma Rousseff e Aécio Neves, totalizando 65,14% da preferência dos eleitores.

Configurou-se, portanto, um segundo turno entre os dois candidatos. No período de 14 a 26 de outubro, Dilma e Aécio participaram de quatro debates com vistas às eleições de segundo turno do dia 26 de outubro, sendo que o último teve a participação de eleitores indecisos. Os debates do segundo turno ocorreram, respectivamente nos dias 14 de outubro, pela TV Bandeirantes; dia 16 de outubro, pelo SBT, Jovem Pan e UOL; 19 de outubro pela Rede Record, e o último debate realizou-se no dia 24 de outubro, pela Rede Globo.

Com 100% das urnas apuradas, Dilma Rousseff obteve 51,64% dos votos válidos e Aécio Neves, 48,36%, registrando-se uma diferença de 3,4 milhões de votos. De acordo com informações veiculadas na imprensa *online*⁴², essa foi a menor diferença de votos em um segundo turno desde a redemocratização no Brasil, em 1985.

⁴¹ Dilma Rousseff (PT); Aécio Neves (PSDB); Marina Silva (PSB); Luciana Genro (PSOL); Pastor Everaldo (PSC); Eduardo Jorge (PV); Levy Fidélis (PRTB); José Maria de Almeida (PSTU); José Maria Eymael (PSDC); Mauro Iasi (PCB); Rui Costa Pimenta (PCO).

⁴² Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>> Acesso em 29 de abr./2015.

3.3 OBJETIVOS

Definido o objeto e coletado o corpus da pesquisa, surgiram alguns questionamentos que passaram a nortear o nosso estudo: 1) quais são as estratégias de cortesia e, particularmente, de descortesia usadas pelos candidatos? 2) de que forma e por que razões os candidatos ameaçam as faces um do outro? 3) quanto à descortesia, em que circunstâncias do debate ela se torna mais evidente? 4) quanto à cortesia, qual é a sua função nas poucas vezes em que ocorre? 5) do ponto de vista das intervenções corteses e descorteses, qual é o *éthos* de cada candidato que emerge do debate?

Das perguntas acima, emergiram o objetivo geral e os objetivos específicos já mencionados na Introdução deste trabalho, os quais são retomados aqui, de forma resumida:

Objetivo geral: *analisar e interpretar as intervenções linguístico-discursivas dos debatedores por meio das quais eles se mostram corteses e, particularmente, não corteses e descorteses.*

Objetivos específicos:

- a) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de cortesia positiva.*
- b) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de cortesia aparente.*
- c) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de cortesia negativa.*
- d) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função, manifestações de não cortesia.*
- e) *Descrever em sua forma e interpretar em sua função, manifestações de descortesia.*
- f) *Descrever especialmente em sua forma, mas também em suas funções:*
 - *as formas de interpelação dos interlocutores.*
 - *a delocução ou “tropo comunicacional” .*
- g) *verificar se ocorrem interrupções da fala de um debatedor por seu interlocutor.*
- h) *configurar o éthos cortês/descortês dos debatedores que emerge de suas manifestações (no debate em análise).*

Para alcançar os objetivos acima discriminados, desenvolvemos as seguintes ações:

- a) uma breve descrição da abertura do debate
- b) observação do modo como os interlocutores se interpelam mutuamente
- c) levantamento das formas de tratamento com elaboração de tabelas representativas
- d) análise das formas de tratamento
- e) análise das manifestações de cortesia

- f) análise das manifestações de não cortesia
- g) análise das manifestações de descortesia
- h) análise das delocuições
- i) configuração do *éthos* de cada candidato

Por meio dessas ações, pretendíamos saber se, de fato, a não cortesia e a descortesia eram as manifestações predominantes no debate escolhido e saber o porquê dessa predominância. Tal propósito nos moveu a pesquisar, no *corpus* selecionado, se ser descortês em um debate político implica uma simples postura de um debatedor em relação ao outro, ou se essa estratégia argumentativa é utilizada, por excelência, para que os candidatos exponham seus argumentos um ao outro e, assim, consigam persuadir o público televisivo. Queríamos saber também, os propósitos dos candidatos ao manifestarem-se por atos corteses, pois, conforme a teoria de Kerbrat-Orechioni (2006) amplamente discutida no Capítulo II, o uso de atenuadores nem sempre indica cortesia, principalmente quando utilizados no discurso político. Geralmente os candidatos utilizam tais recursos linguísticos e não linguísticos para parecerem corteses. Dessa maneira provocam seus adversários e, ao mesmo tempo, trabalham a autoimagem.

3.4 A SEQUÊNCIA DA ANÁLISE

Conforme anunciado anteriormente, iniciamos a nossa análise com uma breve descrição da abertura do debate, trazendo os pronunciamentos iniciais de cada candidato. Observamos atentamente as formas de tratamento usadas pelos debatedores ao dirigirem-se um ao outro, por entendermos que essas formas dão uma primeira impressão de como cada debatedor procederá no decorrer do programa. Consideramos *formas de tratamento* os recursos linguísticos por meio dos quais os candidatos se interpelam mutuamente no desenvolvimento da interação. Podem ser tanto formas pronominais com função de segunda pessoa (TU), como *você, senhor, senhora*, quanto formas substantivas em terceira pessoa (ELE/ELA), como *candidato* ou *candidata*, mas com valor de segunda pessoa na instância da interação face a face.

Para ilustrar com clareza e objetividade essa relação face a face entre os interlocutores, levantamos as formas de tratamento mais recorrentes durante o debate. Esse levantamento resultou na elaboração de seis tabelas – três para cada candidato –, devidamente exemplificadas. Em seguida, elaboramos uma nova tabela contemplando o total de

ocorrências das formas de tratamento utilizadas por cada candidato, tendo-se, assim, um panorama geral da primeira etapa, posteriormente discutida e analisada.

O passo seguinte consistiu na descrição e análise das manifestações corteses, isto é, aquelas que valorizam ou que mantêm a imagem positiva do interlocutor. Nesse item, contemplamos tanto a cortesia positiva quanto a cortesia negativa, atentando, principalmente, às manifestações de cortesia aparente, que provocam efeitos não corteses e, às vezes, descorteses. Esses enunciados foram resgatados nas análises subsequentes.

Ainda seguindo a ordem dos nossos objetivos, descrevemos e analisamos atos linguísticos de descortesia. Nessa etapa, nos ativemos somente às manifestações consideradas ilícitas ou inapropriadas no tipo de evento em pauta. Para isso, foi necessário buscar um suporte teórico específico (CULPEPER, 1996; ARROYO, 2001), uma vez que Kerbrat-Orecchioni (2014) não especifica os diferentes tipos de descortesia que podem ocorrer nos debates políticos e em outros contextos conflituosos.

Na sequência da análise, ilustramos alguns casos de delocuições utilizadas entre os debatedores. Confirma-se esta estratégia quando o interlocutor direto é tratado em 3ª pessoa (ELE/ELA) ou (CANDIDATO/CANDIATA), gerando-se um efeito de distanciamento entre os interlocutores.

Por último e tomando como referência as manifestações já analisadas anteriormente, configuramos o *éthos* de cada debatedor. Nessa etapa apresentamos dois quadros contendo as perguntas retóricas de cada candidato. Em cada subseção da análise, apresentamos primeiramente os enunciados relativos ao candidato Aécio Neves, e, em seguida, os enunciados da candidata Dilma Rousseff. Após a apresentação e interpretação dos exemplos, de forma isolada, interpretamos os dados de forma conjunta, no intuito de responder aos questionamentos da pesquisa.

A análise focou-se, portanto, nas marcas da enunciação projetadas no enunciado, pois reconhecemos a impossibilidade em fazer, do ato da produção verbal, ou seja, da própria enunciação, um objeto de estudo, dadas as instâncias de pessoa, tempo e espaço que fazem do ato comunicativo um objeto único, sem chances de repetição.

3.5 O MODELO DE ANÁLISE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

Frisamos que este estudo está focado na interpretação dos enunciados e no que estes representam no contexto do debate político. Os quadros de ocorrências das formas de tratamento não configuram uma pesquisa de cunho quantitativo, pois esta implicaria em um

número bem mais expressivo de dados. No entanto, são de grande valia, pois auxiliam na explicitação do tratamento entre os candidatos durante o debate, contribuindo, dessa maneira, para a categorização e interpretação das manifestações linguístico-discursivas dos interlocutores.

É pertinente lembrar que não nos comprometemos a interpretar e analisar *todas* as manifestações de cortesia/descortesia presentes no *corpus*, limitando-nos às que, de fato nos interessam. Ainda que tenhamos priorizado as manifestações verbais, não deixamos de atentar aos materiais não verbais e paraverbais ao percebermos a sua pertinência na elucidação dos enunciados. Esses sinais verbais e paraverbais “funcionam como ‘validação interlocutória’, ou seja, que atestam o seu envolvimento mútuo na troca comunicativa e asseguram a sua gestão” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p.17).

Explicitaremos aqui, conforme anunciado, as categorias que nortearam a nossa análise. Para isso, retomaremos o modelo elaborado a partir da reflexão teórica e já apresentado no capítulo teórico anterior.

Cortesia	cortesia aparente	não cortesia	descortesia (hipercortesia)
<ul style="list-style-type: none"> • positivamente marcada • negativamente marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • positivamente marcada • negativamente marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • não marcada 	<ul style="list-style-type: none"> • positiva • negativa • indireta
apropriado/ político	apropriado/ político	apropriado/ político	inapropriado/ não político

Quadro 7 – categorias de análise utilizadas nesta tese

Fonte: a própria autora, com base em Kerbrat-Orecchioni (2014), Locher e Watts (2005); Fraser e Nolen (1981) e Culpeper (1996).

Como já informamos, o principal suporte teórico para a análise da cortesia vem de Kerbrat-Orecchioni (1993; 2006; 2014). Porém, atribuímos à não cortesia uma definição que difere do conceito da autora. Enquanto ela analisa, nesta categoria, os atos que contêm FTAs atenuados, ou seja, atos em que a ameaça vem acompanhada de algum recurso linguístico atenuador, nós entendemos como não corteses os atos enunciativos com ou sem a presença de atenuadores que não são percebidos como descorteses por manter-se dentro dos limites de agressividade previstos no debate, mas que, ao mesmo tempo, não são corteses. São, portanto, aquelas manifestações linguístico-discursivas que se situam no intermediário do *continuum* da cortesia/descortesia.

De acordo com o nosso modelo de análise (quadro 7), a cortesia (coluna 1) é linguisticamente marcada de forma positiva ou de forma negativa. Em ambos os casos ela é

percebida como apropriada e política. Assim, quando não se percebe nenhuma ameaça à face do outro, dizemos que a manifestação é verdadeiramente cortês. Contudo, mesmo apresentando marcadores linguísticos, a cortesia pode ser apenas aparente (coluna 2), o que se caracteriza como uma falsa cortesia. Isso acontece quando o falante não tem intenção de valorizar ou proteger a imagem do seu adversário, mas, ao contrário, utiliza-se de recursos corteses para valorizar a sua própria face, tornando o enunciado não cortês (coluna 3). A não cortesia, conforme já anunciado, equivale aos atos que não são corteses e nem descorteses no contrato comunicativo vigente, podendo ou não apresentar marcas de cortesia. Por não atingirem um grau de descortesia que seja ilícito ao contexto do debate, são avaliados como politicamente corretos e, portanto, apropriados ao contexto do debate.

Na quarta e última coluna do quadro 7, situam-se os atos descorteses que, de acordo com Culpeper (1996) e Blas Arroyo (2001) podem ser marcados por ameaças positivas, negativas ou, marcadas de forma direta. Tais manifestações dos candidatos são inapropriadas ao debate político, pois ultrapassam os limites permitidos no contrato comunicacional vigente. Esta categoria abrange os atos marcados pela descortesia e percebidos como descorteses pelos destinatários diretos e indiretos. São aqueles FTAs intensificados, que “colocam em evidência a personalidade do adversário” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 67), ferindo a sua imagem positiva ou negativa perante o público eleitor. Conforme mostramos no capítulo II, Culpeper e Blas Arroyo incluem também outros tipos de descortesia, não adotados na nossa análise.

Do ponto de vista do debate, consideramos como destinatários diretos os debatedores e como destinatários indiretos (porém não menos importantes no quadro comunicativo) os telespectadores. Frisamos que as manifestações hipercorteses, marcadas pelo exagero de atenuantes, geralmente provocam efeitos de descortesia, mas quando não ultrapassam as fronteiras do permitido, as caracterizamos como não corteses. Há, porém, algumas situações em que os limites se confundem. Esses enunciados aparecerão repetidos na análise, podendo constar paralelamente em categorias diferentes. Temos, assim, em nosso modelo de análise, três categorias consideradas apropriadas, lícitas e politicamente corretas no contexto em vigor, e uma categoria oposta, ou seja, politicamente negativa, ilícita e, portanto, inapropriada ao contexto em análise. Feitas essas considerações, apresentaremos a análise dos dados.

4. ANÁLISE DO CORPUS

“Preferiría cometer errores con gentileza y compasión antes que obrar milagros con descortesía y dureza”.

(Madre Tereza de Calcutá)

Este capítulo destinado à descrição, análise e interpretação do *corpus*, inicia-se com o pronunciamento do jornalista e mediador do debate, Carlos Nascimento. Na sequência, seguem-se os passos anunciados no capítulo anterior, tendo sempre em mente os objetivos propostos.

4.1 DESCRIÇÃO DA ABERTURA DO DEBATE

Ao iniciar o evento discursivo, o mediador Carlos Nascimento apresenta os debatedores convidados e tece algumas considerações sobre como seria conduzido o debate:

“Boa noite, são seis horas e seis minutos. Está começando agora pelo SBT o debate com os candidatos à presidência da República no segundo turno. A Presidente Dilma Rousseff do PT, candidata à reeleição e o senador Aécio Neves do PSDB. Esse encontro histórico entre os candidatos tecnicamente empatados segundo as pesquisas de intenções de votos, também é realizado pelo portal UOL e pela Jovem Pan, que ao lado do SBT dão, dessa forma, a sua contribuição para a democracia brasileira e para que o nosso eleitor faça a sua escolha. Você também pode participar pela página do SBT na Internet. O debate terá a duração de uma hora e vinte minutos e será dividido em três blocos. Sejam bem-vindos senhores candidatos. Neste bloco nós teremos quatro rodadas com perguntas, réplicas e trélicas. Os candidatos farão perguntas entre si com temas livres. Cada candidato terá um minuto para a pergunta, dois minutos para a resposta, um minuto para a réplica e um minuto para a trélica. Antes de nós iniciarmos a rodada, cada candidato terá agora um minuto e meio para responder a seguinte pergunta: Por que o senhor quer ser o Presidente da república? (ou a senhora). Por sorteio realizado previamente, o primeiro a falar é Aécio Neves”.

Mencionam-se, na apresentação inicial, os cargos políticos ocupados pelos candidatos para situar os telespectadores em relação aos participantes do programa. Não há nessa menção dos cargos, qualquer objetivo de estabelecer uma hierarquia entre eles (presidente x senador). Durante o debate, o mediador se dirige aos debatedores utilizando o mesmo tipo de tratamento, visto que, como candidatos, ambos ocupam papéis temáticos iguais, pois disputam o mesmo cargo de chefia do governo brasileiro.

Antes de ser lançada a primeira pergunta do bloco em questão, cada candidato teve 1’30’’ (um minuto e trinta segundos) para responder à seguinte questão:

Por que o senhor ou a senhora quer ser Presidente da república?

Respeitando-se o sorteio previamente realizado, o candidato Aécio é o primeiro a responder. Saúda o mediador, a candidata adversária e o público telespectador. Em seguida, agradece a oportunidade em poder participar do debate e usa o restante do seu tempo para tecer críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores, representado pela candidata oponente.

Por sua vez, a candidata Dilma inicia seu discurso cumprimentando o seu oponente, os telespectadores e agradece ao SBT pela oportunidade recebida. A presidenciável defende em seu discurso inicial um novo modelo de governo, um “modelo diferente” daquele que, segundo ela, se utilizava antes de 2002, quando o PT assumiu a Presidência da República. A candidata petista tece mais algumas críticas ao partido adversário e finaliza suas palavras introdutórias pedindo o voto e a audiência dos telespectadores⁴³.

É pertinente observar que, ao criticarem os partidos e gestões administrativas de seu adversário, os candidatos ameaçam-se as faces, uma vez que criticar a agremiação equivale a criticar cada um de seus membros. Ou seja, já na apresentação, os contendores projetam para o debate subsequente um perfil polêmico.

4.2 FORMAS DE TRATAMENTO RECORRENTES NO DEBATE

As seis tabelas que seguem – duas por cada bloco do debate – apresentam as formas de tratamento utilizadas por ambos os candidatos para dirigirem-se um ao outro nos diferentes blocos. São apresentados também, nessas tabelas, exemplos de cada tipo de ocorrência, seguidos do total das ocorrências identificadas. Isso nos permite fazer o cotejo entre as formas recorrentes nas falas dos debatedores, embora estejamos cientes de que “nem a cortesia linguística tem nas formas de tratamento os mecanismos únicos de construção do discurso nem as formas de tratamento se esgotam na cortesia” (MARQUES, 2014, p.145). Consideramos fundamental esse tipo de levantamento para saber o grau de aproximação ou de distanciamento que os candidatos mantêm entre si durante o debate.

A primeira tabela resume os recursos de tratamento utilizados pelo candidato Aécio Neves para dirigir-se à candidata adversária no primeiro bloco. No segundo quadro,

⁴³ Os pronunciamentos iniciais dos candidatos constam na seção 4.4 em que se analisam as manifestações de cortesia.

sintetizam-se as formas de tratamento utilizadas pela candidata Dilma Rousseff ao dirigir-se ao candidato oponente. E assim, sucessivamente, apresentam-se os dados dos blocos subsequentes.

Tabela 1– formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma- B I

Formas de tratamento	Enunciados de Aécio dirigidos à Dilma	Ocorrências
candidata/ ela (3ª pessoa)	“Como nós vemos a <u>candidata</u> tem sempre uma justificativa”.	3
candidata (2ª pessoa)	“Mas a grande questão é a seguinte, <u>candidata</u> , vamos falar de futuro, daquilo que interessa às pessoas [...]”.	28
candidata Dilma Rousseff (2ª pessoa)	“a senhora pediu que os seus aliados o fizessem, <u>candidata Dilma Rousseff</u> ”.	1
a senhora (2ª pessoa)	“A <u>senhora</u> gosta de falar de parentes [...]”.	33
vocês (do PT)	“ <u>vocês</u> governaram o Brasil por doze anos, candidata [...]”.	1
Você	“Mas não adianta <u>you</u> mascarar a realidade, candidata, hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar [...]”.	1
o seu governo	“[...] porque o seu governo foi leniente com ela”.	2
nós (nós inclusivo, ou seja ambos os candidatos, a gente)	“a diferença <u>entre nós</u> é que a minha irmã trabalha [...]”.	5

Fonte: a própria autora

Tabela 2–formas de tratamento da candidata Dilma na interação com o candidato Aécio- B I

Formas de tratamento	Enunciados de Dilma dirigidos a Aécio	Ocorrências
ele/o candidato (3ª pessoa)	“Ele está <u>se queixando</u> de uma taxa de desemprego de 5%”.	1
candidato (2ª pessoa)	Então, <u>candidato</u> , não dá pro senhor não assumir [...] Porque, candidato, num debate passado [...].	30
candidato Aécio Neves	“Candidato Aécio Neves, eu gostaria de dizer [...]”.	1
o senhor (formal)	“o jornal mineiro que <u>o senhor</u> detém em Minas Gerais?”.	16
vocês (do PSDB)	“ <u>Vocês</u> nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados[.]”.	17
nós (nós inclusivo)	“Essa, candidato, essa é a <u>diferença entre nós</u> [...]”.	2

Fonte: a própria autora

Tabela 3– formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma- B II

Formas de tratamento	Enunciados de Aécio dirigidos à Dilma	Ocorrências
candidata (2ª pessoa)	“Por que, <u>candidata</u> , que depois de quatro anos apenas 40% do programa foi executado?”.	32
a senhora (2ª pessoa)	“A <u>senhora</u> volta sempre no passado”.	23
vocês (do PT)	“ <u>Vocês</u> estão governando o Brasil há doze anos”.	8
nós (nós inclusivo, a gente)	“Candidata, aí já vai uma outra diferença profunda <u>entre nós dois</u> ”.	2
o seu governo	“O <u>seu governo</u> não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão”.	1

Fonte: a própria autora

Tabela 4 – formas de tratamento da candidata Dilma na interação com o candidato Aécio- B II

Formas de tratamento	Enunciados de Dilma dirigidos a Aécio	Ocorrências
candidato (2ª pessoa)	“Eu nunca engavetei, <u>candidato</u> , eu não jogo pra baixo do tapete”.	40
o senhor (2ª pessoa)	“O <u>senhor</u> não pode apontar o dedo só pra um partido, aponte pra todos os partidos[...]”.	24
vocês (do PSDB)	“ <u>Vocês</u> nunca deixaram investigar. Minas engavetava, na sua época, todos os processos”.	11
Você	“Antes de elevar completamente o nível do debate, já que <u>você</u> o abaixou, candidato”.	4

Fonte: a própria autora

Tabela 5 – formas de tratamento do candidato Aécio na interação com a candidata Dilma – B III e discurso final do candidato

Formas de tratamento	Enunciados de Aécio dirigidos à Dilma	Ocorrências
a candidata/ ela (3ª pessoa)	“Agradeço ao SBT, cumprimento <u>a candidata</u> , e digo ao telespectador que quero sim [...]”.	2
candidata (2ª pessoa)	“ <u>Candidata</u> , a senhora tem ofendido Minas Gerais todos os instantes e em todos os debates”.	52
candidata Dilma Rouseff	“[...]o tesoureiro do seu partido que recebia propina para alimentar a sua campanha, <u>candidata Dilma Rouseff</u> ”.	2
candidata Dilma	“Diga, que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, <u>candidata Dilma</u> ?”	2
a senhora (2ª pessoa)	“[...] eu tenho uma capacidade que <u>a senhora</u> não tem”. “O que <u>a senhora</u> vai fazer candidata? Nada?”.	52
o seu governo	“O <u>seu governo</u> fracassou”.	1
nós (nós inclusivo + verbo na 1ª p. plural)	“[...] é importante, candidata, que <u>nós</u> olhemos para frente. <u>Vamos falar do Brasil</u> ”.	7

Fonte: a própria autora

Tabela 6 – formas de tratamento da candidata Dilma na interação com o candidato Aécio B III e discurso final da candidata

Formas de tratamento	Enunciados de Dilma dirigidos a Aécio	Ocorrências
o candidato/ele (3ª pessoa)	“[...] eu agradeço ao SBT, agradeço <u>ao candidato</u> , e agradeço a todos que nos assistiram hoje”.	1
candidato (2ª pessoa)	“Acredito, <u>candidato</u> , que ninguém pode, sem sofrer as consequências, dirigir nem drogado, nem bêbado”.	41
o senhor (2ª pessoa)	“[...] acho aqui, quem mente é <u>o senhor</u> , e acho que essa história da escola de Macaúbas é uma dedução <u>do senhor</u> que <u>o senhor</u> tenta atribuir a mim”.	43
vocês (PSDB) ou governo de Minas Gerais	“ <u>Vocês</u> foram obrigados a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta ” Ora, <u>o governo de Minas</u> tem de revelar uma informação [...]”.	5
Você	“ <u>Você</u> não é um cidadão acima de qualquer suspeita, candidato”.	1
a gente/ nós inclusivo	“Então, candidato, eu acho que <u>a gente</u> tem de tratar esse assunto com mais cuidado, e com mais seriedade”. “Essa que <u>nós</u> estamos discutindo. Por quê? Porque <u>nós</u> temos de <u>saber</u> tudo o que <u>nós</u> falamos aqui hoje [...]”.	13

Fonte: a própria autora

4.3 ANÁLISE DAS FORMAS DE TRATAMENTO NA INTERLOCUÇÃO DOS CANDIDATOS

Nesta primeira etapa da análise em que interpretamos as ocorrências que constam nos quadros apresentados, optamos por comentar os exemplos de ambos os candidatos concomitantemente, por entendemos que, dessa maneira, facilitaríamos a comparação das formas de tratamento utilizadas pelos debatedores.

Sabemos que, nas relações face a face, é possível aproximar-se ou distanciar-se dos interlocutores, dependendo das escolhas linguísticas e outras estratégias utilizadas no desdobramento da interação. Observando e considerando essas estratégias, a análise das formas de tratamento adquire, na categoria discursiva do debate político, uma dimensão teórico-funcional específica, ou seja, diferentes valores semântico-pragmáticos, considerando-se o plano relacional⁴⁴ e, a partir deste, toda a construção discursiva. Tomando por base os seis quadros anteriores, elaboramos uma sétima tabela, desta vez contemplando a soma das formas de tratamento mais utilizadas por cada candidato, nos três blocos do debate.

Tabela 7 – Formas de tratamento - total de ocorrências

Formas de tratamento	Bloco I Aécio	Bloco I Dilma	Bloco II Aécio	Bloco II Dilma	Bloco III Aécio	Bloco III Dilma	Total Aécio	Total Dilma	Total Geral
candidato (a) 3ª pessoa	3	1	-----	-----	2	1	5	2	7
candidato (a) 2ª pessoa	28	30	32	40	52	41	112	111	223
candidato (a) + 1º nome	-----	1	-----	-----	2	-----	2	1	3
candidato (a) + nome completo	1	-----	-----	-----	2	-----	3	Zero	3
o senhor/ a senhora	33	16	23	24	52	43	108	83	191
Você	1	-----	-----	4	-----	1	1	5	6
vocês (PT/PSDB)	1	17	8	11	12	5	21	33	54
o seu governo	2	----- -	1	----- --	1	----- -	3	Zero	3
a gente/nós inclusivo	5	2	2	-----	7	13	14	15	29

Fonte: a própria autora

⁴⁴ Kerbrat-Orecchioni (1990) considera as formas de tratamento categorias discursivas, denominando-as *relacionemas*, *proxêmicos* ou *taxêmicos*.

Vale lembrar que os quadros contemplam apenas as formas de tratamento utilizadas pelos candidatos ao interpelarem-se mutuamente, não incluindo as formas empregadas para se dirigirem ao mediador ou ao público telespectador, pois o objetivo é fazer o comparativo do tratamento dos candidatos entre si. Porém, na análise como um todo, não há como ignorar as referências feitas ao público, uma vez que é em função dele que ocorre o debate. Sem o público telespectador, a interação entre os debatedores não teria sentido.

A tabela 7 traz, por ordem decrescente de incidência, as seguintes informações sobre o uso das formas de tratamento nos três blocos do debate:

- a) *candidato/candidata*, formas de 3ª pessoa, mas com valor de 2ª pessoa (223 ocorrências);
- b) *o senhor/a senhora*, referências de 2ª pessoa (191 ocorrências);
- c) *vocês*, apontando o interlocutor como representante de uma facção política (o candidato e seus correligionários) (54 ocorrências);
- d) *o nós inclusivo*, por vezes, representando por *a gente* (29 ocorrências).

Além dessas incidências, há outras menos recorrentes, a saber: 7 delocuições; seis referências ao interlocutor na forma *você*; 3 referências ao candidato interlocutor acompanhado de seu primeiro nome; outras 3 referências ao candidato interlocutor, mas, agora, acompanhado de seu nome completo e 3 referências da forma “o seu governo”.

Na mesma ordem estabelecida acima, seguirá a nossa análise e interpretação.

As formas de tratamento *candidato/candidata* foram as mais utilizadas durante o evento discursivo, somando-se 112 ocorrências do candidato Aécio e 111 da candidata Dilma, ou seja, praticamente na mesma proporção. Tal tratamento assume, na maioria das vezes, a função de vocativo, uma espécie de chamada de atenção ao oponente, e esta é a primeira razão que faz com que tal recurso seja considerado não cortês. Mas a não cortesia, neste caso, também se revela no fato de essa forma de abordagem do interlocutor produzir um destacado efeito de sentido de distanciamento, sendo, por isso, percebido como não cortês. Além disso, acreditamos que, ao utilizar o termo *candidata*, Aécio Neves evita chamar a adversária de *presidente/presidenta* – o que poderia evidenciar uma hierarquia de posição política superior a ele –, ou evita chamá-la pelo próprio nome, Dilma ou Dilma Rousseff, o que o traria um efeito de proximidade à interação e, portanto, de cortesia, a qual, no caso, não caberia.

Da mesma forma como Aécio, a candidata petista dá preferência ao termo *candidato*, possivelmente para evitar o termo *senador* ou a repetição do nome do adversário, o que o tornaria, talvez, mais conhecido e mais próximo. Como ambos ocupam papéis temáticos iguais na disputa política, consideramos que não seria interessante e nem coerente que se

referissem aos papéis políticos exercidos por eles antes da campanha eleitoral, *presidente e senador*.

Quanto ao tratamento formal *senhor/senhora*, convém lembrar que este pode ser utilizado em diferentes situações, podendo significar respeito ou desprezo. Usa-se este tipo de tratamento, por exemplo, para cumprir exigências sociais de hierarquia (em respeito aos mais velhos, ao chefe, etc.); ou para dirigir-se a pessoas pouco conhecidas, com quem não temos intimidade, e em várias outras situações. Considerando-se o ambiente em que acontecem os debates políticos – um estúdio com público presente e público telespectador –, em que se estabelece um contrato comunicativo pré-definido entre os candidatos e o mediador, o tratamento *senhor/senhora* parece ser bastante apropriado. É, portanto, considerado cortês, desde que não esteja acompanhado de ironia ou de outro comportamento que cause desconforto ao codebatedor ou que coloque em risco a imagem deste diante dos telespectadores.

Assim, num evento discursivo institucional como o debate político televisivo, dirigir-se formalmente ao candidato adversário é perfeitamente aceitável quando revela intenção de respeito ao interlocutor, mas se torna descortês quando o objetivo é ridicularizá-lo. É pertinente lembrar também outro efeito almejado pelos candidatos ao usar o tratamento formal *senhor/senhora*: a construção de uma autoimagem favorável diante do público. Mostrar-se minimamente cortês, ainda que seja só de forma aparente, corresponde a uma expectativa do público telespectador em relação à qualificação (educação) de qualquer candidato a cargo público, especialmente em relação àqueles que pretendem ocupar o cargo político máximo da nação.

Um dado que nos chamou a atenção nesta etapa da análise foi a progressão no uso do tratamento formal *senhor/senhora* no decorrer do debate. Conforme relataremos em seguida, percebeu-se um aumento significativo e progressivo no uso de tal forma pronominal, com uma exceção apenas para as ocorrências de Aécio no segundo bloco. Seguem-se os dados: Aécio, com 33 ocorrências no bloco I, 23 no bloco II e 52 no bloco III; Dilma com 16 ocorrências no bloco I, 24 no bloco II e 43 ocorrências no terceiro e último bloco. Conforme demonstra a tabela 7, registramos um total de 108 ocorrências de *senhor/senhora* do candidato Aécio e 83 da candidata Dilma. Quem assistiu ao debate do dia 16 de outubro, pelo SBT, deve ter percebido que, a cada novo bloco, os candidatos demonstravam mais tensão, a discussão se tornava menos cortês e as ofensas mais acirradas. Essa constatação nos leva a deduzir que o tratamento *senhor/senhora* está mais para a não cortesia do que para a cortesia, que seria mais coerente para o referido contexto.

Citamos aqui dois exemplos do uso da forma *senhor/senhora* que podem ser percebidos como manifestações não corteses:

- (1) “A senhora gosta de falar de parentes [...]” (Aécio/Bloco 1).
- (2) “Se o senhor gosta tanto dos nossos programas sociais, por que o senhor não os fez antes, quando podia, porque era governo, porque o senhor estava sim nas escolas técnicas federais, o senhor era líder do governo quando foi aprovado” (Dilma/Bloco 1).

Poderíamos citar vários outros exemplos, mas o faremos na seção específica da *não cortesia*. Aqui, o objetivo é apenas explicitar como é possível demonstrar indiferença, utilizando formas de tratamento consideradas, em princípio, como demonstrações de cortesia. Note-se que, no segundo exemplo, a forma *o senhor* aparece por quatro vezes consecutivas no mesmo enunciado, com o propósito de enfatizar a suposta irresponsabilidade do candidato Aécio. Não é difícil perceber, por meio dos excertos transcritos, que nem sempre o uso de formas corteses significa manifestação de respeito ou cortesia em relação ao interlocutor. Ao contrário, as formas *senhor/senhora* foram usadas justamente quando os candidatos se ameaçavam mutuamente. Demonstraremos isso no decorrer da análise das categorias de cortesia/descortesia propostas, nos objetivos deste estudo. No entanto, como já mencionado no capítulo II, não são exclusivamente as formas de tratamento que tornam o enunciado cortês, não cortês ou descortês, mas o contexto em que se utilizam essas formas e a maneira como elas vêm expressas. Elas são fundamentais para a percepção da cortesia, não cortesia ou descortesia.

Dando sequência à análise e interpretação dos dados apontados na tabela 7, observemos como é empregado o pronome *vocês*, pelo qual os candidatos tratam um ao outro fazendo uso de um recurso metonímico, em que se identifica o indivíduo pela menção do grupo a que pertence. Conforme podemos ver nos quatro exemplos que seguem, os candidatos se interpelam mutuamente pelo partido que representam.

- (3) “[...] vocês governaram o Brasil por doze anos [...]” (Aécio/ Bloco 1).
- (4) “Vocês estão governando o Brasil há doze anos” (Aécio/ Bloco 2).
- (5) “Vocês nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados [...]” (Dilma/ Bloco 1).
- (6) “Vocês nunca deixaram investigar. Minas engavetava, na sua “época, todos os processos” (Dilma/ Bloco 2).

Quando os candidatos utilizam a forma *vocês*, dirigindo-se a seu interlocutor, identificam nele o seu partido político com seus ideais e práticas. Aécio critica a administração dos governantes petistas na presidência da República e Dilma critica o PSDB enquanto governo do Estado de Minas Gerais. Esse tipo de referência ao interlocutor, que somou 21 ocorrências do candidato Aécio Neves e 33 da candidata Dilma Rousseff, identifica-se, de certa forma, com os enunciados em que os partidos foram citados: “o seu governo”, “o governo de Minas”, “o PT” ou “o PSDB”. Os excertos seguintes evidenciam tais ocorrências:

- (7) “Ora, o governo de Minas tem de revelar uma informação que é [...]” (Dilma/ Bloco 3).
- (8) “[...] o seu governo não gastou nem em Educação, nem em Saúde” (Dilma/ Bloco 3).
- (9) “O seu governo fracassou” (Aécio/ Bloco 3).
- (10) “[...] porque o seu governo foi leniente com ela” (Aécio/ Bloco 1).

Nessa sequência de excertos, os segmentos em destaque correspondem aproximadamente a formas nominativas dos candidatos em questão. Assim, em (7) e (8), o segmento sublinhado equivale à forma *o senhor* e em (9) e (10) corresponde à *senhora*. Neste último exemplo, a discussão em pauta era a inflação.

Prosseguindo com a exemplificação e análise das formas de tratamento que os candidatos utilizam entre si durante o debate, mencionamos o uso das formas *a gente e nós*, englobando ambos os interlocutores:

- (11) “[...] a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada” (Aécio/ Bloco 1).
- (12) “Candidata, aí já vai uma outra diferença profunda entre nós dois” (Aécio/ Bloco 2).
- (13) “Essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir” (Dilma/ Bloco 1).
- (14) “Então, candidato, eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com mais cuidado, e com mais seriedade” (Dilma/ Bloco 3).

Nos excertos (11) e (12) o presidenciável Aécio Neves estabelece, por meio de “entre nós” e “entre nós dois” uma diferença entre ele e a candidata Dilma, quando o assunto é o

nepotismo. Dilma Rousseff faz uso do mesmo recurso linguístico, no exemplo (13), para evidenciar que ela investiga e comprova os fatos, enquanto ele, Aécio, não o faz. No exemplo (14) Dilma se utiliza da forma *a gente* para chamar a atenção do candidato adversário sem parecer descortês. Além dos exemplos citados, estão entre as 14 ocorrências de Aécio e 15 de Dilma apontadas na tabela 7, outros enunciados em que a primeira pessoa do plural pode ser identificada somente pelas desinências verbais, como no exemplo que segue:

(15) “Vamos falar do Brasil” (Aécio/ Bloco 3).

Na tabela 7 constam também algumas formas menos recorrentes, dentre as quais o índice maior é de delocuições. Retomando o conceito, ocorre *delocução* quando um dos candidatos se dirige (aparentemente) ao mediador ou ao público, mas a intenção é provocar o seu adversário. Este tipo de tratamento não é visto como cortês, pois provoca efeitos de distanciamento, uma vez que o interlocutor é ignorado, quando não desprezado. Referimo-nos à forma *a candidata*, utilizada por Aécio Neves por três vezes no bloco I e por duas vezes no bloco III. Nas tabelas 2 e 4, correspondentes aos enunciados de Dilma Rousseff, esta faz uso do mesmo recurso de referência, conforme podemos conferir no exemplo (18).

(16) “Como nós vemos a candidata tem sempre uma justificativa” (Aécio/Bloco1).

(17) “Ele está se queixando de uma taxa de desemprego de 5%” (Dilma/Bloco1).

(18) “Quem ligar a televisão desavisadamente vai achar que a candidata quer disputar o governo de Minas ou a Prefeitura de Belo Horizonte” (Aécio/Bloco 3).

Nos excertos (16) e (18), Aécio se apropria do termo *candidata em 3ª pessoa (ELA)* e Dilma utiliza o pronome (ELE) no excerto (17), também na 3ª pessoa do discurso. Nos três casos ocorre a delocução, pois se trata de uma interação face a face em que os comentários são dirigidos aos demais interlocutores, o mediador e o público, na presença do interlocutor direto, o candidato ou a candidata concorrente.

O pronome *você*, utilizado apenas seis vezes em todo o debate, produz efeitos de informalidade e, especialmente, de proximidade, traço não condizente com a natureza de um debate político das características deste que analisamos. Registramos somente uma ocorrência do pronome *você* por parte do candidato Aécio e 5 por parte da candidata Dilma.

Seguem dois exemplos:

(19) “Antes de elevar completamente o nível do debate, já que você o abaixou, candidato, não é possível que você se esconda atrás do fato de que investigar, candidato, significa também investigar o seu partido” (Dilma/ Bloco 2).

(20) “Mas não adianta você mascarar a realidade, candidata, hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e [...]” (Aécio/ Bloco 1).

No exemplo (19), o pronome *você* realmente produz efeito de proximidade, mas de uma proximidade agressiva, na medida em que se tem a nítida impressão de que Dilma, irritada com os frequentes apelos de seu interlocutor para elevar o nível do debate, se dirige a ele de forma acusatória. No exemplo (20) discute-se a inflação no Brasil, em que Aécio acusa Dilma de não apresentar nenhuma solução para o problema. Portanto, pelos excertos transcritos nos exemplos citados, fica evidente que o pronome de tratamento *você*, utilizado pelos candidatos, não tem a ver com aproximação amistosa, isto é, com cortesia.

Há, ainda, duas outras formas com um total de 9 ocorrências no decorrer do debate: o uso de *candidato/candidata* acompanhado do primeiro nome do adversário e *candidato/candidata* acompanhado do nome completo. Ambas as formas são aparentemente corteses, indicando certa aproximação entre os interlocutores e até certo grau de intimidade.

(21) “Diga, que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, candidata Dilma?” (Aécio/ Bloco 3).

(22) “Infelizmente agora nós sabemos por que a senhora disse que não nomeou parentes no seu governo, a senhora pediu que os seus aliados o fizessem, candidata Dilma Rousseff” (Aécio/ B1).

(23) “Candidato Aécio Neves, eu gostaria de dizer [...]” (Dilma/ Bloco 1).

A aproximação e intimidade estão no fato de o candidato referir somente o prenome da candidata, conforme aponta o segmento (21). Já, nos outros dois segmentos (22) e (23), o prenome vem acompanhado do sobrenome, o que retira o efeito de proximidade ou ao menos diminui o grau desse efeito.

Por fim, analisamos os efeitos gerados pelo uso da forma *o seu governo*, utilizada três vezes pelo candidato Aécio para dirigir-se à candidata Dilma.

(24) “[...] porque o seu governo foi leniente com ela” (Aécio/Bloco 1).

(25) “[...] infelizmente, o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro, inflação alta, crescimento baixo, e perda de credibilidade” (Aécio/ Bloco 1).

(26) “[...] o seu governo fracassou” (Aécio/Bloco 3).

Nesses últimos exemplos (24, 25 e 26), os segmentos sublinhados equivalem ao tratamento em 3ª pessoa do singular (*você* ou *a senhora*), uma vez que o candidato se refere à candidata adversária, responsável pelas ações desenvolvidas na Presidência da República,

cargo do qual ela estava afastada para concorrer à reeleição. O fato de não utilizar os pronomes, mas a forma nominativa *o seu governo*, não atenua as críticas a ela dirigidas. Não registramos ocorrências deste tipo nos enunciados de Dilma Rousseff.

A partir desse primeiro nível da análise, poderia se dizer que o tratamento que os candidatos se dispensam é cortês. No entanto, não concordamos com essa apreciação porque, nos três casos, a referência ao nome próprio dos candidatos vem pincelada por um traço de deboche e de repreensão. Portanto, essa menção do nome próprio está, na verdade, a meio caminho entre a não cortesia e a descortesia.

Ademais, a ausência de cortesia vem referendada no segmento (21) pela referência à corrupção e pelo uso do verbo no modo imperativo e, no exemplo (22) em que se percebe claramente que o candidato Aécio não valoriza a face da candidata adversária, mas, ao contrário, o comentário feito por ele alude à acusação de que Dilma teria nomeado parentes, inclusive seu próprio irmão.

Ao concluirmos a análise das formas de tratamento entre os interlocutores, já ficou evidente uma primeira configuração do modo de relacionamento que os candidatos assumem no debate. Predomina uma postura de não cortesia, revelada em tratamentos que geram distanciamento e certa formalidade. Dessa forma, ambos cultivam para si uma imagem que seja positivamente avaliada pelo público telespectador. Vários exemplos já analisados serão retomados posteriormente, quando tratarmos das demais categorias de análise previstas para este estudo.

4.4 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE CORTESIA

A partir desta segunda etapa de análise, diferenciamos a forma de apresentação dos exemplos, reiniciando a sequência numérica. Os enunciados passam a ser identificados no início, cada qual com o nome do candidato ou candidata, o número do enunciado e, por último, o bloco do debate em que ocorreu a enunciação. Lembramos que a sequência numérica é independente para cada candidato, iniciando-se pelo número 1 (um) tanto para o candidato Aécio Neves quanto para a candidata Dilma Rousseff. Essa sequência permite visualizar o total de enunciados analisados e comentá-los no decorrer da análise. Exemplificando temos:

Aécio1/B1 – candidato Aécio/ Bloco 1

Dilma 1/ B1 – candidata Dilma/Bloco 1

Quanto às manifestações corteses que serão evidenciadas a partir de agora, estas costumam ser raras no tipo de contexto em estudo. Quando aparecem, é preciso estar atento para o verdadeiro propósito do enunciador, pois dificilmente o candidato faz uso de formas corteses para agradar, elogiar ou valorizar o interlocutor. O que ele pretende, na maioria das vezes, é causar sentido contrário, atingindo as faces positiva ou negativa do enunciatário. Tal procedimento faz parte da *cortesia aparente* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014). Portanto, passamos a analisar enunciados de cortesia positiva, cortesia negativa e cortesia aparente.

4.4.1 Cortesia positiva e cortesia positiva aparente no discurso do candidato Aécio Neves

Saber negociar com o interlocutor no sentido de valorizar e preservar suas faces positiva e negativa faz parte das regras de cortesia na interação humana. Se já é difícil garantir o equilíbrio em situações face a face em que enunciador e enunciatário não teriam motivos para sentirem-se ameaçados, muito mais difícil é comportar-se, de forma polida, num evento em situações de conflito em que se enquadram os debates políticos. As constantes ameaças e provocações comuns, durante as campanhas e debates políticos eleitorais, conduzem à perda do equilíbrio emocional. Por isso, é muito raro encontrar, no referido contexto, manifestações elogiosas, incentivos, propostas corteses e outras que impliquem em deixar o interlocutor em situação confortável e tranquila. Conforme já era esperado, o *corpus* em análise apresenta poucas manifestações de cortesia positiva, isto é, atos que consistem em efetuar algum ato de valorização da face (FFA) para a face negativa ou positiva do codebatedor, ou, da codebatedora. Os poucos FFAs que identificamos não beneficiam o adversário político, pois são direcionados ao público telespectador ou ao mediador. É esse tipo de manifestação de cortesia aparente que analisamos na presente subseção.

Pelo sorteio realizado no estúdio, o candidato do PSDB, Aécio Neves foi o primeiro a se pronunciar respondendo à pergunta feita pelo mediador Carlos Nascimento aos dois políticos convidados: “Por que o senhor quer ser Presidente da República?”

“Boa tarde a você Nascimento, ao SBT por essa oportunidade, cumprimento a candidata, e me dirijo aos telespectadores para dizer em primeiro lugar que sou candidato à presidência da República para encerrar um ciclo de governo que fracassou. Fracassou na condução da economia, que vai nos deixar como legado uma inflação saindo de controle, crescimento baixo, e uma perda crescente da credibilidade do país, o que impacta fortemente nos investimentos, e, claro, na geração de empregos. Sou candidato a presidência da República porque o governo fracassou na gestão do Estado nacional. O Brasil se transformou num grande cemitério de obras inacabadas com sobrepreços e com denúncias a todo momento de

irregularidades na sua condução. Eu quero ser candidato a presidência da República porque os indicadores sociais pioraram ao longo desses últimos anos. A saúde piorou, a educação piorou e a criminalidade aumentou. Eu quero ser candidato, eu sou candidato e quero ser Presidente da República porque construí ao longo dos últimos anos um projeto para o Brasil, o projeto que não é de um partido político, um projeto generoso, de união, de integração nacional. Um projeto que vai combater a inflação com extrema firmeza e determinação. Que vai resgatar confiança para que os investimentos voltem a gerar emprego no Brasil. Que vai cuidar da educação do seu filho. Eu quero ser Presidente para conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança pública. O ciclo de governo que aí está não tem mais condições de governar o Brasil”.

Cumprimentar os presentes, os telespectadores e agradecer aos organizadores do evento o convite para participar do debate é, sem dúvida, um comportamento linguístico-discursivo já esperado pelos interlocutores, portanto, considerado *político por ser* adequado a tal situação. Neste aspecto, o candidato Aécio cumpre com o *contrato comunicacional* pré-estabelecido:

Aécio 1/B1 - “Boa tarde a você Nascimento, ao SBT por essa oportunidade, cumprimento a candidata, e me dirijo aos telespectadores para dizer em primeiro lugar que sou candidato à presidência da República para encerrar um ciclo de governo que fracassou”.

De acordo com Marques, optar por uma determinada forma de tratamento em uma interação face a face significa estabelecer certa hierarquia em relação ao interlocutor, mas significa, sobretudo, “(re)conhecer o alocutário” (2014, p.158). Observemos que, ao dirigir-se à candidata Dilma Rousseff, sua adversária na disputa ao cargo de presidente da república, Aécio Neves se utiliza da terceira pessoa do discurso – “cumprimento a candidata” –, um procedimento que se reveste de não cortesia, na medida em que o enunciador cumprimenta, antes disso e de forma direta o mediador “você”, e em seguida, os telespectadores. Com tal procedimento, o candidato parece preferir o distanciamento em relação à adversária (a candidata – “ela”), ao mesmo tempo em que tenta aproximar-se dos eleitores e do mediador. Essa manifestação é corroborada pelas subseqüentes críticas tecidas ao PT, ali representado pela candidata Dilma.

Assim, o candidato pelo PSDB inicia a sua participação no debate ameaçando a face positiva da adversária, candidata à reeleição. Ele poderia ter respondido a pergunta inicial fazendo uma síntese de seu programa de governo, porém, optou por desconstruir o governo vigente, mencionando inúmeras ações que, segundo ele, “fracassaram no governo anterior”. Aécio Neves não só menciona as ações que falharam, mas enfatiza as conseqüências decorrentes dos fracassos apontados, o que intensifica a ameaça à oponente. Somente após criticar o governo anterior, o candidato do PSDB apresenta uma síntese da sua proposta que,

ao contrário de tudo o que havia mencionado antes – quando se referia aos governos anteriores e, especialmente, ao governo vigente –, é qualificado (pelo próprio candidato) como “um projeto generoso, de união, de integração nacional”.

No intuito de fortalecer a sua imagem diante dos telespectadores, Aécio Neves promete suprir as deficiências apontadas em relação ao governo petista e resgatar o que considera como perdido nessa gestão. O candidato do PSDB demonstra firmeza em seu discurso inicial e encerra a sua primeira fala com um “ataque” direto à candidata Dilma Rousseff e ao partido que ela representa: “o ciclo de governo que aí está não tem mais condições de governar o Brasil”.

Um dos assuntos que gerou bastante polêmica durante os debates televisivos da campanha de 2014, sobretudo, nos programas do segundo turno, foi a denúncia de corrupção na Petrobrás, em que estariam envolvidos alguns partidos políticos, especialmente o PT. Ao retomar o tema, o candidato do PSDB assim se expressa:

Aécio 2/B1 - “[...] não existe, candidata, me perdoe, uma terceira alternativa. Só existem duas: ou a senhora foi conivente ou a senhora foi incompetente para cuidar da maior empresa pública brasileira”.

Esse enunciado é um recorte da réplica em que o candidato insiste em dizer que sua adversária é responsável pelos desvios de recursos da Petrobrás. A expressão em destaque, “me perdoe”, é uma estratégia de atenuação que valoriza a face do enunciatário e coloca em risco a face do próprio enunciador. No entanto, nem todas as falas atenuadas equivalem à cortesia (BRIZ, 2014). Levando-se em consideração o assunto em discussão e, principalmente, as acusações feitas pelo enunciador logo após a atenuação – “ou a senhora foi conivente ou a senhora foi incompetente” –, devemos admitir que a expressão anterior “me perdoe” não passa de uma cortesia aparente. Barros (2008, p.94) defende que certas estratégias de atenuação podem ser empregadas também “para apresentar, de forma negativa, o modo de ser e de agir do destinatário”. Certamente, ao fazer uso do recurso atenuador, o candidato o fez com o propósito de parecer menos agressivo e, dessa forma, manter a autoimagem positiva.

Nos excertos seguintes, é possível identificar algumas manifestações de cortesia positiva. A primeira se destina a Geraldo Alkmin, partidário do candidato, e não à candidata oponente; a segunda evidencia novamente a estratégia da ironia em relação à adversária, dado o assunto em pauta.

Aécio 3/B1- “Foi inspirado nas ETECs aqui de São Paulo e aproveito para cumprimentar o governador Geraldo Alckmin, que aqui me acompanha, pela sua extraordinária vitória”.

Aécio 4/B1- “A senhora fala em flexibilizar o currículo do ensino médio, depois de doze anos de governo, e por que que não fizeram antes? Isso é necessário, fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco”.

Ao referir-se a um programa que instituiu os cursos gratuitos nas escolas técnicas – ETECs, o candidato evidencia que pretende avançar com propostas dessa natureza. Ao mesmo tempo em que as promessas valorizam a imagem do enunciador, pois funcionam como argumento a favor da sua credibilidade, representam um risco a sua face caso seja eleito e a promessa não seja cumprida. Em relação ao excerto em que fala da flexibilização do currículo do ensino médio, constata-se novamente uma cortesia *aparente* ou *falsa cortesia*, não só pelo contexto, mas principalmente pelo tom irônico manifestado pelo candidato: “fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco”. Vale lembrar que a ironia é um tipo de provocação que “funciona melhor no espaço público, pois, dessa forma, o provocado sente-se obrigado a reagir à provocação, para mostrar à sociedade que os traços negativos que lhe foram atribuídos são indevidos” (BARROS, 2008, p. 93). A réplica da candidata corrobora a afirmação de Barros, pois ao defender-se da acusação, Dilma atribui parte da responsabilidade ao próprio adversário: “não dá pro senhor não assumir a responsabilidade também pelos seus atos”. O argumento utilizado pela candidata foi o de que Aécio era líder do governo e estava nas escolas técnicas federais quando o referido programa foi aprovado. Portanto, poderia ter colocado em prática a referida proposta em pauta.

Observemos outras cortesias positivas *aparentes* nos seguintes enunciados:

Aécio 5/B1 - “Candidata, vamos falar daquilo que interessa à dona de casa, ao cidadão, ao jovem e à jovem, ao trabalhador que está, se conseguir, já chegando em casa do trabalho. Provavelmente muitos estão nos ouvindo agora, no rádio do carro, pela dificuldade que têm hoje pra chegar em casa”.

Aécio 6/B1 - “[...] vamos falar de futuro, daquilo que interessa às pessoas, o que a senhora pretende fazer, já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer? Vamos elevar o nível do debate, eu dou à senhora a oportunidade de dizer aos brasileiros como vai controlar a inflação ou se ela está realmente sob controle”.

Aécio 7/B1 - “Minha amiga, meu amigo que nos ouve, para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta, nenhuma solução de enfrentar essa questão [...]”.

Considerando-se o uso da forma verbal na 1ª pessoa do plural, *nós inclusivo*, os enunciados acima soam como uma proposta de acordo do candidato Aécio à candidata Dilma.

Contudo, a manifestação está novamente voltada à valorização da própria imagem do enunciador e é realizada em tom irônico. O exemplo (Aécio 5/B1) indica que o propósito do candidato é fazer com que o eleitor (telespectador) veja Dilma Rousseff como uma candidata que não se preocupa com os cidadãos em geral, ao contrário dele, um presidenciável preocupado com a dona de casa, com os jovens, com a dificuldade dos trabalhadores em deslocar-se do ambiente de trabalho para casa, enfim, um candidato que está atento às necessidades dos eleitores. O “convite” para a troca de assunto, introduzido pela locução verbal *vamos falar* está relacionado também com a insistência da candidata Dilma em criticar a administração do governo de Minas Gerais, com frequentes acusações de envolvimento do ex-governador e, agora, candidato adversário Aécio Neves em atos ilícitos.

A proposta (Aécio 6/B1) em que o presidenciável sugere falar de assuntos de interesse das pessoas, pode ser interpretada como uma gentileza em relação aos telespectadores, mas coloca novamente em risco a face positiva da candidata adversária. Pode-se inferir, pelo enunciado em questão, que os temas abordados por Dilma Rousseff não são relevantes e que, portanto, não interessam aos telespectadores, futuros eleitores. O candidato do PSDB também provoca a oponente ao acusá-la de não apresentar um planejamento para controlar a inflação, nem alternativas que garantam a volta do crescimento econômico no país. Ele volta a pedir que seja elevado o nível do debate, atribuindo, assim, à codebatedora, a responsabilidade pelo baixo nível da discussão.

Ao oferecer à candidata adversária uma “oportunidade”, Aécio Neves oferece um falso presente, ameaçando duplamente a face da sua interlocutora: primeiro, porque quem dá as oportunidades de turnos de fala não são os debatedores, mas sim o mediador do programa, ou seja, o candidato tucano cria uma situação ilusória e, portanto, não de fato; segundo, porque exige da adversária uma resposta à população, ameaçando, dessa maneira, a face negativa da candidata, caso ela não tenha uma resposta satisfatória. Assim, no enunciado (Aécio 6/B1) “Vamos elevar o nível do debate, eu dou à senhora a oportunidade de dizer aos brasileiros como vai controlar a inflação ou se ela está realmente sob controle”, o candidato Aécio Neves cria uma situação constrangedora para a candidata adversária. A cortesia é, portanto, apenas aparente.

No enunciado (Aécio 7/B1) a cortesia positiva é lançada diretamente ao público telespectador, tentando uma maior aproximação com os futuros eleitores: “minha amiga, meu amigo que nos ouve [...]”. A candidata adversária recebe um tratamento bem diferente: “para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta (...)”. Apenas para recordar, este tipo de tratamento se denomina *delocução* ou *tropo*

comunicacional (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), pois o enunciador ignora a presença da enunciatária direta (a candidata Dilma) e fala dela para os demais interlocutores. Mesmo sendo poucas as ocorrências deste tipo no *corpus* em análise, elas são muito importantes neste estudo, constituindo um dos nossos objetivos. Por essa razão serão retomados em seção posterior.

No exemplo que segue, Aécio Neves lança mão de mais um procedimento aparentemente cortês quando se refere ao crime de nepotismo que, segundo afirmara Dilma Rousseff, teria ocorrido durante a gestão do tucano no governo de Minas Gerais:

Aécio 8/B1 - “Candidata, vou lhe responder com uma alegria enorme. Em primeiro lugar, agradeço a homenagem que a senhora faz ao Presidente Fernando Henrique, tenho certeza, por quem a senhora tem um apreço muito grande [...]”.

Certamente a adversária e os telespectadores esperavam, de imediato, uma resposta rude, descortês, dado o teor irônico da acusação quanto ao crime de nepotismo. Mas Aécio dissimula a descortesia, utilizando-se de recursos atenuadores. Ao dizer da sua satisfação em defender-se da crítica recebida – “uma alegria enorme” – o candidato do PSDB tenta mostrar-se confiante e tranquilo, o que valoriza a sua face positiva, pois o controle emocional dos candidatos fortalece a sua imagem positiva. O agradecimento à candidata Dilma, “agradeço a homenagem que a senhora faz ao Presidente Fernando Henrique”, é formulado no enunciado com traços de cortesia, mas trata-se novamente de uma estratégia irônica, pois é sabido que o ex-presidente é adversário político da candidata e frequentemente é criticado por ela. A sequência do enunciado “tenho certeza, por quem a senhora tem um apreço muito grande [...]” corrobora, portanto, a provocação irônica, que enquadramos como uma forma de descortesia.

Ainda defendendo-se da acusação de improbidade administrativa durante o seu governo em Minas, Aécio Neves responde com uma acusação à candidata, ainda mais grave, mas o faz utilizando-se da forma atenuadora “lamento”:

Aécio 9/B1 - “Essa é a grande verdade, lamento ter que trazer esse tema aqui, a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada”.

Nesse enunciado, o segmento em destaque não exerce a função de atenuar ou mitigar um dano causado à imagem da codebatedora, mas, ao contrário, funciona como uma tentativa de autovalorização, em prejuízo do *ethos* de credibilidade da candidata adversária. Em outras palavras, Aécio tenta construir sua autoimagem positiva de candidato honesto, correto, que zela pelo cumprimento da lei e pela preservação do patrimônio público, enquanto desqualifica

sua adversária como mentirosa, pois ele apresenta a “grande verdade”. Além disso, a candidata é tachada de corrupta por favorecer seu próprio irmão durante o seu mandato no cargo público. Cabe ressaltar, ainda, que ao enunciar a frase, “lamento ter que trazer esse tema aqui”, o candidato tucano intensifica a diferença que ele pretende mostrar: “a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada”, maximizando, dessa forma, o FTA contra Dilma. Tal ameaça poderia ter sido evitada se a candidata não tivesse levantado a questão do nepotismo.

Nos excertos seguintes, extraídos do bloco II, quando o assunto em pauta é a investigação de atos ilícitos na administração pública federal, a candidata é tachada como ignorante e incoerente, uma governante contraditória em seu discurso e em suas ações.

Aécio 10/B2 – “Lamento que a candidata não tenha entendido nada do que eu disse, investiguem-se todos, candidata. Agora, o seu discurso não tem conexão com a sua prática”.

Aécio 11/B2 – “Tem que investigar sim todos, mas permita, candidata, que isso seja investigado”.

Quando alguém diz lamentar algo que ocorre com o outro, no caso com o interlocutor, entendemos tal atitude como uma forma de solidariedade, de cortesia. Porém, não é difícil perceber, no presente contexto, que a intenção do enunciador é desqualificar e ridicularizar a candidata adversária. A isso se agrega o pedido de permissão à candidata Dilma para que sejam investigados atos de corrupção na administração pública federal. Não se trata, portanto, de cortesia positiva, mas sim de cortesia positiva aparente, com forte efeito de descortesia, uma vez que Dilma continua sendo presidente, embora afastada para concorrer à reeleição. Algo semelhante ocorre quando o mesmo candidato simula um pedido cortês para mudar o foco do debate no bloco II:

Aécio 12/B2 – “Candidata, vamos tentar novamente falar de futuro em homenagem e respeito ao telespectador que nos acompanha a essa hora [...]. Vamos elevar o nível do debate, candidata”.

Ao enfatizar o respeito para com o telespectador e insistir para que seja elevado o nível do debate, o candidato nada mais faz do que buscar a valorização da própria imagem, pois atribui novamente o baixo nível do programa à candidata adversária, ameaçando-lhe a face positiva. Assim, tenta construir seu *éthos* de homem público educado, que respeita as normas do programa, e, sobretudo, que tem grande respeito e consideração pelos telespectadores. O *nós inclusivo* em –“vamos tentar”– é mais uma vez utilizado para

demonstrar cortesia na forma do dizer, mas não no propósito real. Trata-se, portanto, de cortesia aparente.

Mais adiante, voltando a falar sobre o combate ao crime organizado, Aécio Neves aponta uma contradição na fala anterior de Dilma Rousseff, mas o faz de forma aparentemente polida:

Aécio 13/B2 – “Candidata, o que me surpreende na senhora é o diagnóstico. Agora há pouco a senhora disse que a inflação não é um problema do governo, é problema sazonal, e eu acho que não é. Por isso, comigo, tolerância zero com a inflação. Agora, a senhora terceiriza de novo as responsabilidades dizendo que é dos estados essa responsabilidade constitucional”.

Ao demonstrar-se “surpreso” com o diagnóstico feito pela candidata em sua fala anterior, Aécio não pretende elogiá-la, mas ao contrário, enfatizar o que considera mais uma falha da candidata Dilma como administradora do país. Classifica-a novamente como contraditória, quando o assunto em pauta é a inflação. Ao utilizar-se da expressão “eu acho que não é”, Aécio ameniza aparentemente a ameaça, pois poderia ter sido direto: “não é”. Percebemos também, que a locução adverbial *de novo* intensifica a acusação à adversária que, segundo o candidato, estaria recorrendo no erro de transferir as responsabilidades. Ao falar de obras relacionadas à mobilidade, a crítica à candidata Dilma é novamente atenuada, porém, sem propósito de ser cortês:

Aécio 14/B2 – “Na verdade a senhora tem um conjunto de boas intenções que a ineficiência do governo, lamentavelmente, não permitiu que ainda saíssem do papel, mas eu vou fazer isso, com planejamento e com eficiência, transformar promessas em obras, candidata”.

Ao mesmo tempo em que parece reconhecer as boas intenções da candidata, Aécio Neves rotula o governo petista como ineficiente, um governo que faz promessas, mas essas “lamentavelmente” não são cumpridas. A ameaça à face da adversária poderia ter sido ainda mais consistente se Aécio tivesse atribuído a ineficiência diretamente à candidata. Além disso, há de se observar que, após a acusação, o candidato faz uma promessa introduzida pela conjunção adversativa “mas” e em primeira pessoa, tentando, dessa maneira, demonstrar aos eleitores que ele sim é capaz de fazer e fazer com competência o que o outro partido político não fez. Ora, o que parecia uma cortesia no início do enunciado, se transforma aos poucos numa acusação.

A sutileza reaparece no discurso de Aécio Neves quando este se refere ao quantitativo de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família:

Aécio 15/B2 - “Candidata, eu acho que dizer uma inverdade num momento pode ser equívoco, repeti-la mais de uma vez, aí isso já tem outro nome. Não, não foram cinco milhões de pessoas, foram cinco milhões de famílias atendidas no início, sim, no início do programa que se transformou no Bolsa Família”.

Identificamos, nesse enunciado, três ameaças atenuadas. A primeira está na expressão “eu acho”; a segunda se refere à palavra “inverdade” e a terceira está na omissão do que poderia ter sido dito no lugar de “aí isso já tem outro nome”. Com a expressão “eu acho que dizer uma inverdade” o candidato faz uma acusação indireta, pois poderia afirmar diretamente que a candidata está mentindo. O substantivo *inverdade* é sinônimo de *mentira*, vocábulo que soaria muito mais “pesado” no contexto em discussão. Os procedimentos em (Aécio 15/B2) poderiam ser percebidos como cortesias, uma vez que o candidato do PSDB parece poupar a face da candidata petista. Porém, ele termina a fala argumentando, por meio de dados numéricos, o montante de famílias beneficiadas com o programa do PSDB que, segundo ele, deu origem ao Programa Bolsa Família. Tal argumento contraria o que fora dito antes pela candidata, expondo-a a críticas dos telespectadores e do público presente no debate.

Ao levantar a questão da corrupção no país, o candidato Aécio Neves traz à tona um pronunciamento que a candidata teria feito no último debate do primeiro turno: “*Não acredito que tenha alguém acima da corrupção [...] todo mundo pode cometer corrupção*”. Ironizando, o candidato do PSDB oferece à candidata petista uma “oportunidade” de desculpar-se:

Aécio 16/B3 - “A senhora terceiriza sempre as responsabilidades, portanto eu quero lhe dar oportunidade de se desculpar com os brasileiros por essa afirmação”.

Essa não é a primeira vez que Aécio acusa a candidata adversária de fugir às responsabilidades. A oportunidade oferecida pelo candidato é, na verdade, uma armadilha, pois a candidata Dilma se obriga a dar uma resposta à acusação feita. Ainda referindo-se ao mesmo assunto, à corrupção, Aécio Neves assim se expressa:

Aécio 17/B3 – “Lamento que a candidata não respeite, não respeite as instituições”.

Ora, sabemos que o verbo *lamentar* costuma ser usado em falas atenuantes, ou seja, quando a intenção é solidarizar-se com alguém ou mitigar alguma situação para proteger a face do interlocutor. Entretanto, pela presença repetida do advérbio de negação, o verbo se transforma num intensificador da acusação endereçada à candidata.

No seu pronunciamento final, o candidato Aécio Neves dirige-se novamente de forma indireta (3ª pessoa do discurso) à candidata Dilma Rousseff, repetindo-se o que ocorreu no início do debate.

Aécio 18/B3 – “Agradeço ao SBT, cumprimento a candidata, e digo ao telespectador que quero sim, ser Presidente da República e me preparei pra isso [...]”.

Exceto o distanciamento provocado pela forma de tratamento da candidata, Aécio enfatiza seu discurso utilizando verbos em primeira pessoa. O objetivo é fazer com que o telespectador acredite em sua competência para a função desejada. Constrói-se, por oposição, a imagem de um presidenciável seguro e competente, colocando em dúvida, diante do público, a capacidade administrativa da concorrente.

No que tange aos enunciados do candidato Aécio Neves observados até aqui – relativos ao primeiro bloco do debate em análise –, confirma-se o que já dizíamos no início deste trabalho, isto é, que as manifestações de cortesia com o real propósito de ser cortês são escassas em eventos discursivos como o debate político. As ocorrências que identificamos e descrevemos são apenas cortesias aparentes, resultando em efeitos contrários ao *éthos* positivo da candidata adversária. Citamos como ameaças mais recorrentes até o momento, no discurso do presidenciável Aécio, a crítica, a reprovação e a ironia, esta última, em geral manifesta em cortesias aparentes.

4.4.2 Cortesia positiva e cortesia positiva aparente no discurso da candidata Dilma Rousseff

O discurso inicial da candidata petista transcrito no enunciado aqui reproduzido está centrado em promessas:

“Boa noite, Carlos Nascimento, boa noite candidato, boa noite a todos vocês que nos acompanham. Eu agradeço essa oportunidade ao SBT para me poder apresentar e as minhas propostas. Eu sou defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes, em até 2002. Um Brasil que emprega, ao contrário de um Brasil que desemprega. Um Brasil que cria oportunidades iguais para todos, contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade. Um Brasil que vai governar para todos, contra um Brasil que não foi governado para todos. Eu faço parte de um projeto que resgatou 36 milhões de brasileiros da pobreza, tirou-os do mapa da fome e elevou 42 milhões às classes médias. Faço parte de um projeto que quer, e construiu as bases, para um Brasil moderno, mais inclusivo, mais produtivo e mais competitivo, onde a educação estará no centro de tudo. Faço parte de um projeto que não vê, a não ser na justiça social, as condições para a união nacional. Um projeto que quer levar avante, segurança, saúde, transporte de qualidade. Eu peço o voto de vocês e peço que vocês nos acompanhem para entender as nossas propostas”.

A exemplo do candidato Aécio, Dilma não cita o nome do adversário, preferindo dirigir-se a ele apenas como “candidato”. Porém, cumprimenta-o de forma direta “boa noite, candidato”, uma forma considerada mais cortês que a utilizada pelo candidato adversário, cujo cumprimento foi indireto, em terceira pessoa: “cumprimento a candidata”. Para saudar os eleitores, Dilma Rousseff utiliza-se do pronome “vocês”, marca de informalidade e de aproximação ao enunciatário telespectador.

Dilma 1/B1- “Boa noite Carlos Nascimento, boa noite, candidato, boa noite a todos vocês que nos acompanham. Eu agradeço essa oportunidade ao SBT para me poder apresentar e as minhas propostas”.

A candidata defende em seu discurso inicial “um modelo diferente para o Brasil do que governou antes, em até 2002. Um Brasil que emprega, ao contrário de um Brasil que desemprega [...]”. Ora, sabemos que antes do PT, quem governava o país eram outros partidos, dentre eles o PSDB, representado no debate pelo candidato adversário. Trata-se, portanto, de uma crítica que vai se intensificando pelo comparativo que a candidata Dilma faz entre a sua atual proposta de governo e dos governos anteriores ao Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo em que desqualifica as ações do PSDB e de outros partidos, Dilma supervaloriza os projetos petistas dos quais faz parte. Reforçando a argumentação, a candidata apresenta dados estatísticos sobre os avanços de seu governo em relação à situação econômica da população brasileira e defende “um projeto que quer levar avante, segurança, saúde, transporte de qualidade”. Os dados concretos mencionados pela enunciadora contribuem para tornar o seu discurso mais consistente, intensificando qualidades próprias e, construindo, de forma implícita, seu *éthos* de credibilidade por competência administrativa. A candidata finaliza suas palavras introdutórias pedindo o voto e a audiência dos telespectadores.

A utilização do verbo (no futuro do pretérito) costuma gerar efeito de cortesia. Dilma Rousseff se utiliza três vezes desse recurso linguístico no primeiro bloco do debate. Num desses enunciados, a presidenciável responde a uma das várias acusações feitas por Aécio Neves, sendo a mais grave delas relacionada à Petrobrás: “*Eu pergunto à senhora, candidata, de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás?*”.

Dilma 2/B1 - “Candidato Aécio Neves, eu gostaria de dizer que em relação a tudo o que está acontecendo na Petrobrás, quem investigou, a polícia federal que foi levada a investigar, e que ao contrário no passado, não era dirigida por filiados ao PSDB como foi o caso da Polícia Federal no governo tucano”.

A resposta dada pela candidata Dilma nos parece, a princípio, cortês e política, em função da forma delicada na expressão “eu gostaria de dizer” (pronomes + verbo gostar no futuro do pretérito + verbo dizer no infinitivo) e por ser apropriada à situação. Porém, se considerarmos a sequência do enunciado, a cortesia é apenas aparente evidenciando-se o “ataque” ao oponente, uma vez que este representa o partido “tucano”. Um dado importante a salientar é o vocativo utilizado por Dilma para dirigir-se ao seu adversário político “Candidato Aécio Neves”, que não caberia no tipo de interação que analisamos. Esta forma nominal gera um maior distanciamento do interlocutor. Vale lembrar também, que a candidata não responde a pergunta, mas transfere à polícia federal a responsabilidade de fiscalizar as contas.

Observamos, a seguir, uma cortesia positiva da candidata ao falar de projetos educacionais:

Dilma 3/B1 - “Eu nunca fiz isso na minha vida. Queria dizer que, no caso da inflação, eu tenho certeza que a inflação no Brasil está sob controle”.

A atenuação se torna evidente pela locução verbal “queria dizer” (verbo no pretérito imperfeito + verbo infinitivo), considerada uma forma cortde dirigir-se ao outro. Haveria outras maneiras menos polidas de dizer o mesmo, como por exemplo, “eu quero saber”, “eu exijo que você diga”, etc. Mas, observemos que a estratégia utilizada vem acompanhada de duas expressões enfáticas: antecedida da negativa “Eu nunca fiz isso...” e seguida da expressão “eu tenho certeza”. Isso nos leva a crer que a cortesia é usada apenas para reforçar a fala posterior da própria candidata, tentando, de forma implícita, convencer o eleitor de que a inflação está controlada no país. O enunciado seguinte está relacionado aos programas educacionais do governo petista:

Dilma 4/B1- “Mas, eu gostaria muito de saber por que vocês sempre torceram contra este que é um dos programas mais importantes hoje, porque garante acesso democrático”.

No excerto extraído da discussão sobre programas e financiamentos educacionais como o PROUNI – Programa Universidade para Todos, o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil e os Programas Ciências sem Fronteiras e Escolas Técnicas Federais, a candidata defende a Educação como prioridade de seu governo. Mostra-se indignada com a oposição que, segundo ela, se manifesta sempre contrariamente a seus projetos, especialmente ao PROUNI. Justifica-se, assim, o uso da conjunção adversativa “mas”, seguida da construção modal “eu gostaria muito de saber”, por meio da qual, Dilma Rousseff mitiga a crítica ao PSDB. Certamente o faz para mostrar-se cortês diante do público.

Observe-se que, apesar da modalidade verbal que atenua o enunciado, aparece em seguida o advérbio “muito”, um intensificador que acentua a provocação ao candidato oponente. Outro dado importante é que a candidata se dirige ao codebatedor, por meio de um questionamento indireto que equivale a uma pergunta retórica, pois na verdade, ela já sabe a resposta. Atos desta natureza, no debate político, costumam ser interpretados como irônicos, portanto, não cortesês ou até descortesês.

O enunciado seguinte refere-se à discussão sobre o nepotismo, outro assunto que polemizou os debates políticos presidenciais de 2014:

Dilma 5/B1 – “Candidato, eu nunca nomeei parentes para o meu governo, eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa. Responda candidato”.

Para defender-se de uma acusação feita pelo adversário político, Dilma Rousseff faz uso do advérbio *nunca* e, na sequência, apela novamente à cortesia positiva utilizando o verbo gostar no futuro do pretérito, juntamente como o infinitivo do verbo saber: “eu gostaria de saber”. Trata-se de uma formulação indireta que seria cortês se o enunciado não fosse complementado com uma imposição (verbo no imperativo, 3ª pessoa): “Responda candidato”. A pergunta indireta “eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa”, permite inferir que a candidata admite já ter feito o que acaba de negar. Estratégia semelhante seguida de uma ameaça à face positiva do candidato adversário é utilizada no bloco II:

Dilma 6/B2 – “[...] candidato, eu queria te dizer uma coisa: o único governo que fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens foi o meu, nos últimos anos”.

Ao atribuir a seu próprio governo o mérito de ter sido o “único” a contemplar os jovens com uma política nacional de combate à violência, a candidata petista despreza a máxima da modéstia (LEECH, 1983), o que resulta numa provocação ao seu oponente que já ocupou cargos políticos em governos anteriores pelo PSDB.

Dilma Rousseff se utiliza também da cortesia aparente ao responder a interpelação feita pelo candidato adversário sobre a questão da segurança pública e o combate à violência e às drogas:

Dilma 7/B2 – “[...] talvez o senhor não saiba, porque o senhor está um pouco afastado disso, tem hoje, candidato, uma experiência comum dos doze estados da Federação pra além das divergências políticas no sentido de fato de construir no Brasil um aparato de combate ao crime organizado, de combate às drogas, e de combate à violência. Isso passa, necessariamente, por essa relação integrada, candidato, entre as Forças Armadas e as Polícias e o senhor também, candidato”.

No início, o enunciado pode ser percebido como proteção à imagem do adversário dado o uso de modalizadores (os advérbios *talvez* e *um pouco*). Todavia, o trecho grifado indica certa provocação ao candidato Aécio, pois se insinua que este desconhece a realidade do país no que tange a projetos em desenvolvimento. O tom irônico da candidata (percebido pelo vídeo) comprova a ameaça ao candidato adversário.

A tensão entre os candidatos se intensifica no terceiro bloco, o que diminui ainda mais a ocorrência de manifestações de cortesia. Identificamos, por parte da candidata Dilma Rousseff, no bloco III, apenas duas manifestações aparentemente corteses:

Dilma 8/B3 – “Candidato, eu queria saber, o que senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e se todo cidadão que for acionado, que for solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga?”.

Dilma 9/B3 – “Nós, candidato, temos de provar o que somos, exercemos atividade pública, nós temos de provar, candidato, que nós estamos além da suspeita. Então, o senhor me desculpa. O senhor, nem eu, nem o senhor estamos além da suspeita”.

Analisando os excertos acima sem atentar para o contexto geral do debate, especialmente do bloco em discussão, o enunciado (Dilma 8/B3) poderia ser considerado cortês, não somente pelo uso do verbo no futuro do pretérito (eu queria saber), mas também, pelo fato de a candidata solicitar a opinião do seu adversário em relação à Lei Seca. Porém, quem assistiu ao debate sabe perfeitamente que, mais uma vez, não se trata de um simples pedido de opinião, mas sim, de uma interpelação, um “ataque” à imagem do candidato Aécio que, em algum momento de sua vida, havia desrespeitado a referida Lei. A resposta de Aécio Neves à indagação (já mencionada na subseção anterior) admitindo o erro do qual já havia se arrependido, comprova a ameaça: “Eu tive um episódio que parei numa Lei Seca porque minha carteira estava vencida e ali, naquele momento, inadvertidamente não fiz o exame e me desculpei, me arrependi disso”. Ora, quando há ameaça à face do outro, não há cortesia. Ao contrário, admitindo a falha e pedindo desculpas diante do público e dos telespectadores, o enunciador colocou em risco o seu território, ou seja, a sua face negativa.

Atentemos ao enunciado (Dilma 9/B3) em que aparece um elemento atenuador “o senhor me desculpa”, dirigido ao candidato oposto. Essa manifestação também poderia ser percebida como cortês, pois um pedido de desculpas ameaça a própria face negativa do enunciador. Porém, no presente contexto, evidencia-se o uso do pronome “nós” inclusivo, fechando com uma frase que pesa sobre ambos os candidatos: “nem eu, nem o senhor estamos além da suspeita”. Isso revela que o pedido da presidenciável não foi efetuado no sentido de

desculpar-se, mas certamente para chamar a atenção do candidato Aécio à suposta igualdade de condições, na intenção de partilhar a culpa a ela atribuída.

Nas considerações finais do terceiro bloco (final do debate) a candidata Dilma Rousseff se expressa informalmente em relação ao SBT e ao público. A cortesia aparece nos agradecimentos e, especialmente, no uso do verbo e do pronome em segunda pessoa: “queria te dizer”.

Dilma 11/B 3 – “Olha, eu queria te dizer em primeiro lugar, viu, que eu agradeço ao SBT, agradeço ao candidato, e agradeço a todos que nos assistiram hoje”.

Agradecer aos interlocutores e aos organizadores do debate é uma atitude prevista pelo próprio programa, mas a forma de fazê-lo é de responsabilidade dos debatedores. A cortesia demonstrada em relação ao SBT e ao público não se estende ao candidato adversário, a quem o agradecimento é feito em terceira pessoa, “agradeço ao candidato”, evidenciando novamente o desejo de distanciamento.

Finalizando esta subseção, enfatizamos que certas marcas linguísticas como “eu gostaria de dizer”, “eu queria dizer”, “eu gostaria muito de saber”, “eu queria te dizer uma coisa”, “talvez o senhor não saiba” e “o senhor me desculpa” demonstram o desejo da candidata em criar uma autoimagem favorável, pois, os atenuantes têm a função de mitigar as ameaças que venham a ser feitas na sequência. De acordo com Albelda Marco e Briz (2010, p. 246-247), a formulação indireta de pedidos por meio de locuções verbais – como constatamos no exemplo “eu gostaria muito de saber” (futuro do pretérito + infinitivo) e em vários outros –, dá ao interlocutor as pistas para que este deduza o que a candidata pretende.

4. 4.3 Manifestações de cortesia negativa e cortesia negativa aparente

Passamos à segunda etapa da análise que contempla o nosso terceiro objetivo específico: descrever em sua forma e interpretar em sua função manifestações de cortesia negativa. Seguimos aqui a mesma metodologia adotada acima, por entendermos que não há como separar a análise da cortesia e da cortesia aparente.

Observando as mesmas estratégias estabelecidas pelos autores Albelda Marco e Briz (2010) já comentadas no capítulo II, buscamos identificar, nesta subseção, manifestações de cortesia negativa e, também, as manifestações de cortesia negativa aparente. Ambas invadem o território do candidato adversário, mas que parecem ser corteses. Resumidamente, os procedimentos mencionados pelos autores acima citados são: indeterminar a quantidade ou a

qualidade do dito; utilizar expressões de dúvida ou incerteza; desfocalizar os sujeitos da enunciação; utilizar expressões que restringem a opinião ou pedido ao próprio enunciador; justificar-se ou explicar-se ao outro; pedir desculpas ou reformular o dito para restaurar o equilíbrio da interação; praticar ações concessivas para lidar com desacordos e discrepâncias; compartilhar a responsabilidade do que foi dito ou proposto pelo interlocutor e/ou, formular pedidos de forma indireta ao interlocutor, utilizando-se de recursos linguísticos como verbos no modo imperativo ou no futuro do pretérito do indicativo. Tais procedimentos mitigam danos nas interações face a face e consistem, portanto, em *'polir'* ou tornar menos ofensivas *as ameaças (FTAs)* que os interlocutores cometem durante as trocas verbais. A atenuação faz parte do trabalho da face, denominado *face-work* (GOFFMAN, 1967).

Em virtude da baixa incidência de cortesia negativa durante o debate em análise, decidimos tecer apenas um breve comentário sobre algumas ocorrências identificadas nos discursos de ambos os candidatos, seguindo-se a sequência numérica das análises anteriores:

Aécio 19 /B2 – “Pra mim, não importa de qual partido seja o denunciado, a investigação tem que ir a fundo, e, pela primeira vez, pelo menos, há algo positivo aqui. A senhora, (risos) pela primeira vez, dá credibilidade às denúncias do senhor Paulo Roberto”.

Dilma 12/B2 - “Candidato, eu acho que o senhor está usando números incorretos”.

Aécio 20 /B2 - “Candidata, o que me parece e talvez pode parecer ao telespectador é que nós temos aqui dois candidatos de oposição. Porque a senhora se dispõe a fazer tudo o que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi Presidente e os outros oito anos em que teve um papel de destaque no governo do seu antecessor”.

Dilma 13 /B3 – “Candidato, eu queria saber, o que senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e se todo cidadão que for acionado, que for solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga?”.

Nas transcrições acima identificamos a estratégia referente a “implicações do interlocutor no enunciado do falante” (ALBELDA MARCO E BRIZ, 2010), posta em prática pela candidata Dilma no enunciado (Dilma 13 /B3). Ao solicitar a opinião do codebatedor Aécio “o que senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca” – assunto já comentado em subseções anteriores –, a candidata parece tentar aproximar-se de seu interlocutor. Contudo, pela ironia observada em tal manifestação, o enunciado resulta em provocação, ou seja, a cortesia negativa passa a ser apenas aparente, transformando-se num FTA. O mesmo ocorre nos demais enunciados acima (Aécio 19 /B2; Dilma 12/B2; Aécio 20 /B2) em que identificamos “expressões de restrição na opinião ou pedido”. Os falsos atenuadores como: “pra mim não importa”, “eu acho”, “o que me parece” e “talvez”, se

analisados apenas linguisticamente e fora de contexto, poderiam ser percebidos como manifestações de cortesia negativa, mas não o são, se levadas em conta as circunstâncias em que foram utilizadas. Quanto ao enunciado (Aécio 19/B2), o candidato utiliza o termo “pela primeira vez”, o que agrava a acusação, pois nos leva a inferir que a candidata já deveria ter tomado uma atitude antes, ou, pelo menos, ter admitido a denúncia em relação ao político mencionado numa discussão sobre a campanha eleitoral anterior. O presidenciável cobra de sua adversária uma atitude, no sentido de punir o tesoureiro do PT e de investigar outras irregularidades da referida campanha política.

Observemos também o início do enunciado (Aécio 20 /B2): “[...] o que me parece e talvez pode parecer ao telespectador”. Até aqui, o enunciado aponta para a cortesia negativa, tanto pela restrição de opinião como pelas modalizações “me parece” e “pode parecer”. Porém, temos, na sequência, uma ameaça à face de Dilma, ou seja, a candidata é cobrada por não ter realizado em 12 anos – como ministra e depois, como Presidente –, o que promete fazer nos quatro anos seguintes, se eleita.

4.4.4 Outras reflexões sobre as manifestações de cortesia e cortesia aparente

Antes de passarmos para a categoria seguinte, *as manifestações de não cortesia*, seguem alguns comentários relativos aos fatos observados até aqui. No decorrer do debate em análise, o tratamento *senhor/senhora* aparece intercalado com outras formas de tratamento. Merecem interpretação, à parte, os tratamentos nominativos nos enunciados (Aécio 1/B1, Aécio 2/B1e Dilma 5/B1). Nos referidos enunciados percebemos que tanto Aécio Neves quanto Dilma Rousseff alternam as formas nominativas, no decorrer do primeiro bloco do debate. Isso acontece à medida em que mudam os assuntos em pauta e aumenta o confronto entre os candidatos. No início se cumprimentam em 3ª pessoa: “cumprimento a candidata”; “cumprimento o candidato”, depois se tratam por *senhor/senhora, candidato/candidata* (2ª pessoa) e há momentos em que acrescentam ao termo candidato/candidata o próprio nome do adversário, intensificando o distanciamento entre os interlocutores.

Notamos também que, algumas vezes, os interlocutores retribuem o tratamento que lhes é dado pelo alocutário direto. Exemplificamos com a interpelação que o candidato do PSDB faz à sua adversária sobre os desvios financeiros na Petrobrás: “Eu pergunto à senhora, candidata [...]”, ao qual a adversária responde: “Candidato Aécio Neves [...]”. Nesse caso, Aécio se dirige à Dilma de maneira formal e respeitosa “senhora”, mas em tom de cobrança. Percebendo a ameaça, Dilma responde a provocação com o vocativo personalizado:

“candidato Aécio Neves”. Ambas as manifestações não podem ser consideradas corteses pelos seguintes motivos: o candidato parece utilizar-se do vocativo para chamar a atenção da adversária, no sentido de mostrar a sua insatisfação em relação à interpelação feita por ele; a candidata, por sua vez, menciona o nome completo do adversário, o que pode ser interpretado, no contexto em questão, como um desejo de distanciamento do interlocutor.

Nos enunciados analisados nesta seção, a cortesia é praticamente inexistente, com pequenas exceções por parte da candidata Dilma em seu pronunciamento inicial. Algumas das ocorrências analisadas seriam avaliadas por Kerbrat-Orecchioni (2014) como procedimentos de “polirruidez”, mas considerados eminentemente “políticos”, por atacar o adversário sem, no entanto, chocar o público eleitor. Há, portanto, nas manifestações desta natureza, uma combinação de cortesia e descortesia. Esta última se concretiza quando os candidatos utilizam formas corteses com intenções contrárias, ou seja, buscando a desarmonia na interação. Para isso, os candidatos lançam mão de diferentes estratégias, sendo que, nos enunciados de Aécio Neves, prevalecem os procedimentos irônicos e as constantes acusações relativas ao desempenho da candidata adversária no cargo ocupado até a sua candidatura à reeleição.

A ironia é também utilizada por Dilma Rousseff, porém, com menos frequência. A candidata, por algumas vezes, se utiliza de recursos atenuadores como advérbios e, especialmente, verbos no pretérito imperfeito do indicativo “eu gostaria”, “o senhor poderia”, revelando-se um pouco mais cortês que o seu contendor. Contudo, essa estratégia deixa de ser eficiente diante da insistência da candidata em apontar as falhas de Aécio. Ambos os candidatos tentam construir uma autoimagem positiva, o que é natural em campanhas eleitorais, mas colocam em risco a própria face ao deixar de apresentar um plano de governo consistente, crítica bastante recorrente na mídia após os primeiros debates.

Por fim, etiquetamos a maioria dos exemplos apresentados, nesta seção, como atos politicamente corretos e não como manifestações corteses, uma vez que não há claras intenções de elogiar ou de valorizar o interlocutor, mas de amenizar a agressividade do discurso.

Assim, a cortesia aparente é utilizada como estratégia para otimizar a própria imagem dos enunciadores, podendo transformar-se em severas agressões. Por essa razão, alguns dos enunciados aqui analisados serão retomados nas análises da não cortesia e da descortesia.

4.5 MANIFESTAÇÕES DE NÃO CORTESIA

Nesta etapa da análise transcrevemos e analisamos os atos discursivos identificados como não corteses, que se situam entre a cortesia e a descortesia. Incluem-se nesta categoria as manifestações neutras, isto é, que não contêm marcas linguísticas de cortesia/descortesia e são consideradas políticas, lícitas e apropriadas ao contexto do debate por permanecerem no âmbito do permitido neste tipo de interação. A *não cortesia* a que nos referimos equivale, portanto, ao que Bernal (2007) denomina *descortesia normativa*.

É oportuno lembrar também que, se no debate político os comportamentos não corteses são bastante comuns entre os debatedores, mas não o são em relação ao público. Este, ao contrário, é tratado com a maior cortesia possível e, muitas vezes, os candidatos tentam evitar comportamentos mais grosseiros (FTAs) contra seus adversários, justamente com o objetivo de preservar a autoimagem diante dos telespectadores.

Portanto, na análise que segue, tratamos das manifestações “*descorteses*” permitidas em determinados contextos como o debate político eleitoral.

4.5.1 Manifestações de *não cortesia* nos enunciados de Aécio Neves

Seguindo a mesma ordem e sequência numérica da análise anterior, iniciamos esta subseção com algumas *acusações de negligência e corrupção* lançadas por Aécio Neves à candidata adversária e ao partido que ela representa:

Aécio 21/B1 - “A senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem a menor responsabilidade sobre isso. Eu pergunto à senhora, candidata, de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás?”.

Aécio 22/B1 - “Eu digo à senhora, onde estão os corruptos do seu partido? Presos, candidata, o Presidente do seu partido foi preso, o tesoureiro do seu partido foi preso, o Ministro mais importante do seu governo foi preso”.

Aécio 23/B1 - “A senhora fala em flexibilizar o currículo do ensino médio, depois de doze anos de governo, e por que não fizeram antes?”.

Aécio 24/B2 - “[...] por que que o seu partido esta semana impediu que o senhor Vaccari (batendo no painel) fosse à CPI depor? Nós convocamos, o seu partido, o PT e alguns aliados impediram que ele fosse lá explicar o que foi feito com esse recurso, e vou lhe dizer mais, candidata, ele ainda é o tesoureiro do seu partido e ele é responsável por transferir recursos para a sua campanha. Terá sido por isso que ele não foi afastado? Porque pelo menos quatro milhões de reais foram transferidos com a assinatura do senhor Vaccari, nesta campanha eleitoral, para sua conta de campanha. De onde veio esse recurso, candidata?”.

Aécio 25/B2 - “[...] A senhora, (risos) pela primeira vez, dá credibilidade às denúncias do senhor Paulo Roberto. É esse que disse que 2%, 2% de todas as obras sob sua responsabilidade iam para o seu partido, candidata, iam para o tesoureiro do seu partido. E o que que a senhora fez durante esse período? Nada? A senhora tomou alguma providência, pediu o afastamento do tesoureiro do seu partido, candidata? Não. As denúncias que surgem aí são denúncias construídas a partir daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminosa atuando no seio da nossa maior empresa”.

Aécio 26/B2 - “[...] seu discurso não tem conexão com a sua prática. O seu governo impediu o quanto pôde que a CPI da Petrobrás e depois a CPMI fossem instaladas, e depois que foi instalada porque eu fui, ao lado de vários outros Senadores do Supremo Tribunal Federal para garantir o seu funcionamento, vocês tentaram fraudar a CPMI, funcionários do seu governo, do Palácio do Planalto, foram lá dar o gabarito, as respostas às perguntas que a sua base faria a essas pessoas”.

Aécio 27/B2 – “A senhora volta sempre no passado. Onde é que estavam, nesses doze anos, essas denúncias? Por que que vocês não tomaram, vou repetir mais uma vez, as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos, candidata? De duas uma, ou não existia nada relevante em relação a essas denúncias ou então o seu governo prevaricou, não tem uma terceira alternativa”.

Aécio 28/B3 – “Aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil, dos brasileiros que nos ouvem? Quem ligar a televisão desavisadamente vai achar que a candidata quer disputar o governo de Minas ou a Prefeitura de Belo Horizonte. Diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, candidata Dilma?”.

Aécio 29/B3 – “O seu governo, candidata, tá vivendo seus estertores porque ninguém aguenta mais tanta corrupção, tanta incompetência e tanto descaso para com os problemas reais das pessoas”.

Aécio 30/ B3 – “Candidata Dilma Rousseff, [...] A senhora, no último debate do primeiro turno, disse textualmente o seguinte; vou abrir aspas para a senhora: "Não acredito que tenha alguém acima da corrupção", fecho aspas. E depois continuou, abro aspas pra senhora: "Todo mundo pode cometer corrupção", fecho aspas. Será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros, candidata? Honestidade? Responsabilidade para com nossos atos e daqueles que nós nomeamos é algo essencial pra quem quer fazer vida pública, candidata”.

Aécio 31/ B3 – “A senhora terceiriza sempre as responsabilidades [...]”.

Nas doze citações acima, predomina o tema “corrupção na Petrobrás” e o recurso discursivo mais utilizado por Aécio Neves é a pergunta retórica (enunciados 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28 e 30). Essa é uma ferramenta associada à ironia e que, especialmente no debate político, pode levar o candidato oponente à autodestruição do *éthos* enunciatário (MUECKE, 1995). No entanto, apesar de estarmos cientes desse fato, optamos por não lançá-los todos na “conta” da descortesia, por entendermos que, ao fazer a pergunta retórica, o enunciador evita atos descorteses explícitos. Estes sim, não seriam lícitos no debate político.

Há de se considerar, no entanto, que, ao lançar mão da pergunta retórica, o candidato Aécio insinua algo que pode comprometer a adversária. Ao contrário do que ocorre quando as perguntas são realizadas, de fato, no sentido de sanar uma dúvida ou de obter uma informação, a retórica já traz a resposta, sem dar ao outro a possibilidade imediata de contestar. Muitas vezes os próprios eleitores já têm conhecimento do assunto ou, pelo menos, conseguem deduzir o porquê do questionamento e percebem a provocação irônica. Brown e Levinson (1987) apontam para a ambiguidade deste recurso que ameaça a imagem do interlocutor e pode beneficiar duplamente o enunciador, que passa a ser visto como um sujeito diplomático e não impositivo, portanto, cortês.

No exemplo (Aécio 21/B1) a pergunta é feita diretamente à adversária: “Eu pergunto à senhora, candidata, de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás?” Em seguida, o turno passa para a adversária que se obriga a dar uma resposta e devolve a provocação com uma série de perguntas retóricas, acusando o partido tucano de corrupção em diversos setores.

Dilma questiona, também, a falta de transparência do PSDB nos cargos públicos: “Não há transparência, não há informação. Essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir”. É exatamente para a característica de ambiguidade da pergunta retórica que alertam Brown e Levinson. Assim que se sentiu pressionada a dar uma resposta convincente, a enunciatária tentou persuadir os eleitores, jogando a responsabilidade sobre a oposição, na tentativa de proteger a própria imagem. Com reações desse tipo, o dano passa a atingir o próprio enunciador, mas convém lembrar que nem sempre ocorre desta forma. Há situações em que o candidato oponente perde o equilíbrio ao defender-se, enuncia o que não gostaria de ter enunciado e, com tal desequilíbrio, compromete a sua própria imagem.

É importante lembrar que, nas trélicas, as perguntas retóricas se tornam ainda mais ameaçadoras, uma vez que o candidato adversário não tem direito à resposta. Assim, a pergunta soa como um convite à reflexão, instigando o eleitor a fazer julgamentos negativos sobre o candidato concorrente.

Quando o assunto é o escândalo na Petrobrás, tema predominante nos debates da campanha eleitoral de 2014, especialmente nos de segundo turno, o candidato da oposição não poupa críticas e acusações no sentido de evidenciar, ao público eleitor, a fragilidade da adversária e de seu governo. Por várias vezes, acusa de negligência a candidata e seu partido: “A senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem a menor responsabilidade sobre isso”, “depois de doze anos de governo, e por que que não fizeram antes?”, “A senhora terceiriza

sempre as responsabilidades (...)", "ninguém aguenta mais tanta corrupção, tanta incompetência e tanto descaso", "Por que que vocês não tomaram, vou repetir mais uma vez, as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos, candidata?"

Tais críticas e acusações desqualificam o governo petista liderado, até então, por Dilma Rousseff, candidata à reeleição. Contudo, o que mais pesa é o verbo "prevaricar" utilizado pelo candidato do PSDB: "não existia nada relevante em relação a essas denúncias ou então o seu governo prevaricou, não tem uma terceira alternativa". O referido verbo utilizado no pretérito perfeito do modo indicativo possui vários significados. No contexto a que se refere esta análise, o candidato o utilizou no sentido de cometer abuso de poder, provocando injustiças ou causando prejuízo ao Estado ou a outrem. No entanto, trata-se de um vocábulo que significa também, *adultério*, que remete à traição. Entendemos, assim, que a acusação é intensificada pelo "peso" da palavra.

No modelo de análise de Blas Arroyo (2001), o tipo de procedimento que acabamos de mencionar se classificaria como "descortesia direta", pois se associa diretamente à enunciatória, com intenções e propósitos negativos. A mesma avaliação é feita em relação às acusações de incompetência, de negligência ou falta de responsabilidade, frequentemente identificadas nos enunciados já analisados nesta tese.

No excerto (Aécio 24/B2) a candidata adversária é acusada de, juntamente com seu partido, ter impedido um ato que poderia esclarecer parte do desvio de recursos da Petrobrás "por que que o seu partido esta semana impediu que o senhor Vaccari fosse à CPI depor?" Ao fazer o pronunciamento, o candidato tucano bate com a mão no painel, demonstrando impaciência e intensificando o desejo de uma explicação, e, em seguida, complementa: "e vou lhe dizer mais, candidata, ele ainda é o tesoureiro do seu partido e ele é responsável por transferir recursos para a sua campanha. Terá sido por isso que ele não foi afastado?". A última pergunta compromete ainda mais a face da adversária, uma vez que contém uma nova acusação, além da negligência, ou seja, o PT, representado por Dilma Rousseff, é indiretamente acusado de proteger o seu tesoureiro, tornando-se um possível cúmplice deste. A ameaça é considerada indireta porque é feita por meio de uma pergunta, uma insinuação, e não por uma afirmação. É por esse motivo que não a categorizamos como uma descortesia. Lembramos que o tesoureiro do PT, Vaccari Neto, foi mencionado quatro vezes nos enunciados transcritos. Ele acabou sendo preso em abril de 2015 em uma das operações "Lava Jato".

Entendemos que Aécio deixou de ser cortês também, ao dirigir-se à candidata Dilma de forma autoritária: "e vou lhe dizer mais" (24/B2), "Eu digo à senhora (22/B1), "Eu

pergunto à senhora, candidata (21/B1) e (28/ B3) “Diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, candidata Dilma?”. Ademais de utilizar-se dos vocativos “candidata” e “senhora”, o candidato do PSDB mencionou, no enunciado (Aécio 30/ B3), o nome e o sobrenome da candidata, no intuito de chamar a sua atenção: “Candidata Dilma Rousseff, [...] A senhora, no último debate [...]”. Com tal atitude, Aécio se manifesta menos cortês, pois intensifica o desejo de distanciamento da interlocutora, para, em seguida, trazer à tona uma afirmação que a própria candidata teria feito no último debate do primeiro turno daquele pleito eleitoral: “Não acredito que tenha alguém acima da corrupção” e “Todo mundo pode cometer corrupção”.

Ora, a citação é um potente recurso persuasivo e no caso citado, o enunciador se utiliza de citações da própria adversária, potencializando a crítica, sempre no intuito de desconstruir a imagem da candidata. Logo após repetir as afirmações de Dilma, Aécio lança um questionamento irônico: “Será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros, candidata? Honestidade?” Com essas interpelações, o candidato do PSDB insinua, diante dos telespectadores, que a candidata adversária teria sido desonesta no cargo de Presidente da república. Sabemos que a desonestidade é um dos piores defeitos que um governante pode apresentar e que, portanto, esse tipo de ataques gera efeitos negativos que conduzem à perda da credibilidade de Dilma Rousseff.

Certamente foi este o objetivo do candidato Aécio que, imediatamente, complementa o enunciado anterior, chamando a atenção da adversária sobre o que normalmente se espera de um representante do governo: “Responsabilidade para com nossos atos e daqueles que nós nomeamos é algo essencial pra quem quer fazer vida pública, candidata”. O uso do pronome de tratamento “nós”, na forma inclusiva, permite ao presidenciável aproximar-se mais do público, colocando-se no mesmo patamar. Assim, dá a entender ao eleitor que se ele estivesse no referido cargo, agiria de forma diferente, em defesa do povo brasileiro. Desqualificando a candidata adversária, tenta convencer os telespectadores de que ela não seria merecedora do voto dos cidadãos, uma vez que não teria competência para continuar no cargo. Em contrapartida, o candidato da oposição investe em sua auto credibilidade.

O presidenciável faz também uma série de cobranças diretas à sua concorrente e ao seu governo que teria sido conduzido por “promessas vazias”. Sabemos que este tipo de cobrança, especialmente durante uma campanha eleitoral, é outro recurso usado pelo candidato no sentido de comprometer a face da adversária, pois compromete a sua credibilidade. Se a candidata ameaçada encontrasse fortes argumentos para comprovar o

contrário, a ameaça seria amenizada. Mesmo assim, o eleitor se sentiria instigado a investigar e refletir sobre os fatos relatados. Seguem, portanto, mais algumas das acusações deste tipo:

Aécio 32/B2 - “A senhora falou do programa "Crack, é possível vencer". Por que, candidata, que depois de quatro anos, apenas 40% do programa foi executado? O seu governo não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão”.

Aécio 33/B2 - “E eu fico me perguntando quando vou à sua cidade, quando vou à Porto Alegre, por exemplo, onde é que está o metrô anunciado no seu programa de governo? Quando vou à minha Belo Horizonte, onde está o metrô que aparece lá como obra do seu governo? Quando vou, por exemplo, a Cuiabá, quando vamos a Curitiba, onde estão essas obras, candidata?”.

Aécio 34/B2 - “Onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras, candidata? A Polícia Federal tem o menor orçamento de investimento dos últimos cinco anos. A Polícia Rodoviária Federal que nós temos que fortalecer também tá sucateada. As Forças Armadas não têm tido atenção do seu governo. A senhora prometeu, há quatro anos, quatro VANTs para cuidar das nossas fronteiras, os veículos aéreos não tripulados, apenas dois foram colocados em funcionamento, candidata”.

Aécio 35/B2 - “A transposição do São Francisco, onde é que está essa obra, candidata? Parada e com sobrepreço. A Transnordestina, parada e com sobrepreço, essa infelizmente é a marca do seu governo, obras anunciadas e que não terminam nunca”.

Aécio 36/B3 - “Onde estão os 800 aeroportos regionais que a senhora prometeu construir, candidata? Em lugar algum, porque o seu governo é o governo das promessas vazias, candidata. A senhora é que deixa o Brasil sem resposta”.

Na sequência de enunciados acima (32 a 36), o candidato Aécio exige da adversária Dilma uma explicação sobre o não cumprimento de algumas importantes obras, dentre as quais, os inúmeros metrôs em diferentes estados, a transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e os aeroportos prometidos.

Além disso, o candidato tucano interpela a candidata sobre a falta de investimentos na segurança pública, o não cumprimento do programa "Crack, é possível vencer" (Aécio 32/B2) e a ausência de políticas de controle das fronteiras brasileiras. Todas essas interpelações resultam em críticas e advertências que representam ameaças à face de Dilma, fragilizando a sua posição como candidata que pleiteia a reeleição. Seu governo é classificado como um “governo de promessas vazias” que deixa o país “sem resposta” (Aécio 36/B3).

Outros enunciados a serem apresentados na sequência, revelam ataques mais diretos à adversária e certamente seriam percebidos como descorteses se não tivessem sido produzidos em um contexto interacional político:

Aécio 37 /B1 - “[...] o que a senhora pretende fazer, já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer? Vamos elevar o nível do debate”.

Aécio 38/B1 - “De que forma, candidata, a senhora pretende ser mais solidária, permitir que o governo federal apoie os estados e municípios no enfrentamento da criminalidade? Vamos elevar o nível do debate, candidata”.

Aécio 39/B2 - “Candidata, assuma a responsabilidade do governo que não investiu em segurança pública”.

Aécio 40/B3 - “O que a senhora vai fazer candidata? Nada? Não vai acontecer nada? É tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo? É muito grave o que está acontecendo no Brasil”.

Aécio 41/B3 - Candidata, a senhora foge sempre da disputa e do debate. A senhora não tem o quê mostrar mais ao Brasil”.

Nos enunciados não corteses (37 a 41) destaca-se a desqualificação da candidata como governante após quatro anos no cargo de Presidente. As críticas são veementes tentando convencer os eleitores de que Dilma Rousseff pouco ou nada fez pelo país e que, portanto, nada faria se continuasse na presidência, pois sequer apresenta um plano de governo que possa melhorar a vida dos cidadãos brasileiros. Expressões como: “Vamos elevar o nível do debate” (Aécio 37 /B1); “Vamos elevar o nível do debate, candidata” (Aécio 37/B1); “assuma a responsabilidade” (Aécio 39 /B2); “a senhora caminha para perder essas eleições pela incapacidade que demonstrou” (Aécio 40/B3) e “É muito grave o que está acontecendo no Brasil” (Aécio 40/B3); “A senhora não tem o quê mostrar mais ao Brasil” (Aécio 41/B3) são, além de fortes críticas à oposição, estratégias de construção da autoimagem do candidato tucano que, de forma implícita, faz um cotejo apontando falhas no desempenho da concorrente. Em contrapartida, Aécio tenta mostrar aos eleitores/telespectadores uma imagem de homem público educado e correto, que respeita as normas do debate. Mostra-se também sensível e responsável, um candidato que conhece as dificuldades do país e tem capacidade para solucioná-las, e, dessa forma, melhorar as condições dos brasileiros.

Observe-se que as provocações e críticas do candidato do PSDB não se direcionam somente à sua adversária, mas também ao partido político que esta representa, um partido que está à frente do Governo e que, segundo se pode inferir dos enunciados acima, deveria assumir a responsabilidade de manter a ordem do país e atender às necessidades dos cidadãos.

4.5.2 Manifestações de não cortesia nos enunciados de Dilma Rousseff

Os excertos a seguir, extraídos do discurso da candidata petista, seguem a ordem numérica das manifestações de cortesia aparente apresentadas anteriormente, aplicando-se os mesmos critérios de análise.

Dilma 14/ B1 – “A polícia federal investigou e vai punir implacavelmente porque construiu provas, passou para o Ministério Público. E agora, candidato, a Justiça vai julgar, e isso significará que o Brasil, pela primeira vez, vai ter de fato o combate sistemático à corrupção”.

Dilma 15/ B1 – “Candidato, eu nunca nomeei parentes para o meu governo, eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa”.

Dilma 16/ B1 – “Não houve nenhuma acusação contra a ex-ministra chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, que não seja uma similar a sua, sabe qual? Emprego de parente, ou seja, nepotismo. O senhor empregou um irmão, um tio, três primas e três primos. É disso que se trata, candidato. Eu nunca fiz isso na minha vida. [...]”.

Os enunciados (14, 15 e 16) são construídos em defesa às acusações feitas pelo candidato tucano. Ao mesmo tempo em que Dilma Rousseff tenta responder aos questionamentos e justificar algumas atitudes do seu governo, a candidata aponta irregularidades nas atitudes de Aécio Neves como político filiado ao PSDB. No enunciado (14/B1) Dilma defende-se das acusações relacionadas ao desvio de recursos da Petrobrás e provoca seu adversário ao dizer que, pela primeira vez, o Brasil “[...] vai ter de fato o combate sistemático à corrupção”. A ameaça consiste na inferência de que, os que estavam no poder antes do Partido dos Trabalhadores assumirem a presidência, nunca haviam sido investigados e, portanto, poderiam aparecer fatos até então ocultos que certamente incriminariam os “tucanos”. O enunciado (15/B1), já comentado na seção das manifestações aparentemente corteses, indica certa contradição da candidata que, ao negar a acusação, questiona o concorrente “eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa”. É possível que a candidata tenha se expressado erroneamente, contudo, pode-se inferir de “a mesma coisa”, que ela admite o erro.

Assim, o que acabamos de comentar acima se enquadra na *estratégia da denegação* (CHARAUDEAU, 2013, p.108), pois o ato de negar a sua implicação ou a de seus colaboradores quando existe alguma responsabilidade no ato do qual o sujeito é acusado também equivale à mentira. Nesse sentido, Charaudeau (2013, p. 109) explica que há, no discurso político, uma mescla entre “uma verdade das aparências, encenada pelo discurso, e uma verdade das ações, empregada pelas decisões”, o que possibilita as ações no espaço público.

No enunciado (16/B1), ao defender a ex-ministra chefe da Casa Civil, a candidata Dilma acusa explicitamente o seu adversário Aécio de ter praticado o nepotismo. A petista não fica somente nas acusações, mas aproveita a oportunidade para tentar desfazer “o dano” causado pelo seu adversário quando este a acusou, indiretamente, de ter sido desonesta. Tenta, desta forma, recuperar a confiança dos eleitores, para que voltem a acreditar na sua honestidade no cargo de Presidente da República: “Eu nunca fiz isso na minha vida”.

Notemos que, no enunciado seguinte, Dilma acusa o tucano de negligência enquanto este esteve no poder.

Dilma 17/B1 – “Candidato, é interessante o senhor fazer a pergunta "por que que não fizeram antes?". Se o senhor gosta tanto dos nossos programas sociais, por que o senhor não os fez antes, quando podia, porque era governo, porque o senhor estava sim nas escolas técnicas federais, o senhor era líder do governo quando foi aprovado”.

A estratégia linguístico-discursiva utilizada nesse enunciado é a ironia: “Se o senhor gosta tanto dos nossos programas sociais, por que o senhor não os fez antes, quando podia, porque era governo...”. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006) este recurso funciona como um *tropo ilocutório* que acontece pela inversão dos valores semânticos e pragmáticos. Enfatizamos que as manifestações irônicas costumam ser classificadas como descorteses, contudo, no tipo de evento discursivo que analisamos, são geralmente consideradas lícitas.

Quando o foco do debate é projetado para a Copa do mundo e à volta da inflação, dois assuntos em evidência durante a campanha política presidencial, a candidata Dilma faz a sua defesa:

Dilma 18/ B1 – “Existe hoje uma tentativa de criar um clima de "quanto pior melhor". Esta tentativa, candidato, de criar um clima de quanto pior melhor, vocês fizeram na copa, dizendo que não ia ter copa, que não ia ter condições, o Brasil não tinha aeroportos, portos, enfim, o Brasil não estava preparado. E ficou claro que o Brasil, fora de campo, estava muito bem preparado. Os aeroportos funcionaram, a segurança funcionou. No caso da inflação, é o mesmo. Nós temos tido, candidato, dois choques de ofertas. Um e o outro por conta da seca, essa mesma seca, candidato, que hoje está colocando São Paulo numa situação insustentável (...). O que que não é passageiro, candidato? Quando o senhor não planeja, o senhor não investe e você condena uma cidade do porte de São Paulo à mais terrível falta de água. Nós sabemos, candidato, que a gestão da água ela afeta ao governo do Estado, então tem responsáveis, candidato”.

Nesse enunciado, a candidata Dilma tenta inverter uma situação desfavorável ao seu *éthos* de credibilidade, pois a expectativa negativa diante da realização da Copa do mundo, de fato, existiu. Sobre a volta da inflação, especialmente no setor energético, a presidenciável utiliza como justificativa a estiagem. Este mesmo argumento é utilizado para justificar a crise

de água na cidade de São Paulo. Contudo, a candidata se contradiz logo em seguida, ao transferir tal responsabilidade ao PSDB que governa o Estado de São Paulo: “Nós sabemos, candidato, que a gestão da água, ela afeta ao governo do Estado, então tem responsáveis, candidato”.

No excerto seguinte, identificamos uma nova acusação ao candidato adversário:

Dilma 19/ B3 – “Candidato, eu me pergunto e me pergunto mesmo: Como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui, e numa questão tão delicada como a Saúde e a Educação, no Brasil, o senhor se furtar a explicar por que o senhor teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão, e de repente, o site do Tribunal de Contas do Estado saiu do ar”.

Pelo grau da acusação, o excerto (Dilma 19/B3) poderia ser percebido como descortês, pois coloca em xeque a idoneidade moral do candidato tucano. Porém, não o classificamos dessa forma, devido ao atenuante “se furtar a explicar”. Seria descortês se o questionamento tivesse sido feito de forma direta, utilizando, por exemplo, os verbos “ocultar”, “enganar” ou “mentir”, no lugar de “se furtar a explicar”. Outro fator que nos levou a classificar o enunciado (Dilma 19/B3) na categoria da não cortesia foi a reação do candidato oponente, que respondeu de forma aparentemente tranquila, apontando uma série de características positivas de Minas Gerais, Estado que governou. Também sugeriu que a adversária se informasse mais a respeito da decisão do Tribunal de Contas da União “para não repetir o que o seu marqueteiro escreve pra a senhora”. Para reforçar a argumentação de defesa, Aécio Neves traz a público a decisão do TCU a respeito do período a que se referia a candidata: “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010, do então governador Aécio Neves, tiveram pareceres por aprovação, por unanimidade do Tribunal de Contas”. Embora o candidato tenha demonstrado sua indignação defendendo-se das acusações, ele não utiliza expressões linguísticas ofensivas (descortesias) para fazer a sua defesa, mas aponta argumentos que possam reverter os efeitos causados no público eleitor pelo enunciado citado (Dilma 19/B3). Ao citar a decisão do TCU, o candidato investe num argumento convincente, pois não é ele (o acusado) que diz, mas sim, um órgão respeitado do governo, o Tribunal de Contas. Assim, pode-se dizer que não houve perda de equilíbrio na resposta de Aécio Neves, nem marcas linguísticas que poderiam ser percebidas como descortesias dentro do contexto que analisamos.

4.6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DE DESCORTESIA (positiva, negativa e indireta)

Nesta seção são descritas e interpretadas as manifestações percebidas como descortesias no debate em análise. Em termos gerais, classificamos como *descortesia* os insultos, ofensas, acusações, desqualificações e outras manifestações, explícitas ou implícitas, que ultrapassam as fronteiras do permitido e do esperado no âmbito das relações entre pessoas civilizadas e educadas, previstas no contrato comunicativo do evento em questão. Na orientação de Blas Arroyo (2001), os enunciados apresentados nesta seção são marcados e avaliados como não políticos, por se revelarem ilícitos e inapropriados sob o ponto de vista social, considerando-se o contrato comunicacional estabelecido entre os interlocutores. Como já foi explicitado no capítulo da metodologia, tais atos são percebidos como descortesias tanto pelo destinador quanto pelos destinatários.

Seguindo a ordem de apresentação dos dados que adotamos desde o início da análise, apresentaremos, inicialmente, os enunciados referentes aos FTAs indicadores de descortesia resultantes da enunciação de Aécio Neves e, posteriormente, os FTAs desse mesmo tipo registrados nos enunciados da candidata Dilma Rousseff.

As etapas anteriores da análise ocorreram sob a perspectiva teórica de Kerbrat-Orechioni (2006; 2014). Como a autora não classifica os tipos de descortesia, buscamos outros teóricos para esta última parte da análise. Tomamos como parâmetro as orientações de Culpeper (1996) e Blas Arroyo (2001). Relevante é, também, o ensaio publicado por Karlberg Hauge (2013) em que a autora analisa, de forma contrastiva, a descortesia nos debates políticos eleitorais televisivos na Suécia e na Espanha.

Os pesquisadores Blas Arroyo (2001) e Bernal (2007) divergem de Culpeper (1996) quanto à classificação dos atos que ridicularizam e depreciam o enunciatário. Enquanto aqueles incluem as manifestações do tipo citado na categoria da descortesia *positiva*, Culpeper prefere lançá-las na categoria da descortesia *negativa*, em que o alvo é o território do interlocutor. É certo que humilhar e ridicularizar o outro fere a integridade moral do interlocutor, contudo, por tratar-se de um debate político, preferimos optar, neste aspecto da análise, pelas orientações de Blas Arroyo (2001) e Bernal (2007), para quem a desqualificação, a acusação e o insulto são computados na categoria de *descortesia positiva*. Entendemos por *descortesia positiva* os atos enunciativos que colocam em risco uma característica essencial para os candidatos – a sua idoneidade moral –, sobretudo quando almejam conduzir uma nação. São considerados, portanto, como FTAs dessa natureza, os

enunciados irônicos, os enfrentamentos, as refutações, as acusações de mentira, de fraude, de corrupção e de desrespeito; as desqualificações por fracasso, incompetência e irresponsabilidade. O nosso posicionamento quanto à inserção de tais atos na categoria em questão se deve, principalmente, ao fato de entendermos que o objetivo maior dos candidatos numa campanha política eleitoral é preservar a imagem positiva.

De acordo ao nosso modelo de análise (quadro 7), separamos as manifestações descorteses em três categorias: *descortesia positiva*, *descortesia negativa* e *descortesia indireta*. Tais categorias foram subdivididas e explicitadas com base na natureza das estratégias descorteses utilizadas pelos presidenciáveis.

Observamos, no *corpus* em análise, que as provocações aos candidatos adversários são feitas, em grande escala, por meio de acusações, desqualificações e, mais raramente, por insultos. Os FTAs aqui transcritos e analisados representam fortes ameaças à imagem positiva dos candidatos, por colocar em xeque a sua idoneidade moral, característica essencial para qualquer candidato a ocupar um cargo público, sobretudo, aos que almejam conduzir uma nação. Os enunciados que contêm *desqualificação*, *acusação* e *insultos* são reproduzidos de acordo com as seguintes variantes: a) *mentira, fraude, corrupção e desrespeito*; b) *fracasso, incompetência, irresponsabilidade*; c) *ironia, enfrentamentos e refutações*. Seguindo a sequência anteriormente anunciada, analisamos primeiramente os atos descorteses positivos do candidato Aécio.

4.6.1 Manifestações de *descortesia positiva* de Aécio Neves

a) *mentira, fraude, corrupção e desrespeito*:

Nesta subcategoria apresentamos enunciados em que Aécio Neves acusa a adversária de mentir e de cometer fraude e corrupção. Dentre as acusações consideradas ofensivas e prejudiciais para a imagem positiva da candidata oponente, identificamos os seguintes enunciados:

Aécio 42/B1: “[...] a senhora está desrespeitando o estado de Minas Gerais com as acusações absurdas, com as mentiras a todo dia charcadas (...) nas redes, anonimamente, candidata. A senhora, infelizmente, tem permitido ao Brasil ver a mais baixa campanha da sua história democrática, a partir da primeira eleição que tivemos, de Fernando Collor”.

Aécio 43/B1: “Candidata, a senhora está mentindo para o Brasil, nepotismo é proibido por lei, não existe, não existe candidata, parentes trabalhando no governo”.

Aécio 44/B1: “Mas não adianta você mascarar a realidade, candidata, hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e das brasileiras, porque o seu governo foi leniente com ela”.

Aécio 45/B2: “As denúncias que surgem aí são denúncias construídas a partir daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminoso atuando no seio da nossa maior empresa. Foram doze anos, candidata, doze anos em que os cofres da Petrobrás foram assaltados e esse dinheiro distribuído”.

Aécio 46/B2: “[...] vocês demonizaram durante mais de dez anos as parcerias com o setor privado, e isso fez com que tudo atrasasse no Brasil”.

Aécio 47/B3: “ Não é possível que a senhora queira aqui fazer a mais baixa das campanhas eleitorais até aqui. Não é possível, candidata, que esse mar de lama em que se transformaram as redes, onde a senhora ofende a mim, onde sua campanha ofende a minha família, a senhora está ofendendo a todos os brasileiros que querem mudança, candidata”.

Aécio 48/B3: “ Mentir, candidata, e insinuar ofensas como essa não é digno de qualquer cidadão, mas é indigno por uma Presidente da República, candidata, a sua campanha é a campanha da mentira. A senhora mentiu dizendo e postou um vídeo que eu havia votado contra o salário mínimo de 545 reais, cortou o vídeo na sequência quando mostrava que nós votamos a favor do salário mínimo de 600 reais para fraudar uma informação. A senhora, no seu Twitter, candidata, disse que Minas Gerais teve a menor redução da taxa de mortalidade infantil do Brasil. Mentiu, candidata. Minas Gerais, no meu tempo de governo, foi o estado que mais reduziu a mortalidade, entre todos os estados do Sudeste, do Sul, e do Centro-Oeste, candidata. A senhora disse, no último debate, que construiu três milhões, 750 mil casas. A senhora mentiu, a senhora construiu metade disso, candidata”.

Aécio 49/B1: “Eu vou novamente nessa questão, da verdade e da mentira. (...) A senhora prefere a campanha da mentira, e é essa questão que eu lhe faço agora. A senhora chegou ao cúmulo de mandar a sua equipe de filmagem, filmar uma escola, a escola Barão de Macaúbas, em Belo Horizonte num domingo, no dia 12 de outubro, quando ninguém estava lá, para mostrar que a obra estava parada e que a escola não funcionava. A senhora fraudou a informação, candidata. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte, a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros e por isso precisa mentir tanto, o tempo inteiro, candidata?” (...) a senhora conhece Igor Rousseff, seu irmão candidata, eu não queria chegar a esse ponto. O seu irmão foi nomeado pelo prefeito Fernando Pimentel no dia 20 de setembro de 2003, e nunca apareceu para trabalhar, candidata. Essa é a grande verdade[...]”.

Aécio 50/B3: Candidata, a senhora tem ofendido Minas Gerais todos os instantes e em todos os debates”.

Aécio 51/B3: “ É muito triste ver uma Presidente da República mentindo. O aeroporto de Cláudio, candidata, a senhora está cansada de saber disso, foi construído numa área desapropriada pelo estado para beneficiar uma região que cresce economicamente”.

Sabemos que o processo de categorização emerge da própria interação verbal. Um fator importante na análise da descortesia, segundo Culpeper (2011), é perceber quando a manifestação entra em conflito com as expectativas do tipo de interação. A reação do interlocutor é apontada pelo autor como fator importante na classificação dos atos que são, de fato, descorteses. Culpeper tem mudado sua noção de descortesia por perceber que o contexto,

as reações dos interlocutores e o contrato comunicativo são determinantes na percepção dos FTAs. Assim, passou a dar mais ênfase ao contexto comunicativo, e aos demais fatores pouco valorizados anteriormente.

Os atos de acusação e os insultos frequentemente se confundem. Por essa razão, optamos por mesclar a análise das variantes (mentira, fraude e corrupção), atos descorteses mais diretos que “caminham” para o insulto⁴⁵. Ao ser acusado, criticado, ridicularizado, ignorado ou depreciado, o enunciário se sente provocado ou instigado a reagir e a defender-se. Isso aumenta o risco de “perder” a face, pois está na mira do telespectador, futuro eleitor. Para desfazer ou minimizar a ameaça, a resposta deve ser coerente, precisa e equilibrada. Ainda assim, torna-se muito difícil o candidato ofendido convencer o eleitor de sua inocência.

Nos enunciados (42 a 51), a acusação que prevalece e que, certamente ataca mais diretamente a imagem positiva da candidata Dilma, é a da mentira, com onze ocorrências registradas, variando as formas de dizer: “mentira, mentiu, mentindo”. O mesmo tipo de acusação aparece também na forma indireta, quando o candidato tucano se vale da expressão “mascarar a realidade”: “Mas, não adianta você mascarar a realidade, candidata” (Aécio 44/B1). A realidade a que se refere o candidato é a inflação, tema retomado em uma das réplicas, após ser provocado pela candidata Dilma em relação à falta de água em São Paulo: “Nós sabemos, candidato, que a gestão da água, ela afeta ao governo do Estado, então tem responsáveis, candidato”. A crítica foi feita ao PSDB, partido responsável pelo Estado de São Paulo no período crítico da falta de água. Aécio sentiu a provocação e, em troca, voltou a falar sobre a “inflação”, alvo de muitas críticas direcionadas ao governo de Dilma Rousseff, durante o período da campanha eleitoral.

Ora, “mascarar” significa esconder algo, isto é, ocultar a verdade. Isso demonstra que a acusação poderia ter sido mais direta, e é bem provável que o candidato tucano deixou de fazê-lo para preservar a autoimagem, mas não para poupar a imagem da candidata adversária. Contudo, por se tratar de uma tréplica, o ataque se torna mais potente, uma vez que não é dada à candidata adversária uma nova oportunidade de defesa.

O candidato utiliza também o recurso da intensificação em alguns dos enunciados acima: “Mentir, candidata, e insinuar ofensas como essa não é digno de qualquer cidadão, mas é indigno por uma Presidente da República, candidata, a sua campanha é a campanha da mentira” (Aécio -48/B3). Dizer em público que a adversária mente ou que ela está mentindo

⁴⁵ Entendemos por insulto os atos linguístico-discursivos que ofendem gravemente o candidato adversário.

já é, por si só, um ataque direto à imagem positiva de Dilma, colocando em risco a sua credibilidade diante dos eleitores. A acusação é intensificada com a afirmação “mas é indigno por uma Presidente da República, candidata”. Apesar de ocuparem os mesmos papéis temáticos no debate, Aécio só enfatiza o cargo ocupado por Dilma quando se trata de atingi-la e desqualificá-la como governante da nação.

O tucano utiliza-se também do advérbio *muito*, para intensificar a acusação da mentira: “É muito triste ver uma Presidente da República mentindo” (51/B3). No mesmo enunciado em que o tema da discussão é a construção do aeroporto de Cláudio que, segundo a candidata, teria sido construído de forma ilegal por Aécio, este se justifica tentando fragilizar a argumentação da adversária. O presidenciável, dirigindo-se aos eleitores, diz que a candidata sabia muito bem as razões que o levaram à construção da obra naquele local: “a senhora está cansada de saber disso, foi construído numa área desapropriada pelo estado para beneficiar uma região que cresce economicamente”. A defesa da candidata é feita de forma agressiva, na réplica: “O senhor deve sim explicação. O senhor deve explicação porque o senhor construiu um aeroporto dentro de uma propriedade, expropriou um pedaço, mas construiu, e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave, a chave estava guardada com um parente seu” (Dilma/B3). A reação da candidata confirma o efeito de descortesia provocado pelo candidato oponente.

Outros intensificadores são utilizados pelo candidato do PSDB no enunciado (49/B1): “[...] a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros e por isso precisa mentir tanto, o tempo inteiro, candidata”? A candidata petista é acusada também de ofender, insinuar ofensas e manipular informações. Uma das mais fortes acusações está no mesmo enunciado: “A senhora chegou ao cúmulo [...]. A senhora fraudou a informação, candidata”. Essas acusações se referem a atos que a candidata teria praticado, durante a própria campanha eleitoral, no intuito de prejudicar o candidato tucano. Ainda no enunciado (49/B1) aparece outra grave acusação contra a candidata Dilma: “O seu irmão foi nomeado pelo prefeito Fernando Pimentel no dia 20 de setembro de 2003, e nunca apareceu para trabalhar, candidata”. Além de argumentar com data precisa, Aécio reforça a acusação: “Essa é a grande verdade [...]”.

Além de ser acusada de mentira, fraude e corrupção, recai sobre a candidata a acusação de desrespeito ao povo brasileiro, por ter sido protagonista da “mais baixa campanha da sua história democrática, a partir da primeira eleição que tivemos, de Fernando Collor” (42/B1). O enunciado (47/B3) reforça a crítica: “Não é possível que a senhora queira aqui fazer a mais baixa das campanhas eleitorais até aqui”. As expressões: “não é possível”, “

mar de lama” e “demonizaram” tornam ainda mais agressivos os ataques de Aécio à candidata Dilma.

O candidato do PSDB traz também para o debate outra grave acusação que fere a face positiva da adversária. Insinua que a candidata estaria envolvida em uma “organização criminosa” que teria atuado na Petrobrás durante os doze anos do governo petista, período em que “[...] os cofres da Petrobrás foram assaltados e esse dinheiro distribuído” (45/B2).

b) fracasso, incompetência e irresponsabilidade:

Nos próximos exemplos, a estratégia predominante utilizada por Aécio Neves é a desqualificação. A candidata Dilma é avaliada, negativamente, pelo candidato adversário, por ter se esquivado de importantes responsabilidades enquanto Presidente da República e por não ter dado conta das tarefas no referido cargo. Por essas e por outras razões, teria fracassado como governante.

Aécio 52/B1: “[...] a senhora foi conivente ou a senhora foi incompetente para cuidar da maior empresa pública brasileira”.

Aécio 53/B1: “[...] o seu governo e sua história passará para a história como um descompromisso com a ética, com desvios em todas as partes [...]”.

Aécio 54/B1: “Portanto, entenda bem a lei, a senhora não a leu direito, candidata”.

Aécio 55/B1: “[...] o ciclo de governo que aí está não tem mais condições de governar o Brasil”.

Aécio 56/B2: “Então fracassou candidata, porque 56 mil pessoas estão morrendo assassinadas a cada ano no Brasil”.

Aécio 57/B3: “O seu governo fracassou e a senhora caminha para perder essas eleições pela incapacidade que demonstrou inclusive, de respeitar os seus adversários, candidata.”

Aécio 58/B3: “A senhora parece que não foi Presidente da República, candidata”.

Nos sete enunciados acima (52 a 58), extraídos dos três blocos do debate, evidencia-se a intenção de desconstruir a imagem positiva da candidata, desqualificando-a, por meio de argumentos que reforcem a sua incapacidade administrativa. As críticas se tornam mais ofensivas se levarmos em conta que o cargo disputado é justamente aquele que a candidata Dilma está ocupando até o momento. Ora, se a experiência de quatro anos de governo fracassou por incompetência e irresponsabilidade administrativa, conforme afirma o candidato da oposição, é bem provável que os eleitores fiquem em dúvida em depositar ou não um voto

de confiança na candidata, a não ser que esta consiga, em enunciação posterior, contra argumentar satisfatoriamente, invalidando, pelo menos em parte, as críticas recebidas.

c) Ironia, enfrentamentos e refutações:

Seguem, inicialmente, alguns enunciados irônicos de Aécio Neves identificados nos diferentes blocos do debate. Críticas como essas potencializam a desconstrução da imagem da candidata petista e desqualificam a sua atuação político-administrativa, colocando novamente em xeque a sua credibilidade para com os eleitores brasileiros.

Aécio 59/B1: “A senhora permitiu ser sucedida na Casa Civil da presidência da República, o cargo que a senhora gosta de dizer que é o mais importante depois da presidência da pública, pela sua diletta e próxima amiga e braço direito que foi ali fazer negócios, e, por isso, foi demitida, candidata”.

Aécio 60/B3: “[...] a não ser que a senhora queira no futuro, talvez desempregada, a partir de primeiro de janeiro, ser candidata ao governo de Minas, aí a senhora terá tempo para discutir Minas Gerais”.

Aécio 61/B3: “A senhora, infelizmente, por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas, foi ungida Presidente da República por um Presidente muito popular, acha que é dona da verdade. Não é, candidata”.

Aécio 62/ B1: “E se quiser gastar um tempo lendo a decisão do Tribunal de Contas, para não repetir que o seu marqueteiro escreve pra a senhora, a senhora lerá o seguinte: abro aspas, “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010, do então governador Aécio Neves, tiveram pareceres por aprovação, por unanimidade do Tribunal de Contas, candidata”.

Nos enunciados (59 a 62), ao mesmo tempo em que Aécio provoca a candidata oponente, tenta proteger sua própria face. Sublinhamos que a ironia é uma estratégia bastante utilizada no discurso político, dada a possibilidade de o enunciador emitir a crítica de forma indireta. Mas, como já posto anteriormente, quando os eleitores percebem a ironia, o enunciador também corre o risco de perder a face.

Como enfrentamentos e refutações classificamos os comportamentos movidos pela hostilidade, rivalidade, competição e pelo desafio ao candidato oponente. Convém esclarecer a diferença entre os verbos “refutar” e “enfrentar”, a fim de entendermos melhor a categorização dos enunciados. De acordo com o dicionário *on-line* Aurélio, o primeiro verbo significa “dizer em contrário; desmentir; desaprovar; contestar”, enquanto que o segundo está no sentido de “defrontar; confrontar; atacar de frente”. Considerando os significados, o enfrentamento nos parece ser mais agressivo ou mais direto que a refutação. Mas, não

podemos deixar de observar a maneira de dizer e a forma pela qual o interlocutor recebe esses “ataques”.

Seguem alguns enunciados em que o candidato do PSDB coteja ações pessoais ou do seu governo, em oposição a ações desenvolvidas com menos desempenho ou que deixaram de ser realizadas pela candidata adversária, enquanto Presidente da República.

Aécio 63/B1: “A senhora disse, no último debate, que construiu três milhões, 750 mil casas. A senhora mentiu, a senhora construiu metade disso, candidata”.

Aécio 64/B3: “[...] abro aspas: “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010, do então governador Aécio Neves, tiveram pareceres por aprovação, por unanimidade do Tribunal de Contas, candidata”.

Aécio 65/B3: “Eu respeito a sua história. Eu não a desrespeito, candidata. Agora, peço que respeite a minha”.

Aécio 66/B1: “[...] não existe, não existe candidata, parentes trabalhando no governo”.

No excerto (Aécio 64/B3), em que se discutem os pareceres do Tribunal de Contas referentes ao período em que o candidato governou o Estado mineiro, aparece uma citação retirada do próprio parecer do TCE, que reforça o confronto do candidato: “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010, do então governador Aécio Neves, tiveram pareceres por aprovação, por unanimidade do Tribunal de Contas”. No enunciado (Aécio 65/B3), o candidato se projeta como um político que costuma respeitar a história da adversária, enquanto esta é acusada de não fazer o mesmo.

Já o enunciado (Aécio 66/B1), extraído de uma tréplica do candidato, é percebido como refutação, pois o candidato nega categoricamente uma informação dada, anteriormente, pela candidata adversária, a de que havia parentes de Aécio trabalhando no governo de Aécio. no governo de Minas Gerais enquanto ele era governador daquele Estado.

Encerramos esta subseção com dois enunciados em que o candidato tucano critica a adversária petista, menosprezando a inteligência e o conhecimento da candidata. Dizer que a adversária desconhece a realidade do Estado que ela mais diz apreciar, é, sem dúvida, um enfrentamento.

Classificamos, na mesma variante, o enunciado (Aécio 68/B1) em que o candidato afronta a adversária, ao dizer que esta não “leu direito” a lei em discussão:

Aécio 67/B3: “A senhora não tem conhecimento do que aconteceu no nosso Estado”.

Aécio 68/B1: “Portanto, entenda bem a lei, a senhora não a leu direito, candidata”.

Este último enunciado já foi enquadrado, também, em subseção anterior, em que tratamos dos atos de incompetência administrativa (Aécio 54/B1).

4.6.2 Manifestações de *descortesia positiva* de Dilma Rousseff

Da mesma forma como procedemos na apresentação, interpretação e análise das manifestações descorteses positivas de Aécio Neves, o fazemos, nesta subseção, com os atos dessa natureza pronunciados por Dilma Rousseff, durante os três blocos do debate. Iniciamos, portanto, com os enunciados por meio dos quais a candidata *desqualifica, acusa e insulta* o candidato adversário. As variantes com maior incidência nos enunciados da candidata foram: a) *mentira, fraude e corrupção*; b) *ignorância* e c) *ironia, enfrentamentos e refutações*.

a) *mentira, fraude e corrupção*:

Dilma 20/B1: “O nepotismo, candidato, é uma decisão do Supremo Tribunal Federal”. Toda a sociedade brasileira sabe que dentro do Governo Federal e dentro do Governo do Estado de Minas não pode ter um irmão, uma irmã, um tio, três primos e três primas”.

Dilma 21/B1: “Candidato, é estarrecedor que o senhor acha, que o senhor ache, aliás, que essas pessoas que não foram condenadas em nenhum desses processos que eu falei, elas o foram porque eram inocentes. Não foram condenadas porque não foram investigadas. É diferente. Vocês têm uma praxe, vocês engavetam, escondem debaixo do tapete, vocês chegaram a transferir, no caso da “pasta rosa”, um delegado de um determinado lugar para outro”.

Dilma 22/B1: “Qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação”.

Dilma 23/B1: “[...] onde estão os corruptos da compra de votos pra reeleição? Todos soltos. Onde estão os corruptos do metrô de São Paulo, e dos trens? Todos soltos. Onde estão os corruptos da “pasta rosa”? Todos soltos. Onde estão os corruptos do processo Sivan? Todos soltos. Onde estão os corruptos da “privataria tucana”? Aquela do limite da irresponsabilidade. Todos soltos.

Dilma 24/B2: “O senhor não pode apontar o dedo só pra um partido, aponte pra todos os partidos, candidato. Vocês nunca deixaram investigar”.

Dilma 25/B3: “[...] quando a gente verifica que o PSDB recebeu propina para esvaziar uma CPI, o que que importa, candidato? Importa investigar”.

Dilma 26/B3: “Candidato, acho aqui, quem mente é o senhor, e acho que essa história da escola de Macaúbas é uma dedução do senhor que o senhor tenta atribuir a mim. Agora, candidato, eu quero dizer o seguinte, acredito que se o senhor tiver o mínimo de discernimento, o senhor vai reconhecer que, apesar do que o senhor disse, o seu governo não gastou nem em Educação, nem em Saúde o que era o correto e o necessário. O senhor atribui a outros que mudaram o cálculo, não incluíram o que devia ser incluído. A verdade, candidato, é que somado, subtraído e dividido, o governo do senhor deixou de investir 7,8 milhões, bilhões, desculpa, bilhões na Saúde, e 8 bilhões na Educação. O senhor, o senhor diz que não é assim, mas esse, candidato, é um cálculo claro e bem feito sobre o Governo do Estado de Minas

Gerais. O senhor se furta a responder isso. Vocês foram obrigados a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta [...]”.

Dilma 27/B3: “O senhor diz que se te atacar está atacando Minas. Essa é uma mentira, candidato, mentira porque Minas Gerais não é o senhor. O senhor é um dos mineiros”.

Na sequência de enunciados (20 a 27), as acusações que prevalecem estão relacionadas à corrupção. O candidato do PSDB é acusado pela candidata Dilma de ser corrupto por diferentes motivos: por empregar parentes enquanto governador de Minas Gerais, por engavetar ou ocultar informações importantes, por receber propina e, principalmente, por não punir políticos “corruptos” do seu partido.

Observem-se também no excerto (Dilma 21/B1), dois intensificadores: “Candidato, é estarrecedor [...] que o senhor ache”. Os marcadores destacados demonstram a indignação da candidata. Quando ela diz: “que o senhor ache”, dá a entender que ninguém mais, somente o candidato pensa daquela forma.

Outro intensificador pode ser identificado no enunciado (Dilma 23/B1) quando a candidata fala da “privataria Tucana”, “aquela do limite da irresponsabilidade”. É importante lembrar que a maioria das acusações citadas nos enunciados (20 a 27) são efetuadas por meio da pergunta retórica, percebida como ironia, estratégia (c) desta subseção. Ao apontar o dedo em direção ao candidato adversário, Dilma intensifica a ameaça já considerada descortês no enunciado linguístico (Dilma 24/B2).

Responsabilizando o candidato da oposição por ocultar irregularidades de seus partidários, a candidata dá a entender que seu adversário teria permitido a compra de votos na eleição anterior e teria compactuado com desvios de recursos destinados a importantes obras de mobilidade urbana. Não seria, portanto, um cidadão confiável para governar o país.

Nos enunciados (24, 25 e 26), o candidato é acusado de mentir, de manipular palavras e de atribuir à Dilma e a partidários dela a responsabilidade de atos ilícitos como, por exemplo, o da escola Macaúba – que, segundo a candidata Dilma, teriam sido praticados por ele ou por outros políticos do PSDB.

No enunciado (Dilma 25/B3), em que acusa o PSDB de ter recebido propina para esvaziar uma CPI, a candidata se revela bastante irritada com uma das provocações de Aécio já mencionada na subseção em que tratávamos dos atos de descortesia do candidato Tucano: “a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros e por isso precisa mentir tanto, o tempo inteiro, candidata?”. Se houve, como é bem provável, intenção de irritar a candidata adversária e fazer com que ela se desequilibrasse na interação, Aécio parece ter conseguido alcançar seu objetivo. Não podemos esquecer, no entanto, que a resposta da candidata

também pode ter contribuído para a desconstrução da imagem do candidato oponente. Em contrapartida, a candidata petista constrói seu *éthos* de credibilidade, rotulando-se como uma governante que age de forma correta, pois investiga para provar e punir os culpados.

b) ignorância:

Dilma 28/B2: “O senhor tá mal informado, candidato. O governo federal gastou 17 bilhões e 700 milhões em Segurança, nos últimos quatro anos”.

Dilma 29/B2: “Eu acredito que você, de fato, não tenha muito conhecimento, porque você não sabe onde tá o metrô, e o metrô está sendo (Aécio fala baixinho: ninguém sabe onde está o metrô) formatado pelo aliado seu, o prefeito. (...) o senhor tá confundindo todas as obras, aliás eu acho que deliberadamente”.

Dilma 30/B3: “Então, candidato, não dá pro senhor não assumir a responsabilidade também pelos seus atos. (...) foram as provas que vocês levaram, e ocultações que vocês fizeram que impedem uma investigação maior [...].

As críticas ao candidato Aécio referentes à suposta irresponsabilidade e falta de conhecimento estão sendo analisadas em conjunto, uma vez que são poucos os enunciados identificados no *corpus* da pesquisa. Ambas corroboram para a desconstrução da imagem positiva do candidato oponente. No enunciado (30/B3) a candidata é menos direta, pois poderia ter dito “assuma a responsabilidade pelos seus atos”, ao invés de dizer “[...] não dá pro senhor não assumir a responsabilidade também pelos seus atos”. Mesmo assim, a manifestação se caracteriza como descortesia, em função da gravidade das acusações no enunciado como um todo.

c) Ironia, enfrentamentos e refutações:

Ao contrário do que pudemos constatar na análise dos enunciados do candidato Aécio Neves, a candidata Dilma recorre poucas vezes à estratégia da ironia em seu discurso no debate. Prefere as refutações e alguns enfrentamentos, o que pode ser comprovado pelo quantitativo de excertos em cada variante. Exemplificamos com os enunciados (31, 32 e 33) extraídos dos blocos II e III.

Dilma 31/B2: “[...] candidato, era bom o senhor passear um pouco pelo Brasil e ver que tem metrô sendo construído ali no Rio de Janeiro, pelo prefeito, pelo governador Pezão, tem metrô construído lá no Ceará, em Fortaleza [...]”.

Dilma 32/B2: “[...] talvez o senhor não saiba, porque o senhor está um pouco afastado disso, tem hoje, candidato, uma experiência comum dos doze estados da Federação para além das divergências políticas no sentido de fato de construir no Brasil um aparato de combate ao

crime organizado, de combate às drogas, e de combate à violência. Isso passa necessariamente por essa relação integrada, candidato, entre as Forças Armadas e as Polícias e o senhor também, candidato”.

Dilma 33/B3: “Acredito, candidato, que ninguém pode, sem sofrer as consequências, dirigir nem drogado, nem bêbado”.

Novamente chamamos a atenção sobre a ambiguidade dos enunciados irônicos, pois permitem dizer o que se pretende dizer sem, no entanto, enunciá-lo de forma direta e explícita. Assim, é possível ameaçar a face do interlocutor, preservando-se a própria face. Dilma prefere a refutação e o enfrentamento, e estes às vezes se confundem, pois ao mesmo tempo em que a candidata faz o cotejo das ações realizadas por ela e pelo seu adversário político ou pelos partidos aos quais estes estão vinculados, Dilma refuta informações dadas pelo candidato Aécio. Seguem, abaixo, os enunciados que indicam *enfrentamento*:

Dilma 34/B1: “Essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir.(...) eu tenho um compromisso diferente. O meu compromisso é investigar e punir. Aqueles governos que não investigam, não acham, candidato”.

Dilma 35/B1: “Candidato, de emprego vocês não podem falar. Vocês nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados, a segunda maior quantidade de desempregados, só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim, candidato. Agora, eu queria dizer pro senhor: eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor, que é desempregar, arrochar o salário e não investir”.

Dilma 36/B1: “Nós temos uma taxa de 4,2% de gastos com pessoal em relação ao PIB. Vocês deixaram com 4,8”.

Dilma 37/B1: “Candidato, ao contrário de vocês, nós fazemos concurso. Ao contrário de vocês, nós não nomeamos sem concurso. O que nós conseguimos, candidato, é que de cada quatro funcionários públicos que têm cargo de comissão, três sejam cargos de funcionários públicos de carreira”.

Dilma 38/B2: “É investigando todos, candidato, implacavelmente, e não como vocês faziam”.

Dilma 39/B2: “[...] quando eu digo que um determinado programa está acontecendo, o senhor fala, não, eu vou fazer e vou fazer melhor. Ora, candidato, vocês nunca quando puderam o fizeram. Vocês fizeram Bolsa Família de cinco milhões. Nós fazemos de 50 milhões, candidato”.

Dilma 40/B2: “tem metrô sendo construído por todo o Brasil pela primeira vez, candidato, porque enquanto vocês foram governo, jamais investiram em mobilidade urbana”.

Dilma 41/B2: “Candidato, o senhor falou que vocês fizeram pra 20 milhões de pessoas o bolsa família? Candidato, pensa bem no que o senhor está falando. Vocês nunca fizeram Bolsa Família para cinco milhões de famílias, não fizeram, candidato, vocês não fizeram. Vocês nunca chegaram a 20 milhões de pessoas atendidas no Brasil”.

Dilma 42/B2: “Candidato, no que se refere ao, a todos os processos de morte de jovens, nós temos tido um empenho imenso. E este empenho, candidato, é maior que foi o empenho do senhor no seu os jovens. [...] Modificamos a prática sistemática, que era de estar ausente. O governo federal ausente do confronto e do combate. Hoje, candidato, eu acredito que só com essas polícias articuladas nós venceremos o crime”.

Dilma 43/B2: E agora, candidato, a Justiça vai julgar, e isso significará que o Brasil, pela primeira vez, vai ter de fato o combate sistemático à corrupção.

Os enunciados (34 a 43) construídos sob a estratégia do enfrentamento colocam em evidência as diferenças que, segundo a candidata Dilma, existem entre ela e o seu partido em relação ao candidato de oposição e seus partidários. Para ressaltar essas diferenças, a candidata petista apela a obras realizadas e a atitudes tomadas desde que assumiu o cargo presidencial, na gestão de 2012 a 2014. Algumas dessas ações se referem, também, a períodos anteriores em que o PT já estava no poder.

A seguir, apresentamos os atos descorteses categorizados como refutações, isto é, manifestações em que a candidata Dilma discorda explicitamente do candidato adversário, desaprovando ou contestando seus atos.

Dilma 44/ B2: “Eu discordo do senhor, acho que as obras não estão paradas, candidato, (...) o senhor tem de se informar melhor, as obras estão andando”.

Dilma 45/ B2: “Vocês foram contra, é claro, ao PROUNI, foram contra também às escolas técnicas federais. Mas, eu gostaria muito de saber por que vocês sempre torceram contra este que é um dos programas mais importantes hoje, porque garante acesso democrático”.

Dilma 46/B3: “O senhor não é Minas Gerais, candidato. Eu nasci em Minas. Aliás, antes do senhor, se é por isso, nasci bem antes do senhor. O seu governo não gastou nem em Educação, nem em Saúde o que era o correto e o necessário. O senhor atribui a outros que mudaram o cálculo, não incluíram o que devia ser incluído. A verdade, candidato, é que somado, subtraído e dividido, o governo do senhor deixou de investir 7,8 milhões, bilhões, desculpa, bilhões na Saúde, e 8 bilhões na Educação. O senhor, o senhor diz que não é assim, mas esse, candidato, é um cálculo claro e bem feito sobre o Governo do Estado de Minas Gerais”.

No discurso de Dilma Rousseff, identificamos apenas essas três ocorrências de descortesia positiva pelo uso da subestratégia de refutação e percebemos que o grau de descortesia é menos acentuado que em alguns enunciados já analisados nas subseções anteriores. Dos três enunciados transcritos, o que demonstra ser o mais descortês é o último (Dilma/46/B3) em que a candidata se revela bastante irritada com as afirmações feitas pelo candidato adversário em relação ao Estado mineiro. Parte deste enunciado já fora analisada ao tratarmos das acusações de mentira, fraude e corrupção.

Serão apresentados, a seguir, os enunciados em que os candidatos articulam ameaças contra a face negativa de cada candidato.

4. 6.3 Enunciados de *descortesia negativa* de Aécio Neves

Destacamos, dentre as estratégias utilizadas para ameaçar ou destruir a imagem negativa dos candidatos, as variantes que seguem: a) *ordens e advertências*; b) *propostas e conselhos*; c) *cobranças diretas* (por falta de propostas e por promessas não cumpridas).

a) *Ordens e advertências*:

Entendemos por “ordens” os atos de determinação de autoridade, os mandados, as imposições. São, portanto, as manifestações em que o candidato tenta se mostrar superior a sua adversária. Como advertência, identificamos os atos em que o candidato tucano chama a atenção da adversária no sentido de adverti-la, censurá-la, reprová-la, ou recriminá-la, evidenciando que não está de acordo com algumas atitudes dela.

Aécio 69/B1: “Mas eu quero que a senhora responda à minha pergunta de agora, de quem é a responsabilidade sobre esses desvios de recursos na Petrobras que não cessam nunca?”.

Aécio 70/B1: “[...] pare de ofender Minas Gerais, candidata”.

Aécio 71/B1: “Não me meça com sua régua”.

Aécio 72/B1: “Eu não estou repetindo as outras denúncias, eu estou falando, candidata, das denúncias de hoje, de agora”.

Aécio 73/B2: “Candidata, assumo a responsabilidade do governo que não investiu em segurança pública”.

Aécio 74/B3: “[...] seja correta, seja séria”. (...) explique aqui, candidata, por que que a senhora mantém hoje nomeado, por exemplo, na Itaipu binacional, o tesoureiro do seu partido que recebia propina para alimentar a sua campanha, candidata Dilma Rousseff”.

Aécio 75/B3: “Fale a verdade, o Brasil não merece a campanha que a senhora está querendo fazer”.

Aécio 76/B3: “A senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil o que que aconteceu na Petrobrás. A senhora conduziu com mão de ferro durante doze anos, fez questão de dizer a todo mundo quem mandava na empresa. (...) Diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, candidata Dilma?”.

Aécio 77/B3: “Olhe para o futuro, tire os olhos do retrovisor do passado, pense nos brasileiros, candidata”.

Aécio 78/B3: “Vá a Minas Gerais um pouco mais, caminhe um pouco mais por Minas Gerais, candidata. Agora, caminhe com respeito aos mineiros e às transformações que ocorreram no nosso estado, transformações extraordinárias, candidata”.

Nos enunciados reproduzidos acima (69 a 78), o candidato Aécio se mostra autoritário, superior à candidata adversária. Para isso, utiliza verbos que expressam imposição, sobretudo, verbos no modo imperativo: “pare”, “não me meça”, “assuma”, “seja correta”, “seja séria”, “diga”, “pense”, “olhe”, “tire”, “vá”, “caminhe”, etc. Além das formas verbais citadas, o candidato dá ordens, também, por meio de verbos no presente do indicativo, subjuntivo e na forma verbal infinitivo: “eu quero que a senhora responda”, “A senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil”.

Colocar a adversária numa posição inferior, diante do público telespectador, significa depreciá-la, submetendo-a a uma situação constrangedora e, no mínimo, desconfortável. Agindo dessa forma, o candidato a instiga a responder de maneira agressiva, na tentativa de fazer com que Dilma perca o equilíbrio emocional e, dessa forma, coloque em risco a própria imagem.

b) Propostas e conselhos:

Nesta subseção, rerepresentamos e analisamos, agora sob o ângulo da descortesia negativa, os enunciados em que Aécio Neves aconselha a candidata e lhe faz propostas, de forma aparentemente cortês (alguns enunciados já comentados na seção da cortesia aparente).

Aécio 79/B3: “Vamos discutir o Brasil candidata”.

Aécio 80/B3: “Vamos falar do governo federal”.

Aécio 81/B1: “O que precisamos é qualificar a gestão pública, colocar gente séria, gente honrada, para que os resultados atinjam as pessoas”.

Aécio 82/B2: “Vamos deixar os mineiros em paz, candidata. Os mineiros sabem o que fazem”.

Aécio 83/B2: “Vamos investigar logo, eu acho que os brasileiros que estão nos ouvindo devem saber, antes das eleições, inclusive, quem são os responsáveis por transferir o dinheiro e quem recebeu esse dinheiro. Independente de partido político tem que ser punido, candidata”.

Aécio 84/B3: “[...] olhemos para frente. Vamos falar do Brasil, (...) Vamos falar de coisas sérias. Vamos falar como melhorar a saúde das pessoas, como melhorar a Segurança Pública, candidata. Vamos falar de coisas sérias”. Vamos falar como melhorar a saúde das pessoas, como melhorar a Segurança Pública, candidata”.

Aécio 85 /B3: “Eu respeito a sua história. Eu não a desrespeito, candidata. Agora, peço que respeite a minha”.

Os atos de descortesia negativa de Aécio (79 a 85) ocorrem, em sua maioria, por meio do uso do pronome “nós” inclusivo: “vamos falar”, “vamos discutir”, “o que precisamos”, etc.

Pode parecer contraditório classificar como descortês esse tipo de enunciado, uma vez que o pronome “nós” inclusivo é uma marca linguístico-discursiva que indica tentativa de aproximação ao interlocutor. Porém, no *corpus* em análise, está evidente que não é esse o objetivo do enunciador. O que o candidato pretende é impressionar o eleitor com sua aparente cortesia, pois ao mesmo tempo “joga” com a ironia. Ao fazer uso do pronome pessoal em primeira pessoa: “eu acho”, “eu respeito”, “eu não a desrespeito”, o candidato também ameniza a descortesia, reforçando a autoimagem que busca no debate.

c) Cobranças diretas (por falta de propostas e por promessas não cumpridas):

Neste item listamos as manifestações descorteses que implicam em cobrar da candidata adversária, de forma direta, ações não realizadas durante o seu mandato como Presidente da República. Apresentamos, também, alguns enunciados em que o adversário cobra dela um programa de governo para os próximos quatro anos.

Aécio 86/B2: “[...] a candidata tem sempre uma justificativa, mas não tem nenhuma solução. Minha amiga, meu amigo que nos ouve, para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta, nenhuma solução de enfrentar essa questão”.

Aécio 87/B2: “A senhora prometeu, há quatro anos, quatro VANTs para cuidar das nossas fronteiras”.

Aécio 88/B2: “De cada dez obras que a senhora prometeu fazer pra melhorar o trânsito, [...] apenas uma foi entregue. Vocês estão governando o Brasil há doze anos”.

Aécio 89/B3: “A senhora não permitiu que os brasileiros tivessem um programa de governo para analisar, para avaliar”.

Aécio 90/B3: “A senhora não trouxe durante todo esse nosso debate uma proposta sequer que melhore a vida do cidadão, que melhore a saúde pública, que melhore a segurança. A senhora parece que não foi Presidente da República, candidata”.

As cobranças acima são feitas de forma direta, atingindo a face negativa da candidata adversária. Criticada por não apresentar propostas de governo e por não ter cumprido as promessas feitas na campanha eleitoral anterior (quando disputava o cargo da presidência da república pela primeira vez) a candidata é posta em situação muito desconfortável e constrangedora diante dos eleitores que assistem ao programa. A crítica mais grave parece ser esta, em que o candidato afirma: “A senhora parece que não foi Presidente da República, candidata” (Aécio 90/B3).

4.6.4 Manifestações de *descortesia negativa* de Dilma Rousseff

Nesta subseção, se situam as manifestações em que a candidata Dilma se mostra autoritária em relação ao candidato da oposição. São apresentados, também, os enunciados em que a candidata petista demonstra indiferença diante do discurso do candidato Aécio.

A apresentação e análise dos enunciados que ameaçam a face negativa do candidato do PSDB são realizadas com as mesmas variantes utilizadas para analisar os atos descorteses negativos do candidato tucano:

a) Ordens e advertências:

Reproduziremos aqui alguns exemplos de atos impositivos e de advertência lançados ao candidato Aécio. Nos onze enunciados (47-57), identificados nesta subcategoria de análise, percebemos diferentes estratégias, algumas que tornam as ameaças mais brandas e outras que intensificam a agressividade.

Dilma 47/B2: “O senhor não pode apontar o dedo só pra um partido, aponte pra todos os partidos, candidato”.

Dilma 48/B2: “Candidato, quero dizer uma coisa o senhor tá confundindo todas as obras, aliás eu acho que deliberadamente. (...)”.

Dilma 49/B2: “[...] o senhor tem de se informar melhor, as obras estão andando”.

Dilma 50/B2: “O senhor tem de dar conta de todos, não só da sua irmã”.

Dilma 51/B2: “[...] vocês têm de olhar assim, com cuidado, porque essa é uma parceria que envolve o Governo Federal, a Prefeitura, e obviamente a Prefeitura tem também uma espécie de PPP”.

Dilma 52/B3: “Responda candidato”.

Dilma 53/B3: “Candidato, não coloque Minas Gerais como sendo o senhor”.

Dilma 54/B3: “[...] candidato, o senhor não respondeu ainda a questão do aeroporto de Cláudio. Eu vou dizer por que que eu vou colocar essa questão (...) Candidato, uma das coisas mais importantes do país é que nós não podemos mais tolerar o uso de bens públicos para beneficiar "A", "B" ou "C", privadamente”.

Dilma 55/B3: “Então quero dizer o seguinte, candidato, é errado sim, colocar e pegar um aeroporto privado, feito com o dinheiro público na fazenda de um tio. O senhor querendo ou não tergiversar sobre esse assunto, é errado. Não se faz isso, candidato. Isso é feio (risos da plateia)”.

Dilma 56/B3: “Candidato, candidato...! Você não é um cidadão acima de qualquer suspeita, candidato. Isso não é republicano”.

Dilma 57/B3: “Então, candidato, eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com mais cuidado, e com mais seriedade. Porque depende dele muitas vezes há a vida ou a morte dos nossos jovens. Por isso, candidato, não é uma coisa que o senhor, porque passou por uma experiência pessoalize tanto. Acredito, candidato, que ninguém pode, sem sofrer as consequências, dirigir nem drogado, nem bêbado”.

Desses exemplos, percebemos como ameaças mais brandas os enunciados (48 e 57) em que a candidata faz uso dos recursos atenuadores: “eu acho”, “a gente” e “acredito”, tornando aparentemente mais ameno o ato ameaçador. No entanto, percebe-se a ironia, uma vez que a candidata insiste em discutir um tema que atinge diretamente a face negativa do candidato adversário, ou seja, o episódio do descumprimento da Lei Seca, já discutido no bloco anterior.

Como advertências, citamos os enunciados (48, 54, 55 e 56), em que a candidata se utiliza de locuções verbais construídas com os verbos “querer, dizer, ir e colocar” na primeira pessoa: “quero dizer o seguinte, candidato”, “Eu vou dizer por que que eu vou colocar essa questão”. Em estudo sobre descortesia realizado por Fuentes Rodríguez (2010a, p. 93-94), a autora mostra de forma bastante esclarecedora, os efeitos que podem ser provocados com o uso da estratégia acima mencionada. Explica que, ao anunciar que dirá algo, o enunciador controla seu discurso no *plano metadiscursivo* e controla a ação do ouvinte no *plano interacional*. O objetivo é chamar a atenção do interlocutor sobre uma informação que considera relevante no *plano informativo* e reforçar o seu discurso em relação ao discurso do outro. A autora enfatiza que, quando essa estratégia é utilizada em um ambiente de enfrentamento, a tendência é fortalecer o conflito. Se considerarmos o que a candidata diz logo após o anúncio, não restam dúvidas sobre a intensificação da ameaça, pois o anúncio é seguido de uma advertência “pesada”: “candidato, é errado sim, [...] Não se faz isso, candidato. Isso é feio”. Os risos da plateia e a reação do candidato em sua réplica, “Lamento que a candidata não respeite, não respeite as instituições”, também corroboram para que o ato seja classificado como altamente descortês.

O enunciado (Dilma 47/B2) “O senhor não pode apontar o dedo só pra um partido, aponte pra todos os partidos, candidato”, já analisado como ato de descortesia positiva, está sendo retomado nesta subseção de descortesia negativa por entendermos que ele pode ser percebido também como ordem ou advertência. Em, “O senhor não pode”, a candidata está advertindo o seu adversário e em “aponte”, a ordem é identificada pelo modo verbal (imperativo). A candidata faz uso, também, da conjunção subordinada concessiva “ainda” para cobrar de seu adversário uma resposta a um questionamento anterior.

No enunciado (Dilma 54/B3), identificamos outras advertências: “nós não podemos mais tolerar o uso de bens públicos para beneficiar "A", "B" ou "C", privadamente”; “Candidato, candidato! Você não é um cidadão acima de qualquer suspeita”. Essas advertências são intensificadas pela ironia, caracterizando-se como uma associação de dois tipos de descortesia: a positiva e a negativa. O uso do vocativo repetido “Candidato, candidato...” seguido de uma pausa, é percebido como intensificador da descortesia negativa.

Os enunciados reproduzidos (Dilma 49/B2 e Dilma 50/B2) foram entendidos como “ordens”, uma vez que são construídos a partir do verbo “ter”, conjugado no presente do indicativo, seguido do pronome relativo “que”, cuja junção resulta em obrigatoriedade, dever: “o senhor tem de...”. A diferença para o enunciado (Dilma 51/B2), é que a ordem é dada ao partido do candidato, o que torna o ato um pouco menos impositivo: “[...] vocês têm de olhar...”. O ato poderia ser percebido como um conselho se não tivesse sido utilizado um verbo que indica dever, ordem. Mas, as ordens mais diretas estão, respectivamente, nos enunciados (Dilma 52/B3; Dilma 53/B3 e Dilma 54/B3): “responda candidato”, “não coloque” e “o senhor não respondeu ainda”.

b) propostas e conselhos:

Nesta variante encontramos, por parte da candidata Dilma, apenas duas ocorrências, conforme segue:

Dilma 58/B3: “E queria dizer também que esta questão é muito séria, candidato. Essa que nós estamos discutindo. Por quê? Porque nós temos de saber tudo o que nós falamos aqui hoje. Nós temos de saber, o que fica para a população brasileira? O que ela vai absorver disso tudo? Sabe o que ela vai absorver, candidato? É que tem perspectivas diferentes aqui. Eu e o senhor não temos a mesma visão”.

Dilma 59/B3: “O que nós temos que ser é virtuosos, agora, ninguém tem o atestado de virtuosidade, nós temos, como homens públicos e mulheres públicas, provar a cada dia, candidato, que nós temos respeito pela coisa pública, que nós não mexemos, não mexemos com o dinheiro público em nosso benefício, em benefício de parentes nossos, não mexemos com a coisa pública em benefício de quem quer que seja, a não ser do povo brasileiro. Sabe o que é isso? Isso, candidato, é um critério arraigado dentro da gente. Chama-se um critério republicano, o dinheiro é coisa pública. Quando a gente está no governo, o dinheiro é coisa pública. Ninguém pode tergiversar sobre isso”.

Em ambos os enunciados acima encontramos indícios de cortesia, tanto pelo emprego do verbo no imperfeito “eu queria dizer”, quanto pelo múltiplo uso do pronome “nós” e da forma nominativa “a gente”, que sugerem a inclusão do interlocutor no discurso, indicando cortesia. Contudo, as perguntas retóricas rompem o equilíbrio da interação, especialmente, pela resposta que a própria candidata dá: “Eu e o senhor não temos a mesma visão” (Dilma

58/B3) e em (Dilma 59/B3) “Isso, candidato, é um critério arraigado dentro da gente. Chama-se um critério republicano, o dinheiro é coisa pública. Quando a gente está no governo, o dinheiro é coisa pública. Ninguém pode tergiversar sobre isso”.

Com a estratégia utilizada, a candidata petista reforça o seu *éthos* de mulher e política correta, honesta e educada, enquanto desqualifica o candidato adversário que é diferente dela e que não sabe respeitar o bem público, não é republicano. Assim, acusa indiretamente o adversário, na tentativa de preservar a própria imagem e, paralelamente, desconstruir a imagem de seu oponente.

c) Cobranças diretas:

As poucas ocorrências de cobranças da candidata Dilma em relação a Aécio identificadas no corpus não foram reproduzidas aqui para evitar repetições, pois já foram analisadas em categorias anteriores.

Caberia analisar também, nesta subseção, as interrupções de turnos dos candidatos, pois, interromper o discurso do interlocutor, especialmente num debate político, significa invadir o território do codebatedor, apossando-se ilegalmente de um direito alheio adquirido pelo por meio do contrato comunicativo. Constatamos, porém, que, justamente por se tratar de um evento normatizado e monitorado, não ocorrem interrupções de turno no objeto em análise. O único caso de interrupção identificado no *corpus* não diz respeito aos candidatos, mas sim, ao público presente no estúdio. Para possibilitar a sequência da enunciação de Dilma Rousseff, houve interferência do mediador, Carlos Nascimento. Isso ocorreu no terceiro bloco do debate, quando a candidata iniciava sua réplica em resposta à seguinte acusação de Aécio: “A senhora parece que não foi Presidente da República, candidata. Olhe para o futuro, tire os olhos do retrovisor do passado, pense nos brasileiros, candidata”. Houve, também, uma tentativa de interrupção por parte do candidato Aécio, conforme verificamos no enunciado (Dilma 29/B2), em que é possível perceber, no vídeo, a fala do candidato discordando das afirmações de sua adversária. Ele diz baixinho: “ninguém sabe onde está o metrô”.

4.6.5 Manifestações de *descortesia indireta* de ambos os candidatos

De acordo com Culpeper (1996), a descortesia é considerada indireta quando o enunciador não assume o ato anunciado. Entendemos, pois, que os enunciados seguintes se enquadram nessa categoria, uma vez que os candidatos Aécio e Dilma transferem, respectivamente, aos brasileiros e à imprensa, a responsabilidade dos questionamentos que fazem: “os brasileiros querem saber” e “a imprensa tem perguntado”.

Aécio 91/B3: “Os brasileiros querem saber o que vai acontecer com suas vidas a partir de primeiro de janeiro”.

Dilma 60/B1 – “Ora, a imprensa tem perguntado: quanto é que vocês colocaram nos três rádios e no jornal que vocês possuem? Essa é uma pergunta que não é minha, candidato, o senhor deve a ela, a imprensa”.

Lembramos que a estratégia de transferir a outro ou a outros a responsabilidade do que se diz é bastante comum no contexto do discurso político, em função da necessidade de preservar a própria face e conquistar ou manter a credibilidade dos eleitores.

4.7 ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DELOCUTIVAS

Conforme já visto no capítulo III desta tese, a delocução é um recurso linguístico-discursivo que os enunciatóres utilizam com o propósito de menosprezar e provocar o seu enunciatário direto. Trata-se de um procedimento frequentemente utilizado em contextos conflituosos, dentre os quais o debate político, e consiste em desviar o foco da enunciação. Ao invés de dirigir-se ao seu enunciatário direto, já que o comentário diz respeito a ele, o enunciatóre prefere ignorar a presença deste no estúdio e se dirige ao enunciatário indireto. Quando o enunciado consiste em alguma crítica ou cobrança ao adversário, por promessas não cumpridas ou outras ações de responsabilidade do adversário que fracassaram ou ficaram incompletas, é ameaçada a face negativa do outro. A delocução é denominada, também, *tropo comunicacional ou ex-comunicação* (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014, p. 73), sendo este ato considerado descortês, pois ridiculariza o parceiro da interação diante dos demais enunciatários.

No *corpus* em análise, identificamos apenas três ocorrências desse tipo, uma da candidata Dilma e duas do candidato Aécio:

Dilma 61/B1: “Vocês falam que querem fazer a inflação convergir pra 3%. Ora, é importante que a dona de casa que tá nos escutando saiba, vou falar para ela, o que acontecerá se ela for para três%? Nós vamos ter uma taxa de desemprego de 15%. Ele está se queixando de uma taxa de desemprego de 5%. Hoje nós temos no Brasil, neste ano, quase um milhão de empregos criados. E vamos elevar os juros para 25? Ninguém nunca mais vai comprar a prazo nesse país”.

Observemos que, ao iniciar o enunciado, o pronome utilizado é “vocês”, ou seja, a mensagem é dirigida ao Partido do PSDB, ao qual pertence o candidato da oposição. Imediatamente, o foco se volta para a dona de casa (a eleitora), para falar sobre o enunciatário direto, Aécio Neves. Essa desfocalização do sujeito evoca efeitos negativos sobre o candidato,

uma vez que este se torna apenas um coadjuvante da interação, menos importante que a dona de casa que está assistindo ao programa. Além disso, o codebatedor se sente ameaçado, também, pela crítica que é feita a ele em relação aos assuntos em discussão, inflação e desemprego.

No enunciado (Aécio 92/B1), observamos críticas relacionadas à ausência de propostas e soluções para conter a inflação:

Aécio 92/ B1 – “Minha amiga, meu amigo que nos ouve, para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta, nenhuma solução de enfrentar essa questão”.

Registramos, acima, mais uma ocorrência típica de tropo comunicacional, pois o candidato está frente a frente com a candidata adversária, contudo, ignora-a ao dirigir a palavra aos telespectadores: “Minha amiga, meu amigo”. Sabemos que o pronome “ela” (terceira pessoa) quando utilizado em interlocuções diretas provoca efeito de distanciamento. Sendo, por isso, considerado descortês. Outras ocorrências semelhantes já foram discutidas no início deste capítulo, quando analisamos as formas de tratamento utilizadas nas interpelações entre os debatedores.

Quando o foco do debate se volta para as obras de mobilidade urbana, assunto bastante controverso durante outros momentos do debate e em debates anteriores da campanha presidencial de 2014, Aécio dirige a sua fala novamente aos eleitores, desta vez para criticar a candidata adversária em relação a promessas eleitorais não efetivadas no trânsito.

Aécio 93/B2: “De cada dez obras que a senhora prometeu fazer pra melhorar o trânsito, falo novamente para o amigo que está no trânsito, apenas uma foi entregue. Vocês estão governando o Brasil há doze anos”.

Assim, encerramos a discussão dos enunciados na categoria da descortesia e passamos a configurar a hipótese do *éthos* de cada presidenciável, a partir das interpretações e análises realizadas até aqui.

4.8 A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DOS *ETHÉ* DOS CANDIDATOS

Como já foi comentado no primeiro capítulo desta tese, há sempre, no debate político eleitoral, a intenção de convencer o público e conquistar seu voto. Nesse sentido, os enunciados proferidos contêm mecanismos capazes de construir diferentes *ethé* para os candidatos, dependendo do que é dito, do que é mostrado e de como o candidato é interpretado. Para que emerjam imagens favoráveis aos enunciadores, eles precisam preencher as três condições apresentadas por Aristóteles (1979): o *éthos*, o *pathos* e o *logos*. Das três

condições citadas, nos ateremos somente à primeira, o *éthos*. Este resulta da fusão da dupla identidade do enunciador, isto é, aquela que o enunciador tenta mostrar, e aquela que os enunciatários (futuros eleitores) e a mídia lhe atribuem.

Para ter êxito em seu discurso, “o político deve buscar construir perante as instâncias cidadã e midiática uma imagem de credibilidade e/ou de identidade. A instância adversária, por outro lado, tem por função questionar tal imagem” (SERRALVO, 2011, p. 80). Ao mesmo tempo em que um enunciado edifica o *éthos* de um dos interlocutores, pode desconstruir o *éthos* de outro.

É importante lembrar que essas imagens de si e do outro, “quando construídas sob o aparato tecnológico das mídias e do seu poder de circulação, potencializam seus efeitos de sentido sobre as massas” (PASSETTI; MARECO; ARCINE, 2013, p. 125). As massas, ou seja, os eleitores cumprem, nesse contexto, o papel de enunciatários. As mudanças da imagem não dependem, portanto, apenas do enunciador, mas também do enunciatário. Outro ponto importante a ser lembrado, antes da próxima análise, é a veiculação, *a posteriori*, pela imprensa, que, por vezes, pode tornar ainda mais polêmicas as discussões travadas no debate.

Ao participar de uma campanha política, os candidatos podem construir diferentes *ethé*, mas os que costumam prevalecer, de acordo com as literaturas consultadas neste estudo, são os de credibilidade e os de identidade. O primeiro, pautado na credibilidade, se resume nas três formas que Charaudeau (2013) recomenda ao enunciador: a seriedade, a virtude e a competência. Demonstrações e promessas de honestidade e de fidelidade costumam ser as mais recorrentes nos debates políticos. Outro recurso bastante utilizado por alguns candidatos é a autoexaltação, em que tentam conquistar as instâncias cidadã e midiática anunciando obras já realizadas, conquistas durante outras gestões e promessas que parecem sólidas. Todos esses ingredientes que indicam habilidade e conhecimento constroem a imagem de candidato competente. Para conquistar este tipo de imagem é necessário, por conseguinte, que os candidatos convençam os futuros eleitores de que são melhores que seus adversários e que, portanto, lhes oferecem mais garantias no cargo público que está em jogo.

Cabe pontuar que “a credibilidade repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2013, p. 119). Assim, se as condições acima não forem preenchidas, o sujeito político passa a ser desacreditado, pois demonstra incapacidade.

O segundo tipo de *éthos* preferido pelos políticos, o da identidade, se constrói a partir de argumentos, atitudes, gestos que façam o candidato parecer solidário e que o identifiquem

com o público. Essa imagem⁴⁶ se concretiza quando o político demonstra interesse pelos problemas do eleitor e se manifesta capaz de encontrar soluções palpáveis para resolvê-los. O caráter, a maneira de gesticular e de comportar-se, as declarações verbais, o equilíbrio emocional, são quesitos necessários para edificar o *éthos* de identidade. Aparentar tranquilidade, demonstrar autocontrole e saber agir corretamente diante das mais diversas situações também é de suma importância para quem pretende identificar-se como “homem do povo”. Ao provocar o outro, o candidato almeja fazer com que ele perca o equilíbrio emocional, o autocontrole, perdendo assim a confiança da instância cidadã e midiática.

Para concluir esta reflexão introdutória ao último item de análise de acordo com os objetivos propostos nesta tese, observamos que a maioria dos políticos, no intuito de construir a autoimagem positiva durante os debates eleitorais, apela, sobretudo, a estratégias que possam desconstruir a imagem do candidato oponente. Isso ocorre, muitas vezes, de forma implícita, pois, se explícitas, talvez não fossem aprovadas pelos telespectadores (futuros eleitores) e poderiam contribuir para um *antiéthos* dos presidencialistas.

4.8.1 Critérios de análise na construção dos *éthé* dos candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff

Considerando que no decorrer das análises anteriores já apontamos várias situações que contribuem para construir ou para desconstruir as imagens dos contendores, e, levando em conta, também, que este estudo é de cunho qualitativo e não quantitativo, optamos por citar e analisar apenas algumas das ocorrências identificadas no *corpus* da pesquisa. Primeiramente, tratamos das estratégias que contribuem para exaltar a competência e a credibilidade dos candidatos no trabalho da imagem (*facework*). Na sequência, analisamos as possibilidades de construção do *éthos* de identidade.

Asseveramos que, ao mesmo tempo em que os candidatos tentam construir a autoimagem favorável, aparecem estratégias de desconstrução dos candidatos adversários. Por essa razão, optamos por analisar os enunciados de forma conjunta, seguindo a mesma ordem de análise que vimos respeitando desde o início dessa etapa. Lembramos ainda que, para evitar repetições de enunciados, embora isso seja às vezes inevitável, aludimos a exemplos anteriores em que registramos as ocorrências de *cortesia positiva*, *negativa* e de *cortesia aparente* nas duas categorias.

⁴⁶ Os termos *imagem* e *éthos* estão sendo utilizados como sinônimos.

Pelo *facework* observado até aqui, já é possível afirmar que os candidatos utilizam estratégias que se projetam basicamente para os *ethé* de credibilidade e de identidade. Nossa atenção se volta agora para as estratégias recorrentes nos enunciados de ambos os candidatos, para, a partir dessa identificação e de outros pontos observados, mostrar o *éthos* resultante para cada presidenciável no evento discursivo analisado.

4.8.2 A construção do *éthos* de credibilidade do candidato Aécio Neves

Tentamos mostrar, por meio de exemplos retirados do *corpus* de pesquisa, que o candidato tucano alicerça o seu discurso sobre algumas figuras essenciais à construção da imagem de homem confiável, que já provou que sabe fazer e que, portanto, merece a confiança dos eleitores para poder-fazer pela nação brasileira. Nos materiais analisados, identificamos manifestações que buscam demonstrar competência, seriedade e honestidade do candidato tucano, contribuindo para a sua credibilidade. Vale alertar que um mesmo procedimento pode produzir efeitos diferentes, construindo várias imagens, mas é o conjunto dos *ethé* observados que nos permite chegar a certas conclusões.

Percebemos que, na maioria das vezes em que o candidato tenta otimizar a sua imagem, segue-se uma ameaça à face da candidata adversária. Sobressaem-se as estratégias de valorização da própria face e, paralelamente, de desvalorização da imagem da oponente. Interpretamos tal procedimento como uma potente ferramenta no sentido de conquistar mais credibilidade, pois, além de anunciar que tem as melhores soluções e que é capaz de fazer, o candidato dá a entender age com segurança e, certamente, melhor que a sua adversária e o partido que ela representa. Os quatro enunciados abaixo ilustram esse tipo de procedimento:

Aécio 93/B1: “Fomos nós que controlamos a inflação lá atrás, candidata, e, infelizmente, o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro, inflação alta, crescimento baixo, e perda de credibilidade. Sem credibilidade não há investimento. Sem investimento não tem emprego. Nós tivemos 418 mil empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período, candidata”.

Aécio 94/B1: “O que precisamos é qualificar a gestão pública, colocar gente séria, gente honrada, para que os resultados atinjam as pessoas. Eu quero sim, fazer a nova escola brasileira”.

Aécio 95/B2: “Eu sou candidato a presidir o Brasil, candidata Dilma, com uma vida pública honrada, respeitada, por isso deixei o meu governo em Minas com 92% de aprovação, candidata. E é por isso que, nessa eleição, Minas Gerais novamente se caminha, se encaminha para me dar mais uma vitória. Basta ver as últimas pesquisas”.

Aécio 96/B1: “a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada”.

Com a argumentação nos enunciados acima (93 a 96), constrói-se o *éthos* de competência do candidato, exaltando-se a sua credibilidade. A construção da face nos exemplos (Aécio 93/B1; Aécio 94/B1e Aécio 95/B2) assenta-se em autoelogios, intenções futuras no sentido de melhorar a gestão pública e, sobretudo, na desqualificação da candidata oponente: “fomos nós que controlamos a inflação”, “O que precisamos é qualificar a gestão pública”, “Eu quero sim, fazer a nova escola brasileira”. Já o enunciado (Aécio 96/B1) está pautado na diferença entre atitudes de ambos os candidatos quando o assunto é improbidade administrativa: “a diferença entre nós”. Este enunciado foi proferido como resposta à candidata Dilma ao ser acusado de nepotismo no cargo público que ocupava em Minas Gerais. O candidato tucano faz a sua defesa afirmando que sua irmã trabalhava como voluntária, enquanto o irmão de Dilma estaria recebendo pagamento sem trabalhar. A provocação da candidata petista resultou em uma ameaça não esperada, pois até então o fato relativo ao seu irmão não havia sido comentado nos debates.

Charaudeau (2013) lembra que o *éthos* de competência se edifica quando o candidato demonstra experiência, preparo e habilidade para resolver determinadas situações, pois, tais qualidades aumentam a credibilidade do enunciador. Na tentativa de demonstrar competência, o candidato apela por enunciados que indicam o saber-fazer: “nós fizemos”, “nós criamos” ou pronomes e verbos na primeira pessoa do singular: “eu fiz”, “no meu governo”, etc. A primeira etapa da nossa análise contempla uma análise dos tratamentos pronominais utilizados entre os candidatos, mas com uma perspectiva totalmente diferente, ou seja, no intuito de verificar a presença de cortesia/descortesia. Aqui, nos interessam, particularmente, as manifestações que revelam o desejo de ser valorizado e reconhecido por atos positivos praticados em gestões anteriores ou que o candidato se disponha a fazer se eleito.

Fica evidente, pois, nos enunciados transcritos, o empenho do candidato tucano na edificação da autoimagem de político competente, coerente e honesto, “com uma vida pública honrada, respeitada” e que deixou “o governo de Minas com 92% de aprovação”. O candidato do PSDB tenta demonstrar, também, ter apoio maciço em sua terra natal, Minas Gerais, o que pode potencializar a sua credibilidade. Argumentos dessa natureza foram utilizados, certamente, no sentido de dismantelar as frequentes críticas da candidata petista ao governo de Aécio Neves, no Estado mineiro.

Ainda no mesmo bloco do debate, quando o assunto é a aprovação das contas, Aécio exalta a própria imagem, enquanto desqualifica a codebatedora: “Todas as minhas obras em Minas Gerais tiveram aprovação do Tribunal de Contas [...] ao contrário das suas, com sobrepreço todo o tempo”.

A autovalorização é identificada também quando o candidato afirma que ele, juntamente com o PSDB controlou a inflação, enquanto o governo de Dilma “[...] vai deixar uma herança perversa para o futuro, inflação alta, crescimento baixo, e perda de credibilidade”. No mesmo enunciado (Aécio 93/B1) observamos outras tentativas explícitas de desconstrução da imagem de Dilma Rousseff. A candidata petista é responsabilizada pela falta de investimentos e o consequente aumento de desemprego: “[...] tivemos 418 mil empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período”. De acordo com Charaudeau (2013), utilizar dados resultantes de pesquisa é uma das estratégias que pode reforçar a credibilidade do candidato.

A tentativa de desconstrução da imagem de Dilma Rousseff se evidencia também, quando o candidato critica o governo petista pelo descontrole da inflação e pela falta de investimentos no país. Ao dizer que é necessário “colocar gente séria, gente honrada” na gestão pública, infere-se que, na gestão atual, isso não existe e, portanto, a candidata seria indigna de uma reeleição.

Vimos nos aportes teóricos de Charaudeau (2013) que, para convencer os eleitores, os candidatos precisam demonstrar seriedade e autocontrole diante das críticas e da vida privada. Além disso, é necessário que pratiquem atos reveladores da honestidade pessoal e de competência. Quando o autor menciona o quesito “atos reveladores da honestidade”, não espera que o político expresse verbalmente tal característica, mas que a mostre a partir de provas concretas.

Quando Aécio responde a pergunta inicial do debate, justificando sua candidatura para Presidente, ele se apresenta como aquele que tem condições de governar de forma muito mais séria, honesta e competente que o atual governo. Para isso, desqualifica totalmente o desempenho de Dilma Rousseff enquanto Presidenta da República: “para encerrar um ciclo de governo que fracassou [...] porque o Brasil quer se livrar desse governo, o Brasil quer um tempo novo, um tempo de otimismo, de seriedade, e também de honestidade no gasto do dinheiro público [...] O ciclo de governo que aí está não tem mais condições de governar o Brasil”. Além dessas, várias outras críticas já foram mencionadas em subseções anteriores. Desqualificar o outro e enaltecer a própria imagem implica transgredir a regra da modéstia (LEECH, 1983) e representa um risco à imagem do candidato/enunciador, pois os enunciatários – presentes no estúdio ou os telespectadores – podem percebê-lo como descortês. Os exemplos que seguem evidenciam o que acabamos de comentar:

Aécio 97/ B3: “[...] eu tenho uma capacidade que a senhora não tem”.

Aécio 98/ B3: “[...]a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada”.

Seja pela comparação ou por algum tipo de acusação, há sempre nas entrelinhas do discurso de Aécio Neves o desejo de enaltecer a sua própria imagem e desmerecer a imagem da candidata adversária e, por vezes, ridicularizando-a. Blas Arroyo (2001) entende que atitudes como ridicularizar ou tecer qualquer tipo de crítica negativa ao outro afetam o desejo do adversário de ser aprovado e apreciado, sendo, por isso, consideradas como descortesia negativa, categoria já analisada anteriormente.

Quando Aécio afirma que possui uma capacidade ausente na candidata Dilma (Aécio 97/ B3), o candidato está respondendo à provocação anteriormente feita pela candidata quanto ao episódio do teste do bafômetro. Aécio reconhece o erro, mas, em contrapartida, aproveita a oportunidade para tecer uma crítica comparativa à candidata petista: “a senhora não se arrepende de nada no seu governo”. Ao admitir a culpa e justificar-se, a credibilidade do candidato é posta em risco, pois a justificação “não é propriamente uma confissão, mas ela acaba reforçando a ideia de que efetivamente foram cometidos uma falta, um erro, uma infração” (CHARAUDEAU, 2013, p. 126-127). O duplo risco está na seguinte situação: se o sujeito acusado não se justificar, corre o risco de ser mal interpretado, como se realmente não tivesse nenhuma explicação para o ocorrido. Se, ao contrário, ele fizer a justificativa, pode ocorrer a dúvida ou a incerteza. De qualquer forma, o autor recomenda como melhor saída para o acusado, responder à acusação de culpa ou responsabilidade, pois assim estará negando não só o caráter consciente e voluntário do ato, mas também a possibilidade de ter sido mal intencionado.

Com o mesmo intuito de construir o *éthos de credibilidade*, o referido candidato utiliza-se, frequentemente, de recursos atenuadores, dos quais apresentamos alguns excertos já mencionados durante a análise das cortesias positiva, negativa e aparente: “fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco”, “Candidata, vou lhe responder com uma alegria enorme”, “Lamento”, “lamentavelmente”, “infelizmente”, “mas permita, candidata”, “a senhora tem um conjunto de boas intenções”, “eu acho que dizer uma inverdade”, “eu quero lhe dar oportunidade”. Se o objetivo do candidato era impressionar o eleitor, tendo como foco a imagem de um político cortês, que preza pela boa educação e respeito, esse objetivo somente foi alcançado se o eleitor não percebeu as marcas irônicas dos atos aparentemente corteses. Por isso, os poucos atenuantes linguísticos identificados no discurso de Aécio não podem, simplesmente, ser computados na conta da credibilidade para sua imagem positiva. Como

bem alertam Charaudeau (2013) e Kerbrat-Orecchioni (2014), se o público perceber o verdadeiro propósito (dissimulado pelos recursos de atenuação e ironia), certamente emergirá, desse tipo de enunciação um efeito contrário, desfavorável ao *éthos* de credibilidade do candidato.

O mesmo acontece quando os candidatos exageram no tratamento cortês, podendo cair no “regime do acidente” (LANDOWSKI, 2014) ou gerar a “polirruidez” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2014). Portanto, nos excertos acima e em vários outros que não transcrevemos aqui, especialmente nas perguntas retóricas, evidenciamos um discurso totalmente pautado na construção da imagem de competência e de credibilidade, em detrimento da imagem da candidata oponente, por meio de falsas cortesias, denúncias e acusações, ora diretas, ora indiretas.

Outro recurso bastante recorrente na desconstrução da imagem da candidata petista nos enunciados do candidato tucano foram as perguntas retóricas. É pertinente enfatizar que esse tipo de recurso está entre as onze possibilidades de FTA, mencionadas por Kaul Marlageon (2012, p.90). A autora destaca três possibilidades caracterizadas como descortesia proposital no sentido de enaltecer a própria imagem e denegrir a imagem do outro: “ofender voluntariamente o interlocutor no intuito de denegrir a imagem deste”; “ofender voluntariamente o interlocutor para construir a autoimagem” e “interpretar o interlocutor como um ataque intencional a sua imagem”⁴⁷.

As perguntas retóricas estão, na maioria das vezes, associadas à ironia, pois as respostas já são conhecidas. O que o enunciador pretende é colocar o adversário em situação de constrangimento, quando não em situação ridícula. Muecke (1995) considera a pergunta retórica uma ferramenta que tem o poder de ativar o potencial autodestrutivo do enunciatário. Tal afirmação corrobora a categorização dos atos irônicos como descortesias na nossa análise, uma vez que, no debate político, a ironia funciona como um mecanismo de desconstrução do *éthos* do oponente.

Num total de 21 enunciados retóricos, de acordo com o quadro 8 apresentado na sequência, Aécio “ataca” a face de Dilma Rousseff:

Quadro 8 – Perguntas retóricas de Aécio Neves na construção de sua própria imagem e consequente desconstrução da imagem de Dilma Rousseff

Enunciados de Aécio Neves – (total 21)	
Bloco 1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eu digo à senhora, onde estão os corruptos do seu partido? 2. Eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora, você compra com o mesmo

⁴⁷ Confira, no Capítulo II, as demais possibilidades mencionadas por Kaul Marlageon (2012, p.90).

	dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás? Ou há um ano atrás?
Bloco 2	<ol style="list-style-type: none"> 1. E o que que a senhora fez durante esse período? Nada? 2. A senhora tomou alguma providência, pediu o afastamento do tesoureiro do seu partido, candidata? 3. (...) por que que o seu partido esta semana impediu que o senhor Vaccari fosse à CPI depor? 4. Terá sido por isso que ele não foi afastado? 5. De onde veio esse recurso, candidata? 6. Onde é que estavam, nesses doze anos, essas denúncias? 7. Por que que vocês não tomaram, vou repetir mais uma vez, as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos, candidata? 8. Onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras, candidata? 9. Por que, candidata, que depois de quatro anos, apenas 40% do programa foi executado? 10. (...) onde é que está o metrô anunciado no seu programa de governo? 11. (...) onde está o metrô que aparece lá como obra do seu governo? 12. (...) onde estão essas obras, candidata? 13. A transposição do São Francisco, onde é que está essa obra, candidata?
Bloco 3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Onde estão os 800 aeroportos regionais que a senhora prometeu construir, candidata? 2. Aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil, dos brasileiros que nos ouvem? 3. Que governo a senhora quer oferecer aos brasileiros, candidata? 4. Será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros, candidata? Honestidade?

Fonte: da própria autora

Observando os dados acima, pode-se afirmar que, não raras vezes, as perguntas retóricas que funcionam como recurso irônico, expõem a candidata adversária a situações de constrangimento e desconforto, comprometendo a sua imagem positiva e, algumas vezes, também sua imagem negativa. Há situações em que esse recurso se transforma em verdadeiras provocações, conforme se evidencia na primeira pergunta do bloco II: “E o que que a senhora fez durante esse período? Nada?” e na pergunta de número 4 do bloco III: “Será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros, candidata? Honestidade?”

Se levarmos em conta que a honestidade está entre os princípios mais relevantes para a construção do *éthos* de credibilidade, há, neste último exemplo transcrito um claro propósito de provocar a candidata, haja vista que a sua “honestidade” está sendo posta em xeque pelo adversário Aécio. Em contrapartida, o autor das perguntas retóricas pode ser favorecido, justamente por se tratar de ameaças dissimuladas, contendo, às vezes, marcas de cortesia. A única manifestação cortês identificada no quadro 8 das perguntas retóricas de Aécio foi a forma nominativa “senhora”, tratamento já esperado pelo contrato comunicativo do debate político e, portanto, o mais adequado nesse contexto.

Cabe dizer que, quando realizada na tréplica, a ameaça feita por meio de perguntas retóricas se torna ainda mais grave, pois não é dada ao candidato adversário a oportunidade de resposta imediata. Ele até pode responder no turno seguinte, porém, corre o risco de perder parte do tempo concedido para outro tema. Pela tabela acima, constatamos que o bloco II foi o que em que Aécio Neves acumulou o maior número de perguntas retóricas.

4. 8.3 A construção do *éthos* de identidade do candidato Aécio Neves

O *éthos de identidade* se constrói com argumentos que identificam o candidato com o público eleitor. Além do apelo emocional e sensitivo, há diversos recursos linguísticos utilizados neste sentido pelo presidenciável do PSDB para aproximar-se dos telespectadores, tentando colocar-se no mesmo patamar do público que assiste ao programa. Isso pode ser percebido em enunciados com a presença dos pronomes “nós” ou “a gente” – quando o candidato se inclui como cidadão brasileiro.

A busca de identificação com os eleitores é nítida também no uso de formas nominativas como “você, dona de casa”, “vocês, trabalhadores” e outras que permitam dirigir-se diretamente ao enunciatário eleitor, demonstrando interesse e preocupação por ele.

Retomamos aqui uma crítica já mencionada acima, quando Aécio insiste em falar do desemprego: “Nós tivemos 418 mil empregos a menos este ano”. Cabe lembrar que, nesse enunciado, o pronome “nós” está no sentido coletivo, pois o candidato se coloca como membro integrante da população brasileira, numa tentativa de identificar-se com o eleitor. Verificamos, também, no rastreamento dos enunciados de Aécio Neves, outras situações em que ele busca proximidade com os eleitores. Citamos como exemplos os seguintes enunciados:

Aécio 99/B1: “[...] vamos falar daquilo que interessa à dona de casa, ao cidadão, ao jovem e à jovem, ao trabalhador [...]”.

Aécio 100/B1: “Vamos falar daquilo que interessa às pessoas”.

Aécio 101 /B1: “Minha amiga, meu amigo que nos ouve [...]”.

Aécio 102 /B1: “Eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora, você compra [...]”?

Nos exemplos acima, as formas nominativas “meu amigo”, “minha amiga”, “você” se referem aos eleitores, seja à dona de casa, aos trabalhadores, aos jovens e adultos, enfim, a qualquer outro cidadão que estivesse acompanhando o debate pela televisão ou pela Internet.

Em outro fragmento, o candidato tenta demonstrar que está ciente dos problemas de locomoção dos eleitores:

Aécio 103/B1: “Provavelmente muitos estão nos ouvindo agora, no rádio do carro, pela dificuldade que têm hoje pra chegar em casa”.

Lembramos que o *éthos* de ‘humanidade’ pode ser construído a partir da capacidade do político em exteriorizar seus sentimentos. Colocar-se como um ser igual aos seus semelhantes, confessar suas fraquezas e gostos pessoais, enfim, dispor-se a ajudar aos que dele necessitam, demonstrando sensibilidade, são atitudes que podem levar o sujeito político ao *éthos* de humano.

Com isso, Aécio demonstra solidariedade, um dos ingredientes necessários para conquistar o *éthos* de humanidade, também mencionado por Charaudeau como uma vertente do *éthos* identitário. A ameaça à face positiva da candidata Dilma está implícita, pois durante os debates Aécio já havia tecido críticas à falta de investimento na mobilidade urbana.

Uma das figuras mais difíceis de manipular é o sentimento, pois exige o autocontrole do sujeito e, muitas vezes, a presença física em situações mais complexas. É necessário envolver-se com os problemas que se apresentam e tentar solucioná-los, caso contrário, o sujeito pode ser acusado de fraqueza.

Evidencia-se ainda, por parte do candidato do PSDB, certa insistência em aproximar-se dos eleitores mineiros. Um exemplo dessas tentativas está no enunciado que segue:

Aécio 104/B3: Minas Gerais, pela força dos seus servidores, da sua gente, é um Estado respeitado no Brasil, respeitado internacionalmente.

Percebemos também, no decorrer de todo o debate, um veemente desejo do candidato tucano em aparentar tranquilidade e equilíbrio. Foram poucas as vezes em que o candidato se alterou quando criticado e, ao fazê-lo, percebeu-se um esforço no sentido de recuperar imediatamente o equilíbrio emocional. Identifica-se, assim, a ‘força tranquila’, figura do *éthos* de caráter que evoca perenidade, a atitude de jamais abandonar seus compromissos, o desejo de vencer, a confiança em si (CHARAUDEAU, 2013). Evidenciaram-se também, nos enunciados de Aécio, ‘coragem’, ‘firmeza’, ‘moderação’ e ‘controle de si’ citadas pelo autor. Tais atitudes consistem em aparentar tranquilidade e saber agir corretamente diante das mais diversas situações, especialmente diante das conflituosas.

Assim, Aécio Neves sugere estar seguro do que diz ou do que faz, demonstrando ter controle dos problemas e emoções. Com tais demonstrações, insinua que saberá como agir diante de situações complexas se for eleito Presidente. Mas o seu semblante sereno, às vezes

sorridente, nem sempre foi interpretado de acordo com o desejado pelo presidencialista, ao contrário, a mídia divulgou algumas interpretações contrárias por parte dos eleitores, que o avaliaram como irônico.

4. 8.4 A construção do *éthos* de credibilidade da candidata Dilma Rousseff

A exemplo do candidato Aécio, Dilma também tentou construir a sua autoimagem positiva investindo na autovalorização, ao mesmo tempo em que tecia críticas, acusações e outros tipos de ofensas no intuito de desconstruir a imagem positiva do candidato adversário. A petista ancorou-se, especialmente, em possíveis falhas e irregularidades do tucano enquanto governador de Minas Gerais. As críticas remetidas a Aécio estão, em sua maioria, relacionadas a esse assunto. Percebe-se também, que a candidata tenta reaver a imagem positiva conquistada na campanha anterior e durante grande parte de seu governo.

Sabemos que o caráter virtuoso do sujeito público pode ser demonstrado por atitudes que correspondam às suas promessas, tanto na vida pública quanto na vida privada. Apresentamos, a seguir, alguns enunciados caracterizados por estratégias que buscam mostrar a competência administrativa da enunciativa. Observemos que os autoelogios são seguidos de ameaças que podem desconstruir a face positiva do codebatedor:

Dilma 62 / B1: “Fizemos concursos públicos, a maior parte dos concursados, candidato, foi para a educação, para a saúde e para a segurança. [...] Ao contrário de vocês, nós não nomeamos sem concurso”.

Dilma 63/ B1: “Não há transparência, não há informação. Essa, candidato, essa é a diferença entre nós”.

Dilma 64/ B2: “Eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor, que é desempregar, arrochar o salário e não investir”.

Dilma 65/ B2: “Vocês fizeram Bolsa Família de cinco milhões. Nós fazemos de 50 milhões, candidato”.

Dilma 66/ B2: “Candidato, de emprego vocês não podem falar. Vocês nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados, a segunda maior quantidade de desempregados, só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim, candidato”.

Nos enunciados (62 a 66) a candidata petista critica explicitamente o seu adversário, enfatizando as diferenças entre ambos no que se refere à transparência nos concursos públicos, no auxílio aos carentes e na questão do desemprego. Os dois últimos FTAs (Dilma 65/B2 e Dilma 66/B2) possuem argumentos mais consistentes, pois vêm fundamentados em

dados concretos, o que pode atribuir mais credibilidade à candidata. Assim, no que se refere à bolsa família, a diferença apontada é de “cinco milhões” na gestão do PSDB contra “50 milhões” na gestão do PT. Quando o assunto é o desemprego, a candidata cita dados comparativos com outras nações: “Vocês nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados, a segunda maior quantidade de desempregados, só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim, candidato”.

Com tais argumentos Dilma provoca o candidato adversário e seu Partido Político, ao mesmo tempo em que instiga o eleitor à reflexão. Tais manifestações da presidente contribuem no sentido de fragilizar o candidato da oposição, pois poderiam repercutir negativamente para a imagem do PSDB e, especialmente, a do próprio candidato concorrente.

Enfatizamos que a habilidade e o saber demonstrados no discurso são ingredientes essenciais para a construção do *éthos* de competência, necessário para que seja gerado o *éthos* de credibilidade. Para ser percebido como digno de credibilidade, o sujeito político deve ser transparente, fazer declarações convincentes sobre as suas experiências políticas, profissionais e acadêmicas. Se não houver firmeza nessas declarações, é bem provável que o sujeito não seja considerado competente para assumir o cargo ao qual se propõe.

Os enunciados abaixo, marcados por pronomes em primeira pessoa (EU e Nós) correspondem nitidamente à valorização da própria imagem da candidata petista, no anseio de demonstrar sua competência como administradora pública. A desvalorização da imagem do candidato da oposição está implícita:

Dilma 67/ B2: “Eu investigo, construo as provas para punir”.

Dilma 68 / B2: “Nós somos o primeiro grande investimento em mobilidade urbana”.

Dilma 69 / B3: “eu, candidato, sou responsável por investigar nesse país. Sou responsável por punir”.

Dilma 70/B2: “Nós estamos retomando todos os investimentos e estamos ampliando esses investimentos em aeroportos, e em portos”.

Exaltar a própria imagem implica em desrespeitar a máxima de modéstia (LEECH, 1983), sobretudo quando a candidata o faz na primeira pessoa do discurso. Evidenciamos esse tipo de procedimento nos quatro exemplos acima. Embora almeje mostrar aos eleitores as suas qualidades, a presidente corre o risco de ser percebida como arrogante e autoritária. Considerando-se que, para a construção do *éthos* da credibilidade, a experiência mostrada e comprovada parece ser o ingrediente mais consistente, os candidatos que disputam uma

reeleição – situação em que se enquadra a candidata petista –, provavelmente possuem mais argumentos, haja vista a realização de obras na função pública.

Assim, citar projetos sociais e outros que ocorreram em sua administração anterior é uma estratégia usada pela candidata para demonstrar mais habilidade que o candidato concorrente, e conseqüentemente, conquistar o *éthos* de competência.

Mesmo não explicitando os “defeitos” do seu adversário, a candidata induz os eleitores a construir uma imagem negativa dele, que, em oposição às qualidades autoatribuídas, é menos competente, se destaca menos em sua vida pública, e, por conseguinte, não é o político indicado para o cargo disputado. Tal intenção pode ser identificada nos exemplos (67, 68, 69 e 70).

Infere-se desses enunciados, que o candidato Aécio Neves e seu partido (PSDB) não costumam investigar a corrupção e nem investem em mobilidade urbana. Isso demonstra que com o uso de procedimentos de intensificação explícita e implícita, a candidata trabalha a sua autoimagem no sentido de mostrar que é a melhor opção para o eleitor, pois é mais competente, fez mais em sua vida pública e tem mais condições de administrar o país.

A exemplo de seu codebatedor Aécio, Dilma também recorreu às perguntas retóricas – uma subestratégia vinculada à ironia –, no intuito de desarmar o seu adversário e colocar em xeque a sua competência e credibilidade.

Segue o quadro com um total de 19 exemplos, portanto, dois a menos que no quadro que sistematiza as perguntas retóricas do candidato Aécio Neves:

Quadro 9 – Perguntas retóricas na construção da imagem de Dilma Roussef e na desconstrução da imagem de Aécio Neves

Perguntas retóricas da candidata Dilma – (total 19)	
Bloco 1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Onde estão os corruptos, onde estão os corruptos da compra de votos pra reeleição? 2. Onde estão os corruptos do metrô de São Paulo, e dos trens? 3. Onde estão os corruptos da "pasta rosa"? 4. Onde estão os corruptos do processo Sivan? 5. Onde estão os corruptos da "privataria tucana"? 6. Qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? 7. Qual é? 8. O que que não é passageiro, candidato?
Bloco 2	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que que importa, candidato? 2. Candidato, o senhor falou que vocês fizeram pra 20 milhões de pessoas o bolsa família? 3. O que que acontece, candidato?

Bloco 3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sabe por que, candidato? 2. Por quê? 3. Nós temos de saber, o que fica para a população brasileira? 4. O que ela vai absorver disso tudo? Sabe o que ela vai absorver, candidato? 5. Candidato, o que eu acho que o senhor faz, sabe o que o senhor faz? 6. Sabe o que que é isso? 7. Como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui, e numa questão tão delicada como a Saúde e a Educação, no Brasil, o senhor se furtar a explicar por que o senhor teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão? 8. Mas, nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto, fazendo o quê?
---------	--

Fonte: a própria autora

Voltando a atenção aos dados acima (quadro 9), nota-se, já no primeiro bloco do debate, uma “enxurrada” de ameaças (perguntas 1 a 5). São acusações que podem comprometer a imagem de honestidade do candidato adversário e de seu partido. Como bem sabemos, a pergunta retórica é feita com o propósito de “atacar” o outro e não com a intenção de decifrar ou saber algo e, a prova disso é que a própria candidata respondeu a cada um dos cinco questionamentos, “todos soltos”.

Nas demais perguntas transcritas no quadro, Dilma Rousseff continua provocando o candidato tucano que, ao justificar-se, poderia perder o controle emocional, correndo mais um risco de perder a sua imagem positiva. Não encontramos nas perguntas retóricas da candidata, marcas linguísticas atenuadoras e corteses, com exceção do pronome de tratamento “senhor”, que já faz parte do contrato comunicativo nesse tipo de evento comunicativo, o debate político em campanhas eleitorais.

4.8.5 A construção do *éthos* de identidade da candidata Dilma Rousseff

Conforme já explicitado no item anterior em que analisamos a construção do *éthos* de identidade do candidato Aécio Neves, esse tipo de imagem se constrói a partir de estratégias que colocam o candidato mais próximo ao eleitor, seja por manifestações verbais ou por manifestações não verbais. É por meio do sentimento, da solidariedade, do reconhecimento favorável aos eleitores que o candidato consegue aproximar-se deles. Dilma Rousseff não investiu tanto nesse tipo de *éthos*. O que nos leva a esta conclusão é o fato de termos rastreado as transcrições dos três blocos do debate buscando enunciados que indicassem tentativas de aproximação da candidata aos eleitores, mas encontramos apenas dois com este propósito:

Dilma 71/ B1: “Eu peço o voto de vocês e peço que vocês nos acompanhem [...]”.

Dilma 72/ B1: “eu teria muita honra de ser candidata pelo governo de Minas, acho Minas Gerais e Belo Horizonte um estado e uma cidade que eu gosto muito, porque foi lá que eu nasci.

No enunciado (Dilma71/B1), a candidata faz um pedido explícito aos eleitores em geral, logo no seu discurso inicial, quando se apresenta como candidata. Para isso, utiliza a forma pronominal “vocês”. Já no exemplo (Dilma 72/B1) o propósito de estreitar os laços com os eleitores está menos explícita e refere-se apenas aos mineiros.

Na sequência, apresentam-se as palavras finais de cada presidenciável no debate. As categorias são analisadas em conjunto, diferentemente do procedimento adotado na maioria das subseções analíticas anteriores.

4.8.6 A construção e a desconstrução do *éthos* nos discursos finais dos candidatos

Nesta seção, foram utilizados os mesmos procedimentos adotados na análise das considerações iniciais dos candidatos, isto é, apresentamos e interpretamos preliminarmente o pronunciamento transcrito do candidato Aécio Neves para, na sequência, repetir a ação com o pronunciamento final da candidata Dilma Rousseff.

4.8.6.1 Discurso final do candidato Aécio

Aécio finaliza a sua participação no debate sem preocupar-se com agradecimentos ou outras manifestações de cortesia, ao contrário, seu discurso é crítico, suas palavras soam convictas e prepotentes, ao mesmo tempo em que ecoam como um pedido de confiança dos eleitores. Seu pronunciamento final pode ser dividido em três partes: na primeira, enfatiza os motivos que o levam a disputar o cargo de Presidente da República, ao mesmo tempo em que critica a postura da candidata e de seu partido; na segunda, critica a postura da candidata neste e nos demais debates do pleito em andamento; por último, o candidato exorta suas próprias qualidades fortalecendo a autoimagem de candidato ideal para exercer o cargo pleiteado, colocando-se como o “grande presidente” de que o Brasil necessita.

“Eu quero ser Presidente da República, não para dividir de forma perversa e pouco generosa o Brasil entre nós e eles. Eu quero ser o grande Presidente da integração nacional, Presidente da generosidade para com os brasileiros que mais precisam, da integração do Nordeste ao nosso projeto de desenvolvimento, um Presidente que não trate o adversário como um inimigo a ser abatido a qualquer custo, que respeite a verdade. Eu quero ser Presidente da República para que amanhã, se eventualmente estiver numa outra disputa, eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas. Não é possível que, numa eleição dessa importância,

tenha se perdido tanto tempo em tantas ofensas, as mesmas ofensas que foram dirigidas a Eduardo Campos, depois à Marina Silva, agora são dirigidas a mim. Mas comigo não, candidata, comigo pode ter certeza, a senhora receberá sempre um olhar altivo, de um homem de bem, honrado, pronto para dar ao Brasil e aos brasileiros um destino melhor do que eles estão tendo".

Às três etapas mencionadas cabem alguns comentários. Primeiramente, ao apresentar, de forma impositiva, os motivos que o teriam levado a candidatar-se, Aécio Neves faz um cotejo implícito destacando as diferenças entre ele e seu partido adversário. Dessa forma, acusa indiretamente o governo de Dilma Rousseff de ter sido imparcial, perverso, de desrespeitar a verdade e de não ter garantido a integração nacional. A comparação acusativa é realizada por meio do advérbio de negação: “não para dividir de forma perversa e pouco generosa [...] que não trate o adversário como um inimigo”. Ao utilizar-se de um advérbio e de um adjetivo “pouco generosa”, o candidato parece poupar a adversária, atenuando o “ataque”. No entanto, certamente o eufemismo é mais um recurso para preservar a própria face do candidato.

Outra estratégia linguístico-discursiva usada e repetida nessa primeira parte do enunciado foi o uso das locuções verbais como em “Eu quero ser”, uma delas acrescida de um adjetivo “eu quero ser o grande Presidente [...]”. Por meio desse recurso linguístico, o candidato realça o desejo de vitória nas eleições, ao mesmo tempo em que tenta demonstrar auto confiança e competência. Se a forma “Eu quero ser” tivesse sido substituída por, “Eu gostaria de ser”, o candidato seria considerado mais polido, mas talvez não conseguisse evidenciar os efeitos que relataremos em seguida.

A segunda parte do enunciado se resume em uma crítica à postura da adversária durante os debates e soa como uma justificativa do candidato por não ter apresentado, com clareza, as suas propostas de governo. Aécio faz questão de dizer que não deixou de apresentar suas propostas por vontade própria ou por negligência, mas por culpa da sua adversária que não o teria deixado falar: “Eu quero ser Presidente da República para que amanhã, se eventualmente estiver numa outra disputa, eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas”. Dessa maneira, o candidato se coloca como vítima dos ataques da candidata Dilma e ganha tempo para mostrar aos eleitores um plano palpável que sintetize as suas promessas de campanha.

Na terceira e última parte de seu pronunciamento no debate, o candidato tucano continua desqualificando, de forma indireta, o governo petista. Aécio promete evitar erros cometidos pelos adversários em governos anteriores e, uma vez mais, tenta persuadir os eleitores de que seriam beneficiados com “um destino melhor”. Assim, o recurso mais

utilizado para enaltecer a própria imagem é a crítica à candidata adversária e a seu partido que está no poder nos últimos doze anos.

Nas entrelinhas desse discurso de Aécio Neves, inferimos o anseio de um candidato que quer passar a imagem de cidadão decidido, educado, de bons princípios e com projetos ousados para governar o país, no sentido de resolver os problemas existentes e garantir a integração da nação brasileira.

4. 8.6.2 Discurso final da candidata Dilma Rousseff

A mensagem final deixada pela candidata petista resume-se em agradecimentos, comparações e críticas, mas sobretudo, ressalta as ações realizadas na Presidência da República:

“Olha, eu queria te dizer em primeiro lugar, viu, que eu agradeço ao SBT, agradeço ao candidato, e agradeço a todos que nos assistiram hoje. Ao contrário do que ocorria no passado, quando governos de elite só viam as elites, hoje eu acredito que o meu governo olha para todo o povo brasileiro. Eu tenho certeza que o Brasil está mudando. Eu tenho certeza que o Brasil está mudando pra melhor. Acredito que o povo brasileiro hoje tem alternativas que nunca teve antes. No que se refere a emprego, no que se refere a oportunidades de estudo e de educação, no que se refere à construção de uma vida melhor. Nós vivemos um momento muito especial, um momento em que a crise internacional afeta a economia brasileira. Mas, nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto, fazendo o quê? garantindo emprego, garantindo a renda, e lutando sistematicamente para que o nosso país viva melhor. Reeleita, eu quero fazer ainda mais, eu quero garantir a todos os brasileiros, educação de qualidade, saúde de qualidade, e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda, que melhora a vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras”.

O enunciado acima se inicia com agradecimentos aos enunciatários – candidato oponente e público telespectador –, e ao SBT, responsável pelo debate. A princípio, poderíamos classificar o procedimento como cortês, no entanto, notamos falta de cortesia quando a candidata se dirige ao seu adversário Aécio Neves. Este recebe o agradecimento de forma indireta, em terceira pessoa, “agradeço ao candidato”, numa formulação que produz efeito de sentido de distanciamento, contrário à cortesia. Em contrapartida, Dilma Rousseff utiliza-se de um tratamento totalmente informal para dirigir-se ao mediador do debate, Carlos Nascimento. Ao fazer a interpelação informal, em segunda pessoa, “Olha”, eu queria te dizer”, a candidata petista intensifica a proximidade com o mediador. Talvez a escolha linguística se deva ao fato de sentir-se mais à vontade ao final do programa, porém, o excesso de informalidade em um debate político pode não causar boa impressão, principalmente, quando o seu adversário no debate é tratado de forma indireta (delocução).

Feitos os agradecimentos, a candidata petista utiliza-se da mesma estratégia adotada por Aécio em seu pronunciamento final, isto é, desqualifica o adversário com o intuito de enaltecer a própria imagem. O cotejo é realizado por meio de críticas às atitudes de governos anteriores, em que se inclui o PSDB: “Ao contrário do que ocorria no passado, quando governos de elite só viam as elites”. A construção da autoimagem ocorre com afirmações como: “hoje eu acredito que o meu governo olha para todo o povo brasileiro. Eu tenho certeza que o Brasil está mudando”. Dessa maneira, a candidata enfatiza benefícios que, durante o período do seu governo, teriam melhorado a vida dos brasileiros, propiciando-lhes oportunidades inéditas, além de demonstrar autoconfiança e transmitir segurança aos eleitores.

A candidata utiliza várias expressões enfáticas fazendo uso da primeira pessoa do singular e de verbos que indicam posse e vontade, o que pode conduzi-la ao *éthos* de credibilidade: “eu tenho certeza”, “eu acredito”, “eu quero fazer”, “eu quero garantir” e “eu quero também manter”. Tanto essas quanto outras manifestações de vontade própria, já relatadas anteriormente, correspondem costumam ser feitas por líderes populistas, cuja promessa é levar o povo rumo à salvação. De acordo com Charaudeau (2013, p.87), o maior risco nesse jogo de espelhos, ou seja, na disputa entre os candidatos em uma campanha política é o da “deriva populista”. Este tipo de procedimento se caracteriza pela linguagem simples e popular, quando o candidato usa e abusa da propaganda pessoal, utilizando-se da mídia para convencer os eleitores de que é diferente dos demais candidatos e que será capaz de resolver todos os problemas da população. Lembramos que Getúlio Vargas foi um presidente que seguiu a linha populista, tendo sido apelidado “pai dos pobres”. Como enfatiza o próprio autor (CHARAUDEAUS, 2013), as imagens populistas são frágeis, como são frágeis as maneiras pelas quais são construídas. Proporcionando vantagens a determinado político, elas podem desconstruir-se mediante atos deste que não correspondam ao seu discurso de campanha, ou seja, que estejam em desacordo ao *éthos* construído pelos eleitores⁴⁸.

Ao comentar a crise internacional, assunto polêmico na mídia durante o período da campanha eleitoral, a presidenciável o faz com aparente tranquilidade, com a convicção de

⁴⁸ Citamos como exemplo a carreira de Fernando Collor de Melo. Ainda candidato, em 1989, o ex-governador de Alagoas era bem diferente dos políticos da época: relativamente jovem (39 anos), fazia *cooper*, andava de *jet-ski* e estampava frases de impacto em suas camisetas: "Não fale em crise. Trabalhe". Porém, logo ao assumir o cargo sua popularidade entrou em decadência em consequência de medidas radicais como o confisco dos saldos das poupanças bancárias, a fim de conter a inflação. A crise foi se agravando e os escândalos de corrupção não demoraram a aparecer e, por conseguinte, a imagem do então presidente se transformou numa das piores imagens já vistas na política brasileira.

que esse obstáculo já estaria superado: “Mas nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto, fazendo o quê?” Por meio do uso da conjunção adversativa “mas”, Dilma parece inverter a situação, “garantindo emprego, garantindo a renda, e lutando sistematicamente para que o nosso país viva melhor”. Assim, o que parecia ser um empecilho para a sua reeleição, pois colocaria em risco a sua credibilidade e competência, se reverte em benefício próprio. Tudo isso é compartilhado, uma vez que Dilma se coloca no mesmo patamar dos eleitores ao utilizar-se do pronome “nós”, uma forma de aproximar-se mais daqueles que podem dar em troca a garantia de continuidade no governo. E é investindo em promessas que a candidata petista termina o seu discurso neste debate: “Reeleita, eu quero fazer ainda mais, eu quero garantir a todos os brasileiros (...) e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda, que melhora a vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras”. Na tentativa de convencer o seu eleitorado, Dilma demonstra, por meio do verbo querer em primeira pessoa do singular, muita disposição em fazer o que promete. Assim, a aproximação da candidata com o público eleitor ocorre não somente pelo pronome “nós”, já mencionado acima, mas também, pela preocupação demonstrada em relação às “brasileiras”.

Nesse discurso final da candidata petista revelam-se as figuras de *guia pastor e guia profeta* (CHARAUDEAU, 2013). Com suas promessas em prol de uma vida melhor aos brasileiros, Dilma intensifica a sua identidade com a instância cidadã, com o objetivo de ocupar uma posição de chefe no cenário político. Foi com este mesmo propósito que, durante o debate, a candidata petista prestou contas de seus atos aos cidadãos. Mas, ao mesmo tempo, a candidata mostra-se preocupada com seu “rebanho”, o qual promete proteger e conduzir a um lugar seguro, mesmo em situações de crise e outras dificuldades.

Retomando as diferentes etapas em que buscamos evidências que nos auxiliassem na configuração do *éthos* de cada candidato, resumimos nossas considerações:

- a) No decorrer dos enunciados apresentados, constatamos vários exemplos em que o trabalho das faces (facework) era realizado pelo autoelogio, seguido de ameaças ao codebatedor ou à codebatedora. Vimos, também, inúmeros exemplos de *cortesia aparente*, de *não cortesia* e de *descortesia* desde o discurso inicial, quando os candidatos se apresentaram aos telespectadores, até o final do debate, quando ocorreu o discurso final de cada um deles. Todas essas análises e interpretações contribuem para mostrar as estratégias mais utilizadas pelos candidatos no intuito de proteger e construir a própria imagem e/ou, impedir que seu adversário propusesse a sua autoimagem positiva. É desse trabalho das faces, somado ao contexto cultural e sócio-

comunicativo, à interpretação e reação dos coenunciadores (enunciatários diretos e indiretos), que emerge o *éthos* de cada candidato.

- b) É óbvio que quando um cidadão se candidata para algum cargo público, tenta esgotar todas as possibilidades que lhe permitam conquistar a confiança dos eleitores. Para isso, os candidatos investem em estratégias linguístico-discursivas que lhes atribuam credibilidade e os identifiquem, ao máximo, com aqueles que têm o poder de conduzi-los ao cargo almejado. Esse desejo ficou bastante evidente nas manifestações de ambos os presidentiáveis, durante o debate. Evidenciaram-se também, acusações mútuas de nepotismo, assunto que gerou bastante tensão no debate. Essas acusações provocaram reações descorteses, levando ao *antiéthos* dos presidentiáveis.
- c) Se, por um lado, as estratégias utilizadas pelos candidatos para edificar o *éthos* de credibilidade foram bastante semelhantes, por outro lado, foi perceptível a diferença na argumentação para cativar o *éthos* de identidade.
- d) Um dos recursos mais utilizados pelos presidentiáveis na edificação do *éthos* de credibilidade foi a autovalorização em detrimento do outro, denominada *descortesia dissimulada* (BLAS ARROYO, 2001). Os enunciados (93 a 96) de autoria de Aécio Neves, do PSDB, demonstram claramente o cotejo para exaltar ações realizadas pelo candidato durante o período em que governou o Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que desqualifica ações realizadas durante a gestão de Dilma Rousseff na Presidência da República. A candidata também tentou enaltecer a própria imagem por meio de estratégias de autovalorização, com críticas e acusações paralelas, no intuito de desconstruir a imagem positiva do candidato adversário. É nítida, pois, nos exemplos retirados dos três blocos do debate, a intenção de levar o candidato oponente à autodestruição da imagem, uma vez que provocados, os candidatos podem perder o autocontrole emocional e, com isso, expressar-se de forma descortês, aumentando assim o risco de “perder a face” diante do público telespectador. Por outro lado, quando isso acontece, aumenta a probabilidade de fortalecimento da face positiva do enunciador.
- e) A argumentação da candidata para promover a autoimagem esteve ancorada, principalmente, em possíveis deslizos, falhas e irregularidades do tucano enquanto governava Minas Gerais. Os exemplos (Dilma/62 a Dilma/66) evidenciam algumas das acusações a Aécio, dentre elas o crime de improbidade administrativa e o baixo desempenho do tucano como administrador do Estado Mineiro. A candidata também acusou o adversário pelo seu suposto envolvimento ilegal na construção do aeroporto

de Cláudio, em Minas Gerais, e por ter se negado ao teste do bafômetro durante uma abordagem policial em período anterior à campanha eleitoral. Já, as acusações e críticas feitas por Aécio à candidata Dilma se referem, na maioria das vezes, ao suposto envolvimento da candidata no escândalo da Petrobrás e em outros atos de corrupção durante a sua gestão na Presidência da República.

- f) Outra estratégia bastante recorrente na enunciação dos dois candidatos foi a pergunta retórica, cujo recurso pertence à ironia (BROWN E LEVINSON, 1987, MUECKE (1995) e KAUL MARLAGEON (2012) e, conseqüentemente, seu uso pode ser considerado descortês, dependendo, é claro, das circunstâncias e das reações dos interlocutores. Os quadros 8 e 9 sistematizam as ocorrências deste tipo e evidenciam que tal subestratégia foi utilizada 21 vezes por Aécio Neves e 19 vezes por Dilma Rousseff.
- g) Se considerarmos os diferentes tipos de *éthos* mencionados por Charaudeau (2013) para identificar-se com os eleitores, notamos que Dilma Rousseff buscou, além dos *ethé* de credibilidade e de identidade, também o *éthos* de chefe por meio da figura de *guia pastor e guia chefe*, colocando-se como líder preocupada com a segurança e o bem-estar do seu povo. Mesmo admitindo a crise financeira que o país já vinha sentindo, a candidata reafirmou seu compromisso com os programas sociais e demonstrou disposição para enfrentar qualquer desafio. O candidato Aécio buscou, além dos *ethé* de credibilidade e de identidade, o *éthos* de *humanidade*, embora com menos empenho que nos dois tipos anteriores.
- h) Quanto à forma de expressar-se, apreendemos certas diferenças entre os candidatos. Dilma, apesar de não ter apresentado um discurso espontâneo, manteve o tom de voz firme, postura rígida, contida e sorrisos escassos, características que contribuem para o *éthos* de caráter (inserido no *éthos* de identidade). Porém, o seu falar pausado, as repetições e o uso frequente de dêiticos pronominais foram interpretadas como “muletas”, pois passavam a impressão de que a candidata necessitava de um tempo a mais para refletir sobre a argumentação que fazia, fato que reflete em insegurança. Por sua vez, Aécio parecia mais preparado ao expressar-se, emitindo respostas imediatas, mantendo sempre firme o tom de voz e a postura aparentemente serena, sorrindo durante grande parte do debate. Essas manifestações verbais e não verbais conduzem ao *éthos* de caráter, mas o excesso de cortesia manifestado pelo sorriso do candidato pode ter prejudicado a sua imagem, se interpretado como ironia ou falta de seriedade.

Cabe informar que, nesta última etapa da análise, confirmou-se a complexidade em identificar o *éthos no* campo do discurso político. A dificuldade está justamente em desvendar as reais intenções dos candidatos, com base na análise e interpretação das estratégias discursivas utilizadas. Feitas as considerações em relação à configuração do *éthos* de cada candidato, restrito ao debate analisado, reservamos a seção seguinte para apresentar os resultados da pesquisa, sempre de acordo com os objetivos propostos e respondendo aos questionamentos feitos ao iniciarmos o estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu-nos perceber o quão complexo é inserir-se nas interações humanas e avaliar, com “lentes” de pesquisadora, as manifestações que ocorrem nessas interações. Durante o estudo, quanto mais aprofundávamos as pesquisas em torno da cortesia/descortesia, mais percebíamos as lacunas existentes nessa temática, especialmente em torno da categorização dos atos linguístico-discursivos.

Dentre os motivos que nos conduziram à escolha do debate político televisivo como objeto da pesquisa, destaca-se o caráter marcadamente confrontador deste tipo de interação, resultando, portanto, num campo bastante profícuo para a análise da cortesia e, especialmente, da descortesia. O nosso propósito era analisar uma interação conflituosa, para mostrar quais estratégias de cortesia/descortesia os candidatos utilizavam no confronto e como as utilizavam para que dele emergisse uma autoimagem favorável em função de seus interesses eleitorais. Convém lembrar que o debate político é um evento de caráter institucional e performativo, em que os interactantes principais (os debatedores) desenvolvem a arte de persuadir e de seduzir o eleitor.

As principais perguntas que nortearam o presente estudo foram cinco: 1) quais são as estratégias de cortesia e, particularmente, de descortesia usadas pelos candidatos? 2) de que forma e por que razões os candidatos ameaçam as faces um do outro? 3) quanto à descortesia, em que circunstâncias do debate ela se torna mais evidente? 4) quanto à cortesia, qual é a sua função nas poucas vezes em que ocorre? 5) do ponto de vista das intervenções corteses e descorteses, qual é o *éthos* de cada candidato que emerge do debate?

Tais questionamentos nos levaram ao seguinte objetivo geral: *analisar e interpretar as intervenções linguístico-discursivas dos debatedores por meio das quais eles se mostram corteses e, particularmente, não corteses e descorteses.*

Neste estudo, em que tomamos como corpus os enunciados relativos ao debate político entre candidatos à Presidência da República em 2014, Aécio Neves e Dilma Rousseff, foi possível perceber exemplos concretos de como o contexto interacional interfere na percepção dos atos linguístico-discursivos. Não há, portanto, como discordar de Culpeper (2011) e de Kerbrat-Orecchioni (2014) que, em suas pesquisas mais recentes ressaltam a necessidade de contemplar, nos estudos da cortesia e, especialmente, da descortesia, o ambiente em que se desenrolam os eventos interacionais analisados. Outro fator extremamente relevante para uma análise mais precisa é observar a reação do enunciatário. Esses quesitos foram observados minuciosamente nas análises e interpretações que realizamos, seguindo-se as orientações de

diferentes autores empenhados em decifrar como o ato de enunciar pode interferir positiva ou negativamente para o equilíbrio das interações humanas.

Cabe ressaltar que a pesquisa é de cunho qualitativo e focou-se, especialmente, nas manifestações linguísticas, porém, na medida em percebíamos a necessidade do material não linguístico para esclarecer fatos e, dessa forma, tornar mais rico e completo o estudo, esse material foi consultado.

Conforme previsto na metodologia da tese, não analisamos *todos* os enunciados de cortesia e de descortesia do *corpus*. Para não estender demais a análise, destacamos alguns enunciados, exemplificando as categorias contempladas nos objetivos da pesquisa. Contudo, naquelas categorias em que encontramos menos ocorrências, transcrevemos e interpretamos todos os enunciados identificados. Assim, analisamos 104 enunciados de Aécio Neves e 72 de Dilma Rousseff, constando ainda, no corpo da análise, os pronunciamentos iniciais e finais dos candidatos e as perguntas retóricas, num total de 21 para Aécio e 19 para Dilma. Quanto à não coincidência do total de enunciados analisados para cada candidato, cabe informar que tal fato não comprometeu os resultados do estudo, dada a natureza do estudo (pesquisa qualitativa).

Estudar atos corteses e descorteses permite-nos compreender melhor a utilização das estratégias de valorização ou de desqualificação do outro e os efeitos dessas na interação. Observando o *corpus* geral, é possível afirmar que não houve manifestações puramente corteses, pois ambos os candidatos priorizaram a valorização da própria face e não a de seu adversário. Após analisar os enunciados de cortesia de acordo com os quatro primeiros objetivos que contemplam a cortesia em suas diferentes categorias, podemos afirmar que:

a) A cortesia positiva da candidata Dilma Rousseff na interação com o candidato Aécio Neves aparece, timidamente, no primeiro ato enunciativo, em que esta cumprimenta o candidato e os demais interlocutores. Porém, cabe lembrar que o cumprimento é um ato comunicativo já esperado nas interações face a face, não se caracterizando como cortesia. Durante e ao final do programa, não constatamos, nas manifestações verbais da candidata petista, atos que poderiam, de fato, ser considerados corteses. Constatamos que a fórmula “cortês” mais recorrente da presidenciável foi a formulação indireta de pedidos por meio de locuções verbais como, “eu gostaria de dizer”, “eu queria dizer”, “eu gostaria muito de saber”. No entanto, a análise dos enunciados, na íntegra, evidenciou que se tratava de uma cortesia positiva aparente.

O candidato do PSDB, Aécio Neves, em momento algum, manifestou-se verdadeiramente cortês ao dirigir-se à candidata oponente. Para cumprimentar a candidata

Dilma Rousseff, Aécio utilizou-se da terceira pessoa do discurso (ELA): “cumprimento a candidata”, demonstrando o desejo de distanciamento da interlocutora. A tabela que sintetiza os pronomes de tratamento utilizados pelos candidatos para dirigirem-se um ao outro durante o debate evidencia como mais recorrentes as formas *senhor* e *senhora*, tratamento previsto como cortês quando não há indícios de descortesia por ironia ou por outras estratégias descorteses. Os pronomes *nós* e *a gente*, como forma de inclusão, foram identificados 14 vezes no discurso de Aécio e 15 vezes no discurso de Dilma, porém, não com o propósito de valorizar a face do outro, mas para impressionar e seduzir o eleitor. Assim, os resultados apontam para a cortesia positiva aparente, não só pelas formas de tratamento utilizadas, mas também pela ironia que permeia a maior parte dos enunciados. A cortesia positiva observada no *corpus* da pesquisa limita-se, majoritariamente, ao público telespectador e, mais raramente, ao mediador do debate. Não identificamos, portanto, enunciados que elogiam, valorizam ou enaltecem de fato a face do adversário ou da adversária.

b) Na categoria de cortesia negativa os resultados são muito semelhantes aos relatados acima. Não nos causou estranheza a ausência de ocorrências de manifestações corteses. Segundo as literaturas consultadas, não se costuma utilizar, nos debates políticos eleitorais, manifestações claras de valorização ou proteção do interlocutor. Os poucos enunciados identificados (Dilma 12/B2; Aécio 19/B2; Aécio 20/B2) apresentam falsos atenuadores como: “pra mim não importa”, “eu acho”, “o que me parece” e “talvez”. Se esses enunciados fossem analisados fora de contexto, certamente seriam percebidos como cortesia negativa, contudo não se concretizam como tal, devido às circunstâncias em que foram proferidos. Portanto, ambos os candidatos utilizaram, em seus discursos, algumas marcas linguísticas de cortesia negativa, mas com o propósito de construir o *antiéthos* do codebatedor ou da codebatedora. Assim, o que prevalece é novamente a cortesia negativa aparente.

c) Em relação ao nosso quarto objetivo, que consiste em analisar as manifestações de *não cortesia*, informamos que esta foi a categoria que teve a maior incidência de manifestações identificadas nos atos enunciativos de Aécio Neves – um total de 21 enunciados –, e apenas 5 da candidata Dilma Rousseff. Referimo-nos aqui, aos atos que representam ameaças à imagem do interlocutor, mas que são lícitos, isto é, permitidos no contrato comunicativo em vigor no debate político. Manifestações desse tipo são tratadas também, sob outras nomenclaturas: *anticortesia* (ZIMMERMANN, 2005) e *descortesia normativa* (BERNAL, 2007). Devemos admitir que tivemos dificuldades para identificar e

categorizar tais enunciados, pois não encontramos, nas literaturas consultadas, uma delimitação clara entre os diferentes tipos de manifestações. Por essa razão, alguns exemplos foram retomados ao analisarmos atos descorteses. Cabe informar que inserimos, na categoria da não cortesia, as refutações e as críticas que, no tipo de contexto analisado, dizem respeito mais à não cortesia do que à cortesia. Percebemos que houve grande empenho do candidato Aécio em cobrar de Dilma, candidata à reeleição, obras prometidas e não realizadas ou não concluídas (enunciados 32 a 36) durante o seu mandato na Presidência República. Justamente pela sua condição de candidata afastada do cargo para pleitear a reeleição, entendemos que certas críticas e advertências de Aécio em relação ao governo Dilma se potencializavam em FTAs mais ameaçadores (ver enunciados de Aécio, 37 a 41). Observamos que tais provocações do candidato do PSDB não foram direcionadas à Dilma Rousseff como cidadã comum, mas no papel de candidata, representante do PT, que ocupou o cargo de governante até iniciar a campanha eleitoral e que, segundo inferimos dos enunciados de Aécio Neves, deveria assumir a responsabilidade de manter a ordem do país e atender às necessidades dos cidadãos. Já as manifestações de não cortesia identificadas nos atos enunciativos da candidata petista, Dilma Rousseff, totalizaram apenas cinco (exemplos 14 a 19). A principal estratégia utilizada nesses enunciados foi a *denegação* (CHARAUDEAU, 2013), pela qual a candidata se defende de acusações feitas pelo adversário sobre os desvios na Petrobrás e de contratações ilegais que, segundo ele, se configuram como crime de nepotismo. A candidata nega o seu envolvimento nesses atos ilegais e, ao defender-se e proteger os seus correligionários, também investe contra o candidato tucano, acusando-o de negligência por não ter desenvolvido certos programas educacionais durante o período em que governou o Estado de Minas Gerais. Quando o assunto é a Copa do Mundo, Dilma desabafa dizendo que o evento deu certo, apesar das torcidas em contrário. Não há dúvidas de que o recado foi para a oposição.

d) Categorizamos como descorteses as ofensas que vão além das fronteiras do que seria lícito no debate político analisado. Explicitando melhor, são descorteses aqueles FTAs intensificados que atingem a integridade moral e, portanto, ferem a imagem positiva ou negativa do candidato oponente perante o público eleitor. Entre esses atos estão os insultos, as acusações e as desqualificações. A análise e interpretação desses atos ocorreu sob a perspectiva teórica de Culpeper (1996) e Blas Arroyo (2001), por percebermos que a teoria de Kerbrat-Orecchioni (2014), utilizada para analisar as manifestações corteses não estabelece categorias de análise próprias da descortesia. Assim, os atos linguístico-discursivos descorteses foram lançados em três subcategorias: 1) *descortesia positiva*, 2) *descortesia*

negativa e 3) *descortesia indireta*. Como é possível constatar nos resultados que seguem, as duas primeiras subcategorias se subdividem em diferentes variantes.

Analisamos no item descortesia todas as manifestações dessa natureza identificadas no corpus, totalizando 27 do candidato tucano e 26 da candidata petista. Concluímos que as acusações de mentira foram as que prevaleceram nos ataques diretos de Aécio contra Dilma na variante “a”, em que analisamos também as acusações de fraude, corrupção e desrespeito, num total de 10 enunciados (42 a 51). O candidato defendeu seu Partido em relação às repetidas acusações de Dilma quanto à falta de água em São Paulo e utilizou-se de alguns recursos linguísticos como advérbios e conjunções que intensificaram as ameaças à face positiva da codebatedora. Nessa mesma subcategoria, analisamos 8 enunciados da candidata Dilma (20 a 27), em que a acusação mais recorrente contra Aécio foi a de corrupção. A improbidade administrativa da qual foi acusado Aécio, teria ocorrido por contratação ilegal de parentes; engavetamento e ocultação de informações públicas; e recebimento de propina para esvaziar uma CPI quando governador do Estado mineiro. Outras acusações de Dilma contra Aécio foram as de mentira e de proteção aos corruptos de seu Partido, o PSDB.

Na variante “b” do item descortesia positiva, encontramos nos atos enunciativos do candidato tucano acusações de *fracasso, incompetência e irresponsabilidade*, enquanto que, por parte da candidata petista, as manifestações que prevaleceram foram as acusações de *ignorância*. Analisamos 7 enunciados de Aécio Neves (55 a 58) e apenas 3 da candidata Dilma (28 29 e 30). Para sustentar as acusações de fracasso administrativo no governo da petista, o tucano preferiu a estratégia da desqualificação, com críticas consideradas graves para a concorrente que pleiteava retomar o cargo em janeiro de 2015. Já os enunciados da candidata foram computados como descortesia positiva, porque, mesmo contendo elementos atenuadores, estes não foram suficientes para mitigar as ameaças.

Finalmente, na terceira e última variante da descortesia positiva, identificamos 8 enunciados de Aécio Neves e 15 de Dilma Rousseff, com acusações de *ironia, enfrentamentos e refutações*. A preferência do candidato tucano recaiu sobre as estratégias de ironia (59 a 66) e de enfrentamentos (67 e 68). Reconhecemos que a ironia se mescla com enfrentamentos e refutações quando o presidenciável se autoelogia cotejando ações realizadas pelo PSDB e ações que teriam “fracassado” na administração do governo petista. A argumentação é reforçada pela citação de um excerto do parecer do TCE relativo à aprovação das contas do governo de Aécio no Estado de Minas Gerais e por outros dados concretos. Nesta mesma variante da *descortesia positiva* utilizada pela candidata Dilma, constatamos que a *ironia* não é a estratégia predominante, pois apenas 3 enunciados se caracterizam como irônicos. Destes,

percebemos como mais agressivo o enunciado (33/B3) por meio do qual Aécio é acusado de ter se negado a fazer o teste do bafômetro. A candidata petista investiu mais nas acusações por *enfrentamento*, somando 10 ocorrências (34 a 43). Nesses enunciados, Dilma Rousseff enfatizou as diferenças que, segundo ela, eram evidentes entre os candidatos. Recorreu, com frequência, a dados numéricos, taxas percentuais e outros argumentos concretos que potencializam a argumentação, levando ao *éthos* de credibilidade. Nesses enfrentamentos, o combate à corrupção e os projetos e obras realizados durante o seu governo na Presidência da República foram utilizados como principais alicerces. Identificamos na última variante da subcategoria “c” (a *refutação*), apenas 3 enunciados de Dilma (44, 45 e 46) e nesses, o grau de descortesia positiva em relação ao candidato Aécio foi menor.

Feitas as considerações sobre a *descortesia positiva*, passamos aos resultados da análise do item 2) *descortesia negativa*, que consiste em ameaças que invadem o território do interlocutor. Essa etapa foi realizada por meio dos mesmos procedimentos metodológicos utilizados anteriormente, para analisar a cortesia positiva. As variantes em comum para ambos os candidatos nessa subcategoria foram: a) ordens e advertências; b) propostas e conselhos; c) cobranças diretas. Seguem nossas considerações quanto a essas três variantes da descortesia negativa:

Na variante “a” (ordens e advertências), o candidato tucano teve um total de 22 manifestações (69 a 90), com maior incidência na variante “a” (ordens e advertências) e um índice menor na variante “b” (cobranças diretas) por falta de propostas e por promessas não cumpridas, com apenas 5 enunciados analisados (86 a 90). Já a candidata petista somou 13 ocorrências de *descortesia negativa* (47 a 59), 9 a menos que seu concorrente, ficando a maior parte delas na variante “a” (ordens e advertências) que contempla as ameaças negativas com atos impositivos. Identificamos 10 ocorrências dessa natureza na enunciação de Aécio e 11 na enunciação de Dilma. Cabe ressaltar que o uso de verbos nos modos imperativo e subjuntivo, estratégia recorrente nos enunciados do candidato Aécio nessa variante, funciona como imposição e provocação, no intuito de desestruturar emocionalmente a interlocutora. Ainda na variante “a” desta mesma subcategoria, a candidata Dilma mescla algumas ameaças mais explícitas e outras aparentemente menos ofensivas, contudo, revestidas de ironia, perceptível pela insistência da candidata em falar do episódio da Lei Seca, já justificado por Aécio, inclusive com pedido de desculpas. Para advertir o tucano, a petista apelou também às formas impositivas “quero dizer” e “eu vou dizer”.

Na variante “b” da *descortesia negativa* (propostas e conselhos) registramos e analisamos 7 enunciados de Aécio (79 a 85) e apenas 2 de Dilma (58 e 59). Evidenciou-se que

Aécio invadiu o território da codebatedora utilizando-se, com frequência, da primeira pessoa do plural (nós inclusivo). Tal recurso linguístico costuma ser utilizado nas interações verbais com o objetivo de aproximar-se do interlocutor. No entanto, Aécio o usou de forma irônica, intensificando os ataques. Em contrapartida, o recurso linguístico-discursivo mais utilizado nessa subcategoria pela candidata petista foi a pergunta retórica, sempre com vantagens para a sua autoimagem ao enfatizar as diferenças entre ela e o candidato oponente.

Quanto aos enunciados da variante “c” da *descortesia negativa* (as cobranças), identificamos e analisamos apenas 5 do candidato tucano em que este cobrava da candidata oponente o não cumprimento das promessas feitas na campanha anterior e a falta de propostas na campanha eleitoral de 2014.

Ainda contemplando a *descortesia* entre os candidatos, de acordo com a teoria de Culpeper (1996) e Blas Arroyo (2001), analisamos alguns exemplos de *descortesia indireta* entre os candidatos. Esse tipo de descortesia se confirma quando o enunciador não assume o ato enunciado. Os exemplos (Aécio 91/B3) “os brasileiros querem saber [...]” e (Dilma 60/B1) “a imprensa tem perguntado [...]” evidenciam que ambos os candidatos se utilizaram desse recurso linguístico-discursivo comum no discurso político, terceirizando a responsabilidade do dito, para não comprometer-se de forma direta. Dessa maneira, reforçaram o *éthos* de credibilidade.

Quanto à interpelação dos interlocutores, sexto objetivo específico da pesquisa, notamos que os candidatos deram preferência às perguntas retóricas. Tal recurso irônico instiga os eleitores a refletirem sobre as acusações indiretas feitas ao candidato ou à candidata concorrente, enquanto o enunciador protege a sua própria face.

Já as manifestações de *delocução* (ou “tropa comunicacional”) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006) foram poucas, exemplificadas com os enunciados (Dilma 61/B1), (Aécio 92/B1) e (Aécio 93/B2). Cabe lembrar que, por meio dessa estratégia linguístico-discursiva, desfocaliza-se o enunciatário direto, o candidato oponente, tratando-o como mero coadjuvante da interação, pois a palavra que deveria ser dirigida a ele é projetada ao público telespectador. Tal procedimento implica em descortesia, visto que o codebatedor é ignorado diante dos telespectadores, posto em situação inferior e, por algumas vezes, ridicularizado.

O penúltimo objetivo desta tese era verificar a ocorrência de interrupções da fala dos candidatos pelo seu alocutário direto (o candidato adversário). Conforme já prevíamos, não houve nenhuma ocorrência de interrupção por parte dos debatedores, certamente por se tratar de um programa televisivo organizado, um debate institucional com regras pré-estabelecidas. O que registramos foi apenas uma tentativa de interrupção de autoria do candidato Aécio,

quando este falou bem baixinho: “ninguém sabe onde está o metrô”. Isso ocorreu no segundo bloco do programa, quando o candidato discordava do que estava sendo afirmado por Dilma em relação à execução das obras dos metrôs. Pelo baixo volume da intervenção, a candidata não deve ter percebido a descortesia do codebatedor, ou a ignorou, pois, não esboçou nenhuma reação quanto ao fato.

Para identificar os *ethé* emergentes do debate analisado – tarefa correspondente ao último objetivo deste estudo –, recorreremos às análises já concluídas, buscando os enunciados que poderiam contribuir nessa construção. Além do clássico Aristóteles (1979) contribuíram substancialmente para essa etapa da análise os autores Charaudeau (2013), Maigueneau (2008) e Amossy (2005), permitindo-nos perceber os propósitos de cada candidato no decorrer dos atos enunciativos. Foi, portanto, a partir dessas teorias e do *facework* dos candidatos, das estratégias recorrentes, especialmente as linguístico-discursivas, que confirmamos a construção dos *ethé de credibilidade e de identidade* para ambos os candidatos.

Considerando que, para conquistar o *éthos* de credibilidade é fundamental demonstrar competência, honestidade e seriedade, concluímos que o referido tipo de *éthos* da candidata Dilma assentou-se, especialmente, na competência, ou seja, na experiência mostrada e, algumas vezes, comprovada durante o seu governo. O candidato Aécio também buscou a confiança dos eleitores pautado em obras realizadas, mas principalmente, em promessas de administrar melhor do que a candidata que esteve à frente do Governo pelos últimos quatro anos. Ainda na busca do *éthos* de credibilidade, ambos os candidatos investiram na autovalorização em prejuízo da valorização do outro, estratégia denominada *descortesia dissimulada* (BLAS ARROYO, 2001).

Evidenciamos também o *éthos* de identificação, que se constrói por meio dos *ethé* de potência, humanidade, caráter, chefia e solidariedade. O *facework* em prol da edificação de alguns desses *ethé* evidenciou-se nos atos enunciativos de ambos os candidatos, porém, com argumentação diferenciada. Enquanto Aécio investia em estratégias linguístico-discursivas explícitas, com destaque para o uso de vocativos dirigidos aos eleitores que assistiam ao programa, Dilma dava preferência a estratégias implícitas, como, por exemplo, ressaltar obras realizadas e programas desenvolvidos durante a sua gestão na Presidência da República, especialmente os programas da “Bolsa família” e “Minha casa, minha vida”.

Verificamos, portanto, que as mesmas estratégias que auxiliaram a candidata na construção do *éthos* de competência, suporte para o *éthos* de credibilidade, contribuíram, também, para configurar o seu *éthos* de identificação, uma vez que os projetos sociais

colocam o político mais próximo à instância cidadã. O estudo sugere que as frequentes manifestações elogiosas ao Estado de Minas Gerais podem ter contribuído, também, para a construção do *éthos* de identificação da candidata petista. O enunciado (72/ B1) exemplifica uma dessas manifestações em que a cortesia se limita aos eleitores mineiros: “eu teria muita honra de ser candidata pelo governo de Minas, acho Minas Gerais e Belo Horizonte um estado e uma cidade que eu gosto muito, porque foi lá que eu nasci”.

Quanto à ausência de estratégias linguísticas de aproximação ao público no discurso da candidata Dilma Rousseff, arriscamos a hipótese de que a candidata já se sentia bastante próxima dos eleitores por ter sido Presidente da República durante os últimos quatro anos e que, talvez por essa razão, não tenha demonstrado preocupação com estratégias de atenuação específicas ou diretas com o propósito de aproximação.

Contrariamente à petista, o candidato tucano investiu nas estratégias de aproximação. Um dos recursos bastante recorrentes em seu discurso foi o uso dos verbos na primeira pessoa do plural e dos pronomes “nós” e “a gente” de forma inclusiva (ele e o público). Registramos ainda, com esse mesmo propósito, atos elocutivos diretos como: “você dona de casa”, “você trabalhadores” e outros que conduzem à identidade do enunciador com o telespectador, valorizando-o.

Com sua aparência serena, o falar tranquilo geralmente acompanhado de um sorriso, o candidato do PSDB buscava a confiança e a empatia dos eleitores. Ao mesmo tempo em que tais manifestações demonstram segurança, serenidade e simpatia, qualidades positivas para conduzir a nação com tranquilidade e identificar o candidato com os eleitores, pode-se inferir que o candidato tenta parecer tranquilo e simpático para seduzi-los.

Conclui-se, pois, que Aécio Neves tentou passar aos telespectadores uma imagem de homem honrado, correto, educado, tranquilo, competente, sensível às necessidades dos eleitores, e, principalmente, superior a sua adversária que, segundo ele, já havia fracassado na gestão anterior como Presidente da República. Não encontramos, no discurso do candidato, manifestações linguísticas que revelem discriminação em relação à condição de Dilma como mulher. No entanto, há marcas implícitas que não nos propusemos a analisar neste estudo, mas que poderiam, em outro tipo de análise mais aprofundada, revelar esse tipo de construção discursiva.

No intuito de edificar a sua imagem de candidata experiente, competente e, portanto, capaz de dar continuidade ao trabalho iniciado há quatro anos na Presidência da República, a candidata Dilma manifestou o desejo de evidenciar a sua condição de mulher, mãe e protetora. Colocando em evidência tais características, a candidata tentou demonstrar que se

identifica com os problemas e necessidades do sexo feminino, e, portanto, saberá defender e valorizar as mulheres. Essa manifestação é corroborada pelo adjetivo “brasileiras” utilizado por Dilma para referir-se às mulheres eleitoras. No entanto, para conquistar o público eleitor, a candidata “agarrou-se”, principalmente, nas obras e projetos realizados durante o seu mandato. A exemplo do candidato Aécio, também não encontramos nos enunciados da candidata Dilma formas linguísticas de preconceito ou de discriminação em relação ao candidato oponente. O que constatamos são alguns elementos implícitos em seu discurso que poderiam trazer à tona tais manifestações, mas os objetivos deste estudo não preveem uma análise Semiótica que daria conta desse tipo de manifestação.

Em termos gerais, constataram-se, no *corpus* analisado: a ausência de atos verdadeiramente corteses; o uso de estratégias linguísticas de cortesia com objetivos contrários à valorização do candidato adversário; a valorização da própria imagem em prejuízo da imagem do outro como estratégia de descortesia mais recorrente; a dissimulação da descortesia pelo uso da cortesia aparente. Ambos os candidatos buscaram destacadamente o *éthos* de credibilidade apresentando dados numéricos, taxas percentuais e outros argumentos, no sentido de potencializar as críticas em relação ao candidato adversário. O *éthos* de identidade, evidenciado especialmente em recursos de criação de efeitos de sentido de proximidade com o público telespectador, emergiu com menos destaque no desdobramento do debate.

No decorrer dos diferentes blocos do debate e, principalmente, em seu pronunciamento final, o candidato Aécio Neves tentou convencer o público de que sua adversária era descortês. Isso ficou evidente nas inúmeras vezes em que pedia a Dilma para “elevar o nível do debate” e também ao final, quando disse: “Eu quero ser Presidente da República para que amanhã, se eventualmente estiver numa outra disputa, eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas”, dando a entender que não apresentou seu programa de Governo porque a candidata adversária não havia permitido. No entanto, se considerados os frequentes ataques dissimulados (irônicos) do candidato Aécio contra a candidata oponente, o tucano revelou-se mais descortês que a petista, que preferiu o enfrentamento e a defesa, utilizando formas linguísticas atenuadoras (porém não corteses).

Quanto aos *ethé* emergentes do debate, configuraram-se o *éthos* de credibilidade e o *éthos* de identidade para ambos os candidatos. Ainda em relação aos *ethé* dos debatedores, o estudo indica que, ao ameaçarem-se mutuamente as faces nos diferentes graus de descortesia, eles o fizeram com o propósito de desconstruir a imagem do adversário e, conseqüentemente, enaltecer a própria imagem, não objetivando, portanto, “atacar” pessoalmente o adversário.

Em relação às dificuldades de análise, cabe informar que, quando iniciamos o estudo, investimos na busca de suportes teóricos que nos conduzissem à categorização precisa dos atos linguístico-discursivos. No entanto, logo percebemos a inexistência de literaturas que estabeleçam as reais fronteiras entre atos corteses, não corteses e descorteses. Os limites são imprecisos, principalmente quando se trata daqueles atos que desqualificam, acusam ou insultam. Durante as reflexões, nosso ponto de vista quanto à necessidade de estabelecer fronteiras entre as categorias de análise foi mudando à medida que percebíamos a forte relação entre linguagem e cultura. Assim, se por um lado a percepção da diluição das fronteiras representa dificuldades e desafios para os pesquisadores, por outro lado, serve para evidenciar que, no mundo da linguagem, não há e nunca hão de existir limites, pois linguagem e cultura se mesclam, transitam os mesmos espaços e são emergentes. As constantes mudanças que ocorrem culturalmente perpassam a linguagem e modificam o pensamento e as ações dos seres humanos. Vivemos num mundo ciberlinguístico e multicultural, em que a valorização da diferença está cada vez mais evidente. Não há pessoas iguais, nem pensamentos idênticos e é isso que diferencia também as interpretações do dito e do não dito nas interações humanas.

Diante dessas constatações, asseveramos que o grau de descortesia do ato ameaçador depende, especialmente, do modo como o enunciador se expressa em relação ao seu adversário e da maneira como o enunciatário recebe o FTA. Outro fator preponderante é a sua reação em relação à ameaça. Assim, o que parecia uma cortesia pode gerar a não cortesia e, às vezes, a descortesia. A desqualificação que, a princípio não seria uma forte ameaça, pode transformar-se numa acusação, e esta, pode vir a caracterizar-se como um insulto. Portanto, o ato descortês nem sempre é voluntário, assim como uma atenuação nem sempre equivale à cortesia.

Quanto ao teor polêmico do nosso objeto de pesquisa, se comparado a outros debates políticos já analisados na França (KERBRAT-ORECCHIONI, 2013a; 2014) e na Venezuela (BOLÍVAR, 2005), o grau de descortesia no debate entre os presidenciáveis brasileiros de 2014 é bem menor. Se tomássemos como objeto de análise alguma das sessões recentes do Senado brasileiro, certamente nos depararíamos com um *corpus* mais descortês que o analisado. Curiosamente, o desfecho desta pesquisa coincide com o afastamento e submissão da Presidente eleita ao processo de impeachment. Não nos cabe discutir os motivos e as circunstâncias que instabilizaram e fragilizaram a administração da Presidente. Porém, é pertinente lembrar que tal fato corrobora o alerta de Charaudeau sobre a efemeridade e fragilidade das imagens dos políticos: “qualquer que seja a construção dessas imagens e de

seus efeitos sobre os povos, um fato se revelou para a história: elas são frágeis. Adoradas um dia, podem ser queimadas no outro” (CHARAUDEAU, 2013, p.87).

Finalizamos esta tese na certeza de termos contribuído no sentido de “calibrar” os conhecimentos científicos dos estudos da cortesia e da descortesia na esfera política. A pesquisa nos ensejou um amplo estudo da natureza das manifestações linguísticas de cortesia e de descortesia nas interações humanas em geral e nas interações de ordem política em debates eleitorais em particular. Reconhecemos que o nosso objeto de estudo deixa a porta aberta para muitas pesquisas mais, particularmente no que concerne aos atos descorteses, cuja categorização precisa ser rediscutida e, assim, refinada para qualificar trabalhos futuros. Continuaremos investigando essa temática e instigamos outros pesquisadores a se juntarem a nós nesse rico campo de pesquisa que muito nos fascina e o qual aprendemos a apreciar e entender com “com outros olhos”.

REFERÊNCIAS

ALBELDA MARCO, Marta. Los actos de refuerzo de la imagen en la cortesía peninsular. In: BRAVO, Diana (org). *Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE. La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes*. Estocolmo: Programa EDICE, 2003. p. 298-305. Disponível em: <<http://www.edice.org/descargas/1coloquioEDICE.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

ALBELDA MARCO, Marta; BRIZ, Antonio. Aspectos pragmáticos. Cortesía y atenuantes verbales en las dos orillas a través de muestras orales. In: MILAGROS, Aleza; ENGUITA, José María (org). *La lengua española en América: normas y usos actuales*. Valencia: Universidad de Valencia, 2010. p. 237-260. Disponível em: <<http://www.uv.es/aleza>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do éthos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARCINE, Raquel de Freitas. *Éthos e antiéthos no discurso político eleitoral de José Serra (PSDB) no HGPE/TV da eleição presidencial de 2010 no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.

_____. Política. Disponível em: <<http://lelivros.xyz/book/baixar-livro-a-politica-aristoteles-em-pdf-epub-e-mobi/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

ARENDDT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A provocação no diálogo: estudo da descortesia. In: PRETI, Dino (org), *Cortesias Verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 89- 124.

_____. Política e Intolerância. In: *Linguagem e Política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-92

BERDET, Ester Forgas. Cortesía y/o descortesía en la prensa hispana: la imagen de las políticas en los medios de comunicación. In: ORLETTI, Franca & MARIOTTINI, Laura. *(Des)cortesias em español. Espacios teóricos y metodológicos para estudio*. 1.ed. Roma-Estocolmo: Università degli Studi Roma Ter- EDICE, 2010. p. 331-368.

BERNAL, María. Categorización sociopragmática de la cortesía e de la descortesía. Un estudio de la conversación coloquial española (tese de doutorado). Universidad de Estocolmo: Göteborg: Intellecta Docusys AB, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279649250_Categorizacion_sociopragmatica_de_la_cortesia_y_de_la_descortesia_Un_estudio_de_la_conversacion_coloquial_espanola>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BLAS ARROYO, José Luis. *No digas chorradas*. La descortesía en el debate político cara a cara. Una aproximación variacionista. *Oralia* n. 4, p. 9-45, 2001.

_____. La descortesía en contextos de telerrealidad mediática. Análisis de un corpus español. In: ORLETTI, Franca & MARIOTTINI, Laura. *(Des)cortesía en español*. Espacios teóricos y metodológicos para estudio. 1. ed. Roma-Estocolmo: Università degli Studi Roma Ter-EDICE, 2010. p. 183-209.

BOLÍVAR, Adriana. Descortesía y confrontación política. Un análisis crítico. In: BRAVO, Diana (org). *Estudios de la (des)cortesía en español: categorías conceptuales y sus aplicaciones a corpus orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005. p. 273-298.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta, 1997.

_____. Dominação e contra poder. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 193-216, Jan./Jul. 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008> >. Acesso em: 16 mai. 2016.

BOUSFIELD, Derek. Impoliteness in the struggle for power. In: BOUSFIELD & LOCHER (eds.). *Impoliteness in Language*, 2008. p.127-153.

BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam A. *Impoliteness in Language: Studies on its interplay with power in theory and practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

BRAGA, Daniela. *Estratégias de argumentação e construção da imagem pessoal no debate político televisivo*. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Coruña, 2004.

_____. Prós e Contras: o debate político televisivo como sub-género/sub-tipo de interacção verbal. *Revista Galega de Filoloxía*. A Coruña: Área de Filoloxía Galega e Portuguesa. Coruña: Universidade da Coruña, 2006. p. 05-29.

BRANDÃO, Cibele; SATHLER, Erika. Cortesia Brasileira: reações e elogios. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 283-310.

BRASIL. Lei nº 7.332, de 1º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. *Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos*, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BRAVO, Diana. *La risa en el regateo*. Estudio sobre el estilo comunicativo de negociadores españoles y suecos. Estocolmo: Stockholms universitet, Edsbruk Akademi – Tryck AB, 1996.

_____. Actos asertivos y cortesía. Imagen del rol en el discurso de académicos argentinos. In: PLACENCIA, María E.; BRAVO, Diana (Eds.). *Actos de habla y cortesía en español*. London: LINCOLN Studies in Pragmatics, n. 5. 2002. p. 141-174.

_____. Actividades de Cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: BRAVO, Diana (org). *Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE*. Estocolmo: EDICE, 2003. p. 98-108.

_____. Categorías, tipologías y aplicaciones: Hacia una redefinición de la cortesía comunicativa. In: BRAVO, Diana (org). *Estudios de la (des)cortesía en español: categorías conceptuales y sus aplicaciones a corpus orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005. p. 21-52.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen.C. Levinson, S. C. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: E. N. Goody (Ed.), *Questions and politeness: strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-311.

_____. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BRIZ, Antonio. La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española. In: BRAVO, Diana (org). *Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE*. Estocolmo: EDICE, 2003. p. 17- 46.

_____. Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada. In: BRAVO, Diana.; BRIZ, Antonio. (eds.). *Pragmática sociocultural: análisis del discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 67-93.

_____. Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. Barcelona: LEA, vol. 29/1, 2007. p. 5-44.

_____. El registro como centro de la variedad situacional. Esbozo de la propuesta del grupo Val.Es.Co. sobre las variedades diafásicas. In: FONTE ZARABOZO, I.; RODRÍGUEZ ALFANO, L. (Coord.). *Perspectivas dialógicas en estudios del lenguaje*. México. D.F.: Editorial de la Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2010. p. 21-56. Disponible en: www.valesco.es/web/Val.../la%20propuesta%20Valesco%20pd
Acesso em: 11 jul.2016.

_____. La (no)atenuación y la (des)cortesía, lo lingüístico y lo social: ¿son pareja? In: ESCAMILLA MORALES, J.; HENRY VEGA, G. (Eds.). *Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico*. Barranquilla: Universidad del Atlántico-Programa EDICE, 2012. p. 33-75.

_____. A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. Trad. por Luiz Antônio da Silva et alii. *Revista Linha D'água*, v. 2, n. 26, p.281-314, 2013.

_____. La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesía: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 47-82.

CARREIRA, Maria Helena Araújo. Cortesía e Proxêmica: abordagem semântico-pragmática. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesía: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 27-46.

CHARAUDEAU, Patrik. *El discurso de la información: la construcción el espejo social*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Correa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Problemas teóricos y metodológicos en los estudios de la oralidad aplicados a la cortesía: Aspectos lingüísticos, pragmáticos y discursivos. Tradução Julio Escamilla Morales. In: ESCAMILLA MORALES, J.; HENRY VEGA, G. (Eds.). *Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico*. Barranquilla: Universidad del Atlántico-Programa EDICE, 2012. p. 13-32.

_____. *Discurso político*. 2 ed. S. Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Linguagem e discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, P.; GHIGLIONE, R. *A palavra confiscada*. Um género televisivo: o talk show. Lisboa-DF: Instituto Piaget, 1997.

CORDISCO, Ariel. Marcos de descortesía. Roles, imágenes y contextos socioculturales en una situación de visita en un texto dramático argentino In: *Estudios de la (des)cortesía en español: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Estocolmo, Buenos Aires: Editorial Dunken, 2005. p. 319- 364.

CULPEPER, Jonathan. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, v. 25, n. 3, p. 349-367, 1996.

_____. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: University Press, 2011.

CULPEPER, J., BOUSFELD, D. Y WICHMANN, A. Impoliteness revisited: With special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, v. 35, n. 10, p. 1545 - 1579, 2003.

DISCINI, Norma. Estilo, retórica, discurso. In: *Linguagens e saberes: estudos linguísticos*. BARROS, Diana Luz Pessoa de et alii. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2015, p.127-146.

DOURY, Marianne. Duel sur la cinq: dilogue ou trilogue? In: Plantin, C. et Kerbrat-Orecchioni (org). *Le Trilogue*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1995.

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

ELEIÇÕES 2010. Leia a íntegra do pronunciamento da presidente eleita Dilma Rousseff. *GI Globo*, Brasília-DF, 10 nov. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 10 set. 2015.

ELEIÇÕES 2014. Confira a íntegra do debate UOL/SBT/Jovem Pan entre Dilma e Aécio. *UOL*, São Paulo, 16 out. 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/16/integra-do-debate-uolsbtjovem-pan-com-os-candidatos-a-presidencia.htm>>. Acesso em: 25 abr.2015.

ELEIÇÕES 2014. Dilma cresce na reta final e reeleita e emplaca quarto mandato do PT. *UOL*, São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>> Acesso em: 29 abr.2015.

ESCANDELL-VIDAL, María Victoria. *Towards a cognitive approach to politeness*. *Language Sciences*, 18, 3-4, p. 629-650.

FARNEDA, Eliete Sampaio. *O debate televisivo: um estudo das estratégias argumentativas no discurso feminino*. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda Gaspar O. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002. p.159-177.

FÁVERO, Leonor Lopes. Cortesia e descortesia em diálogos cotidianos. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 365-380.

FIORIN, José Luiz. A sacralização da política. In: FULANETI, Oriana N; BUENO, Alexandre Marcelo (org.). *Linguagem e Política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 21-38.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. *Revista Pandora Brasil*, n. 47, p. 1-8. 2012. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/priscila.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

FRASER, B.; NOLEN, W. The association of deference with the linguistic form. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 27, p. 93-109, 1981.

FRASER, B. Perspectives on politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 14, n. 2, p. 219-236, 1990.

FUENTES RODRÍGUEZ, Catalina. Le voy a decir una cosa, pero no me diga usted...: el derecho a la palabra. In: ORLETTI, Franca & MARIOTTINI, Laura. *(Des)cortesía en español*. Espacios teóricos y metodológicos para estudio. 1. ed. Roma-Estocolmo: Universitá degli Studi Roma Ter- EDICE, 2010a. p. 87-109.

_____. Ideología e imagen: La ocultación en la prensa de la violencia social o lo políticamente correcto. *Discurso y Sociedad*, v. 4, n. 4, p. 853-892, 2010b. Disponível em: <<http://www.dissoc.org/ediciones/v04n04/DS4%284%29Fuentes.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GONZÁLEZ SALINAS, Armando. Fase exploratoria del empleo de no sé como marcador discursivo de atenuación en el Grupo 1 del corpus Monterrey PRESEEA. In: FLORES, María Eugenia e INFANTE, José María. *La (des)cortesía en el discurso: perspectivas interdisciplinarias (imagen, actos de habla y atenuación)* 1. ed. Monterrey-Estocolmo: UANL-EDICE, 2014. p. 325-360.

GOFFMAN, Ervin. *Interaction ritual*. Nueva York: Pantheon Books, 1967.

_____. *Forms of Talk (Conduct and Communication)*. New York: Paperback, 1981.

_____. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Traduzido por Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva Petrópolis, RJ: Vozes, 1. ed. 2012.

GRICE, H.P. *Logic and conversation*. Berkeley: 1975, p. 41-58. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/Is/studypacks/Grice-Logic.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GUIMARÃES, Elisa. Variações da linguagem em função da relevância do *éthos* no discurso. In: PRETI, Dino (Org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011. p. 187-208.

_____. *O ethos na argumentação*. Disponível em: <dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_18.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.

HAVERKAT, Henk. *La cortesía verbal: estudio pragmalingüístico*. Madrid: Editorial Cremos S/A., 1994.

ILIE, C. Unparliamentary Language: insults as cognitive forms of ideological confrontation. In: DIRVEN, R.; ROSLYN, F.; ILIE, C. *Language and Ideology*, Amsterdam: John Benjamins publishing, 2001. p. 238-261. II v.

KARLBERG HAUGE, Susanne. *El uso de la descortesía en los debates electorales televisivos: un análisis contrastivos entre políticos suecos y españoles*. 2013. Disponível em: <<http://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:629535/FULLTEXT02.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

KAUL MARLANGEON, Silvia Beatriz. Encuadre de aspectos teórico-metodológicos de la descortesía en español. In: ESCAMILLA MORALES, J.; HENRY VEGA, G. (Eds.). *Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico*. Barranquilla: Universidad del Atlántico-Programa EDICE, 2012. p. 76-106.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales: Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris: Armand Colin, 1990.

_____. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. 2 ed. Buenos Aires: Edicial, 1993.

_____. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Animer à deux um débat électoral: l'exemple du duel Royal-Sarkozy (2 mai 2007). In: BURGER, M. (Org.) *Pratiques du débat: la construction d'un espace public dans le discours*. *Bulletin suisse de linguistique appliquée* 98, 2013a. p 1-17.

_____. L'ironie: problèmes de frontière et étude de cas. Sarkozy face a Royal (2 mai 2007). In: VIVERO GARCIA, M.D (Org.) *Frontières de L'Humour*. Paris: L'Harmattan, 2013b, p. 27-62.

_____. Humour et ironie dans le debat Hollande-Sarkosy de l'entre-deux-tours des élections présidentielles (2 mai. 2012), *Langage et société*, n 146, 2013c.

_____. Polidez e Impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos dos presidentes franceses. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 47-82.

LANDOWSKI, Eric. Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galaxia*, v. 14, n. 27, p. 10-20, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n27/02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação*. Trad. por Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LAKOFF, R. The limits of politeness: therapeutic and courtroom discourse. *Multilingua*, v. 8, n. 2-3, p. 101-130. 1989.

LEECH, Geoffrey Neil. *Principles of pragmatics*. Londres: Longman, 1983.

LEITE, Janaina Frechiani Lara. Os presidenciais no ringue eletrônico: Apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (XXVI), 2003, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_leite.pdf> Acesso em: 17 dez. 2014.

LOCHER, Miriam. Politeness theory and relational work. *Journal of Politeness Research*, v. 1.n. 1, 2005, p. 09-33. 2005.

LOCHER, Miriam; WATTS, Richard. Relational work and impoliteness: Negotiating norms of linguistic behaviour. In: BOUSFIELD D. e LOCHER, M (Org.). *Impoliteness in Language. Studies on its interplay with Power in Theory and Practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 77-99.

LOPES, Luis Carlos. A espiral da opinião comum: a televisão aberta do Brasil, argumentos e culturas. Disponível em: <<https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero32/opiniaio.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fonte, 1995.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortês, 2002.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-87.

_____. A propósito do ethos. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org). *Éthos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; SOUZA, Sabrina Lima de. A teoria da polidez de Brown e Levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. In: Semana Nacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos (IX), 2007, São Gonçalo – RJ, *Anais São*

Gonçalo – RJ, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixsenefil/anais/07.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

MARQUES, Maria Aldina. Renovação dos discursos: Novas formas de interação e legitimação dos interlocutores. In: Diacrítica, Ciências da Linguagem. In: *Diacrítica* 17-1 (série Ciências da Linguagem) (CEHUM), Braga: Universidade do Minho, 2003. p. 189-219.

_____. Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In: OLIVEIRA, Fátima; DUARTE, Isabel Margarida. *O fascínio da linguagem: Atas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto, 2008. p. 278-296.

_____. Cortesia, formas de tratamento e gêneros discursivos: condições de ocorrência e de uso. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 145-172.

MATOS, Vitor. Política. Veja as principais novidades nas regras eleitorais para 2016. *GI Globo*, Brasília-DF, 02 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/veja-principais-novidades-nas-regras-eleitorais-para-2016.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MULLER, Luciana. Legislação Eleitoral e Debates. *Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro*. p. 1-2. Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/eje/gecoi_arquivos/arq_050860.pdf>

MUECKE, D.C. *Ironia e Irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MULLER, Luciana. Legislação Eleitoral e Debates. *Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro*. p. 1-2. Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/eje/gecoi_arquivos/arq_050860.pdf> Acesso em: 17 jan. 2015.

MURO, Alexandra Álvares. Cortesía y cultura: traducir la (des)cortesía. In: *Revista Núcleo*, v.22, n.27, p.11-48, 2010. Disponível em: <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_n/article/view/2553/2448>. Acesso em: 06 abr. 2015.

OLIVEIRA ANDRADE, Maria Lúcia da C.V. de. (Des)cortesía verbal e conflito de opiniões em textos veiculados na mídia brasileira. In: SEARA, Isabel Roboredo. *Cortesia: olhares e (re) invenções*. Lisboa, DF: Chiado Ed., 2014. p. 381-402.

PASSETTI, Maria Célia Cortez; MARECO, Raquel Tiemi; ARCINE, Raquel de Freitas. Ethos e Antiethos de Dilma Rousseff e José Serra em aforizações na Imprensa Nacional. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 125-147, 2013.

PERRIN, Laurent. *L'ironie mise em trope*. Du sens des énoncés hiperboliques et ironiques. Paris: Kimé, 1996.

SERRALVO, Flávia Siqueira. *O jogo de máscaras na cena política: construção e desconstrução do éthos em debate presidencial televisivo*. Tese (Doutorado em Letras)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SEU portal de informações sobre o sistema eleitoral brasileiro. *Eleitoral Brasil*. Disponível em: <<http://www.eleitoralbrasil.com.br/index.php/txt/ler/6>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETTI, Dino (Org.). *Cortesia Verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p.157-192.

_____. Descortesia e (des)construção da imagem pública. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli Quadros (orgs). *Comunicação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2013. p. 93-120.

TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Trad. por Rodolfo Hilary. São Paulo: Contexto, 2004.

VILLAÇA, Ingedore; BENTES, Anna Christina. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, Dino (org). *Cortesia Verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 19-48

VION, R. *La communication verbale*. Analyse des interactions. Paris: Hachette, 2000.

WATTS, Richard J. Relevance ad relational work: linguistic politeness as political behavior. *Multilingua*, v. 8, n.2-3, p.131-167. 1989.

ZIMMERMAN, Klaus. Construcción de la identidade y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana (org). *Estudios de la (des)cortesía en español: categorías conceptuales y sus aplicaciones a corpus orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005. p. 245-272.

ANEXOS

ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DO PRIMEIRO BLOCO DO DEBATE

NOTAS:

- 1) Esta transcrição foi conferida com o vídeo do debate, a fim de evitar equívocos.
- 2) As falas do mediador foram transcritas pela própria autora da tese.

Carlos Nascimento: Boa noite, são seis horas e seis minutos. Está começando agora pelo SBT o debate com os candidatos à presidência da República no segundo turno. A Presidente Dilma Rousseff do PT, candidata à reeleição e o senador Aécio Neves do PSDB. Esse encontro histórico entre os candidatos tecnicamente empatados segundo as pesquisas de intenções de votos, também é realizado pelo portal UOL e pela Jovem Pan, que ao lado do SBT dão, dessa forma, a sua contribuição para a democracia brasileira e para que o nosso eleitor faça a sua escolha. Você também pode participar pela página do SBT na Internet. O debate terá a duração de uma hora e vinte minutos e será dividido em três blocos. Sejam bem-vindos senhores candidatos. Neste bloco teremos quatro rodadas com perguntas, réplicas e tréplicas. Os candidatos farão perguntas entre si com temas livres. Cada candidato terá um minuto para a pergunta, dois minutos para a resposta, um minuto para a réplica e um minuto para a tréplica. Antes de nós iniciarmos a rodada, cada candidato terá agora um minuto e meio para responder a seguinte pergunta: Por que o senhor quer ser o Presidente da República? (ou a senhora). Por sorteio realizado previamente, o primeiro a falar é Aécio Neves.

Carlos Nascimento: Boa noite, são seis horas e seis minutos. Está começando agora pelo SBT o debate com os candidatos à presidência da República no segundo turno. A Presidente Dilma Rousseff do PT, candidata à reeleição e o senador Aécio Neves do PSDB. Esse encontro histórico entre os candidatos, tecnicamente empatados segundo as pesquisas de intenções de votos, também é realizado pelo portal UOL e pela Jovem Pan, que ao lado do SBT dão, dessa forma, a sua contribuição para a democracia brasileira e para que o nosso eleitor faça a sua escolha. Você também pode participar pela página do SBT na Internet. O debate terá a duração de uma hora e vinte minutos e será dividido em três blocos. Sejam bem-vindos senhores candidatos. Neste bloco teremos quatro rodadas com perguntas, réplicas e tréplicas. Os candidatos farão perguntas entre si com temas livres. Cada candidato terá um minuto para a pergunta, dois minutos para a resposta, um minuto para a réplica e um minuto para a tréplica. Antes de nós iniciarmos a rodada, cada candidato terá agora um minuto e meio para responder a seguinte pergunta: Por que o senhor quer ser o Presidente da República? (ou a senhora). Por sorteio realizado previamente, o primeiro a falar é Aécio Neves.

Aécio Neves: Boa tarde a você Nascimento, ao SBT por essa oportunidade, cumprimento a candidata, e me dirijo aos telespectadores para dizer em primeiro lugar que sou candidato à presidência da República para encerrar um ciclo de governo que fracassou. Fracassou na

condução da economia, que vai nos deixar como legado uma inflação saindo de controle, crescimento baixo, e uma perda crescente da credibilidade do país, o que impacta fortemente nos investimentos, e, claro, na geração de empregos. Sou candidato a presidência da República porque o governo fracassou na gestão do Estado nacional. O Brasil se transformou num grande cemitério de obras inacabadas com sobrepreços e com denúncias a todo momento de irregularidades na sua condução. Eu quero ser candidato a presidência da República porque os indicadores sociais pioraram ao longo desses últimos anos. A saúde piorou, a educação piorou e a criminalidade aumentou. Eu quero ser candidato, eu sou candidato e quero ser Presidente da República porque construí ao longo dos últimos anos um projeto para o Brasil, o projeto que não é de um partido político, um projeto generoso, de união, de integração nacional. Um projeto que vai combater a inflação com extrema firmeza e determinação. Que vai resgatar confiança para que os investimentos voltem a gerar emprego no Brasil. Que vai cuidar da educação do seu filho. Eu quero ser Presidente para conduzir pessoalmente uma política nacional de segurança pública. O ciclo de governo que aí está não tem mais condições de governar o Brasil.

Dilma Rousseff:

Boa noite Carlos Nascimento, boa noite candidato, boa noite a todos vocês que nos acompanham. Eu agradeço essa oportunidade ao SBT para me poder apresentar e as minhas propostas. Eu sou defensora de um modelo diferente para o Brasil do que governou antes, em até 2002. Um Brasil que emprega, ao contrário de um Brasil que desemprega. Um Brasil que cria oportunidades iguais para todos, contra um Brasil da exclusão e um Brasil da desigualdade. Um Brasil que vai governar para todos, contra um Brasil que não foi governado para todos. Eu faço parte de um projeto que resgatou 36 milhões de brasileiros da pobreza, tirou-os do mapa da fome e elevou 42 milhões às classes médias. Faço parte de um projeto que quer, e construiu as bases, para um Brasil moderno, mais inclusivo, mais produtivo e mais competitivo, onde a educação estará no centro de tudo. Faço parte de um projeto que não vê, a não ser na justiça social, as condições para a união nacional. Um projeto que quer levar avante, segurança, saúde, transporte de qualidade. Eu peço o voto de vocês e peço que vocês nos acompanhem para entender as nossas propostas.

Aécio pergunta:

Candidata, pelo visto a senhora quer fazer nos próximos quatro anos tudo aquilo que a senhora não fez nos últimos quatro anos. A senhora será a primeira presidenta da República a deixar o governo com uma inflação maior do que aquela que recebeu. Mas novamente volto a falar de Petrobrás. Porque já virou quase uma rotina nos nossos debates, a cada debate uma nova denúncia. A denúncia de hoje nos jornais diz respeito à COPERJ, no Rio de Janeiro Segundo o Tribunal de Contas da União foram encontradas irregularidades em contratos no valor de dezoito bilhões de reais. Não bastou Pasadena, o prejuízo de cerca de dois bilhões de

reais aos brasileiros, não bastou Abreu de Lima, orçada em quatro bilhões, já se gastou mais de trinta, já com denúncia de superfaturamento para pagar propina a sua base aliada, agora em relação à COPERJ. A senhora sempre diz que não sabe de nada e não em a menor responsabilidade sobre isso. Eu pergunto à senhora, candidata, de quem é a responsabilidade por tantos desvios de dinheiro público na Petrobrás?

Dilma responde:

Candidato Aécio Neves, eu gostaria de dizer que em relação a tudo o que está acontecendo na Petrobras quem investigou, a polícia federal que foi levada a investigar, e que ao contrário no passado, não era dirigida por filiados ao PSDB como foi o caso da polícia federal no governo tucano. A polícia federal investigou e vai punir implacavelmente porque construiu provas, passou para o Ministério Público. E agora, candidato, a Justiça vai julgar, e isso significará que o Brasil, pela primeira vez, vai ter de fato o combate sistemático à corrupção. Porque, candidato, num debate passado, eu lhe perguntei: Onde estão os corruptos, onde estão os corruptos da compra de votos pra reeleição? Todos soltos. Onde estão os corruptos do metrô de São Paulo, e dos trens? Todos soltos. Onde estão os corruptos da "pasta rosa"? Todos soltos. Onde estão os corruptos do processo Sivan? Todos soltos. Onde estão os corruptos da "privataria tucana"? Aquela do limite da irresponsabilidade. Todos soltos. Quero dizer para o senhor, eu tenho um compromisso diferente. O meu compromisso é investigar e punir. Aqueles governos que não investigam, não acham, candidato, assim como agora, quando a gente pergunta: Qual foi a quantidade de recursos passados para as três rádios e o jornal mineiro que o senhor detém em Minas Gerais? Não há transparência, não há informação. Essa, candidato, essa é a diferença entre nós. Eu investigo. Eu investigo, construo as provas para punir.

Réplica de Aécio:

Candidata, eu acredito e confio nas nossas instituições. Todos esses casos aos quais a senhora se refere, foram investigados. Se as pessoas estão soltas é porque não foram condenadas, portanto as provas não existiram. Mas não vou olhar para o passado, vamos olhar para o presente e para o futuro. Eu digo à senhora, onde estão os corruptos do seu partido? Presos, candidata, o Presidente do seu partido foi preso, o tesoureiro do seu partido foi preso, o Ministro mais importante do seu governo foi preso. Mas eu quero que a senhora responda à minha pergunta de agora, de quem é a responsabilidade sobre esses desvios de recursos na Petrobras que não cessam nunca? Eu não estou repetindo as outras denúncias, eu estou falando, candidata, das denúncias de hoje, de agora, não é possível que a senhora não se sinta responsável por isso! Não existe, candidata, me perdoe, uma terceira alternativa. Só existem duas: ou a senhora foi conivente ou a senhora foi incompetente para cuidar da maior empresa pública brasileira.

Tréplica de Dilma:

Candidato, é estarrecedor que o senhor acha, que o senhor ache, aliás, que essas pessoas que não foram condenadas em nenhum desses processos que eu falei, elas o foram porque eram inocentes. Não foram condenadas porque não foram investigadas. É diferente. Vocês têm uma praxe, vocês engavetam, escondem debaixo do tapete, vocês chegaram a transferir, no caso da "pasta rosa", um delegado de um determinado lugar para outro. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte: eu, candidato, sou responsável por investigar nesse país. Sou responsável por punir. É esta a responsabilidade, uma responsabilidade de Estado, investigar com a Polícia Federal, denunciar ao Ministério Público, e punir com o Judiciário. Caso contrário, candidato, eu estaria numa situação que não é a correta, é achando que eu estou acima do governo. Não, eu, eu represento o governo.

Dilma pergunta:

Pois não, Nascimento. Candidato, eu tenho como prioridade, prioridade no meu governo a Educação, e nós estamos em época do Enem, 08 e 09 vai ser o Enem, que é o maior concurso unificado que o Brasil possui, através, por meio do Enem nós vamos ter acesso, não só a cinco mil cursos nas universidades federais, vamos ter acesso ao PROUNI, vamos ter acesso ao FIES, vamos ter acesso ao Ciências sem Fronteiras. Vocês foram contra, é claro, ao PROUNI, foram contra também às escolas técnicas federais. Mas, eu gostaria muito de saber por que vocês sempre torceram contra este que é um dos programas mais importantes hoje, porque garante acesso democrático. Na minha época a gente tinha de viajar de avião para fazer vestibular. Hoje não precisa, entra na Internet e faz o concurso.

Resposta de Aécio:

Candidata, antes de responder sua pergunta eu vou deixar uma indagação no ar. Se a senhora acha que houve tantos crimes cometidos no governo do PSDB, a senhora lista aqui vários deles, vocês governaram o Brasil por doze anos, candidata, por que a senhora não investigou, por que a senhora não fez novas denúncias? Porque não existia o que investigar. Ou então a senhora prevaricou, se a senhora está dizendo, agora no momento da eleição que foram cometidos crimes que não foram investigados, a sua responsabilidade era denunciá-los para que o Ministério Público, que não pertence ao seu governo, ou a Polícia Federal, que não pertence ao seu governo, são instituições de estado, fizessem a investigação, e não coloque palavras na minha boca nem do meu partido, quem foi contra escolas técnicas, candidata, o PRONATEC é uma inspiração do PEP, pergunte lá aos técnicos do Ministério da Educação, programa de ensino profissionalizante que foi ampliado, nós temos que reconhecer que precisa melhorar muito. Foi inspirado nas ETECs aqui de São Paulo e aproveito para cumprimentar o governador Geraldo Alckmin, que aqui me acompanha, pela sua extraordinária vitória. As boas propostas têm que avançar, o PROUNI, candidata, foi uma inspiração, até porque a sua primeira experiência foi lá, foi em Goiás, no governo do PSDB,

que permitiu que ampliasse oportunidades de vaga nas universidades. O PT tem uma mania, candidata, infelizmente a senhora a mantém, de achar que é dona dos programas. Ninguém é dono do Brasil. Vamos falar aqui para o telespectador, para as telespectadoras, as boas coisas têm que continuar. O que precisamos é qualificar a gestão pública, colocar gente séria, gente honrada, para que os resultados atinjam as pessoas. Eu quero sim, fazer a nova escola brasileira. A senhora fala em flexibilizar o currículo do ensino médio, depois de doze anos de governo, e por que que não fizeram antes? Isso é necessário, fico feliz inclusive que a senhora concorde conosco. Eu vou fundar a nova escola brasileira, uma escola que ensine, que prepare o aluno e o jovem para os desafios da vida que certamente estão por vir.

Réplica de Dilma:

Candidato, é interessante o senhor fazer a pergunta "por que que não fizeram antes?". Se o senhor gosta tanto dos nossos programas sociais, por que o senhor não os fez antes quando podia, porque era governo, porque o senhor estava sim nas escolas técnicas federais, o senhor era líder do governo quando foi aprovado. Então, candidato, não dá pro senhor não assumir a responsabilidade também pelos seus atos. Foram os, foram as provas que vocês levaram, e ocutações que vocês fizeram que impedem uma investigação maior. Agora, no caso específico dos trens e do metrô de São Paulo, a Suíça mandou todas as provas para o Brasil e isto está em processo. Tanto é assim que vocês estão sendo chamados para depor na Justiça. Candidato, eu tenho orgulho de ter uma vida sem nenhum parente empregado. Sem nenhum uso indevido do dinheiro público em propriedade minha ou da minha família.

Tréplica de Aécio:

Candidata, o seu governo e sua história passará para a história como um descompromisso com a ética, com desvios em todas as partes. Foram seis ministros demitidos por desvios, as agências reguladoras ocupadas por pessoas que foram ali fazer negócios, candidata. A senhora permitiu ser sucedida na Casa Civil da presidência da República, o cargo que a senhora gosta de dizer que é o mais importante depois da presidência da pública, pela sua diletta e próxima amiga e braço direito que foi ali fazer negócios, e por isso foi demitida, candidata. Não me meça com sua régua. Governei Minas Gerais com honradez, a senhora está desrespeitando o estado de Minas Gerais com as acusações absurdas, com as mentiras a todo dia charcadas (...) nas redes, anonimamente, candidata. A senhora, infelizmente, tem permitido ao Brasil ver a mais baixa campanha da sua história democrática, a partir da primeira eleição que tivemos, de Fernando Collor.

Aécio pergunta:

Candidata, vamos falar daquilo que interessa à dona de casa, ao cidadão, ao jovem e à jovem, ao trabalhador que está, se conseguir, já chegando em casa do trabalho. Provavelmente muitos estão nos ouvindo agora, no rádio do carro, pela dificuldade que têm hoje pra chegar em casa.

Inflação, candidata. A senhora reiterou nos dois últimos debates que a inflação está sob controle. O seu secretário de política econômica disse que existe uma alternativa: Deixe-se de comer carne, passe a comer ovo. O ovo no seu governo já aumentou mais de 50%, temos que ver o que vai restar para se comer depois que a população não conseguir mais comprar o ovo. Mas a grande questão é o seguinte candidata, vamos falar de futuro, daquilo que interessa às pessoas, o que a senhora pretende fazer, já que não apresentou ao Brasil um plano de governo para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer? Vamos elevar o nível do debate, eu dou à senhora a oportunidade de dizer aos brasileiros como vai controlar a inflação ou se ela está realmente sob controle.

Dilma responde:

Candidato, antes de começar eu vou dar um esclarecimento. Não houve nenhuma acusação contra a ex-ministra chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, que não seja uma similar a sua, sabe qual? Emprego de parente, ou seja, nepotismo. O senhor empregou um irmão, um tio, três primas e três primos. É disso que se trata, candidato. Eu nunca fiz isso na minha vida. Queria dizer que no caso da inflação eu tenho certeza que a inflação no Brasil está sob controle. Existe hoje uma tentativa de criar um clima de "quanto pior melhor". Esta tentativa, candidato, de criar um clima de quanto pior melhor, vocês fizeram na copa, dizendo que não ia ter copa, que não ia ter condições, o Brasil não tinha aeroportos, portos, enfim, o Brasil não estava preparado. E ficou claro que o Brasil fora de campo estava muito bem preparado. Os aeroportos funcionaram, a segurança funcionou. No caso da inflação, é o mesmo. Nós temos tido, candidato, dois choques de ofertas. Um e o outro por conta da seca, essa mesma seca, candidato, que hoje está colocando São Paulo numa situação insustentável. Qual é? Nós tivemos choque de preço da energia. A energia aumentou, nós não temos racionamento, nós não vamos impor racionamento, porque tínhamos as térmicas para despachar. Elas custam um pouco mais caro, nós vamos ter de pagar. A outra foi o choque nos alimentos. Também por conta da seca. Tudo isso é passageiro. O que que não é passageiro, candidato? Quando o senhor não planeja, o senhor não investe e você condena uma cidade do porte de São Paulo à mais terrível falta de água. Nós sabemos, candidato, que a gestão da água ela afeta ao governo do Estado, então tem responsáveis, candidato.

Réplica de Aécio:

Como nós vemos a candidata tem sempre uma justificativa, mas não tem nenhuma solução. Minha amiga, meu amigo que nos ouve, para a Presidente da República, mais uma vez, inflação não é problema, ela não tem nenhuma proposta, nenhuma solução de enfrentar essa questão. Eu pergunto mais uma vez a quem nos ouve agora, você compra com o mesmo dinheiro hoje o que comprava há seis meses atrás? Ou há um ano atrás? Se compra, eu acho que o caminho é votar na candidata Dilma Rousseff. Mas não adianta você mascarar a realidade, candidata, hoje infelizmente a inflação voltou a atormentar a vida dos brasileiros e

das brasileiras, porque o seu governo foi leniente com ela. Fomos nós que controlamos a inflação lá atrás, candidata, e, infelizmente, o seu governo vai deixar uma herança perversa para o futuro, inflação alta, crescimento baixo, e perda de credibilidade. Sem credibilidade não há investimento. Sem investimento não tem emprego. Nós tivemos 418 mil empregos a menos este ano do que no ano passado no mesmo período, candidata.

Tréplica de Dilma:

Candidato, de emprego vocês não podem falar. Vocês nos entregaram o país com onze milhões e 400 mil desempregados, a segunda maior quantidade de desempregados, só ganhávamos da Índia, e uma vitória muito ruim, candidato. Agora, eu queria dizer pro senhor: eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor, que é desempregar, arrochar o salário e não investir. Vocês falam que querem fazer inflação convergir pra 3%. Ora, é importante que a dona de casa que tá nos escutando saiba, vou falar para ela, o que acontecerá se ela for para três%? Nós vamos ter uma taxa de desemprego de 15%. Ele está se queixando de uma taxa de desemprego de 5%. Hoje nós temos no Brasil, neste ano, quase um milhão de empregos criados. E vamos elevar os juros para 25? Ninguém nunca mais vai comprar a prazo nesse país.

Dilma pergunta:

Candidato, eu tenho uma pergunta a fazer pro senhor: os nossos governos reorganizaram o estado que nós recebemos sucateado. Fizemos concursos públicos, a maior parte dos concursados, candidato, foi para a educação, para a saúde e para a segurança. Nós temos uma taxa de 4,2% de gastos com pessoal em relação ao PIB. Vocês deixaram com 4,8. Candidato, ao contrário de vocês, nós fazemos concurso. Ao contrário de vocês, nós não nomeamos sem concurso. O que nós conseguimos, candidato, é que de cada quatro funcionários públicos que têm cargo de comissão, três sejam cargos de funcionários públicos de carreira. Candidato, eu nunca nomeei parentes para o meu governo, eu gostaria de saber se o senhor nunca fez a mesma coisa. Responda candidato.

Aécio responde:

Candidata, vou lhe responder com uma alegria enorme. Em primeiro lugar, agradeço a homenagem que a senhora faz ao Presidente Fernando Henrique, tenho certeza, por quem a senhora tem um apreço muito grande, mas vou tentar falar de futuro, sempre tive um cuidado muito grande, em respeitar as pessoas, respeitar os adversários. Nós tivemos, no passado não muito remoto, um episódio muito triste na política brasileira, quando o candidato Fernando Collor trouxe para o meio do debate político, de forma absolutamente irresponsável, uma parente do ex-presidente Lula. A senhora gosta de falar de parentes. No meu governo, me ajudou muito a minha irmã, a minha irmã Andréa, figura extraordinária. Acham que eu sou o neto preferido de Tancredo, mas era ela. Ela assumiu o serviço de voluntariado do Estado de

Minas Gerais, me ajudou a coordenar a área de comunicação sem remuneração, candidata. A senhora é porque não conhece Minas Gerais. Se conhecesse um pouco ia saber o respeito que Minas tem por ela, nas enchentes, nas catástrofes, era ela quem mobilizava empresários, mobilizava as igrejas pra resolver o problema das pessoas mais simples, por isso eu me orgulho muito da Andréa ser a minha companheira. Agora, candidata, a senhora conhece Igor Rousseff, seu irmão candidata, eu não queria chegar a esse ponto. O seu irmão foi nomeado pelo prefeito Fernando Pimentel no dia 20 de setembro de 2003, e nunca apareceu para trabalhar, candidata. Essa é a grande verdade, lamento ter que trazer esse tema aqui, a diferença entre nós é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada, o seu irmão recebe e não trabalha nada. Infelizmente agora nós sabemos por que a senhora disse que não nomeou parentes no seu governo, a senhora pediu que os seus aliados o fizessem, candidata Dilma Rousseff.

Réplica de Dilma:

Candidato, o seu irmão, aliás, a sua irmã e o meu irmão, eles têm de ser regidos pela mesma, eles não podem estar no governo que nós estamos. O nepotismo, candidato, eu não criei. O nepotismo, candidato, é uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Toda a sociedade brasileira sabe que dentro do Governo Federal e dentro do Governo do Estado de Minas não pode ter um irmão, uma irmã, um tio, três primos e três primas. O senhor tem de dar conta de todos, não só da sua irmã. Digo o seguinte, também todo mundo sabe, quem lê os decretos que vocês publicam, que ela era responsável pela destinação das verbas em todas as questões relativas a propaganda. Ora, a imprensa tem perguntado: quanto é que vocês colocaram nos três rádios e no jornal que vocês possuem? Essa é uma pergunta que não é minha, candidata, o senhor deve a ela, a imprensa.

Tréplica de Aécio:

Candidata, a senhora está mentindo para o Brasil, nepotismo é proibido por lei, não existe, não existe candidata, parentes trabalhando no governo. Ela assumiu um cargo de voluntariado, trabalha espontaneamente, é o cargo que a esposa geralmente dos governantes ocupam. Portanto, entenda bem a lei, a senhora não a leu direito, candidata, e no meu governo, no que diz respeito à distribuição de verbas não acontece o que acontece no seu, onde esses blogs aparelhados recebem recursos para atacar a honra dos seus adversários, para colocar infâmias na rede, financiadas com dinheiro público. Eu atendi, candidata, a uma reivindicação histórica do sindicato, das empresas de radiodifusão do Estado onde todas as empresas, todas as rádios receberam as mesmas verbas, o mesmo número de inserções, candidata. Tudo isso foi denunciado pelo seu partido, e sabe o que aconteceu? O Ministério Público disse que estava tudo absolutamente correto, venha discutir o seu governo, candidata. Nós somos candidatos à Presidência da República e pare de ofender Minas Gerais, candidata.

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DO SEGUNDO BLOCO DO DEBATE

Carlos Nascimento: Estamos de volta com o debate dos candidatos à presidência da república, Dilma Rousseff e Aécio Neves, uma realização do SBT, do Portal UOL e da Rádio Jovem Pan. Você pode participar acessando a página do SBT e do UOL na Internet. Neste segundo bloco nós teremos uma nova rodada de perguntas entre os candidatos e os temas são livres. Neste bloco, a candidata Dilma Rousseff é a primeira a fazer a pergunta. A senhora tem um minuto candidata.

Dilma pergunta:

Candidato, há pouco, saiu no UOL que hoje nos recepciona aqui neste debate, uma notícia que diz o seguinte: que o ex-diretor da Petrobrás afirmou ao Ministério Público Federal que o Presidente do PSDB, ex-presidente do PSDB, Sérgio Guerra, recebeu propina para esvaziar uma CPI da Petrobrás. Veja o senhor que é muito fácil o senhor ficar fazendo denúncias. Por isso é que eu digo que o que importa, candidato, quando a gente verifica que o PSDB recebeu propina para esvaziar uma CPI, o que que importa, candidato? Importa investigar. Importa saber, lamento que ele esteja morto, mas importa saber como recebeu, quando recebeu, e pra quem distribuiu. Por isso que a gente tem de investigar, doa a quem doer, candidato.

Aécio responde:

Candidata, aí já vai uma outra diferença profunda entre nós dois. Pra mim, não importa de qual partido seja o denunciado, a investigação tem que ir a fundo, e, pela primeira vez, pelo menos, há algo positivo aqui. A senhora, (**risos**) pela primeira vez, dá credibilidade às denúncias do senhor Paulo Roberto. É esse que disse que 2%, 2% de todas as obras sob sua responsabilidade iam para o seu partido, candidata, iam para o tesoureiro do seu partido. E o que que a senhora fez durante esse período? Nada? A senhora tomou alguma providência, pediu o afastamento do tesoureiro do seu partido, candidata? Não. As denúncias que surgem aí são denúncias construídas a partir daquilo que a Polícia Federal chama uma organização criminoso atuando no seio da nossa maior empresa. Foram doze anos, candidata, doze anos em que os cofres da Petrobrás foram assaltados e esse dinheiro distribuído. Temos sim que ir a fundo, saber quem são os beneficiários, agora, se a senhora não tem receio e diz aqui que quer apuração, que quer que as investigações possam ir a fundo, por que que o seu partido esta semana impediu que o senhor Vaccari (**batendo no painel**) fosse à CPI depor? Nós convocamos, o seu partido, o PT e alguns aliados impediram que ele fosse lá explicar o que foi feito com esse recurso, e vou lhe dizer mais, candidata, ele ainda é o tesoureiro do seu partido e ele é responsável por transferir recursos para a sua campanha. Terá sido por isso que ele não foi afastado? Porque pelo menos quatro milhões de reais foram transferidos com a assinatura do senhor Vaccari, nesta campanha eleitoral, para sua conta de campanha. De onde veio esse recurso, candidata? Vamos investigar logo, eu acho que os brasileiros que estão nos ouvindo devem saber, antes das eleições, inclusive, quem são os responsáveis por transferir o dinheiro e quem recebeu esse dinheiro. Independente de partido político, tem que ser punido, candidata.

Réplica de Dilma:

Candidato, o senhor tem dois pesos e duas medidas. Eu, pode ter certeza, candidato, sem nenhum constrangimento, investigarei tudo e todos. Eu nunca engavetei, candidato, eu não jogo pra baixo do tapete. Agora, fica claro, candidato, uma coisa, o senhor gosta muito de culpar todos. Agora, quando chega no ex-presidente do seu partido, o senhor sai e diz que tem

de investigar o PT. Não senhor, nós temos de investigar, doa a quem doer, todos. Nós temos de investigar todos os envolvidos, candidato. Não é desta forma que este país vai modificar sua relação com os delitos e os crimes. É investigando todos, candidato, implacavelmente, e não como vocês faziam. Quando um delegado chegava perto de uma investigação, ele era despachado pra outra cidade. Quando o engavetador via um processo complicado, ele engavetava.

Tréplica de Aécio:

Lamento que a candidata não tenha entendido nada do que eu disse, investiguem-se todos, candidata. Agora, o seu discurso não tem conexão com a sua prática. O seu governo impediu o quanto pôde que a CPI da Petrobrás e depois a CPMI fossem instaladas, e depois que foi instalada porque eu fui, ao lado de vários outros Senadores do Supremo Tribunal Federal para garantir o seu funcionamento, vocês tentaram fraudar a CPMI, funcionários do seu governo, do Palácio do Planalto, foram lá dar o gabarito, as respostas às perguntas que a sua base faria a essas pessoas. Tem que investigar sim todos, mas, permita candidata, que isso seja investigado. A senhora volta sempre no passado. Onde é que estavam, nesses doze anos, essas denúncias? Por que que vocês não tomaram, vou repetir mais uma vez, as atitudes necessárias para reabrir todos esses processos, candidata? De duas uma, ou não existia nada relevante em relação a essas denúncias ou então o seu governo prevaricou, não tem uma terceira alternativa.

Aécio pergunta:

Candidata, vamos tentar novamente falar de futuro em homenagem e respeito ao telespectador que nos acompanha a essa hora. Eu recebi, provavelmente a senhora também tenha recebido, um documento da UNICEF, que mostra um dado absolutamente alarmante. Para mim, confesso que do ponto de vista pessoal, chocante. Vinte e quatro jovens adolescentes morrem por dia no Brasil. Hoje, nessa quinta-feira, em que nós estamos aqui, 24 mães vão estar chorando o assassinato dos seus filhos. Apenas um país no mundo mata mais por assassinato do que o Brasil. Infelizmente alguns dos programas iniciados pelo seu governo, como, por exemplo, o "Crack, é possível vencer", depois de quatro anos, nem 40% das metas foram alcançadas. De que forma, candidata, a senhora pretende ser mais solidária, permitir que o governo federal apoie os estados e municípios no enfrentamento da criminalidade? Vamos elevar o nível do debate, candidata.

Dilma responde:

Antes de elevar completamente o nível do debate, já que você o abaixou, candidato, não é possível que você se esconda atrás do fato de que investigar, candidato, significa também investigar o seu partido. O senhor não pode apontar o dedo só pra um partido, aponte pra todos os partidos, candidato. Vocês nunca deixaram investigar. Minas engavetava, na sua época, todos os processos. Vocês não deixavam nada ser investigado. Candidato, no que se refere ao, a todos os processos de morte de jovens, nós temos tido um empenho imenso. E este empenho, candidato, é maior que foi o empenho do senhor no seu governo. Nós fizemos toda uma política de combate, toda uma política de combate à violência contra os jovens. Uma política que estava baseada em três aspectos. Primeiro, é necessário prevenir. Depois, candidato, é necessário garantir que os jovens e que todos eles que tenham e que sofram esse acesso, esse assédio, eles tenham defesa, e finalmente, candidato, é fundamental que o governo coloque, e coloque na pauta, toda uma questão relativa ao combate à violência, às drogas, e que faça com que os jovens não sejam objeto, e não sejam objeto fácil do tóxico, da violência, e das formas pelas quais o crime se, se infiltra. Assim sendo, candidato, eu queria te

dizer uma coisa: o único governo que fez uma política nacional de combate à violência contra os jovens foi o meu, nos últimos anos.

Réplica de Aécio:

Então fracassou candidata, porque 56 mil pessoas estão morrendo assassinadas a cada ano no Brasil. Infelizmente, candidata, o orçamento, sequer o orçamento que já não é grande coisa do Ministério da Justiça, do Fundo Nacional de Segurança, e do Fundo Penitenciário, não foram executados nem na sua metade. Do Fundo Penitenciário, um pouco mais de 20% agora. Do Fundo Nacional de Segurança, cerca de 40%. Onde é que estão as políticas de controle das nossas fronteiras, candidata? A Polícia Federal tem o menor orçamento de investimento dos últimos cinco anos. A Polícia Rodoviária Federal que nós temos que fortalecer também tá sucateada. As Forças Armadas não têm tido atenção do seu governo. A senhora prometeu, há quatro anos, quatro VANTs para cuidar das nossas fronteiras, os veículos aéreos não tripulados, apenas dois foram colocados em funcionamento, candidata. Infelizmente o contingenciamento dos recursos da área de Segurança Pública têm impedido vários estados de avançar no combate à criminalidade e na defesa dos nossos jovens, é a realidade.

Tréplica de Dilma:

O senhor tá mal informado, candidato. O governo federal gastou 17 bilhões e 700 milhões em Segurança, nos últimos quatro anos. E não foi, candidato, só do Ministério da Justiça, foi uma operação conjunta. As Forças Armadas participaram ativamente, impedindo e garantindo um nível de repressão nas nossas fronteiras, impressionante. Nós fizemos operações sentinela e operações das Forças Armadas conjugadas com a Polícia Federal. com a Polícia Rodoviária Federal. Nós fizemos uma campanha "Crack, é possível vencer" que garantia e dava suporte pras famílias e garantia e dava suporte pra que todos, organizadamente, atuassem na direção de impedir o uso do crack. Ora, candidato, a questão da Segurança Pública afeta aos governos dos estados. Nós participamos de forma complementar. Eu vou mudar isso. Eu quero que o governo participe.

Dilma pergunta:

Vou continuar com essa questão de segurança. Considero, candidato, que é muito importante que o governo federal deixe de ser complementar e passe a ser estratégico na questão da Segurança Pública. Nós tivemos uma ótima experiência durante a copa com os doze estados. Construindo organizações e coordenações de combate conjunto à violência, tanto é que conseguimos, durante a copa, e depois da Copa estamos fazendo operações articuladas, uma associação efetiva entre as forças das Polícias Militares, o Exército, e também as outras Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Modificamos a prática sistemática, que era de estar ausente. O governo federal ausente do confronto e do combate. Hoje, candidato, eu acredito que só com essas polícias articuladas nós venceremos o crime.

Aécio responde:

Candidata, o que me surpreende na senhora é o diagnóstico. Agora há pouco a senhora disse que a inflação não é um problema do governo, é problema sazonal, e eu acho que não é. Por isso, comigo, tolerância zero com a inflação. Agora, a senhora terceiriza de novo as responsabilidades dizendo que é dos estados essa responsabilidade constitucional. Meu amigo, minha amiga que nos ouve nesse instante, se for eleito Presidente da República e assumo aqui esse compromisso, eu vou liderar pessoalmente uma política nacional de segurança, que começa com a proibição do contingenciamento dos recursos. Eu tenho um projeto, candidata, que tramita desde 2011 no Congresso Nacional, que seu partido infelizmente não permitiu que fosse aprovado, que garante que aquilo que é aprovado no

orçamento para a Segurança Pública seja efetivamente gasto em parceria com os estados, transferidos mensalmente. Essa é uma das propostas. Eu propus sim, uma revisão no nosso Código Penal, no nosso Código de Processo Penal, para que essa sensação de impunidade não continue a prevalecer no país. Eu apresentei uma proposta na minha campanha, a senhora provavelmente dela tomou conhecimento, de que nós precisamos ter uma relação diferente com os países vizinhos que produzem a droga que vem ser consumida no Brasil e matar os jovens no Brasil. Governos vizinhos fazem vista grossa para a produção de drogas ou de matéria prima de drogas nos seus territórios e não há nenhuma ação do nosso governo. Se a senhora está satisfeita, como parece estar, com o controle das nossas fronteiras, eu não estou, eu serei o condutor da política nacional de Segurança Pública, porque infelizmente hoje, candidata, não sei se a senhora sabe esse número, 87% de tudo o que se gasta em Segurança Pública vem dos estados e municípios. Apenas 13% da União, e a União é quem mais tem. É a União que se apropria da maior parte das receitas dos tributos dos brasileiros. E o que pode ser hoje mais relevante, mais urgente do que cuidar do tráfico de drogas e proteger os nossos jovens?

Réplica de Dilma:

Candidato, eu acho que o senhor está usando números incorretos. O que que acontece, candidato? A Constituição atribuiu aos estados o controle e a segurança interna do país. Eu quero mudar isso, eu acho que a União tem de participar. E nós mostramos durante a Copa que quando a União participa, articuladamente com os estados, e quero dizer, os doze estados no qual nós tínhamos centros de comando e controle, nós conseguimos, é conter todas as formas de violência. Eu acredito, candidato, que tem hoje, talvez o senhor não saiba, porque o senhor está um pouco afastado disso, tem hoje, candidato, uma experiência comum dos doze estados da Federação pra além das divergências políticas no sentido de fato de construir no Brasil um aparato de combate ao crime organizado, de combate às drogas, e de combate à violência. Isso passa, necessariamente, por essa relação integrada, candidato, entre as Forças Armadas e as Polícias e o senhor também, candidato. **(tom irônico)**

Tréplica de Aécio:

Candidata, o que me parece_e talvez pode parecer ao telespectador é que nós temos aqui dois candidatos de oposição. Porque a senhora se dispõe a fazer tudo o que não fez ao longo de quatro anos em que a senhora foi Presidente e os outros oito anos em que teve um papel de destaque no governo do seu antecessor. Eu defendo no Congresso Nacional e o seu partido faz oposição, candidata, a essa proposta razoável no impacto no orçamento, apenas de garantia da transferência desses recursos para os estados e para os municípios. A senhora falou do programa "Crack, é possível vencer". Por que, candidata, que depois de quatro anos, apenas 40% do programa foi executado? O seu governo não assumiu a responsabilidade no enfrentamento dessa questão. O seu ministro falava das nossas prisões, comparando-as à masmorras medievais, não executou cerca de 80% do orçamento da área, Candidata, assumo a responsabilidade do governo que não investiu em segurança pública.

Aécio pergunta:

Candidata, nos últimos debates, a senhora tem falado muito das obras em mobilidade. E vou falar mais uma vez ao telespectador, ao ouvinte, que as rádios também transmitem, a Jovem Pan também transmite esse nosso debate, muitos certamente presos no trânsito das nossas grandes cidades, e a senhora fala números mirabolantes, números extremamente impressionantes quando diz respeito a obras de mobilidade. A questão é que eu tenho viajado pelo Brasil, como a senhora também tem viajado pelo Brasil. E eu fico me perguntando quando vou à sua cidade, quando vou à Porto Alegre, por exemplo, onde é que está o metrô

anunciado no seu programa de governo? Quando vou à minha Belo Horizonte, onde está o metrô que aparece lá como obra do seu governo? Quando vou, por exemplo, a Cuiabá, quando vamos a Curitiba, onde estão essas obras, candidata? Na verdade a senhora tem um conjunto de boas intenções que a ineficiência do governo, lamentavelmente, não permitiu que ainda saíssem do papel, mas eu vou fazer isso, com planejamento e com eficiência, transformar promessas em obras, candidata.

Dilma responde:

Eu acredito que você, de fato, não tenha muito conhecimento, porque você não sabe onde tá o metrô, e o metrô está sendo **(Aécio fala baixinho: ninguém sabe onde está o metrô)** formatado pelo aliado seu, o prefeito. Nós demos dinheiro pro prefeito, o prefeito montou e está construindo o metrô que inclusive vai chegar até a Savassi, nós queremos que ele chegue até o Morro do Papagaio. Agora, vocês têm de olhar assim, com cuidado, porque essa é uma parceria que envolve o Governo Federal, a Prefeitura, e obviamente a Prefeitura tem também uma espécie de PPP. Nós estamos fazendo, candidato, nove metrôs no Brasil. É a primeira vez que se faz isso. Nove metrôs no Brasil. Nós estamos gastando 143 bilhões. Tem 189, candidato, BRTs e corredores de ônibus sendo construídos. Tem 13 VLTs no Brasil inteiro, nós temos um conjunto de obras de mobilidade urbana extremamente significativo. Quero dizer, candidato, que era bom o senhor passear um pouco pelo Brasil e ver que tem metrô sendo construído ali no Rio de Janeiro, pelo prefeito, pelo governador Pezão, tem metrô construído lá no Ceará, em Fortaleza, tem metrô sendo construído por todo o Brasil pela primeira vez, candidato, porque enquanto vocês foram governo, jamais investiram em mobilidade urbana. Nós somos o primeiro grande investimento em mobilidade urbana. Além disso, candidato, eu queria dizer pro senhor uma coisa, o senhor quer se apropriar dos meus programas sociais. Agora, quando eu digo que um determinado programa está acontecendo, o senhor fala, não, eu vou fazer e vou fazer melhor. Ora, candidato, vocês nunca quando puderam o fizeram. Vocês fizeram Bolsa Família de cinco milhões. Nós fazemos de 50 milhões, candidato.

Réplica de Aécio:

Candidata, eu acho que dizer uma inverdade num momento pode ser equívoco, repeti-la mais de uma vez, aí isso já tem outro nome. Não, não foram cinco milhões de pessoas, foram cinco milhões de famílias atendidas no início, sim, no início do programa que se transformou no Bolsa Família. Mas eu fiz a indagação pra trazer a realidade dos números. Não se pode jogar tantos números ao vento e transformá-los em obras. Na verdade, das 200 obras de mobilidade anunciadas pela senhora, 28 apenas foram entregues, candidata. De cada dez obras que a senhora prometeu fazer pra melhorar o trânsito, falo novamente para o amigo que está no trânsito, apenas uma foi entregue. Vocês estão governando o Brasil há doze anos. E vocês demonizaram durante mais de dez anos as parcerias com o setor privado, e isso fez com que tudo atrasasse no Brasil. Vamos sair das grandes cidades. A transposição do São Francisco, onde é que está essa obra, candidata? Parada e com sobrepreço. A Transnordestina, parada e com sobrepreço, essa infelizmente é a marca do seu governo, obras anunciadas e que não terminam nunca.

Tréplica de Dilma:

Candidato, o senhor falou que vocês fizeram pra 20 milhões de pessoas o bolsa família? Candidato, pensa bem no que o senhor está falando. Vocês nunca fizeram Bolsa Família para cinco milhões de famílias, não fizeram, candidato, vocês não fizeram. Vocês nunca chegaram a 20 milhões de pessoas atendidas no Brasil. Nós chegamos a 50 milhões de pessoas. Candidato, quero dizer uma coisa, o senhor tá confundindo todas as obras, aliás eu acho que

deliberadamente. O senhor sabe que as obras de mobilidade são em parceria, parceria com governos e com governadores. Todas as obras de mobilidade que nós fazemos em Minas é em parceria com o Governo do Estado ou com a Prefeitura, e isso vale pra todos os estados. Eu discordo do senhor, acho que as obras não estão paradas, candidato, o senhor tem de ser, o senhor tem de se informar melhor, as obras estão andando. E eu digo outra coisa, tem muitas obras saindo do papel hoje.

Carlos Nascimento: *Obrigado, obrigado, senhores candidatos, muito obrigado. Nós estamos encerrando aqui o segundo bloco do nosso debate. Depois do intervalo voltaremos com mais uma rodada de perguntas entre os candidatos e, mais uma vez, os temas serão livres. Este debate está sendo transmitido também pelo Portal do SBT, pelo Portal UOL e pela Rádio Jovem Pan. A gente volta já já. SBT nas eleições 2014.*

ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DO TERCEIRO BLOCO DO DEBATE

Carlos Nascimento: Estamos de volta com o debate com os candidatos à presidência da república, Dilma Rousseff e Aécio Neves. O debate está sendo transmitido também Portal UOL, site do SBT e Rádio Jovem Pan. Nesse terceiro bloco nós teremos uma nova rodada de perguntas entre os candidatos e os temas são livres. A candidata Dilma fará a pergunta em primeiro lugar, por favor, candidata.

Dilma pergunta: Candidato, todos os anos, 40 mil pessoas morrem e outras centenas de pessoas sofrem consequências por acidentes de trânsito. Muitos desses acidentes decorrem porque há motoristas dirigindo embriagados ou drogados. Em 2012, eu sancionei a Lei Seca que punia com dureza todos aqueles que causassem ferimentos ou mortes sob droga ou álcool. Candidato, eu queria saber, o que senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e se todo cidadão que for acionado, que for solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga?

Aécio responde:

Candidata, tenha coragem de fazer a pergunta direta. É claro que essa é uma iniciativa extraordinária, não é sua. O Congresso Nacional, candidata, implementado em todos os governos. A senhora traz nesse debate, talvez pelo desespero, e tenta deturpar um tema que tem que ser colocado com absoluta clareza. Eu tive um episódio sim, e reconheci, candidata, eu tenho uma capacidade que a senhora não tem. Eu tive um episódio que parei numa Lei Seca porque minha carteira estava vencida e ali naquele momento inadvertidamente não fiz o exame e me desculpei, me arrependi disso. Como a senhora não se arrepende de nada no seu governo, é importante, candidata, que nós olhemos para frente. Vamos falar do Brasil, explique aqui, candidata, por que que a senhora mantém hoje nomeado, por exemplo, na Itaipu binacional, o tesoureiro do seu partido que recebia propina para alimentar a sua campanha, candidata Dilma Rousseff. Vamos falar de coisas sérias. Vamos falar como melhorar a saúde das pessoas, como melhorar a Segurança Pública, candidata. Não é possível que a senhora queira aqui fazer a mais baixa das campanhas eleitorais até aqui. Não é possível, candidata, que esse mar de lama em que se transformaram as redes, onde a senhora ofende a mim, onde sua campanha ofende a minha família, a senhora está ofendendo a todos os brasileiros que querem mudança, candidata. A senhora, infelizmente, por não ter tido a oportunidade de ao longo da sua vida ter outras disputas, foi ungida Presidente da República por um Presidente muito popular, acha que é dona da verdade. Não é, candidata. O seu governo fracassou. E a senhora caminha para perder essas eleições pela incapacidade que demonstrou inclusive, de respeitar os seus adversários, candidata. A senhora não trouxe durante todo esse nosso debate uma proposta sequer que melhore a vida do cidadão, que melhore a saúde pública, que melhore a segurança. A senhora parece que não foi Presidente da República, candidata. Olhe para o futuro, tire os olhos do retrovisor do passado, pense nos brasileiros, candidata. **(Aplausos da plateia)**

Réplica de Dilma: candidato (aplausos da plateia para Aécio e vaia para Dilma...) Carlos Nascimento interrompe, pede licença à candidata Dilma e depois a autoriza a recomençar a sua fala.

Candidato, eu acho muito importante a Lei Seca para o Brasil, e acho que o senhor está tentando diminuí-la. Sabe por que, candidato? Porque, no Brasil, todos os dias, todas as semanas, tem gente morrendo por acidentes de trânsito quando um motorista dirige, ou embriagado, ou drogado. Então, candidato, eu acho que a gente tem de tratar esse assunto com

mais cuidado, e com mais seriedade. Porque depende dele, muitas vezes, a vida ou a morte dos nossos jovens. Por isso, candidato, não é uma coisa que o senhor, porque passou por uma experiência, pessoalize tanto. Acredito, candidato, que ninguém pode, sem sofrer as consequências, dirigir nem drogado, nem bêbado. Eu, candidato, não dirijo sob álcool e droga. E isso é uma questão que não é afeta só a mim, eu acho que deve ser afeta a todos os brasileiros. Agora, acredito, candidato, que a Lei Seca trouxe um bem pro país. Trouxe um bem pros nossos jovens e pros nossos adolescentes.

Tréplica de Aécio:

Tampouco eu, candidata, seja correta, seja séria. Mentir, candidata, e insinuar ofensas como essa não é digno de qualquer cidadão, mas é indigno por uma Presidente da República, candidata, a sua campanha é a campanha da mentira. A senhora mentiu dizendo e postou um vídeo que eu havia votado contra o salário mínimo de 545 reais, cortou o vídeo na sequência quando mostrava que nós votamos a favor do salário mínimo de 600 reais para fraudar uma informação. A senhora no seu *Twitter*, candidata, disse que Minas Gerais teve a menor redução da taxa de mortalidade infantil do Brasil. Mentiu, candidata. Minas Gerais, no meu tempo de governo, foi o estado que mais reduziu a mortalidade, entre todos os estados do Sudeste, do Sul, e do Centro-Oeste, candidata. A senhora disse, no último debate, que construiu três milhões, 750 mil casas. A senhora mentiu, a senhora construiu metade disso, candidata. Fale a verdade, o Brasil não merece a campanha que a senhora está querendo fazer.

Aécio pergunta:

Eu vou novamente nessa questão, da verdade e da mentira. Nós somos, candidata, candidatos à presidência da República. É preciso que haja um limite. Que haja um limite nas nossas posturas e também na ação daqueles que nos cercam. Os brasileiros querem saber o que vai acontecer com suas vidas a partir de primeiro de janeiro. A senhora não permitiu que os brasileiros tivessem um programa de governo para analisar, para avaliar. A senhora prefere a campanha da mentira, e é essa questão que eu lhe faço agora. A senhora chegou ao cúmulo de mandar a sua equipe de filmagem, filmar uma escola, a escola Barão de Macaúbas, em Belo Horizonte num domingo, no dia 12 de outubro, quando ninguém estava lá, para mostrar que a obra estava parada e que a escola não funcionava. A senhora fraudou a informação, candidata. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte, a senhora não tem nada para mostrar aos brasileiros e por isso precisa mentir tanto, o tempo inteiro, candidata?

Dilma responde:

Candidato, acho aqui, quem mente é o senhor, e acho que essa história da escola de Macaúbas é uma dedução do senhor que o senhor tenta atribuir a mim. Agora, candidato, eu quero dizer o seguinte, acredito que se o senhor tiver o mínimo de discernimento, o senhor vai reconhecer que, apesar do que o senhor disse, o seu governo não gastou nem em Educação, nem em Saúde o que era o correto e o necessário. O senhor atribui a outros que mudaram o cálculo, não incluíram o que devia ser incluído. A verdade, candidato, é que somado, subtraído e dividido, o governo do senhor deixou de investir 7,8 milhões, bilhões, desculpa, bilhões na Saúde, e 8 bilhões na Educação. O senhor, o senhor diz que não é assim, mas esse, candidato, é um cálculo claro e bem feito sobre o Governo do Estado de Minas Gerais. O senhor se furta a responder isso. Vocês foram obrigados a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, melhor dizendo, um Termo de Ajustamento de Gestão, que foi uma variante que o Tribunal de Contas do Estado de Minas usou para fazer um acordo com vocês. Acordo esse que era pra vocês cumprirem a partir daí. Candidato, eu me pergunto e me pergunto mesmo: Como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui, e numa questão tão delicada como a Saúde e a

Educação, no Brasil, o senhor se furtar a explicar por que o senhor teve de assinar um Termo de Ajustamento de Gestão, e de repente. o site do Tribunal de Contas do Estado saiu do ar.

Réplica de Aécio:

Candidata, a senhora tem ofendido Minas Gerais todos os instantes e em todos os debates. A senhora não tem conhecimento do que aconteceu no nosso Estado. Minas Gerais, pela força dos seus servidores, da sua gente, é um Estado respeitado no Brasil, respeitado internacionalmente. Se a senhora for ao Banco Mundial, o exemplo de gestão eficiente quem tem é Minas Gerais, se a senhora fosse ao Ministério da Educação, e encontrar alguém lá, porque ninguém encontra Ministro do seu governo em lugar nenhum, a não ser aqui no auditório ou na campanha eleitoral, vai saber que Minas Gerais tem a melhor educação fundamental do Brasil. Se for ao Ministério da Saúde, candidata, vai ver que Minas Gerais tem a melhor saúde pública de toda a região Sudeste. E se quiser gastar um tempo lendo a decisão do Tribunal de Contas, para não repetir o que o seu marqueteiro escreve pra a senhora, a senhora lerá o seguinte: abro aspas, “As contas do governo nos exercícios de 2003 a 2010, do então governador Aécio Neves, tiveram pareceres por aprovação, por unanimidade do Tribunal de Contas, candidata. Vamos discutir o Brasil candidata.

Tréplica de Dilma:

Candidato, não coloque Minas Gerais como sendo o senhor. O senhor não é Minas Gerais, candidato. Eu nasci em Minas. Aliás, antes do senhor, se é por isso, nasci bem antes do senhor. E quero dizer pro senhor que eu saí de Minas, candidato, não foi para passear no Rio de Janeiro. Eu saí de Minas, candidato, porque fui perseguida. E é por isso que eu passei uma parte da minha juventude fora de Minas, e lamento muito. Agora, queria dizer que Minas não se confunde com o senhor, não tente que eu não vou concordar com isso. E mais, nem os mineiros se confundem. E queria dizer também que esta questão é muito séria, candidato. Essa que nós estamos discutindo. Por quê? Porque nós temos de saber tudo o que nós falamos aqui hoje. Nós temos de saber, o que fica para a população brasileira? O que ela vai absorver disso tudo? Sabe o que ela vai absorver, candidato? É que tem perspectivas diferentes aqui. Eu e o senhor não temos a mesma visão.

Dilma pergunta:

Bom, eu queria fazer a pergunta: candidato, o senhor não respondeu ainda a questão do aeroporto de Cláudio. Eu vou dizer por que que eu vou colocar essa questão. O Brasil hoje passa por um momento muito importante. Nós estamos retomando todos os investimentos, e estamos ampliando esses investimentos em aeroportos, e em portos. Fundamentalmente nesses dois, nessas duas áreas. Ora, o governo de Minas tem de revelar uma informação que é: como é que o aeroporto de Cláudio, que era um aeroporto pequeno, de 25, numa cidade de 25 mil habitantes, foi construído e foi construído dentro da fazenda do seu tio, ao mesmo tempo que lá, em Montezuma, outro aeroporto, nas mesmas condições, foi construído.

Aécio responde:

É muito triste ver uma Presidente da República mentindo. O aeroporto de Cláudio, candidata, a senhora está cansada de saber disso, foi construído numa área desapropriada pelo estado para beneficiar uma região que cresce economicamente. Minas tem 92, entre pequenos, médios e grandes aeroportos, candidata. Vamos falar do governo federal, a não ser que a senhora queira no futuro, talvez desempregada, a partir de primeiro de janeiro, ser candidata ao governo de Minas, aí a senhora terá tempo para discutir Minas Gerais. Onde estão os 800 aeroportos regionais que a senhora prometeu construir, candidata? Em lugar algum, porque o seu governo é o governo das promessas vazias, candidata. A senhora é que deixa o Brasil sem

resposta. Todas as minhas obras em Minas Gerais tiveram aprovação do Tribunal de Contas, tiveram aprovação do Ministério Público, candidata. Ao contrário das suas, com sobrepreço todo o tempo. Que providências a senhora vai tomar, candidata, com o tesoureiro do seu partido, que a senhora nomeou para Conselheiro de Itaipu Binacional, esse que recebia os 2%, segundo o Paulo Roberto, candidata. Nada? O que a senhora vai fazer candidata? Nada? Não vai acontecer nada? É tudo normal ou a senhora está sem condições de demiti-lo? É muito grave o que está acontecendo no Brasil. Eu sou candidato a presidir o Brasil, candidata Dilma, com uma vida pública honrada, respeitada, por isso deixei o meu governo em Minas com 92% de aprovação, candidata. E é por isso que nessa eleição Minas Gerais novamente se caminha, se encaminha para me dar mais uma vitória. Basta ver as últimas pesquisas. Vamos deixar os mineiros em paz, candidata. Os mineiros sabem o que fazem. Vamos discutir o Brasil. Aonde estão as atitudes do seu governo para com o futuro do Brasil, dos brasileiros que nos ouvem? Quem ligar a televisão desavisadamente vai achar que a candidata quer disputar o governo de Minas ou a Prefeitura de Belo Horizonte. Diga que providências a senhora vai tomar pra acabar com essa corrupção que tomou conta do governo federal, candidata Dilma?

Réplica de Dilma:

Olha, eu vou dizer uma coisa, eu teria muita honra de ser candidata pelo governo de Minas, acho Minas Gerais e Belo Horizonte um estado e uma cidade que eu gosto muito, porque foi lá que eu nasci. Então, candidato, o que eu quero dizer para o senhor é que, no caso do aeroporto de Cláudio, o senhor deve sim explicação. O senhor deve explicação porque o senhor construiu um aeroporto dentro de uma propriedade, expropriou um pedaço, mas construiu, e quando um órgão de imprensa foi buscar a chave, a chave estava guardada com um parente seu. Em Montezuma, ocorreu uma coisa muito similar, só que Montezuma, além disso, era uma cidade muito pequena. Candidato, uma das coisas mais importantes do país é que nós não podemos mais tolerar o uso de bens públicos para beneficiar "A", "B" ou "C", privadamente. Esta é uma questão, candidato, que nenhum candidato a Presidente da República pode se furtar a responder.

Tréplica de Aécio:

Candidata, a senhora foge sempre da disputa e do debate. A senhora não tem o quê mostrar mais ao Brasil. O seu governo, candidata, tá vivendo seus estertores porque ninguém aguenta mais tanta corrupção, tanta incompetência e tanto descaso para com os problemas reais das pessoas. Candidata, a senhora acabou, nesse debate, de afirmar que com a inflação vai tudo bem, a senhora tá achando que com o tráfico de drogas, o controle das nossas fronteiras vai muito bem. Que governo a senhora quer oferecer aos brasileiros, candidata? Vá a Minas Gerais um pouco mais, caminhe um pouco mais por Minas Gerais, candidata. Agora, caminhe com respeito aos mineiros e às transformações que ocorreram no nosso estado, transformações extraordinárias, candidata. Eu respeito a sua história. Eu não a desrespeito, candidata. Agora, peço que respeite a minha. Exatamente nesse mês, há trinta anos atrás eu estava na campanha das Diretas e depois na campanha de Tancredo ajudando o Brasil se reencontrar com a democracia, infelizmente com o voto contrário do PT, o seu partido.

Aécio pergunta:

Candidata Dilma Rousseff, todos nós temos a nossa formação, né, aqui estão nos ouvindo hoje famílias de brasileiros de regiões diferentes, de credos religiosos diferentes. A senhora, no último debate do primeiro turno, disse textualmente o seguinte; vou abrir aspas para a senhora: "Não acredito que tenha alguém acima da corrupção", fecho aspas. E depois continuou, abro aspas pra senhora: "Todo mundo pode cometer corrupção", fecho aspas. Será que é isso que a Presidente da República tem a ensinar aos brasileiros, candidata?

Honestidade? Responsabilidade para com nossos atos e daqueles que nós nomeamos é algo essencial pra quem quer fazer vida pública, candidata. A senhora terceiriza sempre as responsabilidades, portanto eu quero lhe dar oportunidade de se desculpar com os brasileiros por essa afirmação, que acredito que não tenha alguém acima de corrupção.

Dilma responde:

Candidato, o que eu acho que o senhor faz, sabe o que o senhor faz? O senhor manipula palavras. E aí, candidato, a mim estremece o seguinte fato. O senhor se acha acima de qualquer crítica ou de qualquer avaliação. O senhor diz que se te atacar está atacando Minas. Essa é uma mentira, candidato, mentira porque Minas Gerais não é o senhor. O senhor é um dos mineiros. E isso não significa que o senhor seja, e que possa falar em nome de toda Minas Gerais. Então quero dizer o seguinte, candidato, é errado sim, colocar e pegar um aeroporto privado, feito com o dinheiro público na fazenda de um tio. O senhor querendo ou não tergiversar sobre esse assunto, é errado. Não se faz isso, candidato. Isso é feio. Outra questão, candidato, **(risadas da plateia)**, outra questão que eu julgo muito importante, eu acredito, sinceramente, que ninguém, candidato, está acima de qualquer coisa, ninguém está acima de qualquer coisa. O que nós temos que ser é virtuosos, agora, ninguém tem o atestado de virtuosidade, Nós temos, como homens públicos e mulheres públicas, provar a cada dia, candidato, que nós temos respeito pela coisa pública, que nós não mexemos, não mexemos com o dinheiro público em nosso benefício, em benefício de parentes nossos, não mexemos com a coisa pública em benefício de quem quer que seja, a não ser, do povo brasileiro. Sabe o que que é isso? Isso, candidato, é um critério arraigado dentro da gente. Chama-se um critério republicano, o dinheiro é coisa pública. Quando a gente está no governo, o dinheiro é coisa pública. Ninguém pode tergiversar sobre isso.

Réplica de Aécio:

Lamento que a candidata não respeite, não respeite as instituições. O Ministério Público não é nessa obra, candidata, em todas as obras do meu governo disse que estavam corretíssimas, é o contrário do que acontece no seu governo e a senhora não respondeu a frase que disse, está gravado, todo mundo pode cometer corrupção. Não pode não, candidata. Ninguém pode cometer corrupção. A senhora tem é que tomar as providências e dizer ao Brasil o que que aconteceu na Petrobrás. A senhora conduziu com mão de ferro durante doze anos, fez questão de dizer a todo mundo quem mandava na empresa. E durante doze anos essa empresa vem colocando sobrepreço nas obras públicas para beneficiar sua base de sustentação, candidata. Esse é o fato real. É isso que causa indignação em todos os brasileiros. É por isso que eu estou aqui como candidato à Presidência da República, porque o Brasil quer, quer se livrar desse governo, o Brasil quer um tempo novo, um tempo de otimismo, de seriedade, e também de honestidade no gasto do dinheiro público.

Tréplica de Dilma:

Candidato, candidato...(tom irônico) Você não é um cidadão acima de qualquer suspeita, candidato. Isso não é republicano. Todos nós, candidato, podemos e temos de aceitar que somos iguais perante a lei. Então, o que suspeitam do senhor ou o que suspeitam de mim é o que suspeitam de qualquer um. Nós, candidato, temos de provar o que somos, exercemos atividade pública, nós temos de provar, candidato, que nós estamos além da suspeita. Então, o senhor me desculpa. O senhor, nem eu nem o senhor estamos além da suspeita. Todos os dias nós vamos ter de provar a nossa integridade e a nossa honradez, candidato. Essa é uma questão exigida dos homens e das mulheres públicas.

Carlos Nascimento: *Muito obrigado candidatos, nós estamos chegando ao fim desse nosso debate. Agora vamos às nossas considerações finais dos dois candidatos à presidência da república aqui presentes. Pelo sorteio que foi previamente feito, a primeira a falar é a candidata Dilma Rousseff. Candidata, a senhora tem um minuto e meio para as suas considerações finais.*

Discurso final de Dilma Rousseff:

Olha, eu queria te dizer em primeiro lugar, viu, que eu agradeço ao SBT, agradeço ao candidato, e agradeço a todos que nos assistiram hoje. Ao contrário do que ocorria no passado, quando governos de elite só viam as elites, hoje eu acredito que o meu governo olha para todo o povo brasileiro. Eu tenho certeza que o Brasil está mudando. Eu tenho certeza que o Brasil está mudando pra melhor. Acredito que o povo brasileiro hoje tem alternativas que nunca teve antes. No que se refere a emprego, no que se refere a oportunidades de estudo e de educação, no que se refere à construção de uma vida melhor. Nós vivemos um momento muito especial, um momento em que a crise internacional afeta a economia brasileira. Mas, nós saímos dessa crise e enfrentamos ela de peito aberto, fazendo o quê? garantindo emprego, garantindo a renda, e lutando sistematicamente para que o nosso país viva melhor. Reeleita, eu quero fazer ainda mais, eu quero garantir a todos os brasileiros, educação de qualidade, saúde de qualidade, e quero também manter essa trajetória de distribuição de renda, que melhora a vida de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. **(palmas da plateia)**

Discurso final de Aécio Neves:

Agradeço ao SBT, cumprimento a candidata, e digo ao telespectador que quero sim, ser Presidente da República e me preparei pra isso, porque o Brasil não pode viver mais quatro anos de tamanho desgoverno. Eu quero sim assumir a Presidência da República para combater a inflação, e não para me conformar com ela. Eu quero ser Presidente da República para enfrentar a questão da criminalidade, e não transferir essa responsabilidade para estados e municípios. Eu quero ser Presidente da República, não para dividir de forma perversa e pouco generosa o Brasil entre nós e eles. Eu quero ser o grande presidente da integração nacional, Presidente da generosidade para com os brasileiros que mais precisam, da integração do Nordeste ao nosso projeto de desenvolvimento, um presidente que não trate o adversário como um inimigo a ser abatido a qualquer custo, que respeite a verdade. Eu quero ser Presidente da República para que amanhã, se eventualmente estiver numa outra disputa, eu possa permitir aos meus adversários falarem das suas propostas. Não é possível que, numa eleição dessa importância, tenha se perdido tanto tempo em tantas ofensas, as mesmas ofensas que foram dirigidas a Eduardo Campos, depois à Marina Silva, agora são dirigidas a mim. Mas comigo não, candidata, comigo pode ter certeza, a senhora receberá sempre um olhar altivo, de um homem de bem, honrado, pronto para dar ao Brasil e aos brasileiros um destino melhor do que eles estão tendo. **(aplausos da plateia)**

Carlos Nascimento: *Muito obrigado, nós estamos chegando ao fim do debate, esperamos... (interrompido por vaia e aplausos) Por gentileza, vamos terminar o programa, esperamos que este encontro tenha contribuído para que você, eleitor, possa escolher o candidato que considerar o mais bem preparado para governar o nosso Brasil. Muito obrigado aos candidatos pela participação e uma boa noite a todos!*